

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 09/2024**  
**05 a 18 de junho de 2024**



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 20 de junho de 2024**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

14 - O Brasil está na saúde global - *Nísia Trindade Lima e Carlos Gadelha*

16 - O vento seco - *Santiago Alcázar*

20 - The Perils and Promise of the Emerging Multipolar World - *Jeffrey D. Sachs*

22 - As articulações globais e a prevenção de cenários pandêmicos- *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

30 - 56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, entre esperanças e contradições - *Armando De Negri Filho*

42 - Resultados da Reunião de Bonn sobre Mudanças Climáticas - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

50 - A 112ª Conferência Internacional do Trabalho chega ao seu final, trazendo uma combinação de importantes avanços, algum alento e muito ceticismo - *René Mendes*

57 - *Discurso do presidente Lula durante lançamento da Coalizão Global para Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência Internacional do Trabalho*

61 - Desafios e Avanços: Indicadores Globais de Saúde de Refugiados e Migrantes e os Resultados da 77ª Assembleia Mundial da Saúde para esta população - *Rafael Gomes França, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

66 - Acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva na região das Américas e as ameaças ao aborto legal no Brasil - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

75 - A situação de insegurança alimentar e nutricional global segundo o Relatório de Estatísticas Globais da Saúde 2024 e o Relatório Pobreza Alimentar Infantil do Unicef: o mundo continua a falhar no seu enfrentamento - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

93 - Informe UNESCO: educação, ciência e cultura - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Vitor Rodrigues e Heliton Barros*

101 - O BID e a Semana da Sustentabilidade - *Isis Pillar Cazumbá*

104 - 60 Anos da UNCTAD, Solução de Controvérsias na OMC e Acesso a Tecnologias em Saúde - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

110 - *Harambee: todos juntos por um futuro sustentável compartilhado!* - *Laurenice Pires, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

130 - *A manutenção do público como revolução* - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

143 - *Vozes do Sul Global a caminho da COP29* - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

165 - *Em direção a uma maior equidade e resiliência, G20 avança nas discussões de Saúde; Presidente Lula participa da Cúpula do G7. Justiça ambiental e financiamento climático em pauta na OCDE* - *Pedro Burger, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

179 - *Discurso do presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália*

181 - *Apulia G7 Leaders' Communiqué*

210 - *G7 meeting with Outreach Countries and International Organizations*

212 - *G7 Health Ministers' Statement on the Importance and Urgency of Improving Global Health Architecture and Pandemic Prevention, Preparedness and Response.*

214 - *Chanceleres do BRICS emitem declaração conjunta, dois representantes do Centro de P&D de Vacinas BRICS, Sinovac e Fiocruz, anunciam colaboração em vacinas. Agora só falta operacionalizar o Centro de Vacinas* - *Claudia Hoirisch*

219 - *Joint Statement of the BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations*

227 - *A política na América Latina: entre alianças externas e colaborações internas na área de saúde* - *Miryam Minayo, Samia de Brito e Sebastian Tobar*

237 - *À procura de minerais críticos* - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

250 - *Europa à direita III* - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

254 - *Fazendo do limão uma limonada: Região MENA emerge como ator-chave no comércio do combustível do futuro* - *Lúcia Marques*

263 - *Cosban entre o Café e a Ciência* - *André Costa Lobato, Rafael Henrique Zerbetto e Marcus Verly-Miguel*

269 - *Atualização EUA* - *Guto Galvão*

274 - *Um olhar sobre a saúde internacional* - *Mario Rovere*

*Autores deste Caderno - 277*

*\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 280*

*\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 281*

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 10/2024 – 05 a 18 de junho de 2024

#### Apresentação

Os três momentos políticos globais mais relevantes da quinzena foram a **112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho**, realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho; a **Cúpula do G7**, realizada em Apulia, Itália, de 13 a 15 de junho; e a reunião dos **Chanceleres de BRICS**, que ocorreu em Nizhny Novgorod, Rússia, entre os dias 10 e 11 de junho, todas elas com importantes referências à saúde humana e planetária.

Estes são os três temas centrais tratados neste Caderno por nossos analistas especializados em saúde na OIT, G7 e BRICS. As declarações resultantes destes magnos eventos estão disponibilizadas na íntegra aos nossos leitores. Da mesma forma, registramos as posições do Brasil nestas diversas frentes, por meio de pronunciamentos, notas e discursos do presidente Lula ou de autoridades diplomáticas do país.

Mas não nos restringiremos a estes temas, pois a diplomacia da saúde global continua a se manifestar em muitas outras frentes, inclusive na sociedade civil global, como demonstrarão os diversos trabalhos que colocamos à disposição dos nossos leitores.

Começamos por questões que estão acima destes eventos da diplomacia da saúde global, que exercem influências poderosas sobre a vida humana e planetária: as eleições, que definem as orientações políticas e as governanças, inclusive da saúde e, lamentavelmente, as guerras.

#### As eleições

De 6 a 9 de junho realizaram-se as eleições para o **Parlamento Europeu**, cujo resultado manteve uma maioria da coalizão de centro-direita (entre populares, social-democratas e liberais) semelhante à da última legislatura, de 400 cadeiras num total de 720 deputados, que, entretanto, vem minguando a cada eleição. Estes resultados garantem a reeleição da atual presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, mas não a estabilidade de centro-direita que vigorava. Registre-se, ainda, um preocupante crescimento da extrema-direita, vindo particularmente da França, Itália e Polônia, com um aumento expressivo de deputados direitistas também na Alemanha. Num gesto ainda não totalmente entendido, Macron convocou eleições gerais na França. A depender dos resultados, o eixo França-Alemanha, que costuma dar as cartas no continente pode sair ainda mais enfraquecido. As ruas reagiram em Paris, com manifestações contra a extrema-direita no domingo, 16 – das quais até Chico Buarque e Raí participaram – e que levaram a uma inesperada convocação do ídolo Mbappé ao voto da juventude contra a direita.

A menos de 20 dias para as eleições no **Reino Unido**, pesquisas de opinião divulgadas no último sábado, 15, revelam uma possível derrota do Partido Conservador, de orientação centro-direita, do primeiro-ministro Rishi Sunak, para o Partido Trabalhista, após 14 anos no poder. Segundo umas das projeções, os conservadores podem ter a menor participação no Parlamento britânico em quase 200 anos, conseguindo eleger apenas 72 dos 650 assentos na Câmara dos Comuns.

As **próximas eleições** de que temos notícias são: *Mauritânia* (junho, Executivo), *Mongólia* (junho, Legislativo), *Burkina Faso* (julho, Executivo) e *Ruanda* (agosto, Executivo e Legislativo). As eleições no *Uruguai* estão marcadas para outubro.

## As guerras

Numa constante postura pacifista do CRIS, contra a guerra e entoando sempre o canto de **“Saúde como Ponte para a Paz”**, lamentamos ter que voltar a trazer aos nossos leitores atualidades sobre os horrores das guerras em curso no mundo e seu terrível impacto sobre a saúde humana e planetária e sobre os sistemas de saúde. Compilamos informes da OMS sobre os diversos conflitos militares, com os danos para a vida humana e os sistemas de saúde, como forma de mostrar seu absurdo efeito deletério global.

### **Gaza/Cisjordânia**

A OMS continua preocupada com a crescente crise de saúde no território palestino ocupado, incluindo a Cisjordânia, onde ataques à infraestrutura de saúde e maiores restrições que estão obstruindo o acesso aos cuidados de saúde.

Um aumento na violência na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, desde o início da guerra em Gaza resultou na morte de 521 palestinos, incluindo 126 crianças entre 7 de outubro de 2023 e 10 de junho de 2024. Além disso, mais de 5.200 pessoas, 800 delas crianças, ficaram feridas, aumentando a crescente carga de traumas e cuidados de emergência em instalações de saúde já sobrecarregadas.

Até 28 de maio, a OMS documentou 480 ataques a cuidados de saúde na Cisjordânia desde 7 de outubro de 2023, resultando em 16 mortes e 95 feridos. Os ataques afetaram 54 instalações de saúde, 20 clínicas móveis e 319 ambulâncias. Eles incluem ataques à infraestrutura de saúde e ambulâncias, detenção de profissionais de saúde e pacientes, obstrução de seu acesso a instalações de saúde, uso de força em profissionais de saúde e buscas militarizadas de ambulâncias e funcionários.

A crise fiscal de longa data enfrentada pela Autoridade Palestina (AP) está impactando ainda mais o sistema de saúde e foi agravada pela retenção crescente de receitas fiscais por Israel destinadas ao território palestino ocupado desde 7 de outubro e pela deterioração geral da situação econômica no território palestino ocupado. O impacto da situação financeira na prestação de serviços de saúde é significativo — com os profissionais de saúde recebendo apenas metade de seus salários por quase um ano e 45% dos medicamentos essenciais estando fora de estoque. Na maioria das áreas da Cisjordânia, clínicas de atenção primária e clínicas especializadas ambulatoriais estão operando agora dois dias por semana, e os hospitais estão operando com aproximadamente 70% da capacidade. A OMS pede a proteção imediata e ativa de civis e cuidados de saúde na Cisjordânia.

Em 10 de junho, o **Conselho de Segurança das Nações Unidas** adotou uma resolução proposta pelos Estados Unidos, contendo um plano de paz para **Gaza**, por 14 votos a favor, nenhum contra, e a abstenção da Rússia. Contudo, as esperanças de que se alcance o cessar-fogo e cesse o morticínio ainda é incerto.

O plano pede um cessar-fogo total e imediato, a libertação incondicional de todos os reféns, o fim permanente das hostilidades e a reconstrução de Gaza. Também se realizou uma conferência em Amã, Jordânia, que visa intensificar a ajuda humanitária para Gaza.

Uma proporção significativa da população de Gaza está agora enfrentando fome catastrófica. Apesar dos relatos de aumento da entrega de alimentos, não há evidências de que aqueles que mais precisam estejam recebendo quantidade e qualidade suficientes de alimentos.

Mais de 8.000 crianças menores de 5 anos foram diagnosticadas e tratadas para desnutrição aguda, incluindo 1.600 crianças com desnutrição aguda grave. No entanto, devido à insegurança e à falta de acesso, apenas dois centros de estabilização para pacientes gravemente desnutridos podem operar. As imensas dificuldades de fornecer serviços de saúde com segurança, combinada com a falta de água limpa e saneamento, aumenta significativamente os riscos para crianças desnutridas. Já houve 32 mortes atribuídas à desnutrição, incluindo 28 entre crianças menores de 5 anos.

Afirma Tedros Adhanom: *“Na Cisjordânia, assim como em Gaza, a única solução é a paz. Mais uma vez, pedimos a todos os lados que implementem a resolução do Conselho de Segurança imediatamente. Mais uma vez, o melhor remédio é a paz”.*

### **Sudão**

A chamada de atenção da OMS quanto às guerras voltou-se intensamente para o **Sudão**. Em alocação semanal, o DG da OMS, Tedros Adhanom disse: *“Estou falando do Sudão - a guerra que o mundo esqueceu ou ignorou”.*

O Sudão é a maior crise humanitária do mundo, com 12 milhões de pessoas deslocadas: 10 milhões internamente, enquanto 2 milhões fugiram para países vizinhos. Mais de 70% dos hospitais em estados afetados por conflitos e 45% das unidades de saúde em outros cinco estados não estão funcionando, e os restantes estão sobrecarregados com pessoas buscando atendimento.

As pessoas estão morrendo por falta de acesso a serviços essenciais de saúde e medicamentos, enquanto há um risco muito real de fome em massa em algumas regiões. Serviços essenciais, incluindo assistência médica materna e infantil, gestão de desnutrição aguda grave e tratamento de pacientes com condições crônicas, foram descontinuados em muitas áreas.

A OMS também continua a distribuir medicamentos e suprimentos médicos urgentemente necessários usando todos os meios disponíveis, incluindo operações transfronteiriças e entre linhas, para alcançar áreas antes inacessíveis em Darfur e Kordofan, onde as necessidades são maiores. No entanto, a insegurança e os obstáculos operacionais continuam a representar um desafio na entrega oportuna de suprimentos e serviços. E completou: *“Pedimos a vocês, a mídia mundial, que continuem chamando a atenção para o Sudão e não permitam que o mundo o esqueça”.*

### **Haiti**

A ‘chaga americana’ continua aberta. Segundo as Nações Unidas, o número de deslocados por violência de gangues no Haiti aumentou 60% em três meses: de 362,5 mil no início de março para 578 mil pessoas deslocadas numa população de 10 milhões de habitantes. Antes de chegar a metade deste ano de 2024, o número é quase o mesmo que o de todo 2023, apontou a Organização Internacional da Migração. Em novembro de 2023, cerca de 70% da população que fugiu do conflito gerado pelas milícias estavam hospedados com amigos ou parentes; agora, 60% estão em um dos 86 locais de desabrigados, aumentando a necessidade de recursos internacionais de ajuda humanitária que, entretanto, não estão chegando. Fica

nosso olhar de espanto e nossa pergunta que não quer calar: onde estão os governos dos nossos países? Onde está a OEA?

### ***lêmen***

Registrou-se no Iêmen a detenção pelas autoridades *de facto* Houthi de 17 membros de organizações da ONU e ONGs internacionais e muitos outros associados a organizações da sociedade civil, ONGs nacionais e internacionais e outras organizações que apoiam atividades humanitárias. Um amplo grupo de dirigentes das organizações que tiveram seu pessoal detido manifestaram-se publicamente ao mundo, pedindo a imediata e incondicional liberdade para todo o pessoal detido no Iêmen pelas autoridades Houthi.

Essas detenções não têm precedentes — não apenas no Iêmen, mas globalmente — e impedem diretamente nossa capacidade de alcançar as pessoas mais vulneráveis no Iêmen, incluindo os 18,2 milhões de pessoas que precisam de ajuda humanitária e proteção.

### ***Ucrânia***

A guerra na Ucrânia coloca frente-a-frente as maiores potências globais, inclusive quanto a seus arsenais atômicos. O mundo está mais do que nunca ameaçado por uma guerra nuclear. A Conferência de Paz para esta guerra, realizada logo após a reunião do G7, trouxe ainda maior intranquilidade, pois uma das partes – a Rússia – não foi convidada, e gigantes globais não compareceram (caso da China), e diversos países muito importantes não assinaram o documento final nitidamente pró-ucraniano, entre os quais os BRICS Brasil, Índia e África do Sul. O Estado do Vaticano também não firmou o documento. O G7 decidiu entregar USD 50 bilhões da Rússia depositados em bancos europeus para a Ucrânia utilizá-los no esforço da guerra. O mundo jamais se viu tão ameaçado com uma hecatombe nuclear.

=====

Abrimos a secção de artigos deste fascículo com o artigo da ministra ***Nísia Trindade*** e do secretário ***Carlos Gadelha***, que trazem a visão do Brasil na saúde global. Afirmam que uma palavra que sintetiza os desafios contemporâneos é desigualdade. Vivemos em um mundo com múltiplas e sobrepostas crises: climática, sanitária, econômica, alimentar, energética. Essas crises se retroalimentam e o aprofundamento das assimetrias econômicas e tecnológicas entre os países penaliza as nações mais pobres e as populações mais vulneráveis. Ao Brasil, cabe definir como se inserir nesse contexto e propor grandes transformações para a construção de um mundo mais justo. O artigo traz luzes sobre a inserção brasileira e as propostas de transformações que vem veiculando.

***Alcázar*** traz suas fundamentadas dúvidas a respeito da efetividade que poderia ter o Fórum Político de Alto Nível do ECOSOC deste ano, como, aliás de anos anteriores. Entre os bons fundamentos que oferece estão as citações que faz sobre relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas em torno da Agenda 2030 e seus ODS – *Progress towards the Sustainable Development Goals* e *Reinforcing the 2030 Agenda for Sustainable Development and eradicating poverty in times of multiple crises: the effective delivery of sustainable, resilient and innovative solutions*. Ademais, ressalta que todo esse enorme desafio de implementar os ODS e levar adiante a Agenda 2030 ocorre em paralelo com o aumento dos gastos mundiais com defesa. Nesse sentido, comenta contextos atuais das guerras na Ucrânia e em Gaza, dando a dimensão das tremendas contradições nas quais vive o mundo nestes tempos difíceis.



Para **Sachs**, a divulgação do Banco Mundial, em 30 de maio, de suas últimas estimativas de produção nacional (até o ano de 2022) oferece uma ocasião para refletir sobre a nova geopolítica. Os novos dados ressaltam a mudança de uma economia mundial liderada pelos EUA para uma **economia mundial multipolar**. Por exemplo, os BRICS agora produzem 35,2% da produção mundial, enquanto os países do G7 produzem 29,3%. Para o autor, à medida que as participações na produção mundial mudam, o mesmo acontece com o poder global.

No dia 18 de junho de 2024 inicia a 56ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**. A agenda sempre muito variada, como o são os múltiplos campos do direito humano e suas expressões no conjunto de países do mundo, aborda uma gama de informes apresentados pelo *Alto Comissariado dos Direitos Humanos*, incluindo o informe anual do Alto Comissário, o qual depois será apresentado também na Assembleia Geral da ONU. **De Negri Filho** traz uma síntese da agenda e os links das quatro semanas de trabalho para o conhecimento dos leitores.

Em 23 de maio de 2024, o México notificou à **OPAS/OMS** o primeiro caso humano fatal de gripe aviária A (H5N2). O paciente morreu devido a comorbidades. A OMS avaliou o risco como baixo, e medidas de saúde pública foram implementadas. A 3ª Reunião do *Grupo de Trabalho da Saúde do G20* que ocorreu em Salvador, teve agenda ampla com destaque a abordagem multissetorial dos determinantes sociais da saúde, discussões sobre saúde digital, IA, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas, enfatizando a cooperação global e equidade. Em 18 de junho foi lançado o novo informe, com recomendações do *Painel Independente para Preparação e Resposta* a pandemias, questionando a inatividade das lideranças globais. No final deste mês, de 24 a 28 de junho, ocorrerá a *174ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS*, em Washington, DC, cujo programa vem comentado pelos nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão**.

**Magalhães e Galvão**, nossos analistas em **ambiente e saúde**, informam que a *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (SB60)*, realizada em Bonn, de 3 a 13 de junho de 2024, não alcançou avanços significativos. Esta foi a primeira reunião para discutir as pendências pós-COP-28 de Dubai. Entre os principais temas da agenda estavam o Balanço Global (Global Stocktake), mecanismos de mitigação como crédito de carbono e cooperação bilateral, o Objetivo Global de Adaptação e o Mecanismo de Perdas e Danos. No geral, os delegados enfrentaram divergências, e os resultados foram decepcionantes, com alguns países não reconhecendo a necessidade de limitar a queima de combustíveis fósseis. A **OMM** lançou um novo dispositivo para monitorar a qualidade do ar e servir como sistema de alerta precoce em países sem sistemas de monitoramento adequados. A **UNECE, PNUMA e OCDE** anunciaram a Plataforma de Ação para a Recuperação Verde da Ucrânia. O **PNUMA** publicou um relatório revelando que, apesar dos compromissos para limitar a perda da biodiversidade até 2030, poucos países consideraram o controle do desmatamento e a importância das florestas em suas NDCs.

O texto de nosso analista **René Mendes** oferece uma vista panorâmica, geral e abrangente sobre os principais temas debatidos na **112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT)**, realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho. Dá destaque à participação e protagonismo da presença brasileira em um dos mais importantes acontecimentos da Conferência, que foi o *Fórum Inaugural da Coalização Global pela Justiça Social*, realizado no dia 13 de junho, cuja abertura foi feita pelo Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, e que contou, no encerramento, com a presença e importante discurso do Presidente Lula. Análises críticas mais aprofundadas, sobre quatro dos temas mais importantes debatidos na Conferência da OIT, irão



prosseguir no *Seminário Avançado sobre Saúde Global Diplomacia da Saúde do CRIS*, a ser realizado no próximo dia 26 de junho.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca neste informe os indicadores globais de saúde e relacionados à **saúde de migrantes e refugiados** que constam do relatório de *Estatísticas Mundiais de Saúde da OMS*, e também exploram os resultados da *77ª Assembleia Mundial da Saúde* para esta população.

Nossas analistas **Massari, Gomes e Santos** trabalham o documento “*Estado do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva*”, elaborado pela *Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)*, que teve como objetivo descrever a situação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva na Região das Américas a partir de determinadas questões da saúde reprodutiva. O relatório, publicado em maio de 2024, também identifica barreiras de acesso e respostas de saúde, assim como sugere recomendações para os Estados-membros. Ao final, fazem uma discussão sobre as ameaças e retrocessos da Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil a partir do PL 1904/2024, o qual tem tido grandes repercussões no país

**Nilson e Oliveira-e-Silva** do GT do CRIS sobre **Fome, Segurança Alimentar e Nutricional**, apresentam os indicadores de insegurança alimentar e nutricional no *Relatório de Estatísticas Globais de Saúde de 2024*, produzido pela *OMS*, e as análises inéditas do *Relatório Pobreza Alimentar Infantil do Unicef*, que traz novas métricas da privação nutricional na primeira infância no mundo.

Evento discute o potencial transformador da *inteligência artificial na saúde*, enfatizando a inovação responsável, as considerações éticas e os esforços colaborativos. **UNESCO** lança relatório atualizado sobre a *situação dos oceanos*, indicando que a taxa de aquecimento dos oceanos dobrou em 20 anos e a taxa de aumento do nível do mar dobrou em 30 anos. A UNESCO, em parceria com a LG AI Research, desenvolve um *curso online sobre ética na IA* para promover práticas responsáveis e uma comunidade global comprometida com a governança ética da IA. São os conteúdos do informe de **Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues**.

O artigo sobre as **Instituições Financeiras Internacionais**, da nossa analista **Ísis Cazumbá**, informa que o *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* reuniu diversas lideranças regionais e globais, além de empresas e instituições, para a conferência *Semana da Sustentabilidade*. O evento foi direcionado para o setor privado e tratou sobre como aumentar as respostas para desenvolver as melhores práticas em negócios e preservação do meio ambiente na região amazônica.

O *Fórum de Líderes Globais das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento* marcou o 60.º aniversário da **UNCTAD**, com debates sobre prosperidade inclusiva no meio de crises globais, perturbações comerciais, aumento do peso da dívida e o grave impacto das alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Em 30 de maio de 2024, os membros da **OMC** se reuniram para a primeira reunião formal sobre a reforma do sistema de solução de controvérsias, focando em apelação/revisão e acessibilidade. Entre 28 e 30 de maio de 2024, em Rabat, evento organizado pela **OMC**, em colaboração com a **OMS** e a **OMPI**, abordou a concepção de políticas comerciais que suportem a inovação e a acessibilidade em saúde, com ênfase na propriedade intelectual. São os conteúdos do informe de **Chamas e Cesário** para o fascículo 10.

As **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público** continuam a chamar atenção das autoridades políticas, das sociedades nacionais e do mundo para as situações a que estão

submetidas as populações, em especial as que vivem em condições de maior vulnerabilidade, com destaque para mulheres e meninas que vivem no Sul Global. Essas situações representam extremas violações à saúde como um direito humano fundamental. As organizações continuam a denunciar a inércia dos governos para: i) chegarem a acordos de paz que cessem as guerras e conflitos que acontecem em diferentes territórios; ii) atuarem de formas efetiva no enfrentamento da crise climática, que cada vez mais configura-se em crime climático; iii) investir no controle de doenças crônicas e infecciosas. Além desses temas constantes, muitos outros foram objetos de manifestações, como a migração, a insegurança alimentar, as vacinas e a saúde digital. Apesar do recorrente apelo das organizações para que os governos "não deixem para amanhã o que podem fazer hoje", continuam sem ser ouvidas. Algo precisa ser feito para mudar essa situação. Talvez a sociedade civil possa se inspirar nos povos que falam o suaíli e dizer alto: *harambee* (todos juntos)! É que nos reporta o **grupo de trabalho sobre movimentos sociais globais**, sob a liderança do **prof. Luis Eugênio Souza**.

**De Negri** e **De Negri Filho** continuam a explorar os campos do panorama socioeconômico e político global, saúde e clima. Analisam os documentos do Grupo Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde, contrapondo-os e comparando-os com campanhas, declarações e movimentos atuais da sociedade civil e das suas organizações.

Sobre o **Sul Global**, nossos analistas **Ungerer, Kastrup e Nery** trazem o boletim mensal do **UNOSSC**, destacando as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular na ONU e globalmente. O Egito organizou um seminário do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), no qual foi discutido o fortalecimento da colaboração e oportunidades para avançar na Cooperação Sul-Sul e Triangular entre os países membros do Banco. Com autoridades portuguesas, discutiu novas oportunidades de Cooperação Triangular do Fundo da ONU para a Cooperação Sul-Sul.

O **Brasil** segue firme com a **Cooperação Sul-Sul**, destacando um projeto de fortalecimento de capacidades nos serviços de saúde do *Hospital Central de Maputo* e o apoio à implementação e à gestão para a prevenção e o controle do câncer em *Angola*. Na *América Latina*, o Brasil abriu conversações com *Cuba* para as boas práticas de segurança alimentar e nutricional e sobre a genética bovina. Participou da *VIII Reunião da Cooperação Técnica Brasil-México*, com a finalidade de fortalecer instituições e promover a capacitação nos setores agrícola, gestão pública e ciência e tecnologia.

O **G-77 e a China** discutiram o aumento do nível do mar; se manifestaram sobre a eliminação de medidas econômicas coercitiva unilaterais, esperando que o tema possa ser discutido na *Cúpula do Futuro*, e continuam chamando a atenção sobre a dificuldade dos países em desenvolvimento de implementarem os ODS. Mas o grande destaque foi para as reuniões *UNFCCC SB60*, que se concentraram no financiamento climático, nas Contribuições Nacionalmente Determinadas, os primeiros relatórios de transparência dos países, os Planos Nacionais de Adaptação e como avançar na ação climática por meio de uma transição justa.

O **Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China** emitiu uma declaração exigindo a exclusão de Cuba na lista unilateral de países que alegadamente patrocinam o terrorismo e o levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais contra o povo cubano; e o **Movimento Jovem dos Não-Alinhados** destacaram diversos tópicos relacionados com a COP29 e a inclusão dos jovens na ação climática, no empoderamento e liderança.

O **Centro Sul** se manifestou sobre o licenciamento compulsório contra preços excessivos de medicamentos, juntou sua voz ao clamor internacional para retirar Cuba da lista arbitrária de

países supostamente patrocinadores do terrorismo, destacou a importância da reforma dos sistemas monetários e financeiros internacionais e sobre a comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional sem deixar de lado sua declaração sobre a resistência antimicrobiana (AMR) durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde

O **GT do CRIS sobre G20, G7 e OCDE** reporta que com o objetivo de superar lacunas críticas para a saúde global, o **G20** realizou o terceiro encontro do **Grupo de Trabalho de Saúde** em Salvador, Bahia. Os principais temas discutidos e avanços encontrados foram em relação aos temas da saúde digital, determinantes sociais da saúde e a criação de uma Aliança Global para a Produção Local e Regional e Inovação. No **G7**, o destaque da quinzena vai para sua cúpula anual, que contou com a participação do Brasil. No que tange à saúde, permanecem os compromissos com a Cobertura Universal de Saúde e o fortalecimento da Arquitetura Global de Saúde. O discurso de Lula e a declaração final do evento encontram-se em destaque, logo após o artigo dos nossos analistas. Já os destaques da **OCDE** se dividem entre atualizações de três de seus índices estatísticos da economia global e de três estudos apresentados pela organização no período.

**Hoirisch** informa que os chanceleres do **BRICS** e países convidados se reuniram em Nizhny Novgorod, Rússia, de 10 a 11 de junho. Discutiram a criação de uma ordem internacional multipolar, o estabelecimento de uma nova categoria de “países parceiros” e salientaram a importância de fazer um maior uso das moedas locais e instrumentos de pagamento e das plataformas. Incentivaram o NBD a empregar mecanismos de financiamento inovadores para mobilizar recursos de fontes diversificadas e ajudar os países membros a alcançar os ODS e expressaram apoio à expansão adicional do número de membros do Banco. Na área de energia, apelaram para as cadeias de abastecimento globais, especialmente de determinados minerais, materiais e tecnologias essenciais para a transição energética e para garantir um abastecimento de energia previsível e estável. Assinalaram a interface do desenvolvimento sustentável e saúde global e comprometeram-se a intensificar os esforços para alcançar cobertura universal de saúde, incluindo a melhoria do acesso equitativo aos serviços de saúde de qualidade e a medicamentos e vacinas; a capacidade coletiva para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, e o reforço da capacidade de combater coletivamente tais pandemias no futuro. Reconheceram que a cooperação do BRICS no combate à tuberculose e à resistência antimicrobiana, bem como no reforço das capacidades na prevenção de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, P&D, partilha de experiências em sistemas de medicina tradicional e produção local contribuem grandemente para os esforços internacionais. A reunião incluiu uma sessão ampliada com a participação de diplomatas do Sul e do Leste Global. Debateram sobre as perspectivas de reforma do sistema internacional, no interesse de garantir um desenvolvimento sustentável e um crescimento econômico duradouro para todos os países. Após o encontro do dia 10/6, os participantes aprovaram uma declaração conjunta. A próxima reunião dos MRE do BRICS será realizada às margens da 79ª AGNU (10-24/09, em Nova Iorque); a próxima Cúpula será sediada pela Rússia (22-24/10) em Kazan, e o Brasil assumirá a presidência rotativa do BRICS em 2025.

**Minayo, Brito e Tobar** apresentam o panorama político e econômico recente da **região latino-americana**. Observam as discussões da *LIV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados*. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o *ORAS-CONHU* que cumpriu agenda nos temas câncer e doação de sangue, o *SECOMISCA* que participou de agendas nas

temáticas de migração, dengue e controle sanitário de eventos nas e, por fim, a OTCA que discutiu institucionalização do Parlamaz e participou do X Fórum Mundial da Água.

A *Cúpula Coreia-África* foi realizada em Seul sob o lema “*O futuro que fazemos juntos: crescimento partilhado, sustentabilidade e solidariedade*”, num momento em que o país asiático procura laços mais fortes para o acesso aos minerais críticos para a sua indústria tecnológica. Aproveitando-se do espaço dessa Cúpula, o **CDC África** organizou e realizou reuniões para promover parcerias para o acesso às vacinas. A **União Africana**, o **BAD** e a **OIM** assinam acordo para fortalecer investimentos da diáspora em oito países africanos. Realizou-se o *3º Fórum de Comércio e Investimento Afro-Caribenho (ACTIF2024)* para consolidar relações comerciais entre as duas regiões. O Banco Mundial aprovou financiamento para criar *sistemas alimentares resistentes na África Oriental e Austral*. Para contribuir ao abrigo do tratado global sobre mudanças climáticas, África necessita de um financiamento externo de 2,5 bilhões de dólares até 2030. É o que nos informam os analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

**Freire** nos conta que na **Europa**, como esperado, as forças ultraconservadoras cresceram no Parlamento Europeu. Diferente do previsto, contudo, não se tratou de um crescimento explosivo. De qualquer modo, impactos imediatos foram sentidos no bloco europeu, como a dissolução do parlamento francês e a renúncia do presidente belga. Nas próximas semanas, as coligações europeias serão definidas, bem como a presidência do Conselho Europeu.

O **Oriente Médio**, na opinião da nossa analista **Lúcia Marques**, está fazendo do limão uma limonada. Os países desérticos estão transformando as condições negativas e áridas de sua geografia em riqueza verde. Ao mesmo tempo que entram no caminho da transformação energética para energia limpa, criando o hidrogênio verde a partir da energia eólica e solar, se tornam atores-chave na exportação desse ouro verde para países da Europa, principalmente, e também para o mundo. Por interesse, os países consumidores pretendem investir na **região MENA (Oriente Médio e Norte da África)** para garantir essa fonte de energia limpa. Essa é uma boa notícia. A não tão boa está nos recentes relatórios sobre aquecimento global, que trazem novos dados e um olhar histórico, mostrando o quão sensível é o clima da Terra ao aumento dos níveis de dióxido de carbono e que, ironicamente, limpar os céus do CO<sub>2</sub>, traz benefícios à saúde e salva vidas, mas acelera as mudanças climáticas, uma vez que os mesmos aerossóis que causam a poluição do ar, refletem a radiação solar.

Além de texto especial sobre cooperação da **China** com países de língua portuguesa, **Lobato, Zerbetto e Verly-Miguel** tratam da viagem do vice-presidente Alckmin a Pequim para realização da COSBAN. O anúncio mais comentado da visita foi a compra de grãos de café pela franquia chinesa Luckin. A Sinovac anunciou uma parceria com a Fiocruz e investimento de US\$ 100 milhões no Brasil, especialmente em novas terapias. Os avanços da ciência chinesa têm causado inveja e admiração, como fica claro na matéria da “*The Economist*” da semana passada. A revista inglesa estimula retorno das visitas de cientistas dos EUA e Europa à China. A partir deste ano, títulos financeiros de ultralonga duração também apoiarão o desenvolvimento em ciência básica na China.

**Guto Galvão** traz aos leitores um estudo publicado pelo Commonwealth Fund que denota algumas diferenças entre vários países em relação aos sistemas de saúde, enfatizando os desafios do **sistema norte-americano**. Em um segundo artigo são descritas questões de iniquidades que afetam a qualidade dos serviços e as condições de trabalho.

**Rovere**, colaborador especial neste fascículo, traz-nos um olhar sobre algumas questões do âmbito da saúde internacional: geopolítica, futuros digitais, saúde mental e resistência antimicrobiana.

Não há como deixar de registrar os retrocessos que se encaminhavam no Congresso Nacional sobre os direitos da mulher no Brasil, impulsionado pelas forças conservadoras do voto evangélico e outras, assim como com o PL das Praias. O que é importante salientar é a força das ruas na reversão destas tendências, particularmente no tocante ao direito das mulheres. Esperamos que se esteja reinaugurando no Brasil este saudável espaço de manifestação dos movimentos populares, superando os acordos legislativos muitas vezes mediados pelo nocivo toma-lá-dá-cá. Viva!!!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 20 de junho de 2024

*Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*  
Coordenação do CRIS/Fiocruz



## O Brasil está na saúde global<sup>1</sup>

*Nísia Trindade Lima  
Carlos Gadelha*



Uma palavra que sintetiza os desafios contemporâneos é desigualdade. Vivemos em um mundo com múltiplas e sobrepostas crises: climática, sanitária, econômica, alimentar, energética. Essas crises se retroalimentam e o aprofundamento das assimetrias econômicas e tecnológicas entre os países penaliza as nações mais pobres e as populações mais vulneráveis.

Ao Brasil, cabe definir como se inserir nesse contexto e propor grandes transformações para a construção de um mundo mais justo. Os problemas globais necessitam de soluções que apenas podem surgir em um cenário onde exista equidade, desenvolvimento e apoio aos países que mais precisam. Esse posicionamento já marca o Brasil a um papel de destaque nas principais discussões sobre o fortalecimento da saúde global durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde, por exemplo.

É inegável que a relação entre as mudanças climáticas e saúde precisa estar no coração da agenda da saúde pública. As consequências sanitárias de uma enchente sem proporções na história do Rio Grande do Sul, por exemplo, reforçam um aspecto que a pandemia da Covid-19 já deixava claro: não há como olhar para o futuro da humanidade sem ter em mente a saúde.

Nesse contexto, o Brasil tem avançado para garantir o acesso universal. Desde o início do governo Lula, se firmou um compromisso real pela vida em que se promoveram mudanças radicais em relação à vacinação, ao acesso de produtos farmacêuticos, nos cuidados primários, na assistência especializada e na transição digital da saúde.

O principal desafio que temos agora é o acordo sobre a pandemia, uma decisão crítica para a sociedade humana. Reconstruiremos a ordem sanitária global após milhões de mortes ou esperamos a próxima pandemia para chorar novamente?

---

<sup>1</sup> Fonte: [O Brasil está na saúde global, por Nísia Trindade e Carlos Gadelha, por Nísia Trindade e Carlos Gadelha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br)

É verdade que há progressos. Houve consenso na resolução sobre participação social. O exemplo do SUS ajudou a OMS na decisão sobre a sociedade civil no processo de tomada de decisão das pautas relacionadas à saúde em âmbito mundial.

O Brasil também teve papel de destaque nas discussões da Economia da Saúde para Todos. O fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde foi referenciado como modelo para o mundo na política industrial e de inovação.

E foi destaque a proposta brasileira no âmbito do G20 em se criar uma Aliança Global para Produção e Inovação como um caminho concreto de redução das assimetrias globais.

Na presidência do G20, o Brasil está priorizando a formação dessa aliança, fundamental para abordar as lacunas críticas na saúde global, particularmente nos países em desenvolvimento. O objetivo é garantir resultados de saúde sustentáveis e acesso equitativo às tecnologias de saúde. O foco em doenças e populações negligenciadas traz a mensagem de que cooperar é possível e urgente.

Com isso, apesar dos países-membros da OMS não terem chegado a um consenso sobre o Acordo de Pandemias nesta 77ª Assembleia Mundial da Saúde, muito se avançou em diversas frentes, nas quais a liderança brasileira na criação de consenso foi citada em diversos momentos.

O compromisso com a ciência, a tecnologia e a produção local, assim como com o multilateralismo, a saúde global e com a OMS mostram que o Brasil se esforça para combater as desigualdades, a pobreza e a fome, ao mesmo tempo que fortalece seu posicionamento ativo e altivo perante o mundo, contribuindo para um padrão global de desenvolvimento baseado nos princípios de justiça social, sustentabilidade, generosidade e respeito à soberania dos povos e nações.



## O vento seco

**Santiago Alcázar**

E por incrível que possa parecer, passamos a metade do ano. Hoje, segunda-feira, dia 17 de junho, a primeira página do *Financial Times* estampa esta notícia: *Defense sector hiring at fastest rate since cold war as order books bulge*. O *The Guardian*, na mesma linha, também na primeira página, publica o seguinte título: *Global spending on nuclear arms rose by 13% to record \$ 91 bn in 2023*.

Essas duas manchetes sevem como contratos contra as expectativas geradas com a realização de mais um **Foro Político de Alto Nível** (HLPF, nas siglas em inglês), que irá realizar-se de 8 a 17 julho, na sede da ONU, em Nova York. Como todo ano, os representantes no **Conselho Econômico e Social (ECOSOC)** escolheram um tema para orientar as apresentações e os debates. Este ano, o tema, como sempre, vem no gerúndio: *Reinforcing the 2030 Agenda and eradicating poverty in times of multiplex crises: the effective delivery of sustainable, resilient and innovative solutions*. O gerúndio, como se sabe, é o modo do verbo que indica continuidade. Com as manchetes dos dois jornais acusando a gravidade do momento, cabe perguntar em que se apoia a pretensa continuidade no título do HLPF para este ano.

Também, como todo ano, foi feita seleção dos ODS que irão merecer atenção privilegiada no HLPF. São eles o ODS 1, erradicação da pobreza em toda parte; 2, acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e promover a agricultura sustentável; 13, agir de maneira decisiva para combater a mudança climática, bem como os seus impactos; 16, promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, bem como prover acesso à justiça para todos e criar instituições efetivas, inclusivas e responsáveis, em todos os níveis de governo; e 17, fortalecer os meios de implementação, bem como revitalizar a Parceira Global para o Desenvolvimento Sustentável.

O relatório do Secretário-Geral – *Progress towards the Sustainable Development Goals* tem 26 páginas. Os estudiosos e interessados podem consultar o documento em [https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-06/SG-SDG-Progress-Report-2024\\_05062024.pdf](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-06/SG-SDG-Progress-Report-2024_05062024.pdf). Para medir a enormidade do desafio de levar adiante a Agenda 2030 é ilustrativo deixar-se guiar pelas implicações que resultam da leitura do parágrafo primeiro. Com efeito, segundo esse primeiro parágrafo, apenas 17% dos ODS estariam bem encaminhados para alcançar as respectivas metas. A metade mostra progresso mínimo ou moderado, mas ainda assim abaixo do esperado, enquanto mais de um terço parece congelado ou em franca regressão. A seis anos de 2030, o sentimento normal seria de frustração e de pessimismo, uma vez que o progresso realizado desde 2015, quando a 70ª Sessão da AGNU adotou a, hoje histórica, resolução A/Res/70/1 – é pífilo. O trabalho para colocar os ODS no caminho certo hoje parece uma tarefa titânica, muito mais que em 2015.

Alguns pensarão que bastaria ter vontade política e recursos financeiros para romper os obstáculos e alcançar as metas em 2030. Seria grande otimismo. O parágrafo 6º menciona que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA, nas siglas em inglês) alcançou o recorde de US\$ 223,7 bilhões, em 2023. É muito pouco! A cifra corresponde a apenas 0,37% da soma dos PIBs

dos membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento<sup>2</sup>, que é um espaço inserido na OCDE para apoiar as políticas de desenvolvimentos dos países integrantes dessa Organização. Ademais, as concessões financeiras ao desenvolvimento para os países em desenvolvimento vêm caindo desde 2022. A dívida externa desses países mantém-se em níveis muito altos, tendo em conta a capacidade de suas respectivas economias. Para arrematar, o parágrafo menciona que as necessidades financeiras para que os países em desenvolvimento alcancem as metas dos ODS eleva-se a US\$ 4 trilhões, anuais.

Não fosse suficiente para enterrar qualquer expectativa de melhora, o parágrafo quarto informa que não obstante algumas reduções nas emissões de gás de efeito estufa nos países desenvolvidos, a concentração desses gases na atmosfera alcançou novo recorde em 2022. A notícia é preocupante, pois as moléculas de CO<sub>2</sub> podem ficar na atmosfera por algumas centenas de anos, o que significa que, ainda que se zere a emissão CO<sub>2</sub>, os seus efeitos permanecerão, tornando normais fenômenos como o de Porto Alegre. Naturalmente, o CO<sub>2</sub> não fica somente na atmosfera. Uma parte é absorvida por árvores e plantas, mas a maior parte vai para os oceanos. CO<sub>2</sub> mais H<sub>2</sub>O produz H<sub>2</sub>CO<sub>3</sub>, ou ácido carbônico, que reduz o pH da água e aumenta a sua acidez. O resultado é a morte do plâncton, a quebra da cadeia de alimentos submarinos e diminuição da emissão de oxigênio na atmosfera.

É claro, o SG tem ainda algumas ferramentas para expor no HLPF. Trata-se do relatório com título no gerúndio *Reinforcing the 2030 Agenda for Sustainable Development and eradicating poverty in times of multiple crises: the effective delivery of sustainable, resilient and innovative solutions*<sup>3</sup>, que sugere investimentos em sistemas de alimentos – aproximadamente 1.3 bilhões de toneladas de lixo de alimentos são produzidas todo ano por conta de práticas insustentáveis – acesso a energia – 685 milhões de pessoas não têm acesso a eletricidade – conectividade digital educação, trabalho e proteção social. Os números são muito grandes e a complexidade dos desafios que reclamam encaminhamento adequado de soluções, é inimaginável.

Todo esse enorme desafio de implementar os ODS e levar adiante a Agenda 2030 ocorre em paralelo com o aumento dos gastos com defesa, como noticiado pelos dois jornais mencionados no começo deste artigo. É possível ter paz, calma, para dedicar esforços na árdua tarefa imposta pelos desafios? É, sequer, possível, realizar a 2030? Muito dizem que se fosse hoje, a resolução A/Res/70/1 não teria sido aprovada pela AGNU. É possível, mas nesse caso a continuidade expressada pelo gerúndio não seria uma projeção para a frente, como em progresso, lento, minúsculo, insignificante, mas ainda assim progresso, para a frente, mas um regresso para o ponto de partida e talvez além.

Não parece haver instrumentos para levar adiante a 2030. Os princípios e os valores inscritos na Carta, no universo conceitual dos direitos humanos, nos acordos, nas declarações ou resoluções adotadas no multilateralismo – não foram suficientes para gerar um mundo melhor e mais justo.

Nunca estivemos mais perto de uma provável hecatombe nuclear. No artigo de Jeffrey Sachs *Presidents who gamble with nuclear Armageddon*, reproduzido no Caderno Cris/Fiocruz

---

<sup>2</sup> Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, EUA, Finlândia, França, Grécia, Países Baixos, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça

<sup>3</sup> [https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-05/HLPF%202024%20SG%20report%20Theme\\_1.pdf](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2024-05/HLPF%202024%20SG%20report%20Theme_1.pdf)

9, menciona-se que o relógio do Juízo Final<sup>4</sup> marca 90 segundo antes de meia noite, quando aconteceria o desastre. No mesmo artigo, o Professor Sachs se refere a pesquisa de opinião da Gallup, segundo a qual 58% dos norte-americanos adultos seriam contrários à política dos EUA com respeito à guerra na Ucrânia. A mesma pesquisa revela que 64% seriam contra a política levada a cabo pela administração Biden no Oriente Médio. Onde está a democracia? Quem, afinal governa?

Americanos e europeus elevaram a aposta ao permitir que o regime de Kiev use as novas armas que recebeu da Aliança Atlântica para atacar dentro do território russo. Isso equivale a traçar uma nova linha vermelha, um pouco mais a Leste, para além da linha de fronteira. É quase que como uma remarcação das fronteiras e parece com as sucessivas linhas vermelhas traçadas para marcar o avanço da OTAN para o Leste. Como irá reagir o Kremlin se as armas da OTAN forem usadas contra o território Russo. Ficarão quieto? Aceitará a nova demarcação? É improvável. Os russos jamais aceitaram submeter-se à hegemonia norte-americana e a forma mais convincente de expressar o ponto é apontando para probabilidade de usar o seu poderoso arsenal nuclear. Onde está a linha vermelha?

O comunicado conjunto assinado pela maioria dos participantes da Cúpula da Paz na Ucrânia acordou três pontos: 1) qualquer uso de energia nuclear e instalações nucleares deve ser seguro (com referência à usina de Zaporijia); 1A qualquer ameaça de uso de armas nucleares na guerra contra à Ucrânia é inadmissível; 2) assegurar a ininterrupção das cadeias de alimentos e de fertilizantes provenientes da Ucrânia e da Rússia; 3) soltura de todos os prisioneiros de guerra.



A inadmissibilidade do uso de armas nucleares no conflito na Ucrânia é uma infantilidade diante da ameaça de avanço da linha vermelha para o Leste. Seria interessante saber quantos segundos avançamos para a meia noite depois desse comunicado conjunto

<sup>4</sup> <https://thebulletin.org/doomsday-clock/>

infeliz. África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, Emirados Árabes, Indonésia, México e Índia participaram da Cúpula, mas não assinaram o documento. China sequer se fez representar.

Os que participaram e assinaram não deixaram de manifestar que a paz na Ucrânia deve fundamentar-se nos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas. Os mesmos princípios e valores, presume-se que até o presente foram ignorados por americanos e europeus para por um fim ao genocídio levado a cabo pelo regime de Tel Aviv contra o povo palestino. Os mesmos princípios e valores que impedem a implementação da Agenda 2030, do Acordo de Paris ou de qualquer compromisso com a realização de um mundo melhor.

Enquanto isso, em Gaza, os crimes continuam, impunes. O exército e a aviação israelense agem com a mesma brutalidade, insensibilidade e crueldade antes usada contra o seu povo durante a Segunda Guerra. Pelo visto, o nunca mais era somente para alguns, não para todos. Seria intolerável que também na hora da morte quisessem democratizar o sofrimento. O atropelo sem fim de notícias vai criando desgaste. A atenção se volta para outras coisas e pouco a pouco a imagem de crianças, mulheres e homens esfaqueados, arrebatados, quebrados e mortos vai se dissipando, desvanecendo sob névoas de memória. Todos tinham um nome, um rosto, um sorriso, uma voz. Pronto não ficará nada. Só o vento seco.

Recomendo visitar a página de notícias da ONU, intitulada *On the ground in Rafah: UNICEF reports lethal lack of water, services*<sup>5</sup>.

O que pretende mesmo o HLPF?

---

<sup>5</sup>[https://news.un.org/en/interview/2024/06/1151131?\\_gl=1\\*18qz3u4\\*\\_ga\\*MTQzNTE4MTA4OC4xNzE4MzgxMzM5\\*\\_ga\\_TK9BQL5X7Z\\*MTcxODY1NzI2Ny40LjEuMTcxODY1ODY2Mi4wLjAuMA](https://news.un.org/en/interview/2024/06/1151131?_gl=1*18qz3u4*_ga*MTQzNTE4MTA4OC4xNzE4MzgxMzM5*_ga_TK9BQL5X7Z*MTcxODY1NzI2Ny40LjEuMTcxODY1ODY2Mi4wLjAuMA)

## The Perils and Promise of the Emerging Multipolar World<sup>6</sup>

*Jeffrey D. Sachs*

*The world economy is experiencing a deep process of economic convergence, according to which regions that once lagged the West in industrialization are now making up for lost time*

The World Bank's [release on May 30](#) of its latest estimates of national output (up to the year 2022) offers an occasion to reflect on the new geopolitics. The new data underscore the shift from a U.S.-led world economy to a multipolar world economy, a reality that U.S. strategists have so far failed to recognize, accept, or admit.

The World Bank figures make clear that the economic dominance of the West is over. In 1994, the G7 countries (Canada, France, Germany, Italy, Japan, U.K., U.S.) constituted 45.3% of world output, compared with 18.9% of world output in the BRICS countries (Brazil, China, Egypt, Ethiopia, India, Iran, Russia, South Africa, United Arab Emirates). The tables have turned. The BRICS now produce 35.2% of world output, while the G7 countries produce 29.3%.

As of 2022, the largest five economies in descending order are China, the U.S., India, Russia, and Japan. China's GDP is around 25% larger than the U.S.' (roughly 30% of the U.S. GDP per person but with 4.2 times the population). Three of the top five countries are in the BRICS, while two are in the G7. In 1994, the largest five were the U.S., Japan, China, Germany, and India, with three in the G7 and two in the BRICS.

As the shares of world output change, so too does global power. The core U.S.-led alliance, which includes the U.S., Canada, U.K., European Union, Japan, Korea, Australia, and New Zealand, was 56% of world output in 1994, but now is only 39.5%. As a result, the U.S. global influence is waning. As a recent vivid example, when the U.S.-led group introduced economic sanctions on Russia in 2022, very few countries outside the core alliance joined. As a result, Russia had little trouble shifting its trade to countries outside the U.S.-led alliance.

The world economy is experiencing a deep process of economic convergence, according to which regions that once lagged the West in industrialization in the 19th and 20th centuries are now making up for lost time. Economic convergence actually began in the 1950s as European imperial rule in Africa and Asia came to an end. It has proceeded in waves, starting first in East Asia, then roughly 20 years later India, and for the coming 20-40 years in Africa.

These and some other regions are growing much faster than the Western economies since they have more "headroom" to boost GDP by rapidly raising education levels, boosting workers' skills, and installing modern infrastructure, including universal access to electrification and digital platforms. The emerging economies are often able to leapfrog the richer countries with state-of-the-art infrastructure (e.g., fast intercity rail, 5G, modern airports and seaports) while the richer countries remain stuck with aging infrastructure and expensive retrofits. The

---

<sup>6</sup> Publicado originalmente em *Common Dreams*, em 06 de junho de 2024. Acesso: <https://www.commondreams.org/opinion/emerging-multipolar-world> Reproduzido com autorização do Autor.

IMF's [World Economic Outlook](#) projects that the emerging and developing economies will average growth of around 4% per year in the coming five years, while the high-income countries will average less than 2% per year.

It's not only in skills and infrastructure that convergence is occurring. Many of the emerging economies, including China, Russia, Iran, and others, are advancing rapidly in technological innovations as well, in both civilian and military technologies.

China clearly has a large lead in the manufacturing of cutting-edge technologies needed for the global energy transition, including batteries, electric vehicles, 5G, photovoltaics, wind turbines, fourth generation nuclear power, and others. China's rapid advances in space technology, biotechnology, nanotechnology, and other technologies is similarly impressive. In response, the U.S. has made the absurd claim that China has an "overcapacity" in these cutting-edge technologies, while the obvious truth is that the U.S. has a significant under-capacity in many sectors. China's capacity for innovation and low-cost production is underpinned by enormous R&D spending and its vast and growing labor force of scientists and engineers.

Despite the new global economic realities, the U.S. security state still pursues a grand strategy of "primacy," that is, the aspiration of the U.S. to be the dominant economic, financial, technological, and military power in every region of the world. The U.S. is still trying to maintain primacy in Europe by surrounding Russia in the Black Sea region with NATO forces, yet Russia has resisted this militarily in both Georgia and Ukraine. The U.S. is still trying to maintain primacy in Asia by surrounding China in the South China Sea, a folly that can lead the U.S. into a disastrous war over Taiwan. The U.S. is also losing its standing in the Middle East by resisting the united call of the Arab world for recognition of [Palestine](#) as the 194th United Nations member state.

Yet primacy is certainly not possible today, and was hubristic even 30 years ago when U.S. relative power was much greater. Today, the U.S. share of world output stands at 14.8%, compared with 18.5% for China, and the U.S. share of world population is a mere 4.1%, compared with 17.8% for China.

The trend toward broad global economic convergence means that U.S. hegemony will not be replaced by Chinese hegemony. Indeed, China's share of world output is likely to peak at around 20% during the coming decade and thereafter to decline as China's population declines. Other parts of the world, notably including India and Africa, are likely to show a large rise in their respective shares of global output, and with that, in their geopolitical weight as well.

We are therefore entering a post-hegemonic, multipolar world. It too is fraught with challenges. It could usher in a new "tragedy of great power politics," in which several nuclear powers compete—in vain—for hegemony. It could lead to a breakdown of fragile global rules, such as open trade under the World Trade Organization. Or, it could lead to a world in which the great powers exercise mutual tolerance, restraint, and even cooperation, in accord with the U.N. Charter, because they recognize that only such statecraft will keep the world safe in the nuclear age.



## As articulações globais e a prevenção de cenários pandêmicos

### *Global articulations and the prevention of pandemic scenarios*

**Paula Reges**

**Luana Bermudez**

**Luiz Augusto Galvão**

**Resumo.** Em 23 de maio de 2024, o México notificou à OPAS/OMS o primeiro caso humano fatal de gripe aviária A (H5N2). O paciente morreu devido a comorbidades. A OMS avaliou o risco como baixo, e medidas de saúde pública foram implementadas. A 3ª Reunião do Grupo de Trabalho da Saúde do G20 que ocorreu em Salvador, teve agenda ampla com destaque a abordagem multissetorial dos determinantes sociais da saúde, discussões sobre saúde digital, IA, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas, enfatizando a cooperação global e equidade. Em 18 de junho foi lançado o novo report de recomendações do Painel Independente para Preparação e Resposta a pandemias, questionando a inatividade das lideranças globais. E já ao final deste mês, de 24 a 28 de junho, ocorrerá a 174ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS em Washington DC.

**Palavras-chave:** H5N2, G20, OPAS, IPPPR

**Abstract.** *On May 23, 2024, Mexico notified PAHO/WHO of the first fatal human case of avian influenza A (H5N2). The patient died due to comorbidities. The WHO assessed the risk as low, and public health measures were innovative. The 3rd Meeting of the G20 Health Working Group, which took place in Salvador, had a broad agenda highlighting the multisectoral approach to the social determinants of health, discussing digital health, AI, antimicrobial resistance and climate change, emphasizing global cooperation and equity. On June 18th the new report with recommendations from the Independent Panel on Pandemic Preparedness and Response. And at the end of this month, from June 24th to 28th, the 174th Session of the PAHO Executive Committee will take place in Washington DC.*

**Keywords:** H5N2, G20, PAHO, IPPPR

### **Lançamento do relatório do Painel Independente para Preparação e Resposta a Pandemias**

Em 18 de junho foi lançado o relatório do *Independent Panel on Pandemic Preparedness and Response (IPPPR)*, que tem como título "Sem tempo para jogar: líderes precisam se unir para prevenir pandemias", e traz alguns questionamentos sobre os compromissos firmados ou não firmados no campo de preparação, prevenção e resposta a pandemias.

O novo documento, liderado por *Ellen Johnson Sirleaf* e *Helen Clark*, propõe ações que devem ser implementadas para ajudar a tornar o mundo mais seguro, e no seu evento de lançamento em Madri já trouxe como questionamento "*H5N1 e MPOX aumentam alarme, líderes estão jogando através da negligência da preparação para pandemia*". À medida que a gripe aviária H5N1 aumenta nas populações de mamíferos e causa novas infecções humanas, e a *mpox* aumenta números expressivamente em diversos países africanos, o Painel Independente



para a Preparação e Resposta à Pandemia alerta que os líderes mundiais não fizeram o suficiente para se prepararem para ameaças pandêmicas, deixando cerca de oito mil milhões de pessoas vulneráveis.

O documento faz um balanço do progresso em relação ao pacote de recomendações que o Painel Independente fez à Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2021, após a sua revisão de oito meses de resposta à COVID-19. Em 2021, no auge da COVID-19, os documentos lançados pelo painel deixavam claro a importância da ação urgente dos líderes globais para fazer mudanças transformadoras no sistema internacional, para que houvesse uma nova abordagem ao financiamento, novas formas de gerir o acesso equitativo a produtos como vacinas e testes, e uma nova Convenção-Quadro para complementar as regras para surtos e pandemias. No entanto, o novo relatório aponta que hoje os fundos disponíveis são insignificantes em comparação com as necessidades, e os países de alta renda seguem atrelados às abordagens tradicionais de equidade baseadas na caridade. O acordo sobre a pandemia é vital e deve ser bem-sucedido, mas ainda não foi acordado. Em suma, se existisse hoje uma ameaça de pandemia – como se o H5N1 começasse a espalhar-se de pessoa para pessoa, o mundo provavelmente ficaria novamente sobrecarregado.

O relatório também aponta para progressos. O acordo da 77.<sup>a</sup> Assembleia Mundial da Saúde para as adições no RSI pode resultar numa partilha mais rápida de informações dos países e da OMS, em processos mais transparentes na decisão de uma emergência de saúde pública de interesse internacional e numa definição de uma emergência pandémica, que não foi codificado antes.

Outros progressos incluem a decisão dos Estados-Membros da OMS, em 2023, de aumentar a proporção de financiamento não reservado para o orçamento base da OMS, dando à organização mais independência na atribuição de fundos. No entanto, o documento também alerta que a OMS pode estar a gastar muito no lado operacional das emergências sanitárias, incluindo na entrega de produtos, quando deveria concentrar a atenção na excelência do apoio normativo e técnico. Dada a atenção que tanto as emergências como a excelência técnica exigem, o relatório sugere que os Estados-Membros da OMS considerem se a OMS deve ser dividida em duas entidades, para que as operações de emergência não sobrecarreguem o trabalho normativo.

As copresidentes sublinham também que é impossível saber se os países estão preparados para uma pandemia, com base nas atuais ferramentas e métricas de avaliação. O relatório mostra que, embora as autoavaliações voluntárias tenham atingido um nível recorde em 2023, a raridade de avaliações externas conjuntas, a falta de visibilidade dos planos nacionais e as limitações nos tipos de informação recolhidas fornecem apenas uma imagem fragmentada da preparação dos países.

O relatório estabelece várias medidas que devem ser tomadas para implementar o pacote de recomendações do Painel Independente e tornar o mundo mais seguro contra ameaças pandêmicas. Os governos, as instituições financeiras internacionais, as organizações internacionais e regionais e a OMS devem considerar o seguinte como prioridades:

#### 1. Regras pandêmicas

- Em julho, os Estados-Membros da OMS devem definir novas formas de trabalhar para progredir no acordo sobre a pandemia. As novas modalidades devem incluir a inclusão de peritos

independentes e da sociedade civil. O acordo sobre a pandemia deverá ser adotado até dezembro de 2024.

- Os Estados-Membros e a OMS devem respeitar imediatamente o Regulamento Sanitário Internacional alterado e preparar-se para a sua entrada em vigor até junho de 2025.

## 2. Liderança Multissetorial

- Em setembro, por ocasião da Assembleia Geral da ONU, um novo Grupo de Campeões para Prevenir Pandemias, composto por antigos e atuais líderes, devem ser estabelecidos.

- Na Cimeira do Futuro, em setembro, a AGNU deverá adotar uma nova Plataforma de Emergência para questões globais complexas como parte do Pacto para o Futuro. A plataforma deve expandir para incluir preparativos para emergências

## 3. Responsabilidade

- Em Outubro, o Conselho de Monitorização da Preparação Global deverá ser constituído totalmente independente e dissociado da OMS, ou deverá ser criado um novo conselho independente de monitorização da PPR, semelhante ao IPCC. O acordo pandêmico deve incluir um mecanismo de implementação e cumprimento.

## 4. Finanças

- O Fundo para a Pandemia deverá ter uma ronda de doações bem-sucedida de fundos antes do G20 de novembro. O G20 deve traçar planos para converter o Fundo para a Pandemia num mecanismo de preparação e de reforço baseado num modelo de investimento público global.

## 5. Contramedidas Médicas Equitativas

- No G20 deste ano e do próximo, o Brasil, a África do Sul e outros países de rendimento médio devem indicar a necessidade de abandonar um modelo de caridade para o acesso a contramedidas médicas e passar para um modelo de resiliência regional, geração de conhecimento e partilha de tecnologia para travar surtos, gerindo contramedidas como parte dos bens comuns globais.

## 6. Uma OMS independente e com mais autoridade

- Na reunião do G20 de novembro, os Estados-Membros devem cumprir os marcos da ronda de investimento da OMS e reafirmar o seu compromisso com o financiamento não reservado.

- O Conselho Executivo de Janeiro de 2025 deverá iniciar uma abordagem de mandato único para o Director-Geral e os Directores Regionais, e a OMS deverá trabalhar para despolitizar as nomeações de quadros superiores.

## 7. Preparação dos países

- Os países devem garantir que possuem planos pandêmicos atualizados com base nos parâmetros de referência da OMS. A OMS deve atualizar os instrumentos de avaliação em conformidade com o RSI alterado e com abordagens mais amplas de todo o governo e da sociedade; e deveria começar a publicar avaliações anuais claras sobre a preparação dos países.

O relatório sublinha que há cerca de cinquenta por cento de probabilidade de o mundo poder enfrentar outra ameaça pandêmica da mesma escala que a COVID-19 nos próximos 25 anos, tornando ainda mais importante investir na preparação agora.

“Não há necessidade de continuar a aprender. Em vez de jogar, os líderes podem tomar decisões práticas e aplicar essas lições. Por que eles fariam qualquer outra escolha?”, concluiu Ellen Johnson Sirleaf.

### **174ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde**

A 174ª sessão do CE terá lugar entre os dias 24 e 28 de junho, na sede da OPAS, em Washington DC. O Comitê Executivo (CE) da OPAS é um dos três órgãos diretores da Organização, junto com a Conferência Sanitária Pan-Americana e o Conselho Diretor. O CE se reúne duas vezes ao ano e é formado por nove Estados Membros da região, escolhidos pela Conferência ou pelo Conselho para mandatos de três anos.

Além de assuntos administrativos e financeiros, o Comitê também trata de assuntos relativos aos programas e políticas da OPAS. Destacam-se a estratégia sobre inteligência epidêmica para fortalecer o alerta precoce das emergências de saúde de 2024-2029, a política para fortalecer a atuação do setor da saúde em relação às mudanças climáticas com equidade, e o plano de ação para fortalecer os sistemas de informação para a saúde de 2024-2030, bem como a política sobre cuidados de longo prazo. Serão discutidas também a estratégia e o plano de ação para reduzir a carga da sepse por meio de uma abordagem integrada para o período de 2025-2029, além da estratégia e do plano de ação para fortalecer o controle do tabaco na Região das Américas de 2025-2030. Outro tema importante será a estratégia para fortalecer as funções essenciais de saúde pública visando acelerar a transformação dos sistemas de saúde entre 2024 e 2034, e a estratégia de integração da atenção cirúrgica e dos cuidados intensivos e de urgências para o período de 2025-2030. A reunião também tratará do relatório preliminar da avaliação de final de biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022-2023 e do segundo relatório interino sobre a execução do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025.

Além disso, serão abordados o roteiro para a elaboração do Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2026-2031, o relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS, e a implementação do Regulamento Sanitário Internacional. Será discutido o plano de ação sobre entomologia e controle de vetores 2018-2023, com a apresentação do relatório final, bem como o plano de ação para a sustentabilidade da eliminação do sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita 2018-2023. Outro ponto de discussão será o plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023, além do plano de ação sobre recursos humanos para o acesso universal à saúde e cobertura universal de saúde 2018-2023. Serão apresentados relatórios finais sobre o acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias de saúde estratégicas e de alto custo. Também haverá relatórios de progresso sobre questões técnicas, incluindo as disparidades no acesso e utilização dos serviços de saúde por pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans, o roteiro para a transformação digital do setor da saúde na Região das Américas, e a estratégia sobre legislação relacionada à saúde. Por fim, serão discutidas resoluções e outras ações de organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS, incluindo organizações de integração sub-regional, além das decisões tomadas na 77ª Assembleia Mundial da Saúde.

### **Gripe Aviária e as adições ao RSI**

Em 23 de maio de 2024, o Ponto Focal Nacional do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) do México notificou à OPAS/OMS um caso fatal confirmado de infecção humana pelo vírus da gripe aviária A (H5N2) detectado em um residente de 59 anos do Estado do México que foi hospitalizado na Cidade do México. Este é o primeiro caso humano confirmado em laboratório de infecção pelo vírus influenza A (H5N2) relatado globalmente e a primeira infecção aviária

pelo vírus H5 em uma pessoa relatada no México. Embora a fonte de exposição ao vírus neste caso seja atualmente desconhecida, o vírus A(H5N2) foi relatado em aves no mesmo País. De acordo com o RSI (2005), uma infecção humana causada por um novo subtipo do vírus influenza A é um evento que tem potencial para um elevado impacto na saúde pública e deve ser notificado à OMS. Com base nas informações disponíveis, até 14 de junho de 2024, a OMS avalia como baixo o risco atual para a população em geral representado por este vírus. A avaliação do risco será revista caso sejam disponibilizadas mais informações epidemiológicas ou virológicas. A análise genética feita pelas autoridades mexicanas identificou que o vírus do paciente tem uma semelhança de 99% com a cepa obtida durante 2024 em aves no estado de Texcoco, no México.

Um grupo nacional multidisciplinar de especialistas foi formado para investigar a causa da morte. Incluiu especialistas em doenças infecciosas, pneumologistas, microbiologistas e profissionais de terapia intensiva. Após análise do historial clínico e dos registos do paciente, a equipe multidisciplinar nacional concluiu, no dia 6 de junho, que, embora o paciente tivesse uma infecção confirmada laboratorialmente pelo vírus da gripe aviária A (H5N2), morreu devido a complicações das suas comorbidades.

Nenhum outro caso foi relatado durante a investigação epidemiológica. Os 17 contatos identificados e monitorizados no hospital onde o homem morreu e 12 contatos adicionais perto da sua residência, foram testados e os resultados foram negativos para o vírus influenza. As amostras destas pessoas foram colhidas um mês após o início agudo da doença no paciente com infecção confirmada por influenza A (H5N2). Os resultados das amostras sorológicas estão pendentes.

Os vírus da gripe animal normalmente circulam em animais, mas também podem infectar humanos. As infecções em humanos foram adquiridas principalmente através do contato direto com animais infectados ou ambientes contaminados. Dependendo do hospedeiro original, os vírus influenza A podem ser classificados como influenza aviária, influenza suína ou outros tipos de vírus influenza animal.

As infecções pelo vírus da gripe aviária em humanos podem causar infecções leves a graves do trato respiratório superior e foram relatadas mortes associadas à gripe em pessoas com ou sem comorbidades. Conjuntivite, sintomas gastrointestinais, encefalite e encefalopatia também foram relatados.

Testes laboratoriais são necessários para diagnosticar a infecção humana pela gripe. A OMS atualiza periodicamente os protocolos de orientação técnica para a detecção da gripe zoonótica utilizando métodos moleculares, por ex. RT-PCR. As evidências sugerem que alguns medicamentos antivirais, nomeadamente os inibidores da neuraminidase (oseltamivir, zanamivir), podem reduzir a duração da replicação viral e melhorar as perspectivas de sobrevivência em alguns casos.

Sempre que os vírus da gripe aviária circulam nas aves, existe o risco de infecção e de pequenos grupos de casos humanos devido à exposição a aves infectadas ou a ambientes contaminados. Portanto, casos humanos esporádicos não são inesperados. Casos humanos de infecção por outros subtipos A(H5), incluindo os vírus A(H5N1), A(H5N6) e A(H5N8), foram relatados anteriormente. As evidências epidemiológicas e virológicas disponíveis até agora sugerem que os vírus A(H5) de eventos anteriores não adquiriram a capacidade de sustentar a transmissão entre humanos, pelo que o risco de propagação sustentada entre humanos

permanece avaliado como baixo. De acordo com a informação disponível até ao momento, não foram detectados mais casos humanos de infecção por A(H5N2) associados a este caso.

A identificação deste caso disparou diferentes níveis de resposta em nível local, nacional, regional e global. As autoridades de saúde locais e nacionais relatam a implementação de diversas medidas de saúde pública, que incluem a investigação epidemiológica dos casos e contatos; o acompanhamento de profissionais da saúde com histórico de contato com o paciente; o análise das tendências de pneumonia e broncopneumonia, infecções respiratórias agudas e conjuntivite pelos serviços de saúde da Cidade do México e do Estado do México; a identificação de cadeias de transmissão e fatores de risco no município onde residia o caso, no Estado do México e arredores; treinamento baseados nos guidelines nacionais para preparação, prevenção e resposta a um surto ou evento de influenza zoonótica na interface animal-humano; emissão de comunicados de imprensa e informações gerais a população e profissionais, dentre outras ações.

A OPAS/OMS implementou medidas para reforçar a vigilância de rotina e de eventos na interface homem-animal com os Centros Colaboradores da OMS e parceiros estratégicos; para melhorar a capacidade de diagnóstico molecular para detecção de doenças zoonóticas através da transferência de conhecimentos, formação e apoio técnico, com ênfase recente na gripe aviária A (H5N1); reforço da capacidade nacional para o envio imediato de amostras humanas e animais aos centros colaboradores da OMS para caracterização adicional e/ou análise da composição da vacina; fortalecimento técnico das capacidades de comunicação de riscos para eventos na interface homem-animal; treinamento em gestão clínica sobre tratamento da influenza zoonótica, prevenção e controle de infecções; e publicou recomendações para fortalecer o trabalho intersetorial em vigilância, detecção precoce e pesquisa na interface homem-animal.

Não existem vacinas específicas para prevenir a infecção pelo vírus influenza A(H5) em humanos. Vacinas candidatas para prevenir a infecção por A(H5) em humanos foram desenvolvidas para fins de preparação para uma pandemia. A análise atenta da situação epidemiológica, a caracterização mais aprofundada dos vírus mais recentes (em humanos e aves) e as investigações serológicas são fundamentais para avaliar os riscos associados e para ajustar as medidas de gestão dos riscos em tempo útil.

Com base nas informações disponíveis, a OMS avalia como baixo o risco atual para a população em geral representado por este vírus. Se necessário, a avaliação dos riscos será revista caso sejam disponibilizadas mais informações epidemiológicas ou virológicas, incluindo informações sobre os vírus A(H5N2) detectados nas populações animais locais.

Devido à natureza em constante evolução dos vírus da gripe, a OMS continua a sublinhar a importância de uma investigação epidemiológica completa e oportuna e de uma vigilância global para detectar e monitorizar alterações virológicas, epidemiológicas e clínicas associadas aos vírus da gripe emergentes ou circulantes que possam afetar a saúde humana e animal e compartilhamento oportuno de vírus para avaliação de risco.

Quando houver exposição humana a um surto conhecido de um vírus da gripe A em aves domésticas, aves selvagens ou outros animais, ou quando tiver sido identificado um caso humano de infecção por esse vírus, torna-se necessária uma vigilância reforçada em populações humanas potencialmente expostas. A vigilância reforçada deve considerar o comportamento de procura de cuidados de saúde da população. Poderia incluir uma série de abordagens ativas e passivas de cuidados de saúde e/ou baseadas na comunidade, incluindo vigilância reforçada em

sistemas locais, rastreio ativo em hospitais e de grupos que possam estar em maior risco ocupacional de exposição, e inclusão de outras fontes, tais como curandeiros tradicionais, médicos privados e laboratórios de diagnóstico privados.

No caso de uma infecção humana confirmada ou suspeita causada por um novo vírus influenza A com potencial pandêmico, incluindo o vírus da gripe aviária, uma investigação epidemiológica completa (mesmo enquanto se aguarda os resultados laboratoriais confirmatórios) de um histórico de exposição a animais e/ou viagens deve ser realizada juntamente com o rastreamento de contatos. A investigação epidemiológica deve incluir a identificação precoce de eventos incomuns que possam sinalizar a transmissão do novo vírus de pessoa para pessoa. As amostras clínicas colhidas de casos humanos suspeitos devem ser testadas e enviadas para um Centro de Colaboração da OMS para posterior caracterização.

Os viajantes para países com surtos conhecidos de gripe animal devem evitar explorações agrícolas, contacto com animais em mercados de animais vivos, entrar em áreas onde os animais possam ser abatidos ou contacto com quaisquer superfícies que possam ter sido contaminadas com fezes de animais. Os viajantes também devem lavar as mãos frequentemente com água e sabão. Os viajantes devem seguir boas práticas de segurança alimentar e de higiene alimentar. Caso indivíduos infectados de áreas afetadas viajem internacionalmente, a sua infecção pode ser detectada noutro país durante a viagem ou após a chegada. Se isto ocorrer, uma maior propagação a nível comunitário é considerada improvável, uma vez que este vírus não adquiriu a capacidade de se transmitir facilmente entre humanos.

Todas as infecções humanas causadas por um novo subtipo do vírus da gripe A são notificáveis ao abrigo do RSI, e os Estados Partes nos regulamentos são obrigados a notificar imediatamente a OMS de qualquer caso confirmado laboratorialmente de uma infecção humana recente causada por um vírus da gripe A com potencial para causar uma pandemia. Evidência de doença não é necessária para este relatório. A OMS não aconselha rastreios especiais aos viajantes nos pontos de entrada ou restrições relativamente à situação actual dos vírus da gripe na interface homem-animal.

### **Cosmos G20 e articulação GT-Saúde**

Como mencionado em nosso informe anterior, muitas expectativas são tidas pela articulação OMS e G20, sobretudo no que tange o round de investimentos proposto às margens da reunião Ministerial. E nas discussões preparatórias muitos outros tópicos são também abarcados pela sinergia de envolvimento e áreas de atuação. De 2 a 6 de junho em Salvador, quando ocorreu a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho da Saúde, foi ressaltada a necessidade de uma abordagem multissetorial para abordar os determinantes sociais da saúde, integrando educação, habitação e emprego nas políticas de saúde pública. Durante o evento, os delegados participaram em discussões plenárias, bem como em seis eventos paralelos temáticos sobre uma variedade de questões de saúde essenciais para o avanço da agenda de desenvolvimento sustentável. Estes incluem cuidados de saúde primários, saúde digital, resistência antimicrobiana, inteligência artificial (IA) na saúde e alterações climáticas, entre outros.

A Região das Américas é uma das mais vulneráveis a fenômenos climáticos extremos, com economias dependentes de fatores sensíveis ao clima, como a agricultura e o turismo. As Américas também enfrentam elevados níveis de desigualdade social, afetando comunidades ainda mais vulneráveis e aumentando os desafios enfrentados devido às alterações climáticas. Durante as sessões plenárias do evento, a OPAS apelou a uma ação coletiva e coordenada para preparar, prevenir e abordar o impacto das alterações climáticas no sector da saúde. A

Organização também sublinhou a necessidade de uma abordagem da saúde às alterações climáticas, com enfoque na equidade, bem como do envolvimento das comunidades mais impactadas neste debate.

O evento Inteligência Artificial para apoiar a saúde pública, organizado conjuntamente por OMS, a OPAS, o Wellcome Trust, o Fórum Econômico Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o UNICEF, destacou as principais questões em torno da aplicação de tecnologias de IA em cuidados de saúde. Os participantes discutiram o potencial das novas tecnologias para melhorar a equidade e o acesso à saúde em áreas mal servidas e com poucos recursos, bem como a utilização ética da IA e questões de segurança cibernética. Durante o evento, a Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde do Brasil, Ana Estela Haddad, destacou o trabalho da OPAS nesta área, especialmente no que diz respeito à concepção, planejamento e implementação de políticas nacionais sobre saúde digital e IA. A Fiocruz foi representada pelo Dr Mauricio Barreto, que coordena o CIDACS.

A resistência antimicrobiana foi um item chave da agenda durante os eventos Fortalecimento da cooperação global para fortalecer a implementação de planos de ação nacionais para combater a resistência antimicrobiana (RAM), coorganizados pela OPAS, OMS e Brasil, e Acesso a novos medicamentos: um impulso para otimizar a Resposta à RAM, em conjunto com a Parceria Global de Investigação e Desenvolvimento de Antibióticos (GARDP). Durante os eventos, a OPAS destacou a importância dos planos de ação nacionais para combater a RAM com base numa abordagem transversal e multissetorial, em vez de uma abordagem específica para cada doença. Os planos de ação devem ser centrados nas pessoas e implementados através de um pacote de intervenções com boa relação custo-eficácia para diminuir o fardo da RAM e realçar os benefícios para a saúde pública da abordagem desta questão.

Organizado pela OPAS em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, o evento *Financiamento sustentável para cuidados primários de saúde: Construindo a base de sistemas de saúde resilientes*, ressaltou a importância de sistemas de saúde resilientes ancorados na APS. Durante o evento, Brasil, Chile e Colômbia apresentaram suas experiências de fortalecimento de seus sistemas nacionais de saúde por meio de investimentos estratégicos em infraestrutura, tecnologia digital e força de trabalho multidisciplinar em saúde. Os organizadores também apresentaram seu trabalho colaborativo na Aliança para a Atenção Primária à Saúde, que apoia a aceleração da APS em todos os países da Região da América por meio do investimento, da inovação e da implementação na matéria.

Dois eventos técnicos, 'Promover a equidade e a sustentabilidade: alavancar parcerias e aquisições conjuntas para o acesso às tecnologias de saúde e construir capacidade de produção regional', e 'Aproveitar a experiência: estabelecer uma cadeia de valor sustentável para a inovação de produtos de saúde adequados à finalidade e a produção regional através de parcerias', destacaram a necessidade de acesso equitativo à inovação para a saúde. Durante os eventos, os participantes discutiram a importância de uma aliança liderada pelos governos do G20 para criar e implementar modelos de inovação, produção e transferência de tecnologia, e apelaram ao acesso equitativo aos produtos resultantes em toda a região. A OPAS defendeu o aumento da produção local e instou os países, e a região como um todo, a colmatar as lacunas na investigação e desenvolvimento. Dado que o G20 mantém o seu papel fundamental na promoção da cooperação internacional, a reunião sublinhou o compromisso das partes interessadas globais no avanço das agendas de saúde pública além-fronteiras, bem como na capacitação das comunidades em todo o mundo.



## 56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, entre esperanças e contradições

*Armando De Negri Filho*

No dia 18 de junho de 2024 inicia a **56ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU**. A agenda sempre muito variada, como o são os múltiplos campos do direito humano e suas expressões no conjunto de países do mundo, conta nesta segunda sessão do ano com toda uma gama de informes apresentados pelo Alto Comissariado dos Direitos Humanos, incluindo o informe anual do Alto Comissário, o qual depois será apresentado também na Assembleia Geral da ONU. A síntese da agenda e os links das quatro semanas de trabalho se encontra traduzida na sequência deste informe.

Como já se havia anunciado em nossos informes quinzenais desde 2022, o imenso impacto da Pandemia de Covid19 vai perdendo força como ponto de inflexão e debates no Conselho, ao ponto de que o informe *“Compilação de boas práticas na contribuição do desenvolvimento para a promoção e proteção de todos os direitos humanos no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19”*, cuja apresentação deveria ocorrer nesta 56ª Sessão, ter sido adiado para a 57ª Sessão (segundo semestre de 2024), sem maiores considerações ou explicações.

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/061/44/pdf/g2406144.pdf?token=LOPL2E8knC0pmUZ4Dx&fe=true>

Cabe destaque a publicação, em 12 de junho, do anúncio da Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, que em um novo **relatório**, afirmou que as autoridades israelenses são responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante as operações militares e ataques em Gaza, desde 07 de outubro de 2023. A Comissão considerou igualmente que os grupos armados palestinos são responsáveis por crimes de guerra cometidos em Israel.

O relatório da Comissão – a primeira investigação aprofundada da ONU sobre os eventos ocorridos desde 7 de outubro de 2023 – é baseado em entrevistas com vítimas e testemunhas, realizadas remotamente e durante uma missão a Turquia e ao Egito, milhares de itens de código aberto verificados por meio de análises forenses avançadas, centenas de submissões, imagens de satélite e relatórios médicos forenses. Israel obstruiu as investigações da Comissão e impediu o seu acesso a Israel e aos Territórios Palestinos Ocupados. "É imperativo que todos aqueles que cometeram crimes sejam responsabilizados", disse Navi Pillay, presidente da Comissão.

Ganham também destaque neste arranque da 56ª sessão o informe do Alto Comissário e o informe do Alto Comissariado sobre os serviços públicos.

Do relatório do Alto Comissário, vale destacar suas conclusões e recomendações, onde se afirma que em 2023, quando o mundo comemorou o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a humanidade continuou a enfrentar uma série de desafios em espiral.

Não menos importante, uma onda de cerca de 55 conflitos em todo o mundo devastou vidas e meios de subsistência, com violações generalizadas dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário.

O mundo também continuou a lidar com desafios relacionados à triple crise planetária – de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição; riscos e oportunidades relacionados à governança de inteligência artificial e tecnologias digitais; juntamente com as crescentes desigualdades e polarização dentro e entre as sociedades.

A iniciativa *Direitos Humanos 75* proporcionou uma oportunidade vital para que voltemos a nos comprometer com a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e refletir sobre as conquistas para promovê-los em todo o mundo, bem como as falhas e lições aprendidas.

A iniciativa demonstrou que os direitos humanos continuam a ter um poder real para unificar as pessoas em um momento em que, como uma família humana coletiva, todos precisam se unir urgentemente para enfrentar os desafios existenciais que o mundo está enfrentando. A iniciativa confirmou ainda o valor de colocar os direitos humanos no centro dos sistemas de governança nacionais e internacionais, promovendo o bem comum fundamental da paz e catalisando transformações profundas das economias dos Estados e das relações dos povos com o planeta e com as tecnologias digitais.

‘O acompanhamento efetivo dos quase 800 compromissos de *Direitos Humanos 75*, por todas as partes interessadas relevantes, é um componente-chave para manter o ímpeto gerado pela iniciativa, e parte dos esforços para alcançar uma mudança positiva na situação dos direitos humanos. Além disso, o Alto Comissariado fez oito recomendações para orientar o trabalho futuro e servir como contribuição para a Cúpula do Futuro de 2024: (a) Apoiar o eleitorado global para os direitos humanos; (b) Colocar os direitos humanos no centro da prevenção e da consolidação da paz; (c) Transformar economias com igualdade e sustentabilidade no centro; (d) Ação ambiental no terreno, incluindo em matéria de alterações climáticas, a perspectiva dos direitos humanos; (e) Garantir uma governança responsiva por meio da plena participação e do fim da impunidade; (f) Assegurar que a tecnologia e a ciência estejam ao serviço da humanidade; (g) Assegurar a participação significativa dos jovens e das crianças no processo de tomada de decisões; (h) Fortalecer o sistema de direitos humanos.’

“De forma mais ampla, o trabalho do Escritório e os desafios e oportunidades enfrentados em 2023 demonstraram que um sistema de proteção dos direitos humanos robusto, eficaz, imparcial e transparente é vitalmente necessário. A paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos – os três pilares do sistema das Nações Unidas – estão interligados e reforçam-se mutuamente. Reconhecendo seu igual valor e importância, os Estados são instados a reconhecer o valor de investir em direitos humanos e no ecossistema mais amplo de direitos humanos. Para além das medidas urgentemente necessárias para fazer face às pressões imediatas adicionais decorrentes da crise de liquidez que o Secretariado enfrenta, é necessário um aumento acentuado do financiamento do pilar das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, nomeadamente para assegurar pessoal e conhecimentos especializados adequados em todas as regiões e países. A Cúpula do Futuro constitui uma oportunidade importante para reforçar de forma eficaz e duradoura o pilar dos direitos humanos das Nações Unidas, em benefício de todos os povos.”

Professemos a Esperança sem deixar-nos enganar pela retórica diplomática, trabalhemos pela plenitude dos direitos humanos no campo político, econômico e social. Por uma economia política radicalmente orientada pelos direitos humanos.

Mas, para tanto, necessitamos recuperar o conceito e os exercícios de constituição de bens públicos; comecemos mirando com carinho nossos serviços públicos e o que os ameaça.

Em uma manifestação dos turvos limites entre o público e o privado no atual momento das Nações Unidas e do mundo, o *informe sobre os serviços públicos*, em suas conclusões, afirma: “63. Os Estados devem assegurar que a privatização e as parcerias público-privadas dos prestadores de serviços essenciais contribuam e facilitem a disponibilidade, a acessibilidade, o acesso econômico e a qualidade dos serviços. É importante que a regulamentação e os passos em direção à privatização e às parcerias público-privadas garantam o respeito aos direitos humanos e equilibrem adequadamente as necessidades públicas e os objetivos empresariais. Os Estados devem regular e monitorar adequadamente os atores públicos e privados que prestam serviços públicos e garantir que todos eles, inclusive aqueles em parcerias público-privadas, respeitem os padrões de direitos humanos e proporcionem acesso equitativo a serviços de qualidade. O envolvimento das empresas de tecnologia na prestação de serviços públicos também deve ser devidamente regulamentado para proteger os direitos humanos.”

Convenhamos que no marco de um relatório focado nos serviços públicos é incompreensível tal permissividade com os elementos privados, com tudo que sabemos dos efeitos desastrosos das privatizações selvagens de serviços desde os anos 90 e do uso de alianças público privadas totalmente focadas nos interesses do capital financeiro e seus agentes, particularmente no Sul Global. Ora, este deslizamento revela algo presente de forma poderosa nos debates sobre direitos humanos, onde o utilitarismo e o ganho de escala mediante garantias de cobertura do risco financeiro por parte do Estado, ou seja, dos impostos sobre o trabalho da cidadania, permite ao setor privado predador se instalar de forma selvagem nos sistemas de saúde vários países.

O link para o informe, de muito interesse para os temas de saúde global, apesar desse elemento preocupante, e a tradução das conclusões se encontram no corpo deste informe.

Não poderia fechar este breve informe sem sugerir a leitura dos aforismas coletados por *Claudio Schuftan*, do Movimento pela Saúde dos Povos, o qual desde Ho Chi Min propõe pensamentos para nutrir uma reflexão sobre os direitos humanos: “Política e DH: quem está se beneficiando?”. Cláudio sugere, citando Luís Mesina, que “o importante é qual lado da luta social tomamos para não aparecer defendendo os interesses da classe social super-exploradora”. E arremata com: “Fingir ser de esquerda, em conluio com a social-democracia de direita, é uma forma grosseira e desajeitada de encobrir uma traição”. (Antônio Gramsci, (1891-1933).

Portanto, sejamos cuidadosos com os direitos humanos e, em particular, com os humanos.

## **1. Conselho de Direitos Humanos - 56ª. sessão ordinária - 18 de junho a 12 de julho de 2024**

<https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/human-rights-council-hold-its-fifty-sixth-regular-session-18-june-12-july-2024?sub-site=HRC>

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas realizará sua 56ª. sessão ordinária de 18 de junho a 12 de julho de 2024, no Palais des Nations, em Genebra.

A sessão terá início às 10h de terça-feira, 18 de junho, sob a presidência do embaixador Omar Zniber (Marrocos). A abertura terá a participação do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk. O Conselho reunir-se-á na sala XX do Palácio das Nações.

O Conselho tem diante de si mais de 60 relatórios e realizará 28 diálogos interativos com os detentores de mandatos dos Procedimentos Especiais e mecanismos de investigação. Realizará diálogos interativos com o Alto Comissário sobre o seu relatório anual, sobre os seus relatórios sobre Mianmar, sobre a República Bolivariana da Venezuela, sobre a Colômbia, e sobre a sua apresentação oral sobre a Ucrânia.

O Conselho realizará o seu debate anual sobre os direitos humanos das mulheres em dois painéis: sobre a violência econômica contra as mulheres e as meninas; e sobre a economia dos direitos humanos e os direitos das mulheres, respectivamente. Além disso, realizará seu painel quadrienal de discussão sobre a promoção dos direitos humanos por meio do esporte e do ideal olímpico e sobre a promoção da inclusão no e através do esporte; o seu painel anual de discussão sobre os impactos adversos das alterações climáticas nos direitos humanos, sobre a garantia da resiliência dos meios de subsistência no contexto do risco de perdas e danos relacionados com os efeitos adversos das alterações climáticas; e o seu painel temático anual de discussão sobre assistência técnica e reforço das capacidades, sobre o reforço da cooperação técnica e o reforço das capacidades na implementação das recomendações da Revisão Periódica Universal.

O Conselho manterá diálogos interativos: com o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão; sobre a primeira atualização oral da Missão Internacional Independente de Investigação para o Sudão; e com a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel.

O Conselho ouvirá igualmente: as apresentações do relatório intercalar do Secretário-Geral sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irão; e a atualização oral do Alto Comissariado sobre a promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua. Realizará um diálogo interativo com o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia.

Sobre a promoção e proteção de todos os direitos humanos, o Conselho realizará diálogos interativos separados sobre: procedimentos especiais sobre a proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero; direitos humanos das pessoas deslocadas internamente; eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares; violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências; direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental; direito à educação; independência dos juízes e advogados; direitos humanos dos migrantes; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; direitos humanos e solidariedade internacional; discriminação contra mulheres e meninas; direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação; promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas; e sobre pobreza extrema e direitos humanos.

Sobre as situações em matéria de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, o Conselho debaterá a situação dos direitos humanos na Bielorrússia, na República Árabe Síria, no Burundi, em Myanmar e na República Bolivariana da Venezuela.

Relativo à assistência técnica e ao reforço das capacidades, o Conselho analisará a situação na Líbia, na República Centro-Africana, na Ucrânia e na Colômbia.

Também serão considerados os resultados finais da Revisão Periódica Universal de 14 Estados, nomeadamente: Arábia Saudita, Senegal, China, Nigéria, Maurícias, México, Jordânia, Malásia, República Centro-Africana, Mónaco, Belize, Chade, República do Congo e Malta.

De quarta-feira à tarde até quinta-feira, 11 de julho e até ao final de sexta-feira, 12 de Julho, o Conselho tomará medidas sobre projetos de resolução e decisões, nomeará um certo número de titulares de mandatos de Procedimentos Especiais e, em seguida, encerrará a sessão.

A ordem do dia detalhada e mais informações sobre a 56ª. sessão pode ser encontrada na [página web da sessão](#). Os relatórios a serem apresentados estão disponíveis [aqui](#). Todas as reuniões desta sessão são transmitidas pela [ONU Web TV](#).

## **Conselho de Direitos Humanos**

O Conselho de Direitos Humanos é um órgão intergovernamental dentro do sistema das Nações Unidas, composto por 47 Estados, que são responsáveis por fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo. O Conselho foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de março de 2006 com o objetivo principal de abordar situações de violações de direitos humanos e fazer recomendações sobre elas.

A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua 56ª. sessão é a seguinte: Albânia (2026); Argélia (2025); Argentina (2024); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benim (2024); Brasil (2026); Bulgária (2026); Burundi (2026); Camarões (2024); Chile (2025); China (2026); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2026); Cuba (2026); República Dominicana (2026); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2026); Gâmbia (2024); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Gana (2026); Honduras (2024); Índia (2024); Indonésia (2026); Japão (2026); Cazaquistão (2024); Kuwait (2026); Quirguistão (2025); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2026); Malásia (2024); Maldivas (2025); Montenegro (2024); Marrocos (2025); Países Baixos (Reino do) (2026); Paraguai (2024); Qatar (2024); Romênia (2025); Somália (2024); África do Sul (2025); Sudão (2025); Emirados Árabes Unidos (2024); Estados Unidos da América (2024); e Vietnã (2025). O prazo de participação de cada Estado expira no ano indicado entre parênteses.

O presidente do Conselho de Direitos Humanos em 2024 é Omar Zniber (Marrocos). Os quatro vice-presidentes são Febrian Ruddyard (Indonésia); Darius Staniulis (Lituânia); Marcela Arias (Honduras); e Heidi Schroderus-Fox (Finlândia). Staniulis também atua como relator do órgão com sede em Genebra.

Informações sobre a 56ª. sessão podem ser encontradas [aqui](#), incluindo a ordem do dia anotada e os relatórios a serem apresentados.

## **2. Autoridades israelenses e grupos armados palestinos são responsáveis por crimes de guerra, outras graves violações do direito internacional, aponta inquérito da ONU**

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/06/israeli-authorities-palestinian-armed-groups-are-responsible-war-crimes?sub-site=HRC>

**Genebra, 12 jun 2024 (Lusa)** – As autoridades israelenses são responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante as operações militares e ataques em Gaza desde 07 de outubro de 2023, anunciou a Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, num novo [relatório](#). A Comissão considerou igualmente que os grupos armados palestinos são responsáveis por crimes de guerra cometidos em Israel.

O relatório da Comissão – a primeira investigação aprofundada da ONU sobre os eventos ocorridos em e desde 7 de outubro de 2023 – é baseado em entrevistas com vítimas e testemunhas realizadas remotamente e durante uma missão a Turquia e Egito, milhares de itens de código aberto verificados por meio de análises forenses avançadas, centenas de submissões, imagens de satélite e relatórios médicos forenses. Israel obstruiu as investigações da Comissão e impediu o seu acesso a Israel e aos Territórios Palestinos Ocupados.

"É imperativo que todos aqueles que cometeram crimes sejam responsabilizados", disse Navi Pillay, presidente da Comissão. "A única maneira de interromper os ciclos recorrentes de violência, incluindo agressão e retaliação de ambos os lados, é garantir a estrita observância do direito internacional."

"Israel deve parar imediatamente suas operações militares e ataques em Gaza, incluindo o ataque a Rafa, que custou a vida de centenas de civis e novamente deslocou centenas de milhares de pessoas para locais inseguros sem serviços básicos e assistência humanitária", disse Pillay. "O Hamas e os grupos armados palestinos devem cessar imediatamente os ataques com foguetes e libertar todos os reféns. A tomada de reféns constitui um crime de guerra".

Em relação às operações militares israelenses e aos ataques em Gaza, a Comissão considerou que as autoridades de Israel são responsáveis pelos crimes de guerra de fome como método de guerra, assassinio ou homicídio doloso, dirigindo intencionalmente ataques contra civis e objetos civis, transferência forçada, violência sexual, tortura e tratamento desumano ou cruel, detenção arbitrária e ofensa à dignidade pessoal.

A Comissão considerou que também foram cometidos crimes contra a humanidade de extermínio, perseguição de gênero contra homens e rapazes palestinos, assassinio, transferência forçada, tortura e tratamento desumano e cruel.

O imenso número de vítimas civis em Gaza e a destruição generalizada de objetos e infraestruturas civis foram o resultado inevitável de uma estratégia empreendida com a intenção de causar o máximo de danos, desrespeitando os princípios da distinção, proporcionalidade e precauções adequadas. O uso intencional de armas pesadas com grande capacidade destrutiva em áreas densamente povoadas constitui um ataque intencional e direto à população civil.

O relatório concluiu que as declarações feitas por autoridades israelenses – incluindo aquelas que refletem a política de infligir destruição generalizada e matar um grande número de civis – equivalem a incitação, e podem constituir outros crimes internacionais graves. A incitação direta e pública ao genocídio é um crime de acordo com o direito internacional sempre que perpetrada, mesmo por pessoas sem autoridade direta para a condução das hostilidades. O incitamento à discriminação, hostilidade ou violência é uma grave violação do direito internacional dos direitos humanos e pode constituir um crime internacional.

Embora Israel tenha emitido centenas de ordens de evacuação para pessoas no norte de Gaza e em outros locais, a Comissão considerou que elas eram às vezes insuficientes, pouco claras e conflitantes, e não forneciam tempo adequado para evacuações seguras. Além disso, as rotas de evacuação e as áreas designadas como seguras foram constantemente atacadas pelas forças israelenses. Tudo isto, segundo a Comissão, equivalia a uma transferência forçada.

A Comissão determinou que Israel impôs um "cerco total" que equivale a uma punição coletiva contra a população civil. As autoridades israelenses armaram o cerco e usaram o

fornecimento de bens de primeira necessidade, inclusive cortando água, alimentos, eletricidade, combustível e assistência humanitária, para ganhos estratégicos e políticos. O cerco impactou desproporcionalmente mulheres grávidas e pessoas com deficiência, com danos graves infligidos a crianças, levando a mortes infantis evitáveis por fome, incluindo recém-nascidos.

O relatório constatou que formas específicas de violência sexual e de gênero fazem parte dos procedimentos operacionais das Forças de Segurança israelenses. Fez a constatação devido à frequência, prevalência e gravidade das violações, que incluem despojamento público e nudez com o objetivo de humilhar a comunidade em geral e acentuar a subordinação de um povo ocupado.

Na Cisjordânia, a Comissão constatou que as forças israelitas cometeram atos de violência sexual, tortura e tratamento desumano ou cruel e ultrajes à dignidade pessoal, todos crimes de guerra. Além disso, a Comissão considerou que o Governo de Israel e suas forças permitiram, fomentaram e instigaram uma campanha de violência dos colonos contra as comunidades palestianas na Cisjordânia.

Em relação ao atentado de 7 de outubro, em Israel, o relatório concluiu que a ala militar do Hamas e seis outros grupos armados palestinos são responsáveis pelos crimes de guerra de dirigir intencionalmente ataques contra civis, assassinio ou morte intencional, tortura, tratamento desumano ou cruel, destruir ou confiscar os bens de um adversário, atentados contra a dignidade pessoal, e fazer reféns, incluindo crianças. O disparo indiscriminado de milhares de projéteis contra cidades israelenses, resultando em mortes e ferimentos de civis, também são violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos.

Membros de grupos armados palestinos, em alguns casos ajudados por palestinos em trajes civis, deliberadamente mortos, feridos, torturados, feitos reféns, incluindo crianças, e cometeram violência sexual e de gênero contra civis e contra membros das Forças de Segurança israelenses, alguns dos quais eram *hors de combat* e não deveriam ter sido visados.

A Comissão identificou padrões indicativos de violência sexual e concluiu que não se tratava de incidentes isolados, mas perpetrados de formas semelhantes em vários locais, principalmente contra mulheres israelitas.

Nas suas recomendações, o relatório apela ao Governo de Israel para que implemente imediatamente um cessar-fogo, ponha fim ao cerco a Gaza, assegure a entrega de ajuda humanitária e cesse o ataque a civis e infraestruturas civis. A Comissão insta Israel a cumprir plenamente as suas obrigações legais estabelecidas nas ordens do Tribunal Internacional de Justiça relativas a medidas provisórias emitidas em 26 de janeiro de 2024, 28 de março de 2024 e 24 de maio de 2024 e, em particular, a permitir à Comissão o acesso a Gaza para realizar investigações. Recomendou igualmente que todos os Estados Partes no Estatuto de Roma cooperem plenamente com o Tribunal Penal Internacional.

O relatório apela ao Governo do Estado da Palestina e às autoridades de fato de Gaza para que cessem imediatamente todos os ataques com foguetes contra Israel, libertem incondicionalmente todos os reféns e investiguem exaustiva e imparcialmente as violações e processem os responsáveis por crimes, incluindo os cometidos em e desde 7 de outubro por membros de grupos armados não estatais palestinos em Israel.

O relatório da Comissão será apresentado na 56ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em 19 de junho de 2024, em Genebra. Dois relatórios detalhados adicionais que



forneem descobertas expandidas acompanham esta vers3o. O primeiro **relat3rio** apresenta as conclus3es da Comiss3o sobre o ataque de 7 de outubro em Israel, e o segundo **relat3rio** apresenta as conclus3es da Comiss3o sobre as opera33es militares e os ataques de Israel em Gaza at3 ao final de 2023.

Para ver o relat3rio completo da Comiss3o ao Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/56/26), clique [aqu](#)i. Para o relat3rio pormenorizado da Comiss3o sobre o ataque de 7 de Outubro em Israel (A/HRC/56/CRP.3), clique [aqu](#)i. Para o relat3rio pormenorizado da Comiss3o sobre as opera33es militares e os ataques de Israel em Gaza at3 ao final de 2023 (A/HRC/56/CRP.4), clique [aqu](#)i.

### **3. Relat3rio anual do Alto Comissariado das Na33es Unidas para os Direitos Humanos\***

Resumo. O presente relat3rio, apresentado nos termos da Resolu33o 48/141 da Assembleia Geral, cont3m uma vis3o geral do trabalho e das atividades do Escrit3rio do Alto Comissariado das Na33es Unidas para os Direitos Humanos de 1º de julho de 2023 a 1º de mar3o de 2024. O relat3rio deve ser lido em conjunto com o relat3rio do Alto Comissariado 3 Assembleia Geral, abrangendo as atividades do Escrit3rio de 1º de janeiro a 30 de junho de 2023. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/073/89/pdf/g2407389.pdf?token=iE4H6JoTcnBmno2u4O&fe=true>

### **III. Conclus3es e recomenda33es**

Em 2023, quando o mundo comemorou o 75º. anivers3rio da Declara33o Universal dos Direitos Humanos, a humanidade continuou a enfrentar uma s3rie de desafios em espiral. N3o menos importante, uma onda de cerca de 55 conflitos em todo o mundo devastou vidas e meios de subsist3ncia, com viola33es generalizadas dos direitos humanos internacionais e do direito humanit3rio. O mundo tamb3m continuou a lidar com desafios relacionados 3 triple crise planet3ria de mudan3as clim3ticas, perda de biodiversidade e polui33o; riscos e oportunidades relacionados 3 governan3a de intelig3ncia artificial e tecnologias digitais; juntamente com as crescentes desigualdades e polariza33o dentro e entre as sociedades.

99. Conforme refletido na declara33o de vis3o do Alto Comissariado, e no relat3rio do Escrit3rio ao Conselho de Direitos Humanos, a iniciativa *Direitos Humanos 75* proporcionou uma oportunidade vital para se comprometer novamente com a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e refletir sobre as conquistas para promov3-los em todo o mundo, bem como as falhas e li33es aprendidas. A iniciativa demonstrou que os direitos humanos continuam a ter um poder real para unificar as pessoas em um momento em que, como uma fam3lia humana coletiva, todos precisam se unir urgentemente para enfrentar os desafios existenciais que o mundo est3 enfrentando. A iniciativa confirmou ainda o valor de colocar os direitos humanos no centro dos sistemas de governan3a nacionais e internacionais, promovendo o bem comum fundamental da paz e catalisando transforma33es profundas das economias dos Estados e das rela33es dos povos com o planeta e com as tecnologias digitais.

100. O acompanhamento efetivo dos quase 800 compromissos de Direitos Humanos 75, por todas as partes interessadas relevantes, 3 um componente-chave para manter o 3mpeto gerado pela iniciativa Direitos Humanos 75 e parte dos esfor3os para alcan3ar uma mudan3a positiva na situa33o dos direitos humanos. Al3m disso, o Alto Comissariado fez oito recomenda33es para orientar o trabalho futuro e servir como contribui33o para a C3pula do Futuro de 2024:74 (a) Apoiar o eleitorado global para os direitos humanos; b) Colocar os direitos humanos no centro da preven33o e da consolida33o da paz; (c) Transformar economias com igualdade e sustentabilidade no centro; d) A33o ambiental no terreno, incluindo em mat3ria de

alterações climáticas, a perspectiva dos direitos humanos; e) Assegurar uma governação responsável através da plena participação e acabar com a impunidade; f) Assegurar que a tecnologia e a ciência estejam ao serviço da humanidade; g) Assegurar a participação significativa dos jovens e das crianças no processo de tomada de decisões; h) Fortalecer o sistema de direitos humanos.

101. Direitos Humanos informaram o desenvolvimento do plano de gestão do ACNUDH 2024-2027. Embora os seis pilares temáticos permaneçam consistentes com os planos anteriores, as seis direções estratégicas estabelecidas no Plano 2024-2027 estão fortemente alinhadas e reforçam as recomendações da declaração de visão.

102. A fim de melhor atender às demandas e expectativas e garantir que o Escritório permaneça adequado para atender a todas as pessoas em todo o mundo em um contexto global em rápida evolução, o ACNUDH avançou no trabalho de seu processo de gerenciamento de mudanças. Espera-se que isso resulte em uma série de medidas de reestruturação interna e outros arranjos, inclusive com o objetivo de integrar plenamente o quinteto de mudança 75 do Secretário-Geral e apoiar melhor a transformação digital do ACNUDH. O ACNUDH continuará inovando de forma abrangente em suas formas de trabalho, parcerias e redes para cumprir seu mandato global, conforme refletido em seu próprio compromisso de Direitos Humanos 75, de ser um parceiro confiável para todos em direitos humanos.

103. De forma mais ampla, o trabalho do Escritório e os desafios e oportunidades enfrentados em 2023 demonstraram que um sistema de proteção dos direitos humanos robusto, eficaz, imparcial e transparente é vitalmente necessário. A paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos – os três pilares do sistema das Nações Unidas – estão interligados e reforçam-se mutuamente. Reconhecendo seu igual valor e importância, os Estados são instados a reconhecer o valor de investir em direitos humanos e no ecossistema mais amplo de direitos humanos. Para além das medidas urgentemente necessárias para fazer face às pressões imediatas adicionais decorrentes da crise de liquidez que o Secretariado enfrenta, é necessário um aumento acentuado do financiamento do pilar das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, nomeadamente para assegurar pessoal e conhecimentos especializados adequados em todas as regiões e países. A Cúpula do Futuro constitui uma oportunidade importante para reforçar de forma eficaz e duradoura o pilar dos direitos humanos das Nações Unidas, em benefício de todos os povos.”

**4. Papel da prestação de serviços públicos na promoção e proteção dos direitos humanos e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.**  
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/073/26/pdf/g2407326.pdf?token=aNBH3iuoJEivKL3Ehf&fe=true>

Resumo. O presente relatório é apresentado em conformidade com a Resolução 52/8 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que elaborasse um relatório sobre o papel da prestação de serviços públicos na promoção e proteção dos direitos humanos e na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive em relação à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. O relatório reflete as melhores práticas, desafios e recomendações para ajudar os governos nacionais a prestar serviços públicos transparentes, responsáveis e eficientes...”

## **IX. Conclusões e recomendações**

58. A prestação de serviços públicos contribui para a realização dos direitos humanos e para o progresso acelerado na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As pessoas em situação de vulnerabilidade dependem particularmente da prestação eficiente e não discriminatória de serviços públicos para concretizar os seus direitos económicos, sociais e culturais. A corrupção, a insuficiência de recursos, a discriminação e a não aceitação são alguns dos desafios à prestação de serviços públicos. Esses desafios podem ser mitigados por meio do fortalecimento do Estado de Direito, da melhoria da boa governança e da aplicação dos direitos humanos como barreiras de proteção das políticas e, quando apropriado, da devida diligência em direitos humanos, incluindo avaliações de impacto em direitos humanos.

59. A igualdade e a não discriminação, a transparência, a responsabilização e a participação significativa dos titulares de direitos sustentam uma abordagem à prestação de serviços públicos que respeita os direitos humanos e está alinhada com a Agenda 2030.

60. Os Estados devem assegurar a igualdade e a não discriminação em todas as facetas da prestação de serviços públicos e abordar as disparidades na prestação de serviços públicos para cumprir suas obrigações de direitos humanos e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, visando primeiro os mais atrasados.

61. É essencial uma regulação e um acompanhamento adequados da prestação de serviços públicos, incluindo dos intervenientes privados, bem como mecanismos eficazes de responsabilização, tais como mecanismos de reclamação acessíveis. Os Estados devem tomar medidas para garantir que os recursos dos serviços públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz e garantir a prestação de serviços de qualidade, acessíveis e acessíveis.

62. A tecnologia digital, incluindo a inteligência artificial, tem potencial para aumentar a acessibilidade, a participação e a transparência na prestação de serviços públicos, mas também comporta riscos consideráveis. Os direitos humanos devem estar na base de marcos regulatórios sobre o uso da tecnologia para a prestação de serviços públicos. Os Estados devem garantir a segurança e a privacidade das informações pessoais no âmbito digital, implementando medidas robustas de proteção de dados, e devem realizar a devida diligência em direitos humanos em relação ao uso da tecnologia digital para a prestação de serviços públicos. Devem também assegurar o acesso não discriminatório aos serviços públicos digitalizados e dar resposta ao desafio subjacente da clivagem digital, nomeadamente através de investimentos em infraestruturas e no reforço das capacidades.

63. Os Estados devem assegurar que a privatização e as parcerias público-privadas dos prestadores de serviços essenciais contribuam e facilitem a disponibilidade, a acessibilidade, a acessibilidade e a qualidade dos serviços. É importante que a regulamentação e os passos em direção à privatização e às parcerias público-privadas garantam o respeito aos direitos humanos e equilibrem adequadamente as necessidades públicas e os objetivos empresariais. Os Estados devem regular e monitorar adequadamente os atores públicos e privados que prestam serviços públicos e garantir que todos eles, inclusive aqueles em parcerias público-privadas, respeitem os padrões de direitos humanos e proporcionem acesso equitativo a serviços de qualidade. O envolvimento das empresas de tecnologia na prestação de serviços públicos também deve ser devidamente regulamentado para proteger os direitos humanos.

64. A prestação eficiente de serviços públicos é fundamental para o cumprimento dos direitos à segurança social, à saúde e à educação, bem como aos cuidados e ao apoio, que

sustentam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os Estados devem considerar o aumento dos investimentos em sistemas de seguridade social, incluindo sistemas públicos de assistência e apoio sensíveis ao gênero, cobertura universal de saúde e educação gratuita e de qualidade, financiada com recursos públicos.

65. Os Estados são encorajados a adotar uma abordagem de economia de direitos humanos, que inclui a avaliação de políticas econômicas, orçamentos e compras públicas quanto a seus potenciais impactos em direitos humanos e o impacto real medido por meio do feedback dos detentores de direitos. O ACNUDH está pronto para apoiar os Estados na aplicação de uma lente de economia de direitos humanos à sua prestação de serviços públicos.

66. Os governos locais são agentes-chave na prestação de serviços públicos. Para cumprir adequadamente seu papel de detentores de deveres, os governos locais devem estar equipados com os recursos e capacidades adequados para a prestação de serviços públicos e incorporar os direitos humanos em seu trabalho. Revisões locais voluntárias que adotam uma lente de direitos humanos são uma boa oportunidade para fazer um balanço dos progressos realizados e das lacunas e desafios remanescentes.

67. A corrupção é um dos principais desafios para a prestação eficiente de serviços públicos. A redução do risco de corrupção na prestação de serviços públicos requer um maior envolvimento dos titulares de direitos, mecanismos de supervisão eficazes e instituições fortes, juntamente com esforços para aumentar a transparência e a responsabilização que contribuam para promover e construir confiança nas instituições públicas."

## **5. Direitos humanos: 'Política e DH: quem está se beneficiando? HRR 728. Claudio Schuftan, Ho Chi Min City – Vietnam, junho de 2024**

*O importante é qual lado da luta social tomamos para não aparecer defendendo os interesses da classe social super-exploradora (Luís Mesina)*

*Os americanos há muito veem seu país como moralmente excepcional, mas será que seu excepcionalismo é realmente moral quando se trata de direitos econômicos, sociais e culturais? (Joseph S. Nye)*

1. Hoje estou no clima de one-liners e começo com um monte de mea-culpas no trabalho de direitos humanos:

- Se tivermos algumas vitórias e tirarmos um pequeno pedaço de poder daqueles que o têm, e não tomarmos o poder mais plenamente, alguém o fará. (adaptado de Susan Rosenthal)
- Não aprendemos a "organizar melhor o desespero". (Alberto Toscano)
- Em nosso trabalho de direitos humanos (RH), deixamos de entender explicitamente as falhas de vontade política, bem como de considerar as raízes sociais e econômicas da falta de vontade política dos detentores de deveres. (PHM)
- Além disso, deixamos completamente de considerar as forças políticas que moldam a vontade política, em particular, o lobby das corporações e as pressões dos promotores do "livre" mercado (PHM) [Lembre-se: não é falta de vontade política, mas sim o acúmulo de uma vontade política pelos poderosos para se opor ou impedir a implementação de políticas progressistas que combatam os abusos dos DH. Não podemos esquecer que "uma vontade política" deve ser arrancada de quem está no poder e, portanto, depende da capacidade da sociedade civil de interesse público para exigir vigorosamente as mudanças necessárias].

- Resignamo-nos a viver no passado e a contentarmo-nos em alcançar o RH e a democracia apenas "na medida do possível"? (Luis Vega)
- A política é a condução da coisa pública em benefício de particulares? (Ambrose Bierce)
- Fingir ser de esquerda, em conluio com a social-democracia de direita, é uma forma grosseira e desajeitada de encobrir uma traição. (Antônio Gramsci, 1891-1933)

2. Todo regime depende de seus privilegiados indivíduos privados, que também chamamos de elite. Para garantir sua estabilidade, as elites começam por: assegurar cargos, fortunas, títulos e honrarias, garantir que possam adquirir a propriedade nacional, bem como exigir e saquear o erário público. E cada regime produz sua cota de privilegiados, que se apressam em construir uma fortuna confortável antes de serem expulsos do poder. (Ministro da Polícia Joseph Fouché, Memórias, 1824) ... uma premonição que afeta a maioria dos países de hoje --esquerda ou direita...

3. As causas da fratura esquerda-direita parecem já não vir de uma derrota ideológica da esquerda (se não houver ideias... como podem ser derrotados?) mas sim de um triunfo: o dos interesses privados.

Além disso, os significantes 'Esquerda' e 'Direita' não mais designam princípios e/ou comportamentos políticos, mas máscaras que escondem o que está por trás dos sorrisos com que promessas são vendidas, bem como por trás da incapacidade de corrigir os níveis escandalosos de desigualdade social. Trata-se apenas de rostos, não de verdadeiras intenções. (Luís Casado)

4. O capitalismo tem essa capacidade de devorar e infectar todas as zonas livres do capitalismo. Apesar dos esforços para criar zonas livres do capitalismo, a história mostra que o capitalismo inevitavelmente invade e corrompe esses espaços. Você não pode ter bolsões de socialismo sobrevivendo por muito tempo dentro do capitalismo. Não é que um morra e o outro viva. O que acontece é que o Capital assume a hegemonia do sistema, sendo parasitário do sistema anterior (Yanis Varoufakis).

*A luta de classes não é uma invenção de Marx*

5. Marx destacou que na antiguidade a luta era entre escravos e senhores de escravos, na Idade Média era entre servos e senhores feudais e, na era moderna, é entre proletários e burguesia. A luta é objeto de conflito permanente entre um e outro.

6. A análise de classes nos fornece uma maneira de compreender os diversos conflitos que se expressam nas relações sociais cotidianas em que patrões e trabalhadores são colocados em um lugar diferente e lutam para salvaguardar seus interesses - que são obviamente antagônicos e contraditórios. Os trabalhadores querem compartilhar mais da riqueza que geram e os empregadores procuram manter a maior fração da riqueza gerada pelo trabalho. Em toda política pública sempre há essa luta de interesses entre uma e outra classe e, embora a luta às vezes pareça sutil, isso não é sinal de que ela desapareceu (com os DH presos bem no meio!). (L. Mesina)

***Claudio Schuftan, Cidade de Ho Chi Minh***

## Resultados da Reunião de Bonn sobre Mudanças Climáticas

**Danielly Magalhães**  
**Guto Galvão**

**Resumo:** *A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (SB60), realizada em Bonn de 3 a 13 de junho de 2024, não alcançou avanços significativos. Esta foi a primeira reunião para discutir as pendências pós-COP-28 em Dubai. Entre os principais temas da agenda estavam o Balanço Global (Global Stocktake), mecanismos de mitigação como crédito de carbono e cooperação bilateral, o Objetivo Global de Adaptação e o Mecanismo de Perdas e Danos. No geral, os delegados enfrentaram divergências, e os resultados foram decepcionantes, com alguns países não reconhecendo a necessidade de limitar a queima de combustíveis fósseis. A OMM lançou um novo dispositivo para monitorar a qualidade do ar e servir como sistema de alerta precoce em países sem sistemas de monitoramento adequados. A UNECE, PNUMA e OCDE anunciaram a Plataforma de Ação para a Recuperação Verde da Ucrânia. O PNUMA publicou um relatório revelando que, apesar dos compromissos para limitar a perda da biodiversidade até 2030, poucos países consideram o controle do desmatamento e a importância das florestas em suas NDCs.*

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas, Balanço Global, Recuperação verde, perda da Biodiversidade

**Abstract:** *The United Nations Climate Change Conference (SB60), held in Bonn from June 3 to 13, 2024, did not achieve significant progress. This was the first meeting to discuss post-COP-28 issues from Dubai. Key topics on the agenda included the Global Stocktake, mitigation mechanisms such as carbon credits and bilateral cooperation, the Global Goal on Adaptation, and the Loss and Damage Mechanism. Overall, delegates faced disagreements, and the conference's outcomes were disappointing, with some countries not recognizing the need to limit fossil fuel burning. The WMO launched a new device to monitor air quality and serve as an early warning system in countries lacking adequate monitoring systems. UNECE, UNEP, and OECD announced the Action Platform for Ukraine's Green Recovery. UNEP released a report revealing that despite commitments to limit biodiversity loss by 2030, few countries consider deforestation control and the importance of forests in their NDCs.*

**Keywords:** Climate Change, Global Stocktake, Green Recovery, Biodiversity Loss.

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (SB60), em Bonn, ocorreu entre 3 e 13 de junho de 2024, sem avanços significativos, coincidindo com a Cúpula do G7 na Itália.

Há seis meses, a Conferência de Mudanças Climáticas de Dubai de 2023 proferiu uma decisão histórica do primeiro Balanço Global (GST) do Acordo de Paris, pedindo uma transição para longe dos combustíveis fósseis e incentivando metas ambiciosas de redução de emissões na próxima rodada das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês), previstas para fevereiro de 2025. As Partes também concordaram em operacionalizar o novo fundo de perdas e danos, selecionaram o anfitrião para o secretariado da Rede de Santiago,

adotaram a estrutura do Objetivo Global de Adaptação (GGA) e lançaram um programa de trabalho sobre indicadores de adaptação.

A Conferência do Clima de Bonn foi a primeira oportunidade para discutir a implementação dessas metas, mas houve pouco progresso. As partes concordaram em adotar [a agenda provisória](#) sem incluir os itens propostos pela Bolívia. A Bolívia pedia que os países desenvolvidos atingissem emissões líquidas zero até 2030 e que apoiassem abordagens políticas alternativas. A Bolívia, representando os Países em Desenvolvimento com Ideias Semelhantes (LMDCs), criticou o Norte Global por não cumprir suas obrigações climáticas e propôs um roteiro para abordagens não mercantis de mitigação e adaptação. Os presidentes do SB não relataram consenso sobre os itens da agenda da Bolívia.

Durante a reunião de duas semanas, os delegados discutiram vários pontos da agenda, destacamos aqui os avanços sobre o Balanço Global (Global Stocktake), os mecanismos de mitigação, incluindo crédito de carbono e cooperação bilateral, o Objetivo Global de Adaptação, e Mecanismo de Perdas. De forma geral, os delegados enfrentaram divergências sobre o escopo e o foco de um novo diálogo sobre o resultado do Balanço Global e discussões controversas sobre o programa de trabalho de mitigação. O progresso no Objetivo Global de Adaptação e financiamento climático também foi limitado.

A reunião também contou com vários eventos paralelos sobre temas urgentes associados ao clima, incluindo agricultura, oceanos, mulheres, crianças, mas nenhum específico em Saúde, o que é decepcionante depois da participação massiva de ministros de saúde na COP 28 e resultante [da Declaração de Clima e Saúde](#). Um resumo dos avanços pode ser encontrado [aqui](#).

#### ❖ Primeiro Diálogo Anual sobre o Global Stocktake (Balanço Global)

O Global Stocktake (GST) é um processo estabelecido pelo Acordo de Paris para avaliar o progresso coletivo na mitigação das mudanças climáticas, adaptação aos seus impactos e financiamento das ações climáticas. O objetivo principal é revisar periodicamente o avanço global em direção aos objetivos do Acordo de Paris, que inclui manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e se esforçar para limitá-lo a 1,5°C.

O GST ocorre a cada cinco anos e envolve a coleta de informações de uma ampla gama de fontes, incluindo relatórios de países, contribuições de organizações internacionais e inputs da sociedade civil. O processo considera três áreas principais:

- Mitigação: Avaliação dos esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa.
- Adaptação: Revisão das ações e planos para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.
- Meios de implementação e apoio: Análise do apoio financeiro, tecnológico e de capacitação fornecido e recebido para ações climáticas.

O resultado do GST é utilizado para informar e orientar as ações e políticas futuras, ajudando os países a ajustar suas contribuições determinadas nacionalmente (NDCs) e aumentar a ambição de suas metas climáticas.

O Primeiro Diálogo Anual sobre o Balanço Global, realizado em 6 e 7 de junho, teve como objetivo promover o intercâmbio de melhores práticas sobre como os resultados do GST informam a preparação das próximas NDCs das partes.

Os participantes discutiram vários pontos-chave:

1. **Sincronizar os processos legislativos nacionais com os ciclos de atualização da NDC:** Isso envolve alinhar o tempo e o conteúdo das leis e regulamentos nacionais com as atualizações periódicas das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris.

2. **O valor das metas climáticas setoriais:** Os participantes consideraram a importância de estabelecer metas climáticas específicas para diferentes setores da economia (por exemplo, energia, transporte, agricultura) para alcançar as metas gerais da NDC de forma eficaz.

3. **O papel dos ministérios de linha na implementação das NDCs:** Refere-se ao envolvimento e às responsabilidades de vários ministérios do governo (como meio ambiente, energia, finanças) na implementação e realização dos objetivos estabelecidos nas NDCs.

As discussões se concentraram nesses desafios e considerações para aumentar a eficácia e a coordenação dos esforços nacionais para cumprir os compromissos climáticos no âmbito do Acordo de Paris. Apesar dos esforços, as partes não conseguiram chegar a um consenso sobre os projetos de textos de decisão ou a elaboração de um relatório de síntese, o que levou a questão a ser adiada para o SB 61 em Baku. O resultado suscitou frustração da AOSIS e apelos de vários grupos, incluindo a UE e os PMD, para que se registem progressos substanciais em Baku, a fim de se alinharem com o objetivo de 1,5 °C e integrem eficazmente os resultados científicos.

➤ O Artigo 6.2 do Acordo de Paris – Troca de reduções e remoções de emissões por meio de acordos bilaterais – país a país.

De acordo com o Acordo de Paris, o Artigo 6.2 permite que os países troquem reduções e remoções de emissões por meio de acordos bilaterais entre as nações. Apesar dos atrasos contínuos na finalização dos detalhes do Artigo 6.2 na COP28, o mecanismo está operacional sob diretrizes rígidas destinadas a garantir sua integridade. As discussões na conferência se concentraram em aspectos cruciais, como autorizações, formatos eletrônicos, sequenciamento de revisão, inconsistências e registros.

No que diz respeito às autorizações, as partes debateram se cada abordagem cooperativa nos termos do artigo 6.2 requer uma autorização separada para além da participação no mecanismo global e nos resultados de mitigação transferidos internacionalmente (ITMO). Houve discordância sobre as condições para revogar as autorizações, com alguns defendendo a não possibilidade de revogação e outros apoiando a opção antes da primeira emissão de ITMOs.

Sobre registros, as discussões centraram-se na interoperabilidade dos registros nacionais entre as partes e na conexão entre o mecanismo de registro do Artigo 6.4 e o registro internacional. Várias partes, incluindo a UE, o Grupo Africano e a AOSIS, foram favoráveis a permitir que as reduções de emissões autorizadas do Artigo 6.4 fossem transferidas diretamente para o registro internacional. Transferir diretamente para o registro nacional significa que as reduções de emissões autorizadas, verificadas e certificadas pelo mecanismo do Artigo 6.4 do Acordo de Paris podem ser automaticamente registradas no sistema nacional de um país participante e, em seguida, transferidas para um registro internacional sem necessidade de intermediários ou passos adicionais. Em contrapartida, os LMDC e o GRUPO ARAB preferiram limitar esta ligação à capacidade de aceder aos dados sobre as reduções de emissões do artigo



6.º, n.º 4, sem capacidades de transferência direta. A implementação de sistemas interoperáveis pode ser tecnicamente complexa e cara, exigindo investimento significativo em infraestrutura e capacitação. Países com menos recursos tecnológicos e administrativos podem ter dificuldade em implementar e manter esses sistemas, resultando em desigualdades na participação e benefícios do mecanismo.

#### ❖ Acordo de Paris, 6.4 – Mercado de Carbono

○ **País anfitrião (país vendedor):** Este é o país onde o projeto de redução de emissões ou atividade de mitigação é implementado. Gera os créditos de carbono por meio de seus esforços de mitigação.

○ **País comprador:** É o país que compra os créditos de carbono para cumprir suas próprias metas de redução de emissões.

Os delegados discutiram o desenvolvimento de regras, modalidades e procedimentos para a implementação do Artigo 6.4 do Acordo de Paris, que envolve a cooperação voluntária por meio de um mecanismo centralizado baseado no mercado. Houve divergência entre as partes sobre se as contribuições de mitigação nos termos do Artigo 6.4 deveriam ser emitidas antes ou depois da autorização do país anfitrião. Algumas partes enfatizaram a emissão pós-autorização, enquanto outras defenderam a flexibilidade no calendário. A escolha entre emissão pós-autorização e flexibilidade no calendário envolve um equilíbrio entre controle nacional e eficiência do mercado. A emissão pós-autorização favorece a soberania e integridade, mas pode ser mais lenta e burocrática. A flexibilidade pode acelerar o processo e atrair investimentos, mas corre o risco de comprometer a qualidade e alinhamento com as políticas nacionais.

#### ❖ O Objetivo Global de Adaptação

O Objetivo Global de Adaptação (GGA), estabelecido no âmbito do Acordo de Paris, visa aumentar a capacidade adaptativa, a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas, em alinhamento com as metas de temperatura de 2°C/1,5°C. As discussões no SB 60 centraram-se na operacionalização do programa de trabalho do GGA sobre indicadores, que foi iniciado durante reuniões anteriores desde Dubai.

As principais discussões centraram-se no engajamento de especialistas no mapeamento de indicadores e no estabelecimento de critérios para a identificação desses indicadores. Um ponto central de debate foi o papel do Comitê de Adaptação (CA) na condução do processo de mapeamento, com visões divergentes entre as partes.

Alguns países, incluindo Canadá, EUA, Japão, China e Noruega, defenderam que o CA assumisse a liderança no processo de mapeamento. Em contraste, o G-77/China se opôs a isso, preferindo que o CA apoiasse em vez de liderar.

As negociações prosseguiram em sessões informais e consultas até o último dia do SB 60, culminando com a adoção de projectos de conclusões e o [Relatório do Comitê de Adaptação e análise do progresso, eficácia e desempenho do Comitê de Adaptação](#) .

Durante a plenária de encerramento, a Bolívia expressou decepção com o que considerou um resultado "diluído", pedindo fidelidade aos princípios da Convenção e do Acordo de Paris. O Grupo Árabe destacou a importância crítica da adaptação para os países em desenvolvimento e expressou preocupação com a percepção de falta de progressos substantivos.

#### ❖ Perdas e Danos

O Diálogo sobre o Financiamento de Perdas e Danos ocorreu nos dias 6 e 7 de Junho com o objetivo de reforçar a colaboração e a coordenação entre as instituições de perdas e danos. As Partes discutiram vários aspectos, incluindo a necessidade urgente de capitalização do Fundo, garantindo uma alocação mínima para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (PMD), definindo um quantum de financiamento para perdas e danos sob o novo Objetivo Coletivo Quantificado (CQG) sobre financiamento climático e mecanismos para rastrear a entrega de financiamento de perdas e danos.

As partes também discutiram planos para um próximo evento de alto nível focado no financiamento de perdas e danos. Houve apelos para agendar esse diálogo antes da COP 29 para facilitar trocas significativas, em vez de meras declarações. Atores como o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários e a Organização Internacional para as Migrações foram sugeridos para engajamento. Além disso, as partes enfatizaram a necessidade de um processo de acompanhamento para desenvolver as discussões e melhorar os resultados.

#### ❖ Cerimônia de Encerramento

Durante a Plenária de Encerramento, no dia 13 de junho, vários pontos-chave foram destacados por diversos partidos e partes interessadas. O secretário executivo da UNFCCC, Simon Stiell, enfatizou que a manutenção do status quo levaria ao fracasso, enfatizando a necessidade de esforços mais sérios para superar as divisões, particularmente no financiamento fora do processo da UNFCCC.

O presidente da SBI, Munir, ressaltou a importância do diálogo e do engajamento para o progresso real, observando acordos em questões críticas como adaptação e transição justa, mas reconhecendo falhas em áreas como mitigação. Ele pediu ação coletiva em Baku para cumprir compromissos globais.

O G-77/China insistiu que o novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG) sobre financiamento climático deve aderir aos princípios de equidade, com os países desenvolvidos cumprindo compromissos baseados em Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas e Respectivas Capacidades (CBDR-RC).

A UE expressou decepção com os resultados, enfatizando a necessidade de progressos substanciais em matéria de mitigação para o sucesso da COP 29. Eles saudaram os avanços do NCQG, mas enfatizaram a necessidade de uma arquitetura financeira fortalecida para facilitar os investimentos necessários.

As ONGs ambientalistas pediram aos países desenvolvidos que eliminem gradualmente os combustíveis fósseis e reiteraram que o financiamento de carbono não deve substituir o financiamento climático. Eles destacaram a necessidade de reparações substanciais aos países em desenvolvimento mais impactados pelas mudanças climáticas.

As Organizações dos Povos Indígenas saudaram as decisões sobre LCIPP<sup>7</sup> e agricultura, mas enfatizaram a importância do consentimento livre, prévio e informado em todas as

---

<sup>7</sup> **Local Communities and Indigenous Peoples Platform.** Esta plataforma foi criada no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) para fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e povos indígenas na resposta às mudanças climáticas. O objetivo do LCIPP é promover a troca de experiências e boas práticas,

discussões de Baku. Eles defenderam ferramentas de desenvolvimento sustentável e acesso direto ao financiamento climático.

As ONGs de jovens expressaram decepção com as negociações, sentindo-se marginalizadas com a participação limitada da sociedade civil. Eles exigiram NDCs ambiciosas, eliminações graduais de combustíveis fósseis e resultados mais inclusivos abordando as lacunas financeiras.

Essas perspectivas de diversas partes interessadas refletem as variadas preocupações e apelos à ação à medida que o processo da UNFCCC continua a evoluir para a COP 29 e além.

#### Observações do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável:

Embora as reuniões dos Órgãos Subsidiários (CSs) da UNFCCC normalmente estabeleçam as bases para as sessões decisivas da COP de novembro, a recente reunião em Bonn lutou para alcançar progressos tangíveis. Com mais de 8.000 participantes e um recorde de 30 eventos obrigatórios, o processo parecia sobrecarregado e fragmentado, dificultando negociações efetivas. A pressão financeira sobre o Secretariado da UNFCCC ficou evidente.

Olhando para a COP 29 em Baku, as incertezas persistem sobre os avanços textuais e o papel da Presidência azeri em unir as partes em questões críticas, como mitigação e alinhamento da NDC com a meta de 1,5°C. A conferência destacou a necessidade de soluções urgentes para agilizar processos e aumentar a credibilidade da ação climática global.

Enquanto a conferência de Bonn lutava com complexidades e agendas divergentes, ela preparou o terreno para deliberações críticas em Baku, moldando expectativas de resultados substantivos essenciais para enfrentar a crise climática.

#### Observações da Aliança Global para o Clima e a Saúde:

A Aliança Global para o Clima e a Saúde pediu aos países desenvolvidos que reduzam rapidamente as emissões e redirecionem os subsídios aos combustíveis fósseis para o financiamento climático para proteger as pessoas dos graves impactos das mudanças climáticas. As recentes mortes por calor extremo no Sudão e na Índia sublinharam a urgência.

A conferência demonstrou um progresso estagnado, com alguns países evitando discussões sobre o fim do uso de combustíveis fósseis. Nenhum acordo substancial foi alcançado sobre novas metas de financiamento climático, deixando questões não resolvidas sobre fontes de financiamento, alocação e natureza do financiamento. A presidência da COP29 retirou uma proposta de taxar os combustíveis fósseis para financiamento adicional, apesar dos lucros recordes das empresas de combustíveis fósseis, destacando a crescente pressão sobre os sistemas de saúde por impactos climáticos, como ondas de calor, tempestades e doenças.

Jeni Miller, da Aliança Global para o Clima e a Saúde, criticou a falta de ação e pediu reduções rápidas de emissões e melhor financiamento climático. Ela enfatizou a necessidade de os países desenvolvidos protegerem a saúde pública da crise climática. Jess Beagley destacou o impacto negativo do financiamento climático baseado em empréstimos e enfatizou a necessidade de melhores arranjos de financiamento climático.

---

construir capacidades e apoiar a participação plena e efetiva dessas comunidades nos processos de ação climática.

Houve alguns progressos, como concordar com métricas de adaptação, focar na saúde e no bem-estar e reconhecer os benefícios para a saúde de transições justas. No entanto, o Quênia enfatizou o peso do pagamento da dívida sobre a saúde e a educação, pedindo melhores arranjos de financiamento climático. Países altamente emissores, como a Austrália e a UE, reconheceram os cobenefícios para a saúde oferecidos por transições justas.

Nos próximos seis meses, os países atualizarão suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), apresentando uma oportunidade fundamental para a ação climática focada na saúde. Houve ênfase no envolvimento dos ministérios da saúde na tomada de decisão da NDC para garantir a proteção da saúde pública. Os países desenvolvidos foram instados a aumentar as reduções de emissões e integrar considerações de saúde nos planos climáticos, enquanto os países em desenvolvimento foram encorajados a delinear suas ações climáticas e buscar o apoio necessário de países e empresas responsáveis.

Em conclusão, a reunião de Bonn sublinhou a necessidade urgente de cooperação e ação globais para enfrentar a crise climática. Com a COP29 no horizonte, o foco deve ser a redução das emissões, a melhoria do financiamento climático e a proteção da saúde pública contra os impactos crescentes das mudanças climáticas.

### **Saúde e poluição atmosférica**

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) divulgou o relatório [“Integrando sistemas e redes de sensores de baixo custo para aprimorar as aplicações de qualidade do ar”](#) destacando o potencial dos sistemas de sensores de baixo custo (LCS) para lidar com as preocupações com a poluição do ar global. Os LCS são conhecidos por sua capacidade de preencher lacunas nas redes de monitoramento da qualidade do ar existentes, fornecendo dados cruciais para a formulação de políticas e estratégias para mitigar a poluição do ar. Esses sensores são particularmente valiosos em países de baixa e média renda, onde os métodos tradicionais de monitoramento são escassos, oferecendo informações em tempo real sobre fontes de poluição localizadas, como emissões de veículos e incêndios florestais. O relatório enfatiza o papel do LCS na previsão da qualidade do ar e nos sistemas de alerta precoce, cruciais para gerenciar os impactos na saúde associados à poluição do ar. Ele ressalta os esforços colaborativos de organizações globais e especialistas para integrar o LCS em aplicações abrangentes de qualidade do ar, com o objetivo de combater as graves consequências para a saúde ligadas à poluição do ar, que anualmente contribuem para milhões de mortes em todo o mundo.

### **UNECE, PNUMA e OCDE anunciam Plataforma de Ação para a Recuperação Verde da Ucrânia**

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) lançaram conjuntamente a Plataforma de Ação para a Recuperação Verde da Ucrânia [na Conferência de Recuperação da Ucrânia](#). Esta iniciativa, desenvolvida em consulta com o governo ucraniano, responde diretamente às necessidades ambientais urgentes da Ucrânia após o conflito, alinhando-se com os compromissos internacionais.

A plataforma visa definir e promover uma agenda de recuperação verde adaptada ao contexto da Ucrânia, considerando a sua candidatura à adesão à UE. Priorizará reformas em políticas, legislação, práticas e instituições para acelerar os esforços de recuperação e reconstrução ambiental. Além disso, a plataforma procura facilitar as alterações aos quadros financeiros e instrumentos necessários para implementar a Estratégia de Recuperação Verde da Ucrânia.

Incumbidos inicialmente na Nona Conferência Ministerial do Ambiente para a Europa e reforçados pela UNEA-6, a UNECE, o PNUMA e a OCDE estão empenhados em avaliar os desafios ambientais da Ucrânia e avançar nos esforços de recuperação sustentável. Bruno Pozzi, do Pnuma, enfatizou que a plataforma visa mitigar os impactos ambientais do conflito e apoiar a Ucrânia a alcançar um futuro mais verde e sustentável.

A plataforma coordenará a experiência internacional e o financiamento para promover uma recuperação verde coordenada e baseada na ciência. Uma Unidade de Apoio dedicada em Kiev, criada pelo PNUMA, facilitará as atividades operacionais. É importante ressaltar que a plataforma colaborará estreitamente com os esforços internacionais existentes para garantir o alinhamento e a eficácia no apoio à recuperação e ao desenvolvimento da Ucrânia pós-conflito.

### **Os planos nacionais de ação climática têm metas florestais insuficientes e desmatamento continua a aumentar**

Um novo relatório do PNUMA, chamado “[Aumentar a ambição, acelerar a ação: rumo a maiores contribuições nacionalmente determinadas para as florestas](#)”, destaca as deficiências significativas nas atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em relação à proteção e restauração florestal, apesar das promessas globais de deter o desmatamento até 2030. Publicado durante a Conferência de Bonn sobre Mudanças Climáticas, o relatório identifica que apenas oito dos 20 países com as maiores taxas de desmatamento tropical têm metas específicas relacionadas à floresta em suas NDCs. Essa lacuna ressalta o fracasso em atender às ambições internacionais de conservação florestal descritas no Acordo de Paris, que reconhece o potencial das florestas de contribuir com um terço das reduções de emissões necessárias até 2030. O relatório enfatiza a urgência de integrar metas florestais robustas em NDCs revisadas até 2025, defendendo uma cooperação internacional reforçada e apoio financeiro para garantir um progresso significativo na interrupção do desmatamento e na mitigação dos riscos climáticos.

**A 112ª Conferência Internacional do Trabalho chega ao seu final, trazendo uma combinação de importantes avanços, algum alento e muito ceticismo**

***The 112th International Labor Conference comes to an end, bringing a combination of important advances, some encouragement and a lot of skepticism***

**René Mendes**

**Resumo** - Este breve texto visa dar uma vista panorâmica, geral e abrangente, sobre os principais temas debatidos na 112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho. Será dado destaque à participação e protagonismo da presença brasileira em um dos mais importantes acontecimentos da Conferência, que foi o Fórum Inaugural da Coalização Global pela Justiça Social, realizado no dia 13 de junho, onde a abertura foi feita pelo Brasil, através de seu Ministro do Trabalho e Emprego, e no encerramento, com a presença e importante discurso do Presidente Lula. Análises críticas mais aprofundadas, sobre quatro dos temas mais importantes debatidos na Conferência da OIT, irão prosseguir no Seminário Avançado a ser realizado no próximo dia 26 de junho.

**Palavras-chave:** Organização Internacional do Trabalho (OIT); Conferência Internacional do Trabalho (CIT); Trabalho; Trabalho e Saúde.

**Abstract** - *This brief text aims to give a panoramic, general and comprehensive view of the main themes debated at the 112th International Labor Conference (ILO), held in Geneva, from 3 to 14 June. Highlight will be given to the participation and leading role of the Brazilian presence in one of the most important events of the Conference, which was the Inaugural Forum of the Global Coalition for Social Justice, held on June 13th, where the opening was made by Brazil, through its Minister of Labor and Employment, and at the end, with the presence and important speech of President Lula. More in-depth critical analyses, on four of the most important topics debated at the ILO Conference, will continue at the Advanced Seminar to be held on June 26th.*

**Key words:** *International Labor Organization (ILO); International Labor Conference (ILC); Work; Work and Health.*

## **Introdução**

A 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho de 2024. Estiveram presentes mais de 4.900 delegados – representando governos e organizações de empregadores e de trabalhadores. A CIT é a reunião anual dos 187 Estados-Membros da OIT, a agência especializada das Nações Unidas para o mundo do trabalho.

Este breve texto visa dar uma vista panorâmica, geral e abrangente, sobre os principais temas debatidos na 112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 3 a 14 de junho. Será dado destaque à participação e protagonismo da presença brasileira em um dos mais importantes acontecimentos da Conferência, que foi o Fórum Inaugural da Coalização Global pela Justiça Social, realizado no dia 13 de junho, onde a abertura foi feita pelo

Brasil, através de seu Ministro do Trabalho e Emprego (Luiz Marinho) e no encerramento, com a presença e importante discurso do Presidente Lula. Análises críticas mais aprofundadas, sobre quatro dos temas mais importantes debatidos na Conferência da OIT, irão prosseguir no Seminário Avançado a ser realizado no próximo dia 26 de junho, que terá a participação de autoridades governamentais e de lideranças de representações sindicais brasileiras e da região latino-americana, por meio de trabalhadores e trabalhadoras que estiveram presentes e atuantes na Conferência. Aliás, desde o longo processo de sua preparação.

### **Uma breve panorâmica sobre os principais temas**

A reunião anual dos Estados-Membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi concluída com progressos no sentido da regulamentação dos riscos biológicos; uma revisão das condições de trabalho no setor da prestação de cuidados, e o papel fundamental dos princípios e direitos fundamentais num mundo de trabalho em rápida transformação.<sup>89</sup>

Os delegados presentes na 112.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho (CIT) deram o passo inicial em direção ao que será a primeira norma internacional que rege os riscos biológicos no local de trabalho<sup>10</sup>.

Atualmente não existe regulamentação internacional focada nos riscos biológicos no ambiente de trabalho. As consultas continuarão na CIT do próximo ano, durante a segunda sessão do **Comitê de Definição de Normas sobre Riscos Biológicos**<sup>11</sup>. As discussões poderão resultar numa nova Convenção e/ou Recomendação da OIT, que seria a primeira norma internacional do trabalho a ser adotada desde que o acesso a um ambiente de trabalho seguro e saudável foi elevado a “Princípio Fundamental e Direito no Trabalho”.

Falando na cerimônia de encerramento, o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo, elogiou os debates “intensos, produtivos e ricos” que sustentaram as discussões da CIT.

“Enfrentamos insegurança e desigualdade persistentes, bem como informalidade no mundo”, disse ele aos delegados, acrescentando que as discussões “confirmaram um aspecto crítico: devemos agir. Não fazer isso não é uma opção.”

“Vocês responderam ao meu apelo... para fazer do progresso na justiça social a base para uma paz sustentável, prosperidade partilhada, oportunidades iguais e uma transição justa”, disse ele.

Além disso, a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) aprovou uma **resolução**<sup>12</sup> apresentada pelo **Comitê de Discussão Geral sobre Trabalho Digno e Economia do Cuidado**<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> <https://www.ilo.org/resource/news/ilc/112/international-labour-conference-takes-first-step-towards-ground-breaking>

<sup>9</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/news/ilc/112/la-conferencia-internacional-del-trabajo-da-el-primer-paso-hacia-una>

<sup>10</sup> <https://www.ilo.org/resource/record-proceedings/ilc/112/outcome-standard-setting-committee-biological-hazards-resolution-and>

<sup>11</sup> <https://www.ilo.org/es/eventos-y-reuniones/conferencia-internacional-del-trabajo-cit/112a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comision-normativa-sobre-los-peligros-biologicos-112a-reunion>

<sup>12</sup> <https://www.ilo.org/resource/record-proceedings/outcome-general-discussion-committee-decent-work-and-care-economy-2024>

<sup>13</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/conference-paper/el-trabajo-decente-y-la-economia-del-cuidado>

A resolução inclui um pedido ao Diretor-Geral para elaborar um plano de ação sobre o trabalho digno e a economia do cuidado para apoiar as conclusões do Comitê e para ter essas conclusões em consideração nas futuras propostas de programas e orçamentos da OIT.

As conclusões proporcionam uma compreensão comum da **economia d cuidados**, dos seus princípios orientadores e intervenientes. Afirmam que o trabalho na economia do cuidado não é uma mercadoria e que todos os trabalhadores do cuidado devem desfrutar de um trabalho digno. Afirmam também que uma economia de cuidado robusta e que funcione bem desempenha um papel fundamental na construção da resiliência à crise, bem como na condução do desenvolvimento social e econômico. As conclusões também fornecem recomendações de orientação política e reafirmam o papel de liderança global da OIT na promoção do trabalho digno no setor a nível global, regional e nacional.

A Conferência adotou também as conclusões<sup>14</sup> do **Comitê de Discussão Recorrente sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**<sup>15</sup> (PDFT). As conclusões reforçam que estes princípios e direitos são mais necessários e relevantes do que nunca. Fornecem orientações para a OIT e os seus mandantes respeitarem, promoverem e concretizarem eficazmente estes princípios e direitos numa era de rápidas mudanças no mundo do trabalho, incluindo transições demográficas, ambientais e digitais. As conclusões identificam quatro áreas de enfoque para a ação política: (i) reforço da governança dos mercados de trabalho; (ii) liberdade de associação e diálogo social, incluindo negociação coletiva; (iii) formalização e empresas sustentáveis; e (iv) igualdade e inclusão.

A conferência também aprovou o relatório do **Comitê para a Aplicação de Normas**<sup>16</sup> (CAS), que examinou a aplicação de uma série de Convenções da OIT em 24 casos individuais de países<sup>17</sup>. O Comitê realizou uma sessão especial sobre a Bielorrússia, com o objetivo de garantir o cumprimento das recomendações da Comissão de Inquérito, criada em 2003, para examinar a observância pelo Governo da Bielorrússia das Convenções Nº 87 e 98 da OIT.

O Comitê considerou ainda o Inquérito Geral do Comitê de Peritos intitulado a **“A Administração do Trabalho num Mundo do Trabalho em Mudança”**<sup>18</sup>. Os membros sublinharam a oportunidade do Inquérito Geral, dadas as mudanças rápidas e fundamentais e as crises que o mundo do trabalho enfrenta. Reafirmaram o papel vital das administrações laborais eficazes na consecução de um trabalho digno, na garantia da promoção e do respeito dos princípios e direitos fundamentais no trabalho e na criação de um ambiente favorável às empresas sustentáveis.

A Conferência Internacional do Trabalho incluiu ainda uma sessão especial sobre a **situação dos trabalhadores dos territórios árabes ocupados**<sup>19</sup>. O Diretor-Geral, ao apresentar o

---

<sup>14</sup> <https://www.ilo.org/resource/record-proceedings/outcome-recurrent-discussion-committee-fundamental-principles-and-rights>

<sup>15</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/conference-paper/los-principios-y-derechos-fundamentales-en-el-trabajo-en-una-enrucijada>

<sup>16</sup> <https://www.ilo.org/es/eventos-y-reuniones/conferencia-internacional-del-trabajo-cit/112a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comision-de-aplicacion-de-normas-cit112-2024>

<sup>17</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/conference-paper/lista-preliminar-de-los-casos-presentada-por-los-interlocutores-sociales-0>

<sup>18</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/conference-paper/ilc/112/la-administracion-del-trabajo-en-un-mundo-del-trabajo-en-transformacion>

<sup>19</sup> <https://www.ilo.org/resource/news/ilc/112/workers-occupied-arab-territories-face-catastrophic-situation-ilo-director>



seu relatório aos delegados, descreveu a situação em Gaza como “catastrófica”, acrescentando que “os direitos trabalhistas foram dizimados”. Destacou a necessidade de se preparar para uma recuperação geradora de emprego, ancorada num compromisso de proporcionar trabalho digno.

Em uma reunião subsequente dos parceiros de desenvolvimento da OIT, eles comprometeram-se a apoiar financeiramente e com outras formas de apoio à resposta da OIT à crise<sup>20</sup>. Este plano assenta-se em três pilares: ajuda imediata, avaliação do impacto da guerra no mercado de trabalho, e recuperação rápida. Incluindo os milhões em novos compromissos garantidos na reunião dos parceiros de desenvolvimento, os países doadores comprometeram-se a fornecer aproximadamente 10 milhões de dólares para apoiar o programa de assistência da OIT ao território palestino ocupado. O programa inclui promoção do emprego, proteção social e apoio às empresas.

### **Presença e protagonismo do Presidente Lula são destaque**

O **Fórum Inaugural da Coalização Global para a Justiça Social** foi realizado no dia 13 de junho, tendo sido aberto com discursos de Luiz Marinho, Ministro do Trabalho do Brasil<sup>21</sup> e Diretor-Geral da OIT Gilbert F. Houngbo. O Fórum também ouviu declarações de Navid Hanif, Secretário-Geral Adjunto para o Desenvolvimento Econômico, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas; Roberto Suarez Santos, Secretário Geral, Organização Internacional de Empregadores; Luc Triangle, Secretário Geral, Confederação Sindical Internacional; e Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde.

Foto 1 - Ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego do Brasil, discursando na abertura do Fórum



<sup>20</sup> <https://www.ilo.org/resource/news/ilc/112/partners-pledge-support-ilos-palestinian-labour-market-recovery-programme>

<sup>21</sup> <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Junho/luiz-marinho-defende-em-genebra-a-taxacao-global-das-grandes-fortunas-para-acabar-com-a-miseria-e-a-fome-cit2024/DiscursoministroLuizMarinhoOITGenebra12062024Fechado.pdf>

Foto 2 – Foto emblemática do encontro do Presidente Lula, com o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, e o Diretor Geral da OIT, Gilbert F. Hounqbo, quando no Fórum Inaugural da Coalização Global para a Justiça Social, em Genebra, em 13 de junho de 2024



O programa do Fórum incluiu três diálogos de alto nível (sobre a construção da resiliência das sociedades; a melhoria da coerência entre as políticas econômicas e sociais; e a promoção do diálogo social para a prosperidade compartilhada) e uma discussão especial à hora do almoço com a participação dos ministros do Trabalho dos atuais presidentes do G7 e G20, centrando-se na forma como estes organismos multilaterais podem promover a justiça social.

Falando no evento, o Diretor-Geral da OIT, Gilbert F. Hounqbo, saudou o apoio esmagador que a Coalizão Global recebeu desde o seu lançamento em novembro de 2023. O Diretor-Geral chamou o Fórum Inaugural de “o pontapé inicial de uma longa jornada, uma jornada que nos levará todos em direção a mais e melhor justiça social no mundo.”

Além disso, o Diretor-Geral sublinhou a importância de transformar os compromissos com a justiça social em ações concretas, para trazer mudanças tangíveis, positivas e sustentáveis às vidas das pessoas.

O ponto alto do Fórum foi o discurso do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>22</sup>, seguido pelo do Presidente do Nepal, Ramchandra Paudel<sup>23</sup>, evento que contou com a participação de mais de 40 Ministros de Governo<sup>24</sup>.

<sup>22</sup><https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-lancamento-da-coalizao-global-para-justica-social-no-ambito-da-112a-conferencia-internacional-do-trabalho>

<sup>23</sup><https://live.ilo.org/events/inaugural-forum-global-coalition-social-justice-2024-06>

<sup>24</sup><https://www.ilo.org/resource/news/ilc/112/world-leaders-call-urgent-action-advance-social-justice-inaugural-forum>

“Nunca a justiça social foi tão crucial para a humanidade”, disse Lula, orador principal no **Fórum Inaugural da Coalização Global pela Justiça Social**<sup>25</sup>, como copresidente do Grupo de Coordenação da **Coalizão Global pela Justiça Social**.

“Nenhum país pode resolver sozinho os dilemas que afetam a sociedade internacional. Precisamos buscar as melhores práticas e experiências onde quer que estejam. A Coalização Global será uma ferramenta central para a construção de uma transição com justiça social, trabalho digno e erradicação da pobreza”, explicou.

As observações do Presidente Lula foram repetidas por Ramchandra Paudel, Presidente do Nepal, que também falou no Fórum. “Estamos felizes por participar na Coalização Global para a Justiça Social, por reafirmar o nosso compromisso com a justiça social, por reafirmar a nossa fé no multilateralismo”, disse ele. Acrescentou que a Coalização Global iria “inspirar todos a unirem-se através do diálogo social para manter a harmonia social e a tolerância para alcançar o desenvolvimento econômico e a prosperidade”.

“As discussões frutíferas que tivemos hoje devem traduzir-se em ação. E à medida que avançamos, lembremo-nos de que os nossos esforços não são apenas para nós, mas para as gerações vindouras”, disse Hougbo. “Nosso roteiro é claro. Devemos agir, e devemos agir a nível nacional”, acrescentou.

O Fórum é o encontro anual dos parceiros da Coalizão. Proporciona um espaço para eles trocarem conhecimentos e experiências e destacarem ações concretas empreendidas em apoio à justiça social. O Fórum inaugural ocorreu durante a 112ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho e reuniu mais de 1.200 representantes de membros da Coalização durante três diálogos temáticos de alto nível em torno dos seguintes temas: construção da resiliência das sociedades; melhorar a coerência entre as políticas econômicas e sociais; e promover o diálogo social para a prosperidade partilhada.

Desde a sua criação, a Coalização Global para a Justiça Social tem trabalhado para criar um impulso global no sentido da redução e prevenção das desigualdades e da priorização da justiça social na elaboração de políticas e atividades nacionais e globais.

Até à data, a Coalização reuniu mais de 290 parceiros, incluindo governos, organizações de empregadores, organizações de trabalhadores, organizações internacionais e regionais, instituições financeiras internacionais, organizações não governamentais internacionais, empresas e universidades.

“As discussões frutíferas que tivemos agora devem ser traduzidas em ações concretas para desenvolver as áreas temáticas da Coalização através de esforços individuais e coletivos”, explicou Hougbo.

A Coalização, lançada em 2023, já atraiu mais de 290 membros, todos unidos no seu compromisso de promover uma maior justiça social. Os membros incluem governos, organizações de trabalhadores e empregadores, organizações regionais e das Nações Unidas, instituições financeiras regionais, instituições acadêmicas, ONG internacionais e empresas.

---

<sup>25</sup> <https://social-justice-coalition.ilo.org/es>

## **Comentários finais**

Este breve texto visou dar uma vista panorâmica, geral e abrangente, sobre os principais temas debatidos na 112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 3 a 14 de julho. Foi dado destaque à participação e protagonismo da presença brasileira em um dos mais importantes acontecimentos da Conferência, que foi o Fórum Inaugural da Coalização Global pela Justiça Social, realizado no dia 13 de junho, onde a abertura foi feita pelo Brasil, através de seu Ministro do Trabalho e Emprego (Luiz Marinho) e no encerramento, com a presença e importante discurso do Presidente Lula. Ambos os discursos foram disponibilizados por meio de links de acesso. A análise dos avanços em quatro dos temas oficiais mais importantes irá prosseguir no Seminário Avançado a ser realizado no próximo dia 26 de junho, que terá a participação de autoridades governamentais e de lideranças de representações sindicais brasileiras e da região latino-americana, por meio de trabalhadores e trabalhadoras que estiveram presentes e atuantes na Conferência da OIT, há poucos dias encerrada.

## **Discurso do presidente Lula durante lançamento da Coalizão Global para Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência Internacional do Trabalho<sup>26</sup>**

*Genebra (Suíça), em 13 de junho de 2024.*

É com grande satisfação que participo da 112ª (centésima décima segunda) Conferência Internacional do Trabalho.

Retorno à OIT com esperança renovada na atuação conjunta de governos, trabalhadores e empregadores para superar tempos adversos.

Não foram poucas as vezes em que o mundo voltou seus olhos para a OIT em busca de soluções ao longo de seus 100 anos de história.

Esta é uma das primeiras organizações internacionais a ganhar o prêmio Nobel da Paz, em 1969.

Foi nesta assembleia, em maio de 2003, que escolhi fazer meu primeiro discurso em um organismo das Nações Unidas como chefe de estado.

E foi aqui que nos reunimos para discutir a crise do emprego causada pelo colapso financeiro de 2008.

Desta vez, vivemos um contexto global muito mais complexo.

Nossas sociedades ainda se recuperam dos efeitos da pandemia de COVID-19 em ritmos muito desiguais.

Novas tensões geopolíticas se somam a conflitos existentes em diferentes partes do planeta.

As transições energética e digital já impacientam trabalhadores de todos os países.

Os efeitos da mudança climática têm deteriorado a qualidade de vida ao redor do mundo.

2,4 bilhões de trabalhadores são afetados diretamente pelo calor excessivo.

O papel da OIT e de seu arranjo tripartite é ainda mais relevante hoje do que quando foi criada.

Nunca, nunca a justiça social foi tão crucial para a humanidade.

É central resgatar o espírito da Declaração da Filadélfia, adotada há 80 anos atrás.

Nela consignamos que o trabalho não deve ser tratado como mercadoria, mas sim fonte de dignidade.

O bem-estar de cada um depende do bem-estar de todos.

Como afirmou o Papa Francisco, não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza e nem justiça na desigualdade.

Por isso, aceitei o convite do diretor-geral Gilbert para copresidir a Coalizão Global para a Justiça Social.

Ela será instrumental para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O ODS 8 sobre “Trabalho Decente para Todos” não está avançando na velocidade e na escala necessárias para o cumprimento de seus indicadores.

Apesar das projeções da taxa de desemprego mundial para este ano e o próximo apontarem modesta diminuição de 5% para 4,9%, não devemos nos iludir.

A informalidade, a precarização e a pobreza são persistentes.

O número de pessoas em empregos informais saltou de aproximadamente 1,7 bilhão, em 2005, para 2 bilhões neste ano.

A renda do trabalho segue em queda para os menos escolarizados.

As novas gerações não encontram espaço no mercado.

Muitos não estudam, nem trabalham. Há elevado desalento.

Quase 215 milhões – mais do que a população do Brasil – vivem em extrema pobreza mesmo estando empregados.

As desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e origem geográfica são agravantes desse cenário.

Em todo o mundo, as mulheres são um dos elos mais vulneráveis da cadeia do trabalho.

A máxima “salário igual para trabalho igual” ainda é uma utopia.

---

<sup>26</sup>Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-lancamento-da-coalizao-global-para-justica-social-no-ambito-da-112a-conferencia-internacional-do-trabalho>

Mais de meio bilhão de mulheres em idade ativa estão fora da força de trabalho devido à divisão desigual das responsabilidades familiares e dos cuidados.

Dos 280 milhões de migrantes em todo o mundo, 80% vivem no Sul Global.

Em muitos casos, as remessas desses trabalhadores superam os investimentos estrangeiros em seu país de origem.

Quase 650 bilhões de dólares foram enviados por imigrantes a países de baixa renda e média renda.

Esses recursos são fundamentais, mas insuficientes.

Temos uma arquitetura financeira disfuncional, que alimenta desigualdades.

Os bancos de desenvolvimento investem muito pouco.

Senhoras e senhores,

Há um provérbio antigo que afirma que “se queremos paz, temos de nos preparar para a guerra”.

Ao lançar a pedra fundamental da OIT, nossos antecessores sabiam e subverteram essa lógica ao consagrar o lema “se desejas a paz, cultiva e não permita a injustiça”.

Essa máxima é ainda mais pertinente hoje.

As guerras na Ucrânia, em Gaza e tantos outros conflitos esquecidos nos afastam desse ideal.

Trabalhadores que deveriam dedicar-se a suas vidas e famílias são direcionados para frentes de batalha de onde ninguém sabe se irá voltar e quem sairá vencedor.

Foi assim na Primeira Guerra Mundial, de cujos escombros saíram a Liga das Nações e a própria OIT.

A Segunda Guerra Mundial terminou com 70 milhões de mortos, 3% da população da época – majoritariamente jovens e com pouca idade.

O ano de 2023 viu o gasto com armamentos subir 7% em relação a 2022, chegando a 2,4 trilhões de dólares.

A irracionalidade de um conflito na Europa reacende os temores de uma catástrofe nuclear.

Em Gaza, há mais de 37 mil vítimas fatais. A maioria são mulheres e crianças.

Esse conflito também acumula o triste recorde de mortes de trabalhadores humanitários. Por isso é importante afirmar: o mundo precisa de paz e prosperidade e não de guerra.

Em 2024, o maior número de eleitores da História se dirigirá às urnas.

Quase metade da população mundial participará de processos eleitorais, renovando as esperanças de um futuro melhor.

A democracia e a participação social são essenciais para a conquista de direitos trabalhistas.

Sem a democracia, um torneiro mecânico jamais teria chegado à Presidência da República de um país como o Brasil.

Os ataques à democracia historicamente implicaram a perda de direitos.

Não é mera coincidência que meu país foi investigado por violar normas desta Organização durante o governo de meu antecessor.

O extremismo político ataca e silencia minorias, negligencia os mais vulneráveis e vende muita ilusão.

A negação da política deixa um vácuo a ser preenchido por aventureiros que espalham a mentira e o ódio.

A contestação da ordem vigente não pode ser privilégio da extrema direita.

A bandeira anti-hegemônica precisa ser recuperada pelos setores populares progressistas e democratas.

Recuperar o papel do Estado como planejador do desenvolvimento é uma tarefa urgente.

A mão invisível do mercado só agrava desigualdades.

O crescimento da produtividade não tem sido acompanhado pelo aumento dos salários, gerando insatisfação e muita polarização.

Não se pode discutir economia e finanças sem discutir emprego e renda.

Precisamos de uma nova globalização - uma globalização de face humana.

A justiça social e a luta contra as desigualdades são prioridades da presidência do Brasil do G20 que se realizara em novembro próximo.

Fiz questão de convidar a OIT para contribuir com as discussões do Grupo.

Estamos discutindo como promover uma transição justa e utilizar as tecnologias emergentes para melhorar o universo laboral.

Nossa iniciativa prioritária, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, busca acelerar os esforços para eliminar essas chagas.

O Brasil está impulsionando a proposta de taxação dos super-ricos nos debates do G-20.

Nunca antes o mundo teve tantos bilionários. Estamos falando de 3 mil pessoas que detêm quase US\$ 15 trilhões em patrimônio.

Isso representa a soma dos PIBs do Japão, da Alemanha, da Índia e do Reino Unido.

É mais do que se estima ser necessário para os países em desenvolvimento lidarem com a mudança climática.

A concentração de renda é tão absurda que alguns indivíduos possuem seus próprios programas espaciais. Não precisamos buscar soluções em Marte. É a Terra que precisa do nosso cuidado.

As enchentes que levaram destruição ao Sul do Brasil, ao Quênia e à China, e as secas na Amazônia, na Europa e no continente africano mostram que o planeta já não aguenta mais.

A crise climática será prioridade da COP-30 que será feita na cidade de Belém em um estado da Amazônia.

As florestas tropicais não são santuários para o deleite da elite global.

Tampouco podem ser tratadas como depósitos de riquezas a serem exportadas.

Debaixo de cada árvore vivem trabalhadoras e trabalhadores que precisam de emprego e renda.

A sociobioeconomia, a industrialização verde e as energias renováveis são grandes oportunidades para ampliar o bem-estar coletivo e efetivar a transição justa que defendemos.

Ações e políticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades digitais e sustentáveis serão fundamentais em uma economia global cada vez mais descarbonizada e intensiva em tecnologia.

Nas revoluções industriais anteriores, aprendemos que inovações tecnológicas podem ampliar os horizontes da humanidade.

Mas foi a luta dos trabalhadores que disciplinou e democratizou seu uso.

A inteligência artificial transformará radicalmente nosso modo de vida.

Teremos que atuar para que seus benefícios cheguem a todos e não apenas aos mesmos países que sempre ficam com a parte melhor.

Do contrário, tenderá a reforçar vieses e hierarquias geopolíticas, culturais, sociais e de gênero.

Um terço da população mundial está fora da Internet, e parcela ainda maior não usufrui de conectividade significativa.

A diversidade linguística ainda não está adequadamente representada no ambiente digital.

O poder computacional necessário para mover suas engrenagens é desigualmente distribuído.

Seu insumo essencial são nossos dados, nossa atenção e nosso tempo, e é disputado ferozmente por um punhado de empresas.

Nenhum país é capaz de resolver sozinho os dilemas que afetam toda a sociedade internacional.

Precisamos buscar as melhores experiências onde quer que elas estejam para que a gente possa colocar em prática no mundo inteiro.

O Brasil se inspirou no governo espanhol, sob a liderança de Pedro Sanchez, para regular o trabalho por aplicativos de transporte e promover um acordo sobre jornadas de trabalho, salários e previdência social.

O presidente Biden mostrou-se um grande aliado na construção de um novo marco para a construção de uma relação entre capital e trabalho.

Esse é o sentido da Parceria para o Direito dos Trabalhadores que lançamos na ONU, no ano passado, ao lado do Diretor-Geral, nosso companheiro Hounqbo.

Queremos pavimentar o caminho para um novo contrato social, que coloque o ser humano no centro das políticas.

Em meu terceiro mandato, tenho renovado o compromisso com o mundo do trabalho.

Tenho certeza de que retomamos as políticas de valorização do salário mínimo, de erradicação do trabalho infantil e de combate a formas contemporâneas de escravidão.

Aprovamos uma lei sobre igualdade de remuneração entre homens e mulheres e nos somamos ao chamado da OIT para que mais países, sindicatos e empresas integrem a Coalizão Internacional pela Igualdade Salarial.

Também estamos formulando um Plano Nacional de Cuidados que considera as desigualdades de classe, gênero, de raça, idade, deficiências e territórios, com olhar especial para o mundo do trabalho doméstico.

Temos uma política forte de geração de emprego e de reindustrialização do país, com responsabilidade fiscal.

Somente a indústria automobilística anunciou investimentos de 25 bilhões de dólares, o que não acontecia no Brasil há mais de 40 anos.

Um país que gera condições de investimento está protegendo seus trabalhadores, está gerando emprego e permitindo que a massa salarial cresça.

Quando a economia cresce, o desemprego diminui e a renda aumenta.

São 2,2 milhões de empregos formais criados desde o início do meu governo.

O desemprego no primeiro trimestre deste ano foi o menor desde 2014.

Senhoras e senhores,

Ao longo de mais de um século, a OIT contribuiu para inúmeras conquistas que elevaram o padrão de qualidade de vida das pessoas e fortaleceram a paz, segurança e prosperidade.

A Coalizão Global que estamos lançando hoje será uma ferramenta central para construir uma transição com justiça social, trabalho decente e igualdade.

Isso será particularmente importante neste contexto de transição para uma ordem multipolar, que exigirá mudanças profundas nas instituições.

Por isso o Brasil vai trabalhar pela ratificação da Emenda de 1986 à Constituição da OIT, que propõe eliminar os assentos permanentes dos países mais industrializados no Conselho da Organização.

Não faz sentido apelar aos países em desenvolvimento para que contribuam para a resolução das crises que o mundo enfrenta hoje sem que estejam adequadamente representados nos principais órgãos de governança global.

Nossas decisões só terão legitimidade e eficácia se tomadas e implementadas democraticamente.

Esse é o melhor caminho a seguir para garantir o desenvolvimento sustentável, os direitos dos mais vulneráveis e a proteção do planeta.

Vamos semear a justiça e colher a paz de que o mundo tanto precisa.

Muito obrigado.



**Desafios e Avanços: Indicadores Globais de Saúde de Refugiados e Migrantes e os Resultados da 77ª Assembleia Mundial da Saúde para esta população**

***Challenges and Progress: Global Health Indicators for Refugees and Migrants and the Outcomes of the 77th World Health Assembly for this population***

***Rafael Gomes França, Júlia Moraes,  
Marina Sujkowski  
e Deisy de Freitas Lima Ventura***

**Resumo:** O Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca neste informe os indicadores globais de saúde e relacionados à saúde de migrantes e refugiados que constam do relatório de Estatísticas Mundiais de Saúde da OMS e também exploram os resultados da 77ª Assembleia Mundial da Saúde para esta população.

**Palavras chave:** Migração. OMS. Saúde Global.

**Abstract:** *The Working Group on Migration, Refuge, and Global Health highlights in this report the global health and health-related indicators for migrants and refugees featured in the WHO World Health Statistics report and also explores the outcomes of the 77th World Health Assembly for this population.*

**Keywords:** Migration. WHO. Global Health

O relatório de Estatísticas Mundiais de Saúde é a compilação anual de indicadores de saúde e relacionados à saúde, publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 2005. A Divisão de Dados, Análise e Entrega para Impacto da OMS produz este relatório, em colaboração com os departamentos técnicos da OMS e escritórios regionais e de países. A edição de 2024 revisa mais de 50 indicadores relacionados à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do décimo terceiro Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW13). O relatório é composto por quatro capítulos, que apresentam os dados mais recentes disponíveis<sup>1</sup>.

O Capítulo 1 apresenta estimativas globais e regionais atualizadas de expectativa de vida, expectativa de vida saudável e mortalidade por causas específicas, particularmente o impacto da pandemia de covid-19 nos perfis demográficos e epidemiológicos. O Capítulo 2 resume as tendências globais e regionais nos ODS relacionados à saúde. O Capítulo 3 apresenta a atualização mais recente sobre a meta *Triple Billion* da OMS dentro do GPW13. E o Capítulo 4 aborda questões importantes de saúde global, incluindo a dupla carga da desnutrição, as desigualdades de saúde relacionadas à deficiência e a saúde de refugiados e migrantes. Histórias focadas em países são apresentadas ao longo do relatório para destacar os esforços realizados para abordar várias questões de saúde<sup>1</sup>.

As informações apresentadas nas Estatísticas Mundiais de Saúde 2024 são baseadas em dados disponíveis de monitoramento global até maio de 2024. No entanto, os anos de referência dos dados variam, pois as séries de dados são atualizadas em diferentes cronogramas e com diferentes atrasos entre o ano de referência dos dados e o ano de publicação. Os dados foram compilados principalmente de publicações e bancos de dados produzidos e gerenciados pela

OMS ou entidades parceiras das Nações Unidas, e complementados com dados e análises de publicações revisadas por pares<sup>1</sup>.

Neste informe, este Grupo explorará o Capítulo 4, sobre a saúde de refugiados e migrantes. O número de migrantes internacionais aumentou de 153 milhões (2,9% da população global), em 1990, para 281 milhões (3,6% da população global), em 2020. Esse número não inclui migrantes internos, que foram estimados em cerca de 763 milhões, em 2005. Além disso, em meados de 2023, estimava-se que 110 milhões de pessoas estavam deslocadas à força, incluindo aqueles que são deslocados internos, refugiados e solicitantes de asilo. A migração pode tanto melhorar quanto degradar o estado de saúde de um indivíduo. Refugiados e migrantes muitas vezes enfrentam piores resultados de saúde em países de trânsito e destino devido a barreiras como diferenças linguísticas e culturais, discriminação institucional e uso restrito dos serviços de saúde<sup>1</sup>.

O primeiro Relatório Mundial da OMS sobre a saúde de refugiados e migrantes, lançado em 2022, oferece uma visão geral da saúde de refugiados e migrantes internacionais, juntamente com os determinantes associados e os desafios de saúde pública, revelando também lacunas cruciais em dados e conhecimentos globais. Priorizar os direitos dos refugiados e migrantes a um atendimento de saúde oportuno, acessível e digno é essencial para alcançar a equidade em saúde. Alguns fluxos de migração global podem ser previstos por fatores como crescimento econômico e mudanças demográficas. No entanto, deslocamentos causados por emergências decorrentes de surtos de doenças, conflitos, desastres naturais e mudanças climáticas apresentam desafios significativos. Os sistemas de saúde e proteção social precisam estar preparados para mudanças populacionais repentinas<sup>1</sup>.

Novas e recorrentes emergências estão pressionando os serviços de saúde em todas as regiões da OMS. Além de mortes e ferimentos, os riscos de doenças infecciosas e problemas de saúde mental também aumentam. As instalações de saúde podem não ser capazes de lidar com a situação, pois são fortemente afetadas por quedas de energia e interrupções no fornecimento, ou até mesmo alvo de conflitos. A ameaça de desnutrição e fome surge como resultado da interrupção do fornecimento de alimentos, exacerbando as necessidades críticas de saúde de populações já vulneráveis<sup>1</sup>.

Embora uma grande proporção de refugiados e migrantes esteja geralmente em boa saúde, esses grupos também incluem crianças, idosos, pessoas com deficiência e aqueles cuja saúde foi negativamente impactada por suas viagens ou pelas circunstâncias em seu país de origem. Como também há a possibilidade de adoecer ou se ferir em seu país de acolhimento. Essas necessidades de saúde transcendem as fronteiras nacionais, mas muitos países restringem a cobertura de saúde com base no status de imigração, limitando o acesso ao seguro de saúde e aos serviços. Além disso, o custo do atendimento não emergencial pode ser uma despesa inacessível para muitos. Esses fatores deixam milhões em situações vulneráveis globalmente, levando-os a enfrentar piores resultados de saúde, especialmente em condições de vida e trabalho precárias<sup>1</sup>.

Por exemplo, estudos encontraram taxas mais altas de anemia em mulheres e crianças entre refugiados e migrantes em comparação com as populações locais, e há um risco aumentado tanto de anemia quanto de desnutrição em alguns ambientes de acampamento. Trabalhadores migrantes podem enfrentar discriminação, exploração, direitos limitados no local de trabalho e proteção social, bem como problemas significativos de saúde ocupacional, como maior risco de lesões ocupacionais, especialmente documentado entre trabalhadores migrantes

do sexo masculino empregados em indústrias de alto risco. Durante a pandemia de covid-19, trabalhadores migrantes em alguns países, particularmente aqueles em funções de baixa qualificação, enfrentaram riscos aumentados de exposição devido a condições de vida. Aqueles que estavam empregados em setores essenciais, como saúde e agricultura, suportaram uma carga desproporcional dos desafios relacionados à pandemia. Além disso, refugiados e migrantes podem ser particularmente vulneráveis aos efeitos da resistência antimicrobiana durante várias fases da migração e deslocamento, devido a fatores como exposição a infecções, acesso limitado a diagnósticos e terapêuticos e uso inadequado de antibióticos<sup>1</sup>.

No entanto, dados sobre políticas de acesso aos serviços de saúde de 84 países entre 2018 e 2021 mostram que apenas metade deles fornece a refugiados e migrantes acesso a todos os serviços de saúde financiados pelo governo nas mesmas condições que os nacionais, independentemente do status migratório. As evidências disponíveis revelam padrões mistos de carga e riscos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre migrantes e refugiados, em comparação com as populações anfitriãs<sup>1</sup>.

Tomando o câncer como exemplo, estudos de três países de alta renda, nas Américas, sugeriram melhores resultados para migrantes com câncer, enquanto pesquisas de dois países de alta renda, na Europa, indicaram que o câncer frequentemente era diagnosticado em estágios avançados entre populações de refugiados e migrantes, levando a piores resultados de saúde do que as populações anfitriãs. Estudos de três países africanos destacaram lacunas no conhecimento sobre o câncer do colo do útero entre mulheres refugiadas e migrantes, enfatizando a importância de intervenções de prevenção e detecção precoce. Esses desafios se refletem em outras regiões, com mulheres refugiadas e migrantes enfrentando barreiras à vacinação contra o HPV em contextos onde fatores como acessibilidade às clínicas e recomendações dos médicos desempenham papéis significativos<sup>1</sup>.

A falta de dados desagregados, que sejam oportunos, representativos e sistematicamente coletados sobre a saúde de refugiados e migrantes nos sistemas nacionais de informação em saúde dificulta a compreensão e o atendimento das necessidades de saúde da população migrante, o desenvolvimento de abordagens inclusivas de saúde pública e o acompanhamento do progresso em direção às metas de saúde nacionais e globais. Abordagens baseadas em dados são vitais para promover a equidade em saúde e a inclusão social<sup>1</sup>.

Reconhecendo a urgência, o Plano de Ação Global da OMS para promover a saúde de refugiados e migrantes enfatiza a coleta de dados desagregados de alta qualidade para monitorar o progresso em direção à implementação das seis áreas prioritárias. Como o Plano de Ação Global é fundamentado em questões de saúde para refugiados e migrantes, esses dados e o monitoramento resultante também contribuirão para os ODS relacionados à saúde para a população em movimento, em particular refugiados e migrantes em todo o mundo. A meta 17.18 dos ODS compromete-se especificamente a melhorar o apoio à capacitação dos países para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade desagregados por status migratório<sup>1</sup>.

#### **Assembleia Mundial da Saúde de 2024**

A Assembleia Mundial da Saúde de 2024 ocorreu em Genebra entre os dias 27 de maio e 1º de junho, com o tema “Todos pela saúde, saúde para todos”<sup>2</sup>. A conferência debateu temas de extrema relevância para os rumos da saúde global nos próximos anos, foi aprovada a estratégia global (*14th General Programme of Work*) de quatro anos, de US\$11 bilhões, para promover e proteger a saúde e o bem-estar das pessoas, com ênfase nas mudanças climáticas,

envelhecimento, migrações, pandemias e equidade. Para o período de 2025 a 2028, colocam-se os seguintes objetivos: i) responder à escalada de desafios colocados à saúde pelas mudanças climáticas; ii) endereçar determinantes da saúde; avançar com a atenção primária e capacidades essenciais dos sistemas de saúde em direção à cobertura universal de saúde; iii) aprimorar a cobertura de saúde e a proteção financeira para combater as iniquidades; iv) prevenir, mitigar e preparar para riscos de saúde pública; e v) detectar rapidamente e sustentar as respostas às emergências de saúde.

No que diz respeito à temática da migração e do refúgio na saúde global, além de ter sido elencada como uma das prioridades estratégicas da Organização nos próximos anos, houve diversas discussões e decisões que a envolvem, em especial relacionadas às emergências na Ucrânia e na Palestina. No terceiro dia da Assembleia, foi aprovada a resolução “Emergência de saúde na Ucrânia e países receptores de refugiados, provenientes das agressões da Federação Russa”<sup>3</sup>. A resolução, reconhecendo o trabalho da OMS feito até então e a situação sem precedentes na Ucrânia, condena os ataques russos, incluindo aqueles contra instalações de saúde; chama atenção para o número significativo de refugiados saindo da Ucrânia e suas consequências humanitárias para o país e para países vizinhos; também para o impacto multifacetado para pessoas em situação de vulnerabilidade (refugiados, sobreviventes de violência, crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência); pede respeito e proteção aos doentes e feridos sob os princípios do direito humanitário internacional; urge que a Rússia cesse os ataques sobre infraestruturas cruciais pelo país, como hospitais e outros serviços de saúde, e proteja profissionais de saúde; e que os Estados-membro adiram ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos direitos humanos para prover a assistência necessária à população.

Ademais, a Assembleia também se posicionou sobre a situação da Palestina, a partir do relatório anual que foi apresentado pela Organização Mundial da Saúde sobre as condições de saúde no território ocupado da Palestina. De maneira resumida, a decisão<sup>4</sup> solicita ao Diretor-Geral da OMS que reporte: o progresso da implementação das recomendações realizadas nos relatórios de campo sobre a situação de saúde palestina; as implicações para a saúde pública da crise humanitária catastrófica que se instala na região e submeta-as à sessão do conselho executivo; resultados da desnutrição sobre a saúde, considerando a insegurança alimentar da população e a necessidade do Estado de Israel de proteger civis e garantir seus direitos humanos; a interligação entre saúde e outros setores, como acesso à água, saneamento básico e alimentação adequada; a destruição e ataques aos serviços de saúde, necessidades psicossociais da população.

A decisão também pede apoio ao setor de saúde palestino, de maneira a implementar programas de *capacity-building* que aprimorem a infraestrutura essencial de saúde e garantam a acessibilidade e a qualidade dos serviços ofertados, e dar continuidade às parcerias com agências das Nações Unidas para providenciar assistência à crise e fortalecer o sistema de saúde. Finalmente, a decisão demanda que Israel, enquanto poder que ocupa o território palestino, respeite e cumpra suas obrigações perante o direito internacional, que os doadores financiem as necessidades de saúde imediatas para reabilitação e reconstrução do sistema de saúde, e que a comunidade internacional apoie o financiamento e os programas da OMS na Palestina.

## Referências Bibliográficas

1. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2024: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals.** Disponível em: <https://www.who.int/en/publications/i/item/9789240094703>. Acesso em: 15 jun. 2024.
2. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Seventy-seventh World Health Assembly – Daily update: 28 May 2024.** Disponível em: [Seventy-seventh World Health Assembly – Daily update: 28 May 2024 \(who.int\)](https://www.who.int/en/news-room/press-releases/20240528-seventy-seventh-world-health-assembly-daily-update). Acesso em: 16 jun. 2024.
3. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health emergency in Ukraine and refugee-receiving and-hosting countries, stemming from the Russian Federation’s aggression.** Disponível em: [Health emergency in Ukraine and refugee-receiving and -hosting countries, stemming from the Russian Federation’s aggression \(who.int\)](https://www.who.int/en/news-room/press-releases/20240528-health-emergency-in-ukraine). Acesso em: 16 jun. 2024.
4. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan.** Disponível em: [Health conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan \(who.int\)](https://www.who.int/en/news-room/press-releases/20240528-health-conditions-in-the-occupied-palestinian-territory). Acesso em: 16 jun. 2024.

## **Acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva na região das Américas e as ameaças ao aborto legal no Brasil**

### ***Access to sexual and reproductive health services in the Americas region and threats to legal abortion in Brazil***

**Maria Teresa Rossetti Massari**  
**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**  
**Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos**

**Resumo:** Em setembro de 2023 foi apresentado o documento “Estado do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva”, elaborado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que teve como objetivo descrever a situação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva na Região das Américas a partir de determinadas questões da saúde reprodutiva. O relatório, publicado em maio de 2024, também identifica barreiras de acesso e respostas de saúde, assim como sugere recomendações para os Estados-membros. Ao final, fazemos uma discussão sobre as ameaças e retrocessos da Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil a partir do PL 1904/2024, o qual tem tido grandes repercussões no país.

**Palavras-chave:** Saúde reprodutiva; Saúde do Adolescente; Saúde materna; Saúde da Mulher.

**Abstract:** *In September 2023, the document “State of access to sexual and reproductive health services”, prepared by the Pan American Health Organization (PAHO), aimed to describe the situation of access to sexual and reproductive health services in the Americas region, based on certain reproductive health issues. The report, published in May 2024, also identifies barriers to access and health responses, as well as suggests recommendations for Member States. At the end, we discuss the threats and setbacks to Sexual and Reproductive Health in Brazil following PL 1904/2024, which has had major repercussions in the country.*

**Key words:** *Reproductive health; Adolescent Health; Maternal health; Women's Health.*

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou no final de maio deste ano, o documento “*El acceso a los servicios de salud sexual y reproductiva en la región de las Américas*”<sup>1</sup> que foi apresentado na 60ª Reunião do Conselho Diretor, 75ª Sessão do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas, realizada em Washington, DC, Estados Unidos da América, entre os dias 25 e 29 de setembro de 2023. O documento teve como objetivo descrever a situação atual do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva na Região das Américas, identificar barreiras de acesso e possíveis respostas de saúde, e sugerir recomendações para os países. Na ocasião, o documento foi aprovado por unanimidade entre os Estados-membros presentes.



Os Estados-membros da OPAS se colocam comprometidos com as metas 3.7 e 5.6 da “[Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030](#)”, ambas vinculadas à Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), bem como à “[Estratégia de Acesso Universal à Saúde e Cobertura Universal de Saúde](#)”, que reconhece que todos os indivíduos e comunidades devem ter acesso, sem discriminação, aos serviços e insumos de saúde adequados e de qualidade.

Entende-se a SSR como o completo bem-estar físico, mental e social, em questões relacionadas ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. Ela deve garantir que mulheres e homens expressem sua sexualidade de maneira saudável, evitando riscos como infecções sexualmente transmissíveis e gestações não planejadas, garantindo o direito de desfrutarem uma vida sexual satisfatória, livre de coerção, discriminação e violência, assegurando a liberdade de decidirem sobre a procriação.

O relatório possui quarenta páginas e está dividido em dez seções. Nas cinco primeiras seções são apresentados alguns problemas que afetam a SSR e é fornecido um panorama atual de cada um deles, bem como sugestões sobre encaminhamentos possíveis. Os temas são: Anticoncepção; Gravidez na adolescência; Aborto inseguro; Violência de gênero e Câncer cervical. Nas três seguintes seções, são abordadas especificidades das Pessoas com Deficiência, População LGBTQIAP+ e Saúde dos homens. Por fim, na seção “Chamado para Ação”, estão as seis estratégias acordadas durante o evento pelas autoridades sanitárias presentes.

O documento é bastante ilustrativo e retrata dimensões que vão desde a importância de garantir o acesso à informação sobre SSR até as transições de gênero e a integridade corporal das pessoas intersexo. Cabe atentar ao fato de que os problemas que são abordados no relatório, têm relações entre si. A seguir, destacamos os principais pontos e dados em cada uma das seções.

### **Anticoncepção**

O acesso universal a métodos contraceptivos está contemplado em acordos globais e regionais desde a década de 1990, porém diversas barreiras de acesso ainda persistem. O documento destaca algumas, dentre elas:

- marcos legais restritivos, em especial para meninas e adolescentes;
- orientações médicas pouco claras para seu uso;
- descontinuidade na disponibilidade dos insumos;
- mobilidade/migração; e
- falta de protagonismo das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Apenas 10 dos 23 países da região atendem de maneira satisfatória a demanda por métodos de longo prazo maior que 80%. Em 17 países, o uso de contraceptivos reversíveis de ação prolongada, como o DIU, está abaixo de 10%. Adolescentes de 15 a 17 anos, mulheres negras e indígenas, com menor renda, de áreas rurais e com menor nível de escolaridade têm taxas de uso de métodos anticoncepcionais de longo prazo e reversíveis ainda menor.

Antes da pandemia de COVID-19, ainda que de modo desigual entre e dentro de cada país, vinham sendo observados avanços nos níveis de uso de métodos contraceptivos em mulheres em idade reprodutiva e reduções na taxa de fertilidade total. Com a crise sanitária, o

acesso aos contraceptivos foi afetado e estima-se que entre 12,9 e 20,1 milhões de mulheres na América Latina e no Caribe tiveram o uso de contraceptivos interrompidos.

As orientações sobre “O que fazer?” destacam o papel da Atenção Primária à Saúde e ações de promoção de comportamentos sexuais saudáveis e de planejamento reprodutivo, assim como tornar mais acessíveis financeiramente os métodos contraceptivos para a população, visto que a cobertura de serviços públicos é muito baixa em alguns locais. A proporção de usuários que os recebem gratuitamente varia entre 32,2% e 68,6% dependendo do país, e cerca de metade dos que usam contraceptivos modernos, compram em farmácias e pagam do próprio bolso.

### **Gravidez na adolescência**

A gravidez na adolescência é fruto da violação de vários direitos: à educação, ao acesso à informação sobre sexualidade e direitos sexuais reprodutivos, assim como acesso aos métodos contraceptivos eficazes. A gestação nessa faixa etária acarreta sérios problemas de saúde, como: o aumento do risco de morbi/mortalidade materna e neonatal; a saúde mental das mães adolescentes; e a persistência de ciclos intergeracionais de pobreza e problemas de saúde

Os determinantes que impactam na gravidez na adolescência são múltiplos e operam de maneira sistêmica. Suas consequências afetam diretamente os planos e trajetórias de vida das mulheres, como o abandono escolar, dificuldades de inserção no mercado de trabalho com acesso à empregos de qualidade e, conseqüentemente, menor renda ao longo da vida.

Embora a taxa de fecundidade em adolescentes de 15 a 19 anos tenha reduzido quase 6% em uma década na região (passou de 66,5% em 2010-2015 para 60,7% em 2015-2020), há importantes desigualdades entre perfis sociodemográficos dentro de um mesmo país, estando relacionado a contextos e situações de maior vulnerabilidade social. Meninas e adolescentes com menor renda, menor nível de escolaridade, moradoras de área rural, indígenas e afrodescendentes, apresentam uma taxa de fecundidade entre três a cinco vezes maior do que as médias nacionais. Além disso, fatores de risco, como abuso sexual, bullying na escola e outras formas de violência, situação de rua e o consumo abusivo de drogas, também merecem destaque.

As recomendações para este eixo são majoritariamente de cunho político, entendendo que se faz necessário formular, implantar e avaliar leis nacionais que tornem mais acessíveis e efetivos o uso de contraceptivos, assim como monitorar o desempenho dos programas com foco em sexualidade e fertilidade de adolescentes. Merece destaque a sugestão de estratégias intersetoriais e comunitárias com a participação dos adolescentes. Na medida em que se capacita meninos e meninas adolescentes na tomada de decisões saudáveis e os informam sobre o seu corpo, sua vida e seu futuro, a tendência é melhorar os indicadores de SSR.

### **Aborto inseguro**

O aborto inseguro é um problema de saúde pública marcado pela iniquidade. Ele afeta desproporcionalmente os países onde não é legalizado e as populações vulnerabilizadas. Meninas e mulheres vítimas de violência sexual, em situação de pobreza, pessoas com deficiência, mulheres que vivem em áreas remotas e migrantes têm maiores dificuldades em acessar serviços de aborto, serviços de qualidade e em tempo útil. As barreiras de acesso são diversas, sendo elas de caráter pessoal ou interpessoal; social; político; geográfico; econômico; e administrativo.



Entre 2010 e 2014 dos 6,5 milhões de abortos realizados na América Latina e o Caribe, 4,89 milhões (75%) foram abortos inseguros. Em 2015, 9,9% de mortes maternas na região estiveram associadas ao aborto inseguro. É importante destacar que a morbimortalidade materna por abortos inseguros foi reduzida em países que implementaram políticas de acesso.

A maioria dos países da América Latina e Caribe permitem o aborto em condições específicas: perigo para a vida, risco para saúde, inviabilidade fetal, violação, incesto e saúde mental. Globalmente, em países onde o aborto é permitido, 87,4% dos abortos são seguros. Em países onde o aborto é proibido ou permitido apenas em caso de risco para a vida ou saúde, apenas 25,2% dos abortos são seguros.

Dentre as orientações feitas estão: melhorar o acesso universal e gratuito a métodos contraceptivos para prevenir gravidezes indesejadas, bem como informação sobre SSR e educação sexual; melhorar as políticas de acesso ao aborto seguro; fornecer serviços pós-aborto de qualidade; adaptar os protocolos de cuidados às recomendações da OMS; e expandir as bases para o aborto legal.

### **Violência de gênero**

A violência de gênero gera consequências de diversas ordens. A violência por parceiro íntimo (VPI) é a forma mais comum delas. Dados de 2021, apontam que 34% das mulheres de 15 a 49 anos já sofreram VPI, física ou sexual, ou violência sexual sem ser de seu parceiro, em algum momento de sua vida. Estima-se que 1 em cada 4 mulheres sofreu VPI, física ou sexual, pelo menos uma vez na vida.

Os países da Região das Américas têm mostrado progressos no que tange o acesso à informação sobre violência contra mulheres e meninas; a inclusão de prevenção, cuidado e reparação pela violência contra as mulheres; o desenvolvimento de protocolos e diretrizes para orientar a resposta dos sistemas de saúde; e a qualificação de profissionais de saúde para atender de forma mais adequada essa demanda. Na região, 83% dos países incluem ações de prevenção, cuidado e reparação da doença; 60% dos países possuem protocolos e diretrizes para sistemas de saúde; 80% têm alguma política intersetorial voltada à prevenção da violência contra as mulheres ou uma política nacional de gênero que contempla a violência contra as mulheres.

O setor saúde desempenha um papel fundamental na prevenção da violência contra mulheres e meninas e na mitigação das suas consequências. Porém, mais esforços precisam ser feitos para melhorar a qualidade das políticas de erradicação da violência de gênero, sua consistência com as evidências e a sua implementação. Quanto mais detalhada for a orientação, mais fácil será para os profissionais de saúde compreenderem exatamente o que está a ser dito.

### **Câncer cervical**

A América Latina e o Caribe ocupam o segundo lugar no mundo em mortalidade por câncer cervical, sendo as taxas mais altas do Caribe, seguido pela América do Sul e Central. O câncer cervical é o terceiro diagnóstico de câncer mais comum e o mais frequente nas mulheres em 11 dos 32 países e territórios, com dados disponíveis.

Embora alguns países tenham avançado no tratamento do câncer, há muitos desafios para a prevenção, detecção precoce, acesso a vacinas e medicamentos, gestão de informações e financiamento. Há barreiras estruturais (condição socioeconômica e nível de escolaridade); culturais (crenças e atitudes ligadas à discriminação, desinformação e preconceito por parte dos

prestadores); e sistêmicas, vinculadas ao sistema de saúde dos países (falta de acesso à detecção e acompanhamento devido a lacunas na tecnologia disponível, bem como resposta e capacidade organizacional deficientes dos serviços de saúde).

A incidência e a mortalidade do câncer do colo do útero diminuíram nas últimas década na Região, mas a maioria dos países e territórios ainda apresenta taxas acima do acordo da [“Estratégia Global para Acelerar a Eliminação do Câncer do Colo do Útero”](#), elaborada pela OMS em 2022 (até 4 por 100.000 mulheres). Dados de 2020 apontam que a incidência de câncer cervicouterino é de 6,1 para cada 100.000 mulheres na América do Norte; 13,8 para cada 100.000 mulheres na América Central, e 15,4 para cada 100.000 mulheres na América do Sul. A taxa de mortalidade é 8,2 por cada 100.000 mulheres no Caribe; 7,8 para cada 100.000 mulheres na América do Sul; e 6,8 para cada 100.000 mulheres na América Central.

Para que se possa mudar o cenário, o documento orienta investir mais na prevenção, detecção e tratamento do câncer a partir da implementação das ações da [“Estratégia global para atingir as metas 90-70-90”](#) e acelerar a eliminação do câncer colo do útero como problema de saúde pública. Essa estratégia propõe três objetivos a serem alcançados em 2030: 90% das meninas vacinadas contra o HPV antes de completar 15 anos; 70% das mulheres examinadas com teste antes dos 35 anos e, novamente, antes dos 45 anos; e 90% das mulheres diagnosticadas com câncer cervical em tratamento.

Também são discriminadas ações específicas para cada nível de prevenção. A prevenção primária deve garantir vacinas contra o HPV suficientes a um preço acessível (ou gratuito) e aumentar sua qualidade e cobertura, assim como melhorar a comunicação e a mobilização social. A prevenção secundária deve integrar os serviços de diagnóstico e tratamento, garantir o fornecimento adequado de testes e dispositivos de tratamento de qualidade e alta precisão, e fortalecer os laboratórios e os programas de garantia de qualidade. Na prevenção terciária, por sua vez, o tratamento e cuidados paliativos devem aplicar diretrizes de tratamento do câncer cervical, fortalecer os serviços de patologia e expandir a capacidade cirúrgica e o acesso à radioterapia e quimioterapia. Fortalecer os cuidados paliativos e os serviços de apoio abrangentes para melhorar a qualidade de vida e enfrentar as dificuldades de saúde mental e sexual que possam desencadear.

### **Pessoas com deficiência**

Quase 12% da população da América Latina e do Caribe tem pelo menos uma deficiência, o que equivale a cerca de 66 milhões de pessoas. A SSR das pessoas com deficiência é muitas vezes invisibilizada devido à ignorância e à discriminação, à presunção equivocada da sua não sexualidade, e da falta de autonomia para decidir sobre o seu corpo.

Isso faz com que pessoas com deficiência enfrentem barreiras adicionais no acesso a serviços, educação e informação sobre SSR: inacessibilidade de espaços de saúde, dificuldades de comunicação, falta de formação específica dos profissionais de saúde para lidar com demandas específicas deste público e limitações financeiras são algumas das mais frequentes. Também estão mais expostos a situações de violência e abuso.

Embora tenha havido progresso na consecução dos objetivos delineados no [“Plano de Ação sobre Deficiência e Reabilitação”](#), preparado pela OPAS em 2020, muitos destes planos não foram totalmente implementados e as pessoas com deficiência continuam a enfrentar obstáculos no acesso aos serviços de saúde em muitos países da Região.

## **População LGBTQIAPN+**

A população LGBTQIAPN+ apresenta resultados de saúde piores do que a população heterossexual. Na SSR enfrentam-se problemas como a falta do rastreio do câncer, a sua baixa visibilidade no ESI e uma maior risco de violência, incluindo abuso sexual infantil. Esta população deve enfrentar barreiras de acesso aos serviços de saúde ou ainda não os acessa, muitas vezes devido à ausência de garantias de confidencialidade e privacidade nos cuidados e a falta de cuidados de saúde. Pessoas LGBTQIAPN+ sofrem com estigmas e preconceitos e têm 2,4 vezes mais chance na demora pela busca de cuidados médicos e mais expostos a problemas de saúde mental.

Barreiras de acesso adicionais por parte dessa população se assemelham a das pessoas com deficiência, mas destaca-se a ausência ou insuficiência de leis e políticas anti-discriminação, a escassez de protocolos para cuidados de cada grupo dentro da comunidade e baixa qualificação profissional para atender as demandas específicas.

## **Saúde dos homens**

O gênero masculino e as práticas socialmente impostas afetam a saúde dos homens em muitos aspectos, promovendo comportamentos de risco que os levam a acessar os serviços de saúde em situações de emergências, ou acessam apenas em condições já avançadas e crônicas de alguma patologia devido a baixa utilização de serviços de promoção e prevenção, e seu cuidado se dá de forma fragmentada. É sabido que homens têm menor expectativa de vida que as mulheres e a falta de autocuidado com a saúde prejudica física e mentalmente a vida de muitos homens.

No campo da SSR, dada a prevalência de uma cultura de gênero que concebe reprodução como fenômeno exclusivamente feminino, os homens não são chamados a assumir a corresponsabilidade integral na assistência pré-natal, no parto, amamentação, contracepção, cuidados infantis ou atividades domésticas.

As necessidades de saúde dos homens e os seus comportamentos sociais devem ser considerados na elaboração de políticas através de abordagens abrangentes e integradas, sensíveis e com corresponsabilidade de gênero.

### **“Chamado para a ação”**

Os países da Região das Américas concordaram com os termos do documento que exige redobrar esforços para expandir o acesso aos serviços de SSR, reduzir as desigualdades, garantir os direitos humanos e contribuir para a cobertura universal. Para avançar na concretização destes objetivos, as autoridades de saúde dos Estados Membros da OPAS concordaram com as seguintes estratégias e ações:

- Promover e implementar leis, políticas e regulamentos abrangentes que garantam o exercício dos direitos sexuais e de saúde reprodutiva, e o acesso universal aos serviços de SSR, sem discriminação de qualquer tipo, para reduzir as desigualdades, melhorar oportunidades de desenvolvimento para indivíduos e famílias, e avançar no efetivo cumprimento dos compromissos assumidos neste campo;
- Expandir o acesso aos serviços de SSR com foco na atenção primária à saúde;
- Aumentar o investimento em políticas e programas de SSR e garantir o financiamento adequado e sustentável para a implementação de intervenções custo-efetivas baseadas em

evidências, a organização e prestação de serviços abrangentes de SSR e acesso a medicamentos universais e gratuitos;

- Fortalecer a articulação, o trabalho intersetorial e os protocolos de comunicação atenção entre as áreas da saúde, educação, assistência social, segurança e justiça para implementar políticas e programas abrangentes que permitam intervir nos determinantes da SSR e responder melhor às violações dos direitos sexuais e reprodutivos;
- Reforçar os sistemas de informação para identificar e analisar indicadores de SSR desagregados por idade, gênero (incluindo diversidade LGBTQIAPN+), raça e local de moradia, para reconhecer quais são as lacunas de equidade e informar o monitoramento e avaliação de políticas e dos programas de SSR;
- Aumentar o compromisso político para melhorar a cobertura e a eficácia de políticas e programas de SSR, estabelecendo metas de curto e médio prazo, mecanismos de responsabilização e espaços para participação dos grupos afetados.

### **Ameaças e retrocessos da Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil**

Nem todas as gravidezes indesejadas podem ser evitadas através do aumento do uso de contraceptivos, e o acesso ao aborto seguro é necessário para prevenir abortos inseguros. No Brasil, o aborto é criminalizado – exceto nos casos de violência sexual, anencefalia fetal e risco de vida para a gestante.

O abortamento é um problema de saúde pública que tem maior incidência nos países em desenvolvimento e é uma das principais causas de mortalidade materna no mundo, inclusive no Brasil. É um tema cuja discussão envolve um complexo conjunto de aspectos legais, morais, religiosos, sociais e culturais.

Apesar do código penal brasileiro criminalizar o aborto, a Lei não se mostrou eficaz para inibir sua prática, deixando muitas mulheres em situações de risco. Na maioria das vezes, o aborto é realizado por pessoas não capacitadas em locais insalubres e sem segurança para atender eventuais complicações. Seu status de ilegalidade dificulta a análise de sua prevalência e magnitude, com subnotificação nos registros oficiais, principalmente quando se trata de abortos provocados. Um inquérito nacional, realizado em 2010, verificou que 15% das mulheres brasileiras, no final da vida reprodutiva, já haviam feito aborto e cerca de 50% delas necessitaram de internação. O percentual de aborto chega a 22% entre mulheres de 35 e 39 anos<sup>2</sup>.

O aborto, embora apareça entre as principais causas de morte materna, certamente teria posição mais relevante se não tivesse diagnóstico, muitas vezes, declarado como infecção puerperal, hemorragias, septicemias etc.

A atenção ao abortamento deve se apoiar em três pilares: (1) Acolher e orientar: ouvir a mulher, a partir de princípios éticos dos direitos reprodutivos; (2) Atenção clínica ao abortamento: classificar, decidir como fazer e executar, lembrando da necessidade de manejo da dor; e (3) Planejamento reprodutivo pós-abortamento: discutir com a mulher sobre suas intenções reprodutivas e oferecer os métodos contraceptivos disponíveis, orientando sobre continuidade do cuidado em serviços de atenção primária à saúde<sup>3</sup>.

### **Aborto legal sob ataque: o “PL antiaborto”**

No dia 17 de maio de 2024, foi apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) e outros, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) n. 1904/2024 que caracteriza o aborto

após 22 semanas ao crime de homicídio, o que renderia às vítimas uma pena de até 20 anos – superior à punição de abusadores, que podem pegar até 12 anos de prisão. Na última quarta-feira (12/06), o projeto teve o requerimento de urgência aprovado, o que significa que iria direto ao Plenário da Câmara, sem passar pelas comissões temáticas. Apesar do requerimento, a ideia é que o projeto seja votado somente após as eleições municipais, que serão realizadas em outubro.

“São muitos os fatores que levam a interrupções legais de gravidez após a 22ª semana: menores de idade demoram mais a compreender e conseguir denunciar a violência sofrida, bem como reconhecer os sintomas de gravidez; por fundamentalismo ou receio de retaliação, profissionais de saúde impedem ou mesmo retardam o acesso a um direito garantido por lei; são pouquíssimos hospitais com serviço de aborto legal, num país de dimensões continentais”, destaca a deputada Sâmia Bonfim (PSOL/SP), autora do abaixo-assinado para arquivar o PL.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da saúde, Nísia Trindade Lima, também se posicionaram. “Eu sou contra aborto, entretanto, como aborto é realidade, a gente precisa tratá-lo como questão de saúde pública. E eu acho que é insanidade alguém querer punir uma mulher numa pena maior que o criminoso que fez o estupro. É no mínimo uma insanidade isso”, diz o Presidente. A ministra pontua que “precisamos garantir no SUS o atendimento a meninas e mulheres vítimas de estupro e em risco de vida tal como preconiza o Código Penal de 1940. (...) É preciso garantir o acesso ao cuidado adequado à proteção dos direitos de meninas e mulheres” e que esta proposta é “injustificável e desumana”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2022, publicou um [extenso documento de diretrizes do cuidado para o aborto](#) e nele é desaconselhado que haja leis e regulamentações que proíbam o aborto com base nos limites do tempo gestacional e é recomendado a descriminalização total do procedimento retirando o aborto de toda a legislação penal/criminal, inclusive não aplicando outras infrações penais - como por exemplo, homicídio - e garantindo que não existam sanções penais contra os intervenientes. O documento ainda fornece orientações e recomendações de práticas clínicas para o manejo adequado.

Cabe mencionar que este projeto não é o único atualmente que fere direitos reprodutivos das mulheres, que vêm sendo conquistados desde 1940. Todo ano, diversas propostas dessa ordem são apresentadas e algumas são destacadas em diversas [publicações da mídia](#).

A partir do ocorrido, houve muita repercussão e intensa mobilização de mulheres e da sociedade como um todo contra a PL. Após milhares de pessoas saírem às ruas nos últimos dias, em todo o país, contra a proposta, parlamentares que antes expressavam apoio já fazem movimento de recuo. Ainda assim, é necessário manter o estado de vigília visto que até o momento não houve arquivamento da proposta e que o tema é com frequência pauta nas instâncias políticas do país.

Avançar na discussão do aborto seguro é importante não apenas para prevenir mortes maternas, mas também enquanto uma política pública que respeita as decisões das mulheres e garante que elas tenham acesso a cuidados adequados e baseados em evidências.

## Referências

1. OPS - Organización Panamericana de la Salud. El acceso a los servicios de salud sexual y reproductiva en la región de las Américas [Internet]. 2024. Available from:

[https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/59916/OPSHSSCLP240002\\_spa.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/59916/OPSHSSCLP240002_spa.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

2. Motta CT, Moreira MR. O Brasil cumprirá o ODS 3.1 da Agenda 2030? Uma análise sobre a mortalidade materna, de 1996 a 2018. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2021 Oct;26(10):4397–409.
3. Ministério da Saúde. *Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica*. Ms; 2010. (A. Normas e Manuais Técnicos).

## **A situação de insegurança alimentar e nutricional global segundo o Relatório de Estatísticas Globais da Saúde 2024 e o Relatório Pobreza Alimentar Infantil do Unicef: o mundo continua a falhar no seu enfrentamento**

**Eduardo Nilson  
Denise Oliveira e Silva**

**Resumo:** *Nesse informe, apresentamos os indicadores de insegurança alimentar e nutricional no Relatório de Estatísticas Globais de Saúde de 2024, produzido pela OMS, e as análises inéditas do Relatório Pobreza Alimentar Infantil do Unicef, que traz novas métricas da privação nutricional na primeira infância no mundo.*

No mês de maio de 2024, dois relatórios de diferentes organismos das Nações Unidas trouxeram novos e preocupantes dados sobre a insegurança alimentar e nutricional (Insan) no mundo e suas regiões: o Relatório de Estatísticas Globais de Saúde de 2024, produzido pela OMS, e o Relatório Pobreza Alimentar Infantil do Unicef. Os dados atualizados trazidos por esses documentos reforçam as dificuldades globais em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à segurança alimentar e nutricional e à saúde, particularmente em regiões mais vulneráveis.

### **1. A Insegurança Alimentar e Nutricional no Relatório de Estatísticas Globais de Saúde da OMS**

O relatório Estatísticas Globais de Saúde de 2024 foi lançado no final do mês de maio e traz uma atualização na compilação anual de indicadores de saúde e relacionados à saúde com foco nos 50 indicadores relacionados à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (<https://www.who.int/data/gho/publications/world-health-statistics>).

A exemplo de outras análises globais de indicadores de saúde e nutrição, foram reforçados os impactos negativos persistentes da pandemia de COVID-19, que infelizmente reverteram mais de uma década de ganhos na expectativa de vida ao nascer e na expectativa de vida saudável (HALE). Por exemplo, em 2020, tanto a expectativa de vida global quanto a HALE voltaram aos níveis de 2016 (72,5 anos e 62,8 anos, respectivamente) e, no ano seguinte, houve novas quedas, com ambos retornando aos níveis de 2012 (71,4 anos e 61,9 anos, respectivamente).

Essa queda foi desigual no mundo, tendo em vista que foram mais afetadas as regiões das Américas e do Sudeste Asiático, que sofreram quedas de cerca de 3 anos na expectativa de vida e 2,5 anos na HALE entre 2019 e 2021. Enquanto isso, na região do Pacífico Ocidental houve menores impactos nos primeiros dois anos da pandemia, com perdas de menos de 0,1 e 0,2 anos na expectativa de vida e HALE, respectivamente.

Alinhado às discussões da última Assembleia Mundial da Saúde, o relatório destacou a gravidade da questão das mortes por doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), que tem aumentado continuamente em sua participação nas mortes globais e alcançou 73,9% das mortes em 2019, enquanto a participação das doenças transmissíveis caiu para 18,2%. Nos anos seguintes, com o surgimento da COVID-19, a participação das doenças transmissíveis voltou a

subir para 23,0% de todas as mortes em 2020 e 28,1% em 2021 (equivalentes aos níveis de 2005), de modo que a participação das mortes por DCNTs diminuiu para 70,0% em 2020 e para 65,3% em 2021. Apesar de não comentado no relatório, espera-se que a participação das DCNTs na mortalidade global volte a aumentar nos anos pós-pandemia, com risco de aumento ainda maior do que antes devido à demanda represada de diagnóstico e tratamento durante a pandemia.

Na análise geral do alcance dos 53 ODS relacionados à saúde, o progresso tem sido variado, mas pouco promissor, na medida em que nenhum desses indicadores foi ainda alcançado, ainda que maioria dos indicadores está mostrando movimento na direção certa globalmente.

Especificamente no contexto da Insan, o relatório traz destaque, em sua apresentação, à questão da dupla carga da má nutrição, caracterizada pela coexistência de desnutrição e excesso de peso (sobrepeso mais obesidade) nas populações. Segundo o relatório, em 2022, mais de um bilhão de pessoas com 5 anos ou mais estavam vivendo com obesidade, enquanto mais de meio bilhão estavam com baixo peso. A dupla carga da má nutrição está presente em todos os grupos etários e mais particularmente grave na infância, pois, no mesmo ano, 148 milhões de crianças menores de cinco anos foram afetadas pelo déficit de altura para idade (desnutrição crônica), 45 milhões sofreram de emaciação (baixo peso para altura, que significa a desnutrição grave) e 37 milhões estavam vivendo com excesso de peso. Para o enfrentamento desse problema, o documento reconhece a determinação comum desses problemas, de modo que ações de dupla função que abordem de forma eficiente e eficaz ambos os aspectos da má nutrição são cruciais para aproveitar ao máximo os recursos limitados (World Health Organization (WHO), 2024a).

Além disso, um bloco da seção de fatores de risco à saúde é dedicado aos fatores de risco nutricional, destacando que uma melhor nutrição está relacionada à melhora da saúde infantil e materna, sistemas imunológicos mais fortes, menor risco de DCNTs e maior longevidade. A introdução do bloco fala, ainda, que a dupla carga da nutrição na realidade traz elementos de uma múltipla carga, visto que, para além da desnutrição e do excesso de peso (incluindo a obesidade), temos a persistência das deficiências de micronutrientes (destacando a anemia) e da carga das DCNTs associadas à alimentação inadequada.

Em relação à anemia, foi enfatizado que mulheres com anemia têm mais probabilidade de sofrer de fadiga e capacidade física reduzida em suas atividades diárias, além da anemia moderada e grave serem fatores de risco para resultados maternos e perinatais adversos. As tendências globais na prevalência de anemia entre todas as mulheres de 15 a 49 anos de idade (indicador ODS 2.2.3) não mostraram redução estatisticamente significativa entre o ano 2000 e 2019, contudo, com o crescimento populacional no mundo, o número total de mulheres de 15 a 49 anos afetadas aumentou de 493 milhões, em 2000, para 571 milhões, em 2019.

Desagregando esses dados, observou-se que, enquanto houve uma leve diminuição na prevalência de anemia entre mulheres grávidas (de 40,9% para 36,5% entre 2000 e 2019), a prevalência entre mulheres não grávidas permaneceu praticamente estagnada (30,7% em 2000 e 29,6% em 2019). Em outra desagregação, observou-se que em todas as regiões da OMS houve redução na prevalência de anemia entre as mulheres observada durante a era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), mas que esses avanços pararam ou diminuíram após 2015. Como consequência, as evidências sugerem que a meta global de 50% de redução da



anemia em mulheres em idade reprodutiva até 2025 (a partir de uma linha de base de 2012) é improvável de ser alcançada.

O relatório também antecipou a abordagem da questão dos ácidos graxos trans (AGT) que foi destacada na última AMS, ao abordar os principais fatores de risco dietético para DCNTs, considerando as fortes evidências de que a ingestão de AGT está associada ao aumento do risco de ataques cardíacos e morte por doença cardíaca coronária. Nesse sentido, a OMS recomendou a eliminação de AGT de origem industrial como uma de suas metas prioritárias em 2018, pedindo a eliminação global dos AGT produzidos industrialmente até 2023.

Relembrando algumas das informações de nosso informe anterior, em recente avaliação pela OMS, as políticas obrigatórias de AGT estão atualmente em vigor em 69 países em todas as regiões do mundo e cobrem 55% da população global (4,4 bilhões de pessoas). Segundo essa avaliação, há um número crescente de países que têm adotado políticas de "melhores práticas", incluindo limites para o conteúdo de AGTs em alimentos e a proibição da produção ou uso de óleos parcialmente hidrogenados como ingrediente em todos os alimentos.

Destaca-se, ainda em relação aos AGTs, o apoio técnico da OMS aos países por meio da implementação do pacote REPLACE e da cooperação no estabelecimento de ações regulatórias para eliminar gorduras trans industriais do suprimento de alimentos em muitos países (World Health Organization (WHO), 2018)(WHO, 2021). Como resultado, o objetivo de eliminação global dessas gorduras está próximo, já que apenas cinco países são responsáveis por dois terços das mortes estimadas devido ao consumo de AGT (WHO, 2022).

Vale lembrar que o Brasil adota muitas das melhores práticas recomendadas pela OMS, desde a declaração obrigatória do conteúdo de gorduras trans nos alimentos (vigente desde 2003) e complementada, em 2019, com a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibiu o uso de óleos e gorduras parcialmente hidrogenadas (que são a principal fonte de AGT de origem industrial) na produção de alimentos no país. Essas medidas têm grande potencial de prevenção de mortes por doenças cardiovasculares e redução dos custos diretos e indiretos que provocam, representando em torno de 10 mil mortes anualmente no país e uma economia de US\$ 167 milhões em termos dos custos das mortes prematuras prevenidas ao ano (Nilson, Khandpur e Gomes, 2022).

Todavia, perdeu-se uma oportunidade de dar visibilidade a outros fatores de risco relacionados à alimentação, a exemplo do principal fator de risco o sal/sódio, além de reforçar o compromisso necessário com o conjunto de opções políticas e intervenções custo-efetivas para sua prevenção e controle, chamados de *"best buys"* (World Health Organization (WHO), 2023a). Essas políticas incluem a reformulação para produtos alimentares e bebidas mais saudáveis (como a eliminação de ácidos graxos trans e/ou redução de gorduras saturadas, açúcares livres e/ou sódio), a rotulagem frontal de alimentos, as compras públicas e oferta de alimentos para dietas saudáveis (como os programas de alimentação escolar, a comunicação em nutrição e saúde, a regulação da publicidade de alimentos e as medidas regulatórias para a proteção, promoção e apoio às práticas recomendadas de amamentação).

### *1.1. A dupla carga da má nutrição*

Segundo o relatório combater a desnutrição em todas as suas formas ainda é um dos maiores desafios globais de saúde, mas não está sozinha. Somado a isso, o mundo enfrenta atualmente a dupla carga da má nutrição, caracterizado pela coexistência de desnutrição com o sobrepeso e a obesidade entre indivíduos, famílias e populações, e em todos os grupos etário.

Para detalhar esses problemas, foram explicitadas as tendências globais e regionais utilizando os marcadores antropométricos recomendados pela OMS em relação à dupla carga da má nutrição em termos da baixa estatura para idade, da emaciação (baixo peso para idade, que caracteriza a desnutrição grave) e do excesso de peso entre crianças menores de 5 anos, e a dupla carga da magreza (baixo peso) e da obesidade entre crianças mais velhas, adolescentes e adultos.

#### *1.1.1. As repercussões da dupla carga da nutrição ao longo do curso da vida*

Considerando os impactos da dupla carga de má nutrição ao longo do curso da vida, a baixa estatura infantil decorre de má nutrição durante a gravidez e a primeira infância (o período crítico dos mil dias), que pode levar a graves consequências físicas e cognitivas que podem durar a vida toda. Há grande base de evidências que mostram que crianças que estão moderada ou severamente emagrecidas (devido à perda rápida de peso recente ou a problemas no ganho adequado de peso) possuem um risco aumentado de morte. Em contraste, uma criança pode estar com excesso de peso devido à ingestão excessiva de calorias, que pode ser causada pelo baixo acesso a alimentos nutritivos, pelo consumo de alimentos ultraprocessados pobres em nutrientes e/ou pela atividade física inadequada.

Na infância e na adolescência, a obesidade está associada ao início precoce de várias DCNTs, como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares, bem como agravamento de outras condições, mesmo doenças infecciosas, a exemplo do Covid-19 (Kompaniyets *et al.*, 2020). Além disso, crianças e adolescentes que vivem com obesidade podem sofrer consequências psicossociais devido ao estigma, discriminação e bullying. Por outro lado, a desnutrição, medida pela magreza entre crianças de 5 a 19 anos, reduz o potencial de aprendizado, enfraquece o sistema imunológico e aumenta o risco de morbidade e mortalidade.

Em adultos, a obesidade está associada a um aumento do risco de morbidade e mortalidade por várias DCNTs, como doenças cardiovasculares, diabetes, cânceres, distúrbios neurológicos, doenças respiratórias crônicas e distúrbios digestivos. A desnutrição em adultos, medida pelo indicador de baixo peso, é crítica para mulheres adultas durante a gravidez, com repercussões tanto para a mãe quanto para o filho. Além disso, as deficiências de micronutrientes, como a anemia, amplificam o risco de complicações com risco de vida durante a gravidez e o parto.

Em idosos, a desnutrição pode levar ao aumento do risco de resposta imunológica prejudicada e comprometimento físico e cognitivo. Por sua vez, o envelhecimento traz mudanças fisiológicas com comprometimento sensorial, saúde bucal deficiente, isolamento, solidão e depressão, o que agrava ainda mais o risco de desnutrição.

#### *1.1.2. A magnitude da dupla carga da má nutrição em crianças menores de 5 anos*

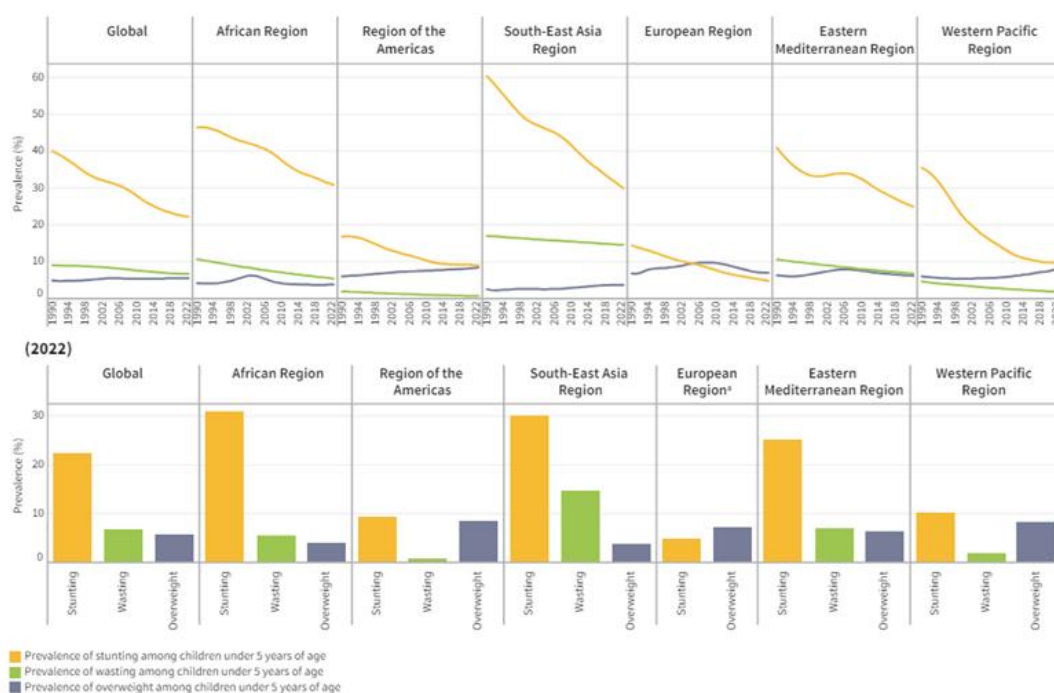
Em 2022, foi estimado que 148 milhões de crianças menores de 5 anos em todo o mundo foram afetadas pelo muito baixo peso para idade e 45 milhões, pela emaciação (baixo peso para altura), revelando a extensão da desnutrição na população mais jovem. No entanto, ao mesmo tempo, foi estimado que aproximadamente 37 milhões de crianças menores de 5 anos estavam com excesso de peso no mesmo ano.

A desnutrição entre crianças menores de 5 anos globalmente, refletida pelo número de afetados pelo baixo peso para idade e pela emaciação, diminuiu nas últimas três décadas. O número de afetados pela baixa estatura para idade diminuiu de 259 milhões, em 1990, para 148

milhões, em 2022. No mesmo período, o número de afetados pela emaciação diminuiu de 59 milhões para 45 milhões, enquanto o número de crianças com excesso de peso aumentou de 32 milhões para 37 milhões.

Em termos de prevalências, isso significa que globalmente a baixa estatura para idade (indicador ODS 2.2.1) quase caiu pela metade, saindo de 40,2%, em 1990, para 22,3%, em 2022, e a prevalência de emaciação (indicador ODS 2.2.2) diminuiu em 26%, de 9,2% para 6,8%. No entanto, a prevalência de excesso de peso (indicador ODS 2.2.2) aumentou 12%, de 5,0% para 5,6% ao longo do mesmo período (Figura 1).

Figura 1. Prevalência de baixa estatura para idade, emaciação e excesso de peso em crianças menores de 5 anos globalmente e por região da OMS, de 1990 a 2022.



\* No data for wasting for European region.

Source: WHO et al. (1).

Fonte: OMS - Relatório de Estatísticas Globais de Saúde, 2024

Esses dados são preocupantes, pois as tendências de redução dos indicadores de desnutrição são insuficientes para alcançar as metas globais até 2030, enquanto, ainda pior, as prevalências de excesso de peso continuam a crescer. Em outras palavras, o mundo está fora da rota esperada para reduzir pela metade o número de crianças menores de 5 anos afetadas pela baixa estatura para idade (a partir da linha de base de 2012) e de reduzir a prevalência de emaciação e excesso de peso para menos de 3%.

Em termos geográficos, observa-se que quase todas as regiões da OMS ainda estão enfrentando uma considerável carga de desnutrição (na forma de baixa estatura para idade e emaciação) e de excesso de peso na população mais jovem. Por exemplo, no Sudeste Asiático, a prevalência de excesso de peso quase dobrou nas últimas três décadas, atingindo 3,8%, em 2022, enquanto a prevalência de emaciação continuou a ser a mais alta entre todas as regiões da OMS, apesar de ter diminuído de 17,1%, em 1990, para 14,7%, em 2022. Isso significa que, em 2022, quase uma em cada cinco (18,5%) crianças nesta região estava com baixo peso ou com

excesso de peso para sua altura. Além disso, três em cada dez (30,1%) crianças eram afetadas pela baixa estatura para idade, embora sua prevalência tenha diminuído pela metade desde 1990, quando era de 60,5%.

Na Região do Mediterrâneo Oriental, aproximadamente a mesma proporção de crianças foi afetada por emaciação (6,9%) e pelo excesso de peso (6,3%) em 2022, enquanto um quarto (25,1%) de todas as crianças menores de 5 anos foi afetado pela baixa estatura para idade. A Região das Américas teve a maior prevalência de excesso de peso (8,5%) entre todas as regiões da OMS em 2022, e uma prevalência muito baixa de emaciação (0,8%). No entanto, cerca de uma em cada 11 crianças nesta região (9,2%) foram afetadas pela baixa estatura para idade naquele ano.

Nesse tópico, o relatório aproveitou para incluir um box com a experiência exitosa do Peru por seus grandes avanços na redução da prevalência de baixa estatura para idade (desnutrição crônica), visto que, desde 2000, poucos países reduziram a prevalência de baixa estatura para idade entre crianças menores de 5 anos tão dramaticamente quanto o Peru. Estima-se que a prevalência tenha diminuído de um patamar considerando muito alto, de 31,1%, em 2000, para 10,1%, em 2022 (considerado uma prevalência média). Sua taxa média de redução, de 5,5% ao ano, supera substancialmente a da Região das Américas (2,0% ao ano), bem como a dos países de renda média-alta (3,1% ao ano). Uma análise dos fatores que influenciaram a redução da prevalência de baixa estatura para idade no Peru de 2000 a 2016 identificou múltiplos determinantes da redução da baixa estatura para idade, incluindo classe socioeconômica, educação dos pais, saúde dos pais e diferenças no cuidado materno e neonatal. Nesse sentido, a redução das desigualdades contribuiu significativamente para essa redução, com as maiores reduções observadas no quintil de menor riqueza, em áreas rurais e entre crianças com mães menos escolarizadas.

Vale lembrar que o Brasil também teve uma redução relevante nas prevalências de baixa estatura para idade, particularmente entre as décadas de 1990 e 2000, tendo diminuído de 13,4%, em 1996, para 6,7%, em 2006, sendo observada a maior redução entre as famílias de menor renda e nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Ministério da Saúde, 2008). Na análise das principais causas dessa grande redução, constatou-se que 2/3 eram atribuíveis à ampliação da educação materna (que repercutiu significativamente no cuidado infantil), ao aumento na renda familiar (fruto da ampliação dos empregos formais e dos programas de transferência condicionada de renda), da ampliação do acesso à saúde (resultado direto da criação do Sistema Único de Saúde e da ampliação da atenção primária à saúde) e da expansão da cobertura do saneamento básico (Monteiro *et al.*, 2009).

Conjuntamente, esses avanços no Peru e no Brasil reforçam a importância de abordar os determinantes sociais da desnutrição infantil com políticas intersetoriais baseadas em direitos para garantir impactos relevantes e sustentáveis na população infantil.

### *1.1.3. A magnitude da dupla carga da má nutrição entre os 5 e 19 anos*

A dupla carga da má nutrição também é notada entre as crianças mais velhas e adolescentes (5 a 19 anos de idade), na medida que, estimou-se que 190 milhões estavam vivendo com magreza em 2022, enquanto 160 milhões estavam com obesidade.

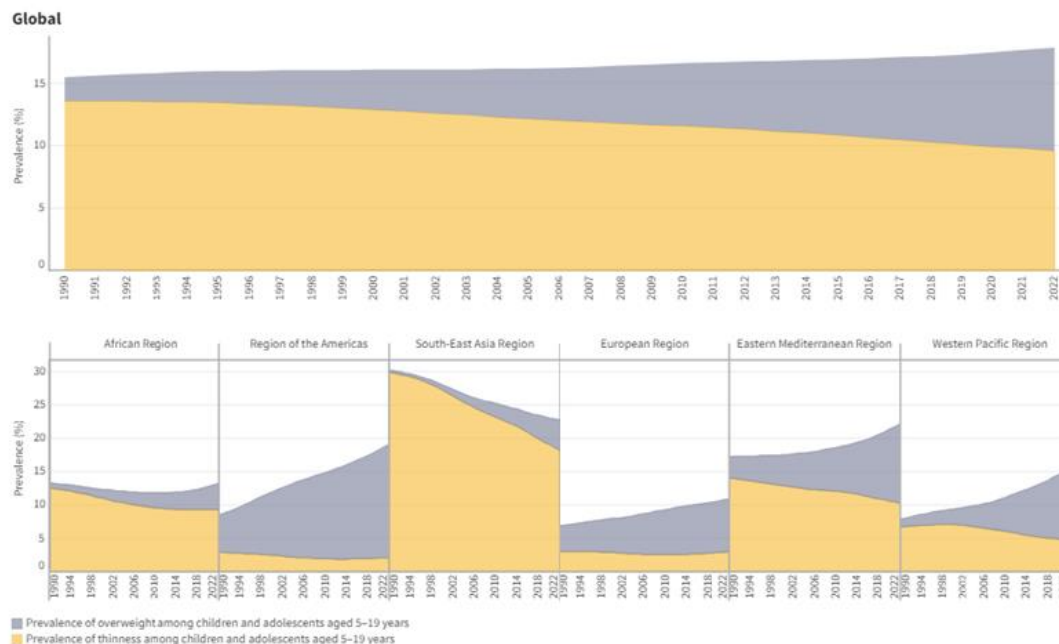
Globalmente, foi estimado que, em 1990, cerca de 220 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 19 anos viviam com magreza e 31 milhões viviam com obesidade. Em 2022, os números correspondentes eram de 190 milhões e 160 milhões de crianças e adolescentes,

respectivamente com magreza e com obesidade. Isso significa que, de 1990 a 2022, o número de crianças e adolescentes nessa faixa etária vivendo com obesidade aumentou em 130 milhões, enquanto o número absoluto daquelas vivendo com magreza diminuiu em apenas 30 milhões.

Em termos de prevalências globais, a combinação da proporção de magreza e de obesidade entre crianças e adolescentes de 5 a 19 anos aumentou de 15,5%, em 1990, para 17,8%, em 2022. Em termos históricos, a magreza era dominante na dupla carga da má nutrição nesse grupo etário em 1990, com uma prevalência de 13,5% comparada à de 1,9% para a obesidade, contudo a prevalência da obesidade quadruplicou nas décadas seguintes, alcançando 8,2%, em 2022, ficando ligeiramente inferior à prevalência da magreza no mesmo ano (9,6%).

Entre as regiões da OMS, a Região das Américas registrou o maior aumento na dupla carga da má nutrição entre crianças e adolescentes de 5 a 19 anos desde 1990, impulsionado pelo aumento da obesidade, que triplicou, alcançando 17,0%, em 2022, enquanto a prevalência de magreza teve uma pequena redução, de 2,9% para 2,1%. A Região do Pacífico Ocidental também apresentou grande aumento na dupla carga da má nutrição, com a prevalência da obesidade aumentando em quase dez vezes, atingindo 10,8%, em 2022, superando amplamente a magreza. A Região do Sudeste Asiático foi a única onde a dupla carga diminuiu, com a prevalência de magreza caindo drasticamente de 29,9% para 18,2%; no entanto, a região continuou a ter a maior prevalência de magreza, enquanto a prevalência de obesidade aumentou consideravelmente de 0,3%, em 1990, para 4,6%, em 2022 (Figura 2).

*Figura 2. Prevalência de magreza e excesso de peso em crianças e adolescentes de 5 a 19 anos globalmente e por região da OMS, de 1990 a 2022.*



Fonte: OMS - Relatório de Estatísticas Globais de Saúde, 2024

#### 1.1.4. A magnitude da dupla carga da má nutrição entre adultos

Entre adultos de 20 anos ou mais, estimou-se que 350 milhões estavam com baixo peso, enquanto 880 milhões estavam vivendo com obesidade. Agrupando as estatísticas das crianças e adolescentes com a da população adulta, isso significa que mais de um bilhão de pessoas com

5 anos ou mais em todo o mundo estão vivendo com obesidade, enquanto mais de meio bilhão estão vivendo com baixo peso ou magreza. Esses números, juntamente com as implicações de saúde descritas acima, indicam que o mundo precisa enfrentar um problema de saúde pública complexo e de escala global.

Considerando as tendências históricas desses indicadores entre os adultos, em 1990, estima-se que 490 milhões de adultos no mundo viviam com baixo peso, enquanto 200 milhões viviam com obesidade. Entre 1990 e 2022 essa relação se inverteu, visto que o número de adultos vivendo com obesidade aumentou drasticamente, em quase 700 milhões (atingindo 890 milhões), enquanto o número vivendo com baixo peso diminuiu em 90 milhões, para 400 milhões.

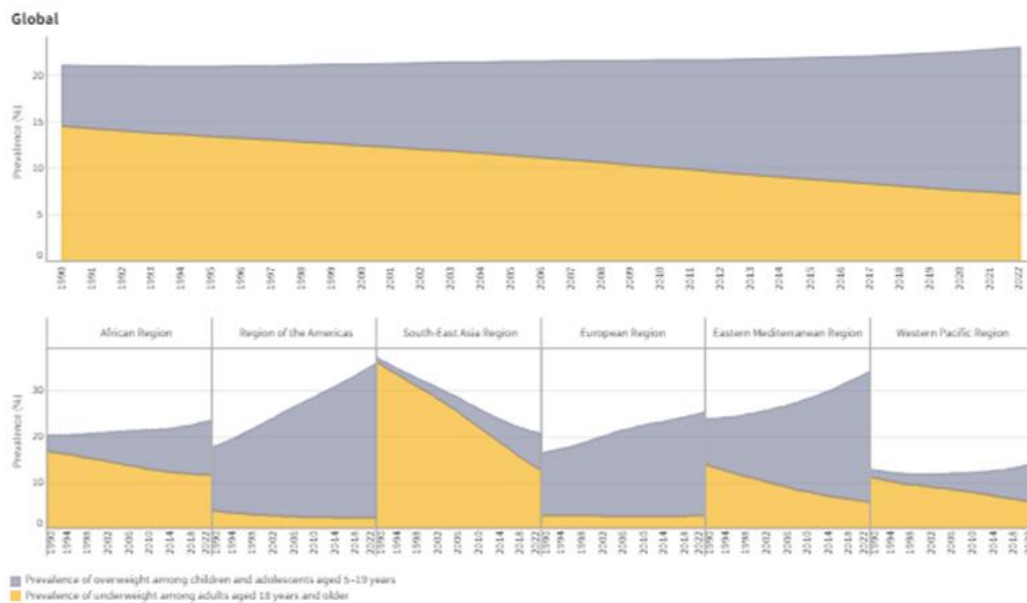
Novamente, passando dos números absolutos para os relativos, a prevalência combinada padronizada por idade de baixo peso e obesidade entre adultos aumentou de 21,1%, em 1990, para 23,0%, em 2022. Esse aumento foi impulsionado pelo aumento da obesidade, cuja prevalência padronizada por idade mais que dobrou, de 6,6%, em 1990, para 15,8%, em 2022. Enquanto isso, a prevalência padronizada por idade de baixo peso foi reduzida pela metade nesse mesmo período, de 14,5% para 7,2%. Isso significa que a obesidade assumiu a dominância na dupla carga da desnutrição entre adultos globalmente nas últimas três décadas.

Em termos geográficos, a prevalência da obesidade entre adultos em todas as regiões da OMS. A Região das Américas e a Região do Mediterrâneo Oriental experimentaram o maior aumento absoluto na prevalência da obesidade entre 1990 e 2022, alcançando um terço dos adultos na Região das Américas e quase três em cada 10 na Região do Mediterrâneo Oriental no final desse período. Na Região da Europa, o aumento de 8,9 pontos percentuais na dupla carga deveu-se inteiramente ao aumento da prevalência da obesidade, uma vez que a prevalência da magreza permaneceu baixa e estável. Na Região da África também houve considerável aumento na participação da obesidade na dupla carga da má nutrição entre os adultos, passando de um quinto da prevalência combinada em 1990 para cerca de metade dela em 2022, em comparação com cerca de um quinto em 1990.

Enquanto isso, a Região do Pacífico Ocidental permaneceu a região com a menor prevalência combinada de baixo peso e obesidade entre adultos, apesar da obesidade estar se tornando dominante. Por fim, na Região do Sudeste Asiático, a prevalência de baixo peso diminuiu acentuadamente, de 36,5%, em 1990, para 12,7%, em 2020 (mas ainda se mostra altamente prevalente entre adultos), ao passo que a prevalência da obesidade aumentou oito vezes desde 1990, alcançando 8,0%. Como resultado, essa região foi a única no mundo a apresentar redução da dupla carga entre adultos em todas as regiões da OMS (Figura 3).

A magnitude do problema da dupla carga da má nutrição no mundo não é somente epidemiológica, mas também econômica considerando os custos diretos às famílias e sistemas de saúde e indiretos à economia em termos de perdas de produtividade. Estudos mostram que, se nada for feito, os custos globais atribuíveis ao excesso de peso e à obesidade deverão atingir US\$ 3 trilhões por ano até 2030 e mais de US\$ 18 trilhões até 2060, sobrecarregando sistemas de saúde e prejudicando economias por meio desses custos diretos e indiretos (Okunogbe *et al.*, 2022) e que os custos globais atribuíveis à desnutrição e carências de micronutrientes podem chegar a US\$2 trilhões por ano (Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition, 2016).

Figura 3. Prevalência de baixo peso e obesidade em adultos globalmente e por região da OMS, de 1990 a 2022.

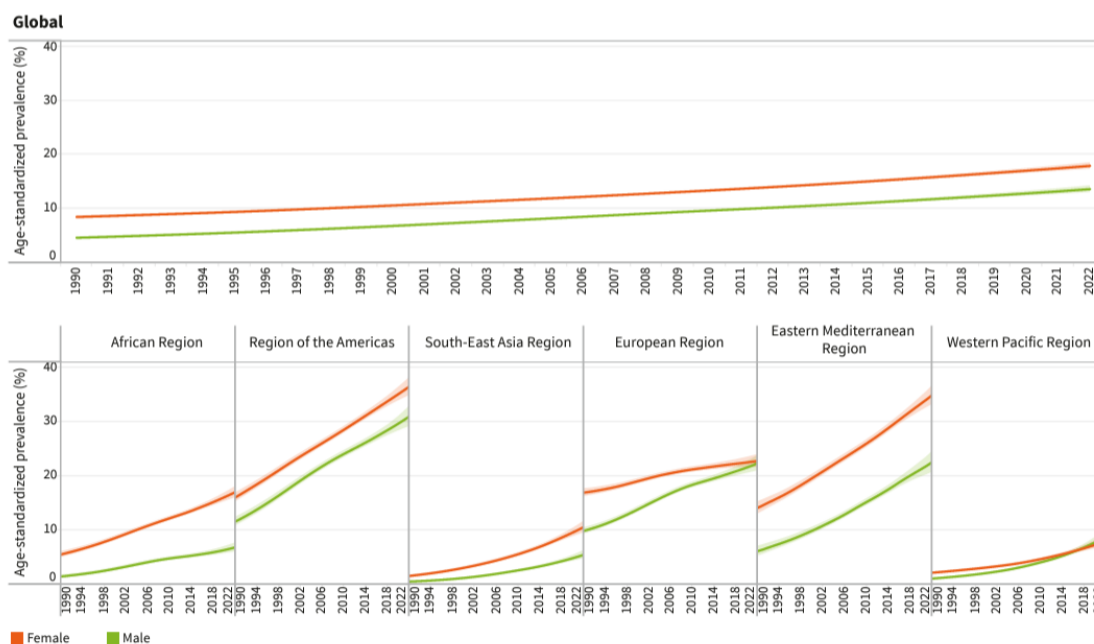


Fonte: OMS - Relatório de Estatísticas Globais de Saúde, 2024

Em termos de sexo, a prevalência da obesidade tende a diferir entre homens e mulheres, e essa diferença também varia entre regiões e ao longo do tempo. Entre 1990 e 2022, a prevalência padronizada por idade da obesidade entre adultos aumentou de forma constante entre homens e mulheres, com prevalências de obesidade continuamente maiores entre as mulheres. Em 2022, a prevalência de obesidade entre as mulheres era 4,3 pontos percentuais maior entre as mulheres (17,9%) do que entre os homens (13,6%). Diferentes padrões são observados nas seis regiões da OMS. A Região das Américas e a Região do Mediterrâneo Oriental demonstraram grandes aumentos na prevalência de obesidade tanto entre homens e quanto mulheres. A Região do Mediterrâneo Oriental consistentemente demonstrou as maiores desigualdades absolutas relacionadas ao sexo na obesidade nas últimas três décadas (diferença de 12,4 pontos percentuais entre mulheres e homens em 2022). Nas regiões da África e do Sudeste Asiático, a prevalência da obesidade aumentou mais rapidamente entre as mulheres do que entre os homens, levando a um aumento nas desigualdades absolutas relacionadas ao sexo ao longo do tempo. Por outro lado, nas regiões da Europa e do Pacífico Ocidental, a prevalência da obesidade aumentou mais rapidamente entre os homens do que entre as mulheres, não havendo diferenças segundo sexo em 2022.

É fundamental, ainda que não expresso no relatório, reconhecer a relação da dupla carga da má nutrição com o risco de DCNTs e que seu enfrentamento está muito alinhado com o plano global de prevenção e controle das DCNTs (World Health Organization (WHO), 2024b) e contribuindo para a meta 3.4.1 ODS, de reduzir a mortalidade prematura por DCNTs em um terço até 2030.

Figura 4. Prevalência de obesidade em adultos segundo sexo e região da OMS, de 1990 a 2022.



Fonte: OMS - Relatório de Estatísticas Globais de Saúde, 2024

Vale destacar que, em uma publicação recente que apoiou o relatório da OMS, realizada com base em dados do Estudo de Carga Global da Doença (*GBD – Global Burden of Disease*), revelou-se que houve três transições globais importantes na magreza e obesidade desde 1990, segundo regiões e segundo grupos etários (Phelps *et al.*, 2024):

- Na primeira transição, a prevalência combinada dessas formas de desnutrição aumentou na maioria dos países, com a notável exceção dos países do sul e sudeste da Ásia e, para alguns grupos etários e de sexo, na África Subsaariana.

- Na segunda, as diminuições na dupla carga foram amplamente impulsionadas pela redução da prevalência de baixo peso, enquanto os aumentos foram impulsionados pelo aumento da obesidade, levando a uma transição de dominância do baixo peso para a dominância da obesidade em muitos países. O aumento da dupla carga tem sido maior em alguns países de baixa e média renda, especialmente na Polinésia e Micronésia, no Caribe, e no Oriente Médio e norte da África, além de novos países de alta renda, como o Chile, e para os homens, na Europa Central. Segundo o estudo, esses países agora têm prevalência de obesidade maior do que a de países industrializados de alta renda.

- Finalmente, depois da consolidação da predominância da obesidade na dupla carga entre adultos em grande parte do mundo, como demonstrado pelo grande número de países em que a obesidade adulta excedia o baixo peso já em 1990, abriu-se a terceira transição em que tem havido o aumento crescente da participação da obesidade entre crianças em idade escolar e adolescentes.

#### 1.1.5. Ações de dupla finalidade para combater a dupla carga da má nutrição

Segundo o relatório, a coexistência de desnutrição e excesso de peso (sobrepeso e obesidade) deve ser abordada aproveitando os fatores compartilhados entre as formas de má nutrição, incluindo fatores biológicos, ambientais e sociais, para projetar e implementar políticas e programas usando uma abordagem ao longo da vida e multigeracional. É importante destacar



que essas ações de dupla finalidade são intervenções baseadas em evidências, eficientes e eficazes que podem aproveitar ao máximo o tempo limitado, os recursos fiscais e humanos. Dessa forma, pode-se aproveitar plataformas comuns de entrega para essas ações, tais como diretrizes dietéticas nacionais, sistemas de saúde, sistemas alimentares urbanos, contextos humanitários e políticas sociais.

Outro ponto relevante ressaltado no documento é que as ações de dupla finalidade não precisam necessariamente ser novas políticas e ações. Em vez disso, os formuladores de políticas podem capitalizar o envolvimento e os recursos governamentais existentes, revisando e reorientando as políticas alimentares e agrícolas existentes, visto que elas frequentemente já existem para abordar formas isoladas de desnutrição, mas precisam ser reorientadas para abordar múltiplas formas simultaneamente.

Grandes oportunidades para ações de dupla finalidade incluem exemplos como:

- programas de alimentação escolar que inicialmente focam apenas em combater a desnutrição ou o excesso de peso podem ser redesenhados para garantir que, em vez disso, forneçam e promovam uma dieta saudável;
- expansão das recomendações de cuidados pré-natais da OMS;
- proteção e promoção do aleitamento materno;
- revisão das diretrizes de alimentação complementar e educação dos cuidadores sobre os riscos de alimentos complementares não saudáveis;
- reorientação de programas de apoio social e bem-estar para reduzir riscos de alimentos não saudáveis; e
- garantia de políticas de sistemas alimentares e ambientes alimentares facilitem a compra e o consumo de uma dieta saudável, aumentando o acesso e a atratividade dos alimentos nutritivos.

Além disso, o relatório destaca que a nutrição e a segurança alimentar e nutricional (SAN) estão intimamente interligadas e são essenciais para alcançar resultados positivos de saúde a partir dos sistemas alimentares. Dentro da SAN, inclui-se a questão da segurança sanitária dos alimentos, pois há grande ligação entre infecções subclínica por enteropatógenos e o baixa estatura para idade, ademais do impacto imediato das diarreias causadas pela contaminação dos alimentos sobre a perda de peso. Alimentos inseguros aumentam infecções e intoxicações, criando um ciclo vicioso de doenças, desnutrição e incapacidade, afetando particularmente grupos vulneráveis. Portanto, no contexto da SAN, os alimentos devem ser seguros, disponíveis, acessíveis, nutritivos, culturalmente aceitáveis e ingeridos regularmente para garantir crescimento, saúde e bem-estar.

Apesar de não mencionadas explicitamente no relatório, sabe-se que grande parte dessas ações dependem de políticas regulatórias e fiscais que criam e apoiam ambientes alimentares saudáveis e que fazem com que as escolhas alimentares saudáveis sejam mais acessíveis física e financeiramente e que as não saudáveis sejam desincentivadas. É preciso, ainda, quebrar distorções e falsos paradigmas, como o que vem sendo discutido no âmbito da reforma tributária no Brasil, onde as indústrias de alimentos e seus lobbies defendem a desoneração dos produtos ultraprocessados com o falso argumento de proteger a população de menor renda da insegurança alimentar e nutricional, quando esse grupo consome

predominantemente alimentos in natura e minimamente processados e deve, sim, se beneficiar da estratégia de desoneração dos alimentos da cesta básica, livre de ultraprocessados, cujos impactos positivos serão ainda maiores na população de menor renda (OPAS *et al.*, 2023). Enquanto isso, será importante ampliar o imposto seletivo para todos os ultraprocessados em vez de focar somente nas bebidas açucaradas.

Outra ação importante foi o endosso a recomendações para a prevenção e manejo da obesidade ao longo da vida, um conjunto de metas operacionais e o plano de aceleração da OMS para combater a obesidade, que está em fase de implementação com roteiros acordados por um grupo inicial de 28 países. O plano de aceleração para combater a obesidade inclui restrições de marketing, intervenções focadas em bebidas açucaradas, serviços de prevenção e manejo da obesidade como parte dos cuidados primários em saúde, rotulagem frontal de embalagens de alimentos, intervenções de nutrição escolar, fortalecimento do ambiente alimentar precoce (primeira infância), investimento em promoção da saúde e campanhas de comunicação, e promoção da atividade física (World Health Organization (WHO), 2023b).

## **2. O Relatório Pobreza Alimentar Infantil: Privação Nutricional na Primeira Infância do Unicef**

No início de junho de 2024, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou um novo relatório que traz uma nova métrica para a questão da INSAN na infância, a pobreza alimentar. Segundo esse relatório, cerca de 181 milhões de crianças – ou 1 em cada 4 - de até cinco anos de idade em todo o mundo estão sofrendo de pobreza alimentar infantil grave, tornando-as até 50% mais propensas a sofrer de emaciação (baixo peso para a altura), que caracteriza a desnutrição grave e constitui uma forma letal de má nutrição. O relatório também apresenta uma agenda para enfrentar o problema, incluindo ações para transformar os sistemas alimentares, aproveitar os sistemas de saúde e ativar sistemas de proteção social de maneiras que coloquem o direito das crianças à alimentação e nutrição na primeira infância no centro. (Unicef, 2024).

Para tanto, pela primeira vez, o relatório Pobreza Alimentar Infantil: Privação Nutricional na Primeira Infância analisa os impactos e as causas da privação alimentar entre as pessoas mais jovens do mundo em quase 100 países, considerando todos os grupos de renda. Isso significa que milhões de crianças menores de cinco anos são incapazes de acessar e consumir refeições nutritivas e diversificadas para promover o crescimento e o desenvolvimento adequados na primeira infância e para os anos seguintes a partir das análises sobre o status atual, as tendências, as desigualdades e os fatores que impulsionam a pobreza alimentar infantil na primeira infância.

A pobreza alimentar infantil é definida, no relatório, como a incapacidade das crianças de acessar e consumir uma dieta nutritiva e diversificada na primeira infância. As categorias de pobreza alimentar infantil variam conforme o número de categorias de alimentos que as crianças consomem:

- 0-2 grupos alimentares/dia - pobreza alimentar infantil grave;
- 3-4 grupos alimentares/dia - pobreza alimentar infantil moderada; e
- 5 ou mais grupos de alimentos/dia: ausência de pobreza alimentar infantil.

A pobreza alimentar infantil prejudica as crianças de todas as idades, mas é particularmente danosa na primeira infância, quando a ingestão insuficiente de nutrientes essenciais pode causar os maiores danos à sobrevivência, ao crescimento físico e ao

desenvolvimento cognitivo das crianças, prendendo-as e suas famílias em um ciclo de pobreza e privação. Adicionalmente, a extrema pobreza alimentar infantil está impulsionando a desnutrição infantil, visto que a prevalência da extrema pobreza alimentar infantil é três vezes maior em países com alta prevalência de baixa estatura para idade infantil.

Segundo o relatório, no mundo, quatro em cada cinco crianças nessa situação recebem apenas leite materno/leite e/ou um alimento básico com amido, arroz, milho ou trigo. Menos de 10% dessas crianças são alimentadas com frutas e verduras e menos de 5% são alimentados com alimentos ricos em nutrientes, como ovos, peixes, aves ou carne. Assim, as crianças que vivem em pobreza alimentar grave são aquelas em situação de maior vulnerabilidade e, particularmente entre as mais novas, isso pode ter um impacto negativo irreversível em sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento cognitivo.

Como já observado em outros relatórios globais, como a Situação da Segurança Alimentar no Mundo (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2023), o relatório do Unicef alerta que, embora os países ainda estejam se recuperando dos impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, os efeitos das crescentes desigualdades, conflitos e da crise climática levaram os preços dos alimentos e o custo de vida a níveis recordes e isso impacta mais severamente às crianças de regiões e grupos mais vulneráveis.

Por exemplo, das 181 milhões de crianças que vivem em pobreza alimentar grave, 65% residem em apenas 20 países, estando cerca de 64 milhões dessas crianças no Sul da Ásia e 59 milhões na África Subsaariana. Na Somália, um país que passa por conflitos, secas e inundações, 63% das crianças vivem em pobreza alimentar infantil grave e, nas comunidades mais vulneráveis, mais de 80% dos cuidadores relataram que as crianças não conseguiram comer por um dia inteiro.

Na Faixa de Gaza, meses de hostilidades e restrições à ajuda humanitária colapsaram os sistemas alimentares e de saúde, resultando em consequências catastróficas para as crianças e suas famílias. Dados coletados entre dezembro de 2023 e abril de 2024 demonstraram consistentemente que 9 em cada 10 crianças na Faixa de Gaza estão passando por pobreza alimentar grave, sobrevivendo com dois ou menos grupos alimentares por dia. Isso é uma evidência do impacto terrível que o conflito e as restrições estão tendo na capacidade das famílias de atender às necessidades alimentares das crianças, colocando as crianças em risco de má nutrição letal.

Uma importante constatação do relatório é que a extrema pobreza alimentar infantil é experimentada tanto por crianças pertencentes a lares pobres e quanto das não pobres, indicando que a renda familiar não é o único fator determinante da extrema pobreza alimentar infantil. Nesse sentido, o relatório aponta que quase metade (46%) de todos os casos de pobreza alimentar infantil grave estão entre famílias pobres, e que a baixa renda provavelmente é um dos principais impulsionadores. Por outro lado, a outra parte de 54% (97 milhões de crianças), mesmo tendo famílias que não seriam classificadas como pobres, vivem em ambientes alimentares precários, em que as práticas alimentares são os principais impulsionadores da pobreza alimentar na primeira infância.

Assim, o relatório aponta que diversos fatores estão impulsionando a crise de pobreza alimentar infantil, incluindo sistemas alimentares que não fornecem às crianças opções nutritivas, seguras e acessíveis, a incapacidade das famílias de comprar alimentos nutritivos e a incapacidade dos pais de adotar e manter práticas positivas de alimentação infantil. Em muitos contextos, alimentos ultraprocessados baratos, pobres em nutrientes e pouco saudáveis, e

bebidas açucaradas são comercializados de forma agressiva para pais e famílias e são o novo normal para alimentar as crianças, mesmo em períodos críticos como para os menores de 2 anos de idade. Esses alimentos e bebidas não saudáveis são consumidos por uma proporção alarmante de crianças pequenas que vivem a pobreza alimentar, tirando alimentos mais nutritivos e saudáveis de suas refeições diárias. É importante, portanto, colocar claramente a grande influência dos ambientes alimentares nos comportamentos dos consumidores, de modo que abordagens de culpabilização dos indivíduos serão inefetivas e mesmo ações de comunicação e educação serão inúteis se não acompanhadas de transformação no ambiente alimentar.

Além disso, os dados mostram que o progresso em direção ao fim da extrema pobreza alimentar infantil é lento, mas algumas regiões e países estão provando que o progresso é possível e está acontecendo. Por exemplo, Burkina Faso reduziu pela metade a taxa de pobreza alimentar infantil grave, passando de 67% (2010) para 32% (2021), o Nepal reduziu a taxa de pobreza alimentar infantil grave de 20% (2011) para 8% (2022), o Peru manteve a taxa abaixo de 5% desde 2014, em meio a um período prolongado de declínio econômico, e Ruanda reduziu a taxa de 20% (2010) para 12% (2020).

### *2.1. Recomendações a atores estratégicos*

Na parte final do documento, o Unicef apela aos governos, organizações humanitárias e de desenvolvimento, doadores, sociedade civil e indústria de alimentos e bebidas para acabar com a pobreza alimentar infantil, tendo como prioridades, a partir de uma agenda de garantia de direitos e de transformação dos sistemas alimentares:

1- Elevar a redução da pobreza alimentar infantil como um requisito para alcançar os objetivos globais e nacionais de nutrição e desenvolvimento e como uma métrica de sucesso no cumprimento do direito das crianças à alimentação e nutrição; e comprometer recursos para acabar com a pobreza alimentar infantil.

2- Transformar os sistemas alimentares garantindo que os ambientes alimentares tornem os alimentos nutritivos, diversificados e saudáveis a opção mais acessível, barata e desejável para alimentar crianças pequenas, e que a indústria de alimentos e bebidas cumpra as políticas para proteger as crianças de alimentos e bebidas não saudáveis.

3- Aproveitar os sistemas de saúde para fornecer serviços essenciais de nutrição, incluindo aconselhamento e apoio à alimentação infantil, para prevenir e tratar a desnutrição infantil, priorizando as crianças mais vulneráveis.

4- Ativar sistemas de proteção social para abordar a pobreza de renda de maneiras que respondam às necessidades alimentares e nutricionais das crianças mais vulneráveis e suas famílias, incluindo transferências sociais para proteger as crianças em maior risco de pobreza alimentar infantil.

5- Fortalecer os sistemas de dados para avaliar a prevalência e a gravidade da pobreza alimentar infantil; detectar aumentos na pobreza alimentar infantil precocemente, inclusive em contextos frágeis e humanitários; e acompanhar o progresso nacional e global na redução da pobreza alimentar infantil severa.

Foram, ainda, recomendadas ações para cada grupo desses atores estratégicos. Primeiramente, aos governos foi recomendado garantir que os quadros políticos e regulamentares dos sistemas alimentares, de saúde e de proteção social apoiem ações

coerentes para abordar as causas da pobreza alimentar infantil grave e estejam livres de conflitos de interesse, inclusive com a indústria de alimentos e de bebidas, a inclusão de metas e resultados com prazos definidos para reduzir a pobreza alimentar infantil grave nos planos setoriais e multissetoriais relevantes, a alocação de recursos internos e externos proporcionais, a atribuição de responsabilidades para atingir metas e resultados e rever o progresso de forma anual e o investimento em dados e sistemas de monitoria para acompanhar o progresso na pobreza alimentar infantil grave e realizar avaliações rápidas para a detecção atempada e a monitoria da pobreza alimentar infantil grave em contextos frágeis e durante crises humanitárias.

Às organizações humanitárias e de desenvolvimento foi recomendado elevar a redução da pobreza alimentar infantil grave como um requisito para alcançar as metas nutricionais nacionais e globais e como uma métrica de sucesso na proteção dos direitos alimentares e nutricionais das crianças, o reforço à capacidade dos governos nacionais e locais e de outros parceiros para desenvolver, implementar, monitorar e avaliar ações políticas, regulamentares e programáticas para reduzir a pobreza alimentar infantil grave e o apoio a um mecanismo global para acompanhar o progresso global e nacional para reduzir a pobreza alimentar infantil grave e desenvolver abordagens rápidas para a detecção atempada e monitoria da pobreza alimentar infantil grave em ambientes frágeis e crises humanitárias.

Para a sociedade civil e os meios de comunicação social, foi recomendado o advocacy junto dos governos e líderes influentes o apoio político e os recursos para eliminar a pobreza alimentar infantil e sensibilizar e formar a opinião pública para a necessidade de agir, o acompanhamento dos investimentos e monitoramento das ações dos governos, parceiros e doadores para acabar com a pobreza alimentar infantil grave e chamar a atenção para as principais carências e a exigência de que empresas de alimentos e bebidas cumpram integralmente as políticas, leis e normas para proteger as crianças de alimentos e bebidas não saudáveis, bem como denunciar políticas, práticas e produtos inaceitáveis.

Foi recomendado às organizações acadêmicas e de pesquisa dar prioridade às lacunas de dados e evidências que impedem a ação eficaz de políticas e programas para reduzir a pobreza alimentar infantil grave a nível global, regional, nacional e subnacional, identificar barreiras e facilitadores específicos do contexto para dietas nutritivas e diversificadas na primeira infância em todos os sistemas - alimentares, de saúde e de proteção social em contextos específicos e realizar estudos, pesquisas e avaliações para examinar os fatores, processos e inovações que permitem ações específicas para reduzir a pobreza alimentar infantil grave.

Aos parceiros financeiros foi recomendada que declarem oficialmente a pobreza alimentar infantil grave como uma prioridade explícita nas agendas, políticas e estratégias dos parceiros financeiros para reduzir a malnutrição infantil, tanto em contextos de desenvolvimento como humanitários, que comprometam e disponibilizem investimentos financeiros para reduzir a pobreza alimentar infantil grave, visando os países e as populações mais necessitadas e que garantam compromissos globais para acabar com a pobreza alimentar infantil grave; alavancar recursos de outros parceiros financeiros e coordenar e alinhar o apoio financeiro aos países.

O relatório também trouxe, por fim, recomendações às indústrias de alimentos e bebidas, tais como a garantir que as políticas, práticas e produtos empresariais cumpram integralmente as políticas, leis e normas para proteger as crianças de alimentos e bebidas não

saudáveis, incluindo o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e as resoluções subsequentes da Assembleia Mundial da Saúde para a implementação do Código, nunca procurar atrasar, prevenir ou enfraquecer políticas, leis ou normas nacionais e internacionais visando a proteção das crianças de ambientes alimentares pouco saudáveis, incluindo a regulamentação de alimentos e bebidas não saudáveis e a implementação do Código e investir na produção e promoção de alimentos nutritivos, seguros, acessíveis e sustentáveis, com baixo teor de açúcar, sal e gorduras prejudiciais à saúde, para crianças pequenas e suas famílias.

Essas recomendações são fundamentais, pois trabalham a abordagem dos direitos, a importância das políticas intersetoriais e o cuidado com os conflitos de interesses, mas, particularmente no que se refere às indústrias e as medidas contra as políticas regulatórias e fiscais, como o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, são inócuas e ingênuo, na medida em que sua atuação tem sido, via de regra, para bloquear, enfraquecer ou adiar essas políticas, visto que ferem ou ameaçam seus interesses comerciais. Um exemplo claro disso foram as recentes denúncias sobre as diferentes formulações de produtos lácteos direcionados para crianças entre as regiões do mundo em que se observou que os produtos vendidos na América Latina e na África tinham quantidades consideravelmente maiores de açúcar do que os mesmos produtos na Europa e América do Norte, ferindo claramente o Código Internacional. Mesmo dentro do Brasil, onde o Código foi internalizado na legislação nacional, são frequentes as denúncias de inconformidades na produção, venda e publicidade de produtos. Além disso, as recomendações não consideram o impacto negativo das pesquisas com conflitos de interesses por alimentos ultraprocessados e outras formas de atuação indireta do setor produtivo, como fundações e outras organizações não-governamentais.

Como último ponto que mereceria mais destaque nas recomendações para todos os atores, a questão dos sistemas alimentares, que não foi abordada no detalhe que precisaria. As recomendações relativas aos sistemas alimentares focaram principalmente nos ambientes alimentares, sem considerar a grande relevância das políticas que garantam a produção local de alimentos diversificados e nutritivos de forma sustentável, conjugados a políticas de compras públicas, alimentação escolar e equipamentos sociais.

### **3. Conclusão**

A insegurança alimentar e nutricional (Insan) esteve em destaque em dois importantes relatórios internacionais, produzidos pela OMS e pelo Unicef. Enquanto a OMS trouxe, dentre outros temas, a dupla carga da má nutrição como uma prioridade a ser abordada nos ODS ligados à saúde, o Unicef criou uma nova métrica para avaliar a INSAN na infância, considerando a diversidade alimentar como seu principal parâmetro, assim como sua associação com a desnutrição infantil e com os sistemas alimentares locais.

Há pontos comuns entre os relatórios que merecem destaque e devem nortear as prioridades de todos os atores globais e nacionais. O primeiro deles é a triste constatação de que o mundo está com sérias dificuldades no alcance das metas da agenda 2030 relacionadas à nutrição em todos os grupos de idade. Pior, globalmente não fomos capazes de reduzir as mazelas de desnutrição crônica e aguda (além das carências de micronutrientes), que já eram parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e tiveram que ser renovados nos ODS, e não contivemos o aumento no sobrepeso e da obesidade, junto aos quais avançam as DCNTs associadas à alimentação inadequada.

Outro ponto é que reconhecem que a INSAN vai além da fome, incorporando a importância da alimentação saudável, destacando a centralidade da diversidade da dieta e reforçando que suas consequências podem ser tanto a desnutrição quanto o excesso de peso. Esse aspecto comum traz, por outro lado, uma ausência comum, ao abordar a relação desses desfechos com os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que dialogam diretamente com a síndrome global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

Seria igualmente importante agregar as responsabilidades de outras agências ligadas à produção de alimentos como a FAO e o Ifad para articular mais amplamente os compromissos necessários e construir possíveis sinergias globais que possam se replicar regional e nacionalmente, visto que os sistemas alimentares estão no centro da causa e são a solução para os problemas apontados nos dois relatórios.

O mundo está falhando em garantir direitos básicos às pessoas, como a alimentação e a saúde, entre outros, e isso se reflete diretamente na dificuldade em alcançarmos os ODS. Na antítese de seu lema, estamos deixando milhões, bilhões para trás. A fome não é tolerável ou aceitável em nenhuma condição, assim como todas as formas de Insan, mas temos falhado sucessivamente em reduzi-las. Temos muitos diagnósticos, evidências e compromissos, mas pouca ação efetiva ou coordenada de governos nacionais, além do antagonismo do setor privado e da fragilização do multilateralismo internacional. Há muitos desafios e poucas respostas.

## Referências

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023 - Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum.** Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc3017en>>.

GLOBAL PANEL ON AGRICULTURE AND FOOD SYSTEMS FOR NUTRITION. **The cost of malnutrition. Why policy action is urgent.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://glopan.org/sites/default/files/pictures/CostOfMalnutrition.pdf>>.

KOMPANIYETS, L. *et al.* Hospital Length of Stay, Charges, and Costs Associated with a Diagnosis of Obesity in US Children and Youth, 2006-2016. **Medical Care**, v. 58, n. 8, p. 722–726, 1 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. PNDS. 2006 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, 2006.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds\\_crianca\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf)>.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35–43, 2009.

NILSON, E. A. F.; KHANDPUR, N.; GOMES, F. DA S. Development and application of the TFA Macrosimulation Model: a case study of modelling the impact of Trans Fatty Acid (TFA) elimination policies in Brazil. **BMC Public Health**, v. Submitted, 2022.

OKUNOGBE, A. *et al.* Economic impacts of overweight and obesity: current and future estimates for 161 countries. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 9, p. e009773, 1 set. 2022.

OPAS *et al.* **Por uma Política Tributária Nacional justa, que combata a fome e garanta alimentação adequada, saudável e sustentável.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/politica\\_tributaria\\_justa\\_combata\\_fome.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_tributaria_justa_combata_fome.pdf)>.

PHELPS, N. H. *et al.* Worldwide trends in underweight and obesity from 1990 to 2022: a pooled analysis of 3663 population-representative studies with 222 million children, adolescents, and adults. **The Lancet**,

v. 403, n. 10431, p. 1027–1050, 2024.

UNICEF. **Child Food Poverty - Nutrition Deprivation in Early Childhood. Child Nutrition Report.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/media/157661/file/Child-food-poverty-2024.pdf>>.

WHO. **REPLACE Trans Fat - An action package to eliminate industrially produced trans-fatty acids** Geneva, Switzerland World Health Organization (WHO), , 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240021105>>

\_\_\_\_. **Countdown to 2023: WHO report on global trans-fat elimination 2022.** Geneva, Switzerland: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240067233>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Replace Trans Fat: An Action Package to Eliminate Industrially-Produced Trans-Fatty Acids.** n. May 2018, p. 1–8, 2018.

\_\_\_\_. **More ways, to save more lives, for less money: World Health Assembly adopts more Best Buys to tackle noncommunicable diseases.** Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/26-05-2023-more-ways--to-save-more-lives--for-less-money----world-health-assembly-adopts-more-best-buys--to-tackle-noncommunicable-diseases>>.

\_\_\_\_. **WHO acceleration plan to stop obesity.** Geneva, Switzerland: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240075634>>.

\_\_\_\_. **World health statistics 2024: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals.** Geneva, Switzerland: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240094703>>.

\_\_\_\_. **EB154/7 - Follow-up to the political declaration of the third high-level meeting of the General Assembly on the prevention and control of non-communicable diseases.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/EB154/B154\\_7-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB154/B154_7-en.pdf)>.



## Informe UNESCO: educação, ciência e cultura

**Fabiane Gaspar**  
**Gisele Sanglard**  
**Heliton Barros**  
**Vitor Rodrigues**

**Abstract.** *Event discusses the transformative potential of Artificial Intelligence in healthcare, emphasizing responsible innovation, ethical considerations and collaborative efforts. UNESCO and LG AI Research are developing an online course on AI ethics to promote responsible AI practices and build a global community dedicated to ethical AI governance. UNESCO launches updated report on the state of the oceans indicating that the rate of ocean warming has doubled in 20 years and the rate of sea level rise has doubled in 30 years*

**Keywords:** *Artificial Intelligence. Ethics. Healthcare. State of the Ocean*

**Resumo.** Evento discute o potencial transformador da Inteligência Artificial na saúde, enfatizando a inovação responsável, as considerações éticas e os esforços colaborativos. UNESCO lança relatório atualizado sobre a situação dos oceanos indicando que a taxa de aquecimento dos oceanos dobrou em 20 anos e a taxa de aumento do nível do mar dobrou em 30 anos. A UNESCO, em parceria com a LG AI Research, desenvolve um curso online sobre ética na IA para promover práticas responsáveis e uma comunidade global comprometida com a governança ética da IA.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Ética. Saúde. Estado do Oceano.

### **Saúde potencializada pela IA - Inteligência Artificial: ligando tecnologia ao bem-estar**

Em tempos recentes a aplicação de tecnologias emergentes tem despertado grande interesse no campo da saúde, com discussões cada vez mais frequentes sobre suas implicações éticas e práticas. Neste contexto, um webinar do Conselho Empresarial de Inteligência Artificial (IA) e Ética da UNESCO reuniu especialistas para discutir o potencial transformador da inteligência artificial na área da saúde.

Neste encontro virtual discutiu-se o potencial transformador da IA na saúde, enfatizando a inovação responsável, as considerações éticas e os esforços colaborativos. À medida que a IA continua progredindo, sua integração na saúde promete revolucionar o cuidado com os pacientes, avançar a pesquisa biomédica e promover a equidade em saúde, particularmente para populações vulneráveis. A sessão explorou como a IA pode melhorar o cuidado com os pacientes, avançar a pesquisa biomédica e garantir acesso equitativo às inovações em saúde.

Participaram do evento nomes como Almudena Bonet Medina da Telefônica Tech, Hannah Richardson da Microsoft Research, Eugenio Minvielle da INNIT e Angel Melguizo da UNESCO.

Almudena Bonet Medina, representante da empresa Telefônica, enfatizou a importância da prevenção de doenças e da promoção da saúde focando nos seguintes pilares: transformação digital, soluções digitais nativas e infraestrutura robusta e segurança. Medina discutiu a implementação de plataformas de gerenciamento de dados de saúde, ou *data lakes*, que visam melhorar o cuidado e o tratamento dos pacientes facilitando o acesso e a integração de dados. Destacou ainda a necessidade de governança de dados e de uma cultura de transformação digital para garantir aplicações éticas e confiáveis de IA.

Hannah Richardson, da Microsoft Research, começou apresentando um estudo de caso sobre o uso da IA especificamente focando no *Project with Providence*<sup>27</sup> – uma grande organização hospitalar e de saúde que atende vários estados nos EUA. Esta iniciativa visa criar modelos computacionais usando dados de ensaios clínicos e registros eletrônicos de saúde para identificar tendências e reduzir a carga administrativa sobre os profissionais de saúde. Richardson apresentou também o Projeto *MAIRA*<sup>28</sup>, um projeto de pesquisa que visa auxiliar radiologistas na prestação de cuidados mais eficazes aos pacientes. Ela delineou cinco práticas essenciais para a integração bem-sucedida da IA: equipes multidisciplinares, princípios de IA responsável, governança de dados, uma estratégia abrangente de dados e engajamento dos profissionais. Enfatizou ainda a necessidade de fontes de dados diversificadas e do envolvimento das partes interessadas para garantir que os sistemas de IA sejam justos, eficazes e benéficos para os prestadores de serviços de saúde.

Eugenio Minvielle, fundador e presidente da INNIT, destacou o significativo ônus econômico dos custos de saúde relacionados à alimentação, que chegam a 11 trilhões de dólares e superam os gastos com alimentos, que estão em 9 trilhões de dólares. Ele observou que essa tendência está projetada para escalar para 47 trilhões de dólares em custos de saúde relacionados à alimentação até 2030. Ele questionou se a IA pode ajudar a mitigar o impacto das doenças relacionadas à alimentação na saúde. Minvielle apresentou a Plataforma Food LM da INNIT, que aproveita a IA para capacitar os consumidores a fazer escolhas alimentares melhores e mais informadas. A plataforma foca em fornecer recomendações precisas, informações personalizadas e ferramentas para ter um impacto positivo na saúde. Minvielle também destacou um projeto com a UNESCO para reduzir a disparidade de gênero nos resultados de doenças cardiovasculares (DCV). Cerca de 25.000 mulheres morrem todos os dias de DCV, geralmente devido a sintomas muitas vezes silenciosos que diferem substancialmente dos sintomas nos homens.

- O papel transformador da IA na democratização do acesso à saúde

Angel Melguizo, da UNESCO, enfatizou o papel transformador da Inteligência Artificial na democratização do acesso à saúde e na amplificação do seu alcance, especialmente para populações carentes. Ele destacou a importância de garantir que a IA permaneça adequada, defendendo o desenvolvimento e a implementação responsável da IA. No entanto, atualmente, os fundos são direcionados principalmente para o desenvolvimento tecnológico e menos para soluções.

---

<sup>27</sup> Sobre o *Project with Providence*: <https://news.microsoft.com/source/features/digital-transformation/how-ai-can-help-cancer-patients-receive-personalized-and-precise-treatment-faster/>  
Acesso em 13 jun. 2024

<sup>28</sup> Sobre o *Project Maira*: <https://www.microsoft.com/en-us/research/project/project-maira/> Acesso em 13 jun. 2024

Melguizo também destacou a importância da neurociência e da neurotecnologia como o próximo grande avanço na área da saúde, impulsionado pelas tecnologias emergentes, incluindo a IA. Ele observou que a UNESCO está ativamente trabalhando no desenvolvimento de recomendações éticas para o uso e desenvolvimento da neurotecnologia, semelhante aos seus esforços com a IA. Os frameworks da UNESCO visam garantir o uso ético dessas tecnologias, reforçando seu compromisso com uma tecnologia confiável e centrada no ser humano.

- Discussão sobre confiança

As discussões focaram na construção de confiança nas aplicações de IA na saúde. Os painelistas enfatizaram a importância da liderança na promoção do uso ético da IA. Confiança é construída garantindo que os resultados da IA sejam precisos, personalizados e úteis, levando a impactos positivos na vida dos indivíduos, como demonstrado pela INNIT. A relevância de ferramentas práticas, como avaliações éticas, foi destacada. A Avaliação de Impacto Ético da UNESCO, implementada com a colaboração do setor privado, serviu como um exemplo. Os painelistas também sublinharam a importância do engajamento das partes interessadas, essencial para entender como elas interagem com os sistemas de IA e garantir que esses sistemas atendam às suas necessidades, tornando-os amigáveis, abordando potenciais riscos e mantendo uma abordagem centrada no ser humano.

## Referência

UNESCO. *AI-Powered Health: Bridging the Gap Between Technology and Wellbeing*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/ai-powered-health-bridging-gap-between-technology-and-wellbeing> Acesso em 14 jun.2024

## UNESCO e LG AI Research desenvolvem curso online para promover a ética da Inteligência Artificial

Nos últimos anos, a UNESCO tem intensificado o debate sobre a ética da inteligência artificial (IA). Em 2021, publicou a [Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial](#), visando conscientizar os Estados membros sobre um tema cada vez mais relevante. Em parceria com a LG AI Research está em desenvolvimento um curso online aberto sobre Ética da Inteligência Artificial (IA), com o objetivo de promover o desenvolvimento ético e a implantação responsável das tecnologias de IA.

O curso, baseado na Recomendação Global sobre Ética da IA adotada por todos os Estados Membros da UNESCO em 2021, oferecerá materiais educacionais abrangentes e iniciativas de capacitação. Ele visa equipar praticantes de IA, pesquisadores, formuladores de políticas e defensores com conhecimentos e ferramentas necessárias para navegar no cenário ético da IA. Serão abordados temas cruciais como combate ao preconceito, proteção da privacidade, transparência e supervisão humana.

Este curso é um passo importante diante de um cenário onde existem barreiras que limitam a adoção dos princípios da ciência aberta, devido ao domínio de empresas privadas superando instituições acadêmicas na pesquisa alimentada por Inteligência Artificial. Além disso, os incentivos em evolução em todo o ecossistema científico podem estar aumentando a pressão sobre os pesquisadores para serem "bons em IA" ao invés de "bons em ciência".

A parceria entre Dr. Kyunghoon Bae, Presidente da LG AI Research, e Ms. Soohyun Kim, Diretora do Escritório Regional da UNESCO em Bangkok, destaca a importância da governança e

do desenvolvimento ético da IA em escala global. Eles enfatizam a criação não apenas de um curso, mas de uma comunidade global comprometida com práticas éticas de IA, essencial para promover mudanças positivas sustentáveis.

## Referência

**UNESCO.** *UNESCO and LG AI to Develop a Global Massive Open Online Course on Ethics of Artificial Intelligence.* Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-and-lg-ai-develop-global-massive-open-online-course-ethics-artificial-intelligence>. Acesso em: 16 jun. 2024.

**UNESCO.** *Exploring Opportunities and Challenges at the Intersection of Open Science and Artificial Intelligence.* Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/exploring-opportunities-and-challenges-intersection-open-science-and-artificial-intelligence>. Acesso em: 16 jun. 2024.

## UNESCO lança relatório atualizado sobre a situação dos oceanos

O *State of the Ocean Report (StOR) 2024* indica que a taxa de aquecimento dos oceanos dobrou em 20 anos e a taxa de aumento do nível do mar dobrou em 30 anos. Com o propósito em resumir com uma linguagem de fácil entendimento alguns importantes aspectos da situação dos oceanos, informar os formuladores de políticas e estimular ações de pesquisa e políticas em direção ao "oceano de que precisamos para o futuro que queremos", o Relatório contribui para a Agenda 2030 e, em particular, para o ODS 14 – Vida na água, bem como para outros processos globais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - UNFCCC, a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.

A UNESCO está liderando a Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável, de 2021 a 2030. Desde o início da Década, mais de 500 projetos foram lançados em todas as regiões do mundo e mais de um bilhão de dólares foram mobilizados para melhorar o conhecimento e a proteção dos oceanos. Por meio de mais de 230 reservas de biosfera marinha e mais de 50 locais marinhos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO também é tem o importante papel de guardiã de locais oceânicos únicos que abrigam uma biodiversidade crítica.

A Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (sigla em inglês, IOC-UNESCO), coordenou a elaboração da segunda edição do StOR, em colaboração com mais de 100 cientistas de quase 30 países. Suas 92 páginas serão usadas para informar prioridades políticas e administrativas e identificar áreas de foco de pesquisa que precisam ser fortalecidas ou desenvolvidas. Estruturado em torno dos sete resultados da Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável, o StOR aborda em suas seções aspectos físicos, químicos, ecológicos, socioeconômicos e de governança e revela dados sobre as ameaças que os oceanos sofrem tais como o aquecimento dos oceanos, a subida do nível do mar, a poluição, a acidificação, o esgotamento do oxigênio, o carbono azul e a perda de biodiversidade.

A Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay enfatiza que “a perturbação climática está tendo um impacto cada vez mais forte sobre o estado do oceano” e além da implementação do Acordo de Paris, pede aos Estados Membros que haja investimento na restauração das florestas marinhas, melhor regulamentação das áreas marinhas protegidas considerando que são importantes reservas de biodiversidade.

Abaixo estão transcritas as principais mensagens do Relatório sobre o Estado do Oceano:

- Um oceano limpo onde as fontes de poluição são identificadas e reduzidas ou removidas

Medições contínuas mostram que a eutrofização - excesso de nutrientes no oceano - persiste e continua a aumentar. É necessário quantificar melhor as fontes dominantes de nitrogênio (N) e fósforo (P) em todos os grandes ecossistemas marinhos para desenvolver estratégias e políticas para sua redução. Desde a década de 1990, a quantidade de plásticos no oceano aumentou significativamente e a tendência é que continue a aumentar em um ritmo cada vez pior, o que resultará em impactos que estão além do espaço operacional seguro para a humanidade. Mecanismos globais para rastrear a extensão e a distribuição da poluição por nutrientes e plásticos em nossos oceanos são urgentemente necessários para apoiar estratégias de mitigação e adaptação.

- Um oceano saudável e resiliente onde os ecossistemas marinhos são compreendidos, protegidos, restaurados e gerenciados

O oceano continua agindo como um sumidouro de carbono, absorvendo grandes quantidades de carbono, o que, segundo as previsões, aumentará a acidificação dos oceanos em mais de 100% até o final do século. A adaptação e a mitigação, no entanto, exigirão ações nacionais e subnacionais, que só poderão ser realizadas quando as variações locais e regionais da acidificação dos oceanos e seus impactos forem compreendidos. Ao mesmo tempo, o aquecimento dos oceanos, desde a superfície até o abismo, está ocorrendo em um ritmo sem precedentes e a taxa está se acelerando. As principais e conhecidas consequências incluem o aumento do nível do mar, alterações nas correntes oceânicas e mudanças drásticas nos ecossistemas marinhos.

E como se isso não fosse suficiente para perturbar o fornecimento de serviços oceânicos, a quantidade de oxigênio do oceano está diminuindo, resultando no agravamento da hipóxia e em áreas maiores com baixo teor de oxigênio. Novas pesquisas serão necessárias para estimar a taxa de mudança e prever as consequências. As Áreas Marinhas Protegidas fornecem abrigo para a vida marinha contra esses fatores de estresse. Mais de 70% das espécies ameaçadas de extinção buscam abrigo em áreas marinhas protegidas. Esses *hotspots* de biodiversidade marinha são cruciais para apoiar a segurança alimentar e a saúde geral de nossos oceanos agora e no futuro.

Outro refúgio contra um oceano mais quente e mais ácido, que retém menos oxigênio, são os ecossistemas costeiros de carbono azul (mangues, ervas marinhas e pântanos de maré). Eles continuam a ser um importante depósito de carbono; entretanto, a proteção não é garantida e 20 a 35% foram perdidos desde 1970. O planejamento espacial marinho é um importante mecanismo de política para ajudar a reduzir as pressões sobre os ecossistemas marinhos. Em 2023, 126 países e territórios (um aumento de 20% desde 2022) aplicaram políticas baseadas em áreas para gerenciar de forma sustentável as atividades no oceano. A continuidade dessa tendência positiva será uma contribuição importante para as ações do ODS 14.

- Um oceano produtivo que apoia o fornecimento sustentável de alimentos e uma economia oceânica sustentável

O mundo terá mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 25 anos, o que aumentará a pressão sobre os suprimentos de alimentos já afetados em terra e no oceano. Os alimentos aquáticos são uma importante fonte de alimentos, com 182 milhões de toneladas de animais aquáticos e mais 36 milhões de toneladas de algas usadas para alimentação e produção de alimentos. A produção pesqueira e aquícola continua a crescer, atingindo um recorde de 218 milhões de toneladas em 2021. Uma apreciação e uma compreensão mais profundas do papel que os alimentos aquáticos podem desempenhar são essenciais para aproveitar sua capacidade única de enfrentar os desafios nutricionais, sociais e ambientais do sistema alimentar no futuro.

- Um oceano previsível onde a sociedade entende e pode responder às mudanças nas condições do oceano

Após quatro décadas de investimentos, os sistemas de previsão oceânica operacionais globais, regionais e costeiros amadureceram, fornecendo previsões precisas a diversos usuários. Entretanto, persiste uma desigualdade significativa entre a capacidade de previsão no Hemisfério Norte e no Hemisfério Sul. Não há dúvida de que o nível do mar está subindo e que isso se acelerará no futuro. O derretimento das massas de gelo das camadas de gelo da Groenlândia e da Antártica Ocidental e o aquecimento mais intenso dos oceanos estão contribuindo para a expansão das águas marinhas.

Mesmo atualmente, o oceano contém 40 vezes mais carbono do que a atmosfera. Os cenários climáticos futuros estão considerando o potencial das técnicas de remoção de dióxido de carbono marinho para aumentar esse estoque. Várias técnicas foram propostas, mas a implantação em larga escala não pode ser implementada sem um maior entendimento sobre como essas novas abordagens interagirão com o ciclo de carbono do oceano e os ecossistemas marinhos, além de seus riscos e benefícios.

- Um oceano seguro, onde a vida e os meios de subsistência são protegidos dos perigos relacionados ao oceano

Os tsunamis são uma grande ameaça à vida humana, que deve se intensificar com as mudanças climáticas e o aumento do nível do mar. Eles podem causar danos extensos a infraestruturas e residências críticas, perturbar economias e meios de subsistência e causar a perda de vidas, especialmente com o atual crescimento da população costeira e do turismo em todo o mundo. Cerca de 90% dos tsunamis foram gerados por grandes terremotos ou deslizamentos de terra desencadeados por terremotos. Esforços consideráveis já levaram 150 países e territórios a contribuir ativamente para os esforços globais de resiliência dos países e territórios aos riscos de tsunamis. Apesar desses avanços, os tsunamis de fontes não sísmicas continuam sendo um desafio importante a ser enfrentado.

Da mesma forma, a proliferação de algas nocivas continua a afetar os ecossistemas oceânicos em um ritmo crescente em meio à crescente demanda por frutos do mar e ao desenvolvimento costeiro. Entre as cerca de 10.000 espécies de fitoplâncton marinho existentes nos oceanos do mundo atualmente, cerca de 200 taxa produzem toxinas. Apesar desse risco para a segurança alimentar, a identificação dos motivadores e das causas continua sendo um desafio, pois não há uma síntese global.

- Um oceano acessível com acesso aberto e equitativo a dados, informações, tecnologia e inovação

As observações das características físicas, químicas e biológicas do oceano são a base do desenvolvimento sustentável. Até o momento, o Sistema Global de Observação dos Oceanos compreende 8.000 plataformas de observação, operadas por 84 países por meio de 300 programas, com mais de 120.000 observações diárias. Entretanto, as lacunas de observação espacial e temporal precisam ser preenchidas para fornecer as informações necessárias para a ação. Por exemplo, das 120.000 observações diárias, muitas não têm as informações auxiliares necessárias para definir a qualidade e a adequação, o que faz com que 10 a 15% desses dados não sejam utilizados. Esforços cooperativos para alinhar os relatórios e o acesso aos dados são necessários para aumentar o uso.

Um pré-requisito para garantir o compartilhamento global equitativo de dados e informações é o acesso livre e aberto. Os esforços mundiais, coordenados pelo programa *Institutional Oceanographic Data and Information Exchange* (sigla em inglês, IODE) do IOC-da UNESCO, levaram com sucesso ao estabelecimento de uma rede global de 101 centros de dados em 68 países que cooperam para melhorar o acesso e a interoperabilidade dos dados. Uma maior expansão dessa rede continuará a apoiar uma maior acessibilidade e usabilidade das informações como parte da ação do ODS14.

Além disso, é necessário um esforço global maior para aumentar nosso conhecimento sobre o fundo do mar, já que mais de 75% do fundo do oceano ainda não foi mapeado. No entanto, novas tecnologias e parcerias estão buscando fechar essa lacuna. Desde 2022, foram obtidos 5,4 milhões de km<sup>2</sup> de novos dados, o que equivale a uma área duas vezes maior que a Argentina.

- Um oceano inspirador e envolvente, onde a sociedade entende e valoriza o oceano em relação ao bem-estar humano e ao desenvolvimento sustentável

A literacia oceânica, um esforço para aumentar o conhecimento e a compreensão do papel fundamental do oceano para o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável, é um movimento global empolgante que envolve os esforços de centenas de partes interessadas em 2023. As atividades futuras terão como objetivo aumentar a participação do Hemisfério Sul, já que mais de 70% dos esforços de literacia sobre os oceanos estão sendo realizados no Hemisfério Norte. A importância do oceano na proteção de vidas agora e no futuro não é mais um tópico abordado apenas por cientistas do oceano. Parceiros não acadêmicos estão cada vez mais envolvidos na ciência e na observação dos oceanos. A ambição é equipar a frota global, incluindo navios de contêineres, embarcações de pesca e de lazer com sensores oceânicos para aumentar exponencialmente as observações oceânicas.

É importante lembrar que os povos indígenas vêm observando, usando e conservando o oceano e seus recursos há centenas de anos. Isso inclui povos que vivem em diferentes latitudes, desde o Ártico até os trópicos. Seu conhecimento sobre a manutenção do intrincado equilíbrio entre a natureza e a humanidade continua sendo um recurso importante para pesquisadores e formuladores de políticas. É necessário um esforço maior para envolver melhor os povos indígenas na política e no planejamento marinhos para fazer a transição para "o oceano de que precisamos para o futuro que queremos".

## Referência

**UNESCO.** *New UNESCO report: Rate of ocean warming doubled in 20 years, rate of sea level rise doubled in 30 years.* Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/new-unesco-report-rate-ocean-warming-doubled-20-years-rate-sea-level-rise-doubled-30-years> Acesso em 14 jun.2024

**UNESCO.** *UNESCO State of the Ocean Report 2024.* Disponível em: <https://www.ioc.unesco.org/en/stor2024> Acesso em: 14 jun.2024

**BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.** *United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development – 2021-2030 – Implementation Plan.* Disponível em: [https://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/IP\\_v2\\_eng.pdf](https://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/IP_v2_eng.pdf) Acesso em 14 jun.2024

**BRASIL. Agência Brasil.** *Relatório sobre oceano aponta aquecimento, acidificação e queda de O<sub>2</sub>.* Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/relatorio-sobre-oceano-aponta-aquecimento-acidificacao-e-queda-de-o2#:~:text=Embora%20apenas%2025%25%20do%20fundo,est%C3%A1%20se%20tornando%20mais%20acelerado.> Acesso em 14 jun.2024



## O BID e a Semana da Sustentabilidade

### *IDB and Sustainability Week*

*Isis Pillar Cazumbá*

**Abstract.** *The Inter-American Development Bank (IDB) brought together several regional and global leaders, as well as companies and institutions for the Sustainability Week conference. The event was aimed at the private sector and discussed how to increase responses to develop best practices in business and environmental preservation in the Amazon region*

**Keywords:** *IDB. Amazon Region. Sustainability. Development. Latin America and Caribbean*

**Resumo.** O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) reuniu diversas lideranças regionais e globais, além de empresas e instituições para a conferência Semana da Sustentabilidade. O evento foi direcionado para o setor privado e tratou sobre como aumentar as respostas para desenvolver as melhores práticas em negócios e preservação ao meio ambiente na região amazônica.

**Palavras-chave:** BID. Região Amazônica. Sustentabilidade. Desenvolvimento. América Latina e Caribe

### O Acontecimentos da Conferência

Liderada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os seus parceiros BID Invest e BID Lab, a Semana da Sustentabilidade aconteceu na segunda semana de junho, no coração da Amazônia<sup>29</sup>. O evento em Manaus foi voltado para discutir sobre conhecimentos em práticas sustentáveis, além do compartilhamento de líderes e especialistas a respeito de ferramentas e mecanismos que estão fazendo parte na trajetória de impactar de forma sustentável a região. Os principais tópicos trabalhados no evento foram: Amazônia, mudanças climáticas, inclusão, investimento de impacto e bioeconomia. De acordo com o BID, o evento regional “mais importante para o setor privado na América Latina e no Caribe (ALC)” contou com a presença de diversas lideranças influentes do setor, além dos parceiros institucionais, incluindo o governo brasileiro e outras organizações<sup>30</sup>.

Durante o evento, algumas iniciativas relevantes foram apresentadas pelo BID. Um acordo entre o Banco, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi lançado com o intuito de apoiar projetos de parceria público-privada (PPP), estabelecendo assim, uma gestão sustentável dos ativos ambientais na região da Amazônia pertencente ao Brasil. De acordo com o BID, o apoio se dará no âmbito da cooperação técnica, com recursos de US\$ 1 milhão, não reembolsável, financiado pelo Fundo Verde para o Clima através do programa Amazônia Para Sempre, criado pelo Banco. O foco do programa será trabalhar em projetos de conservação florestal, recuperação de áreas

<sup>29</sup> Disponível em: <https://idbinvest.org/en/sustainability/sustainability-week-2024>

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-help-structure-ppp-projects-sustainably-manage-subnational-environmental-assets-brazilian>

deterioradas, além de apoiar na preparação e na estruturação de editais licitações e contratos, sempre que for necessário<sup>31</sup>.

Segundo o BID, a implementação deste projeto ajudará na regeneração de áreas devastadas da Amazônia, nas práticas florestais inovadoras e sustentáveis e no manejo adequado do solo. A promoção de bionegócios e serviços ambientais também fazem parte deste projeto e estarão alinhados ao programa Amazônia Para Sempre<sup>32</sup>.

O outro anúncio feito pelo BID em conjunto com o BID Invest e o BID Lab foi o lançamento do Plano de Ação para a Integração do Capital Natural e da Biodiversidade 2024-2025. O Plano consiste em incorporar ainda mais a biodiversidade e o capital natural nas operações da instituição, apoiando a região a promover o desenvolvimento nas áreas econômica, climática e social. O BID argumenta que este plano de ação será favorável aos países, pois estes terão apoio da instituição financeira desde a preparação à implementação de projetos que visem alcançar as metas relacionadas ao meio ambiente<sup>33</sup>.

Segundo as informações fornecidas pelo BID, os ativos naturais da ALC não vêm sendo utilizados adequadamente, já que a região abriga 7 das 25 áreas de ampla biodiversidade do mundo. A ALC possui “40% da biodiversidade mundial, 30% da água doce e quase 50% das florestas tropicais do mundo”. O BID argumenta que os projetos direcionados ao meio ambiente não têm sido suficientes para impulsionar o setor e que isso acontece graças as estratégias ineficazes, ao pouco conhecimento técnico voltado para região, a falta de capacidade institucional e a indisponibilidade de financiamento para incentivar as melhorias<sup>34</sup>.

No penúltimo dia do evento, foram anunciadas duas iniciativas que visam impulsionar o desenvolvimento sustentável e salvaguardar a biodiversidade existente na região amazônica. De acordo com o Banco, estes projetos prometem capacitação para novas empresas, comunidades e famílias em bioeconomia. A intenção é promover o aprimoramento no setor para todos e estimular o aumento dos investimentos, encurtando a distância para o desenvolvimento<sup>35</sup>.

### **Considerações finais**

A fim de suprir as novas demandas ocasionadas pelas alterações climáticas, o BID compreende há algum tempo a importância do envolvimento do setor privado a respeito deste tema. Este evento foi desenvolvido especificamente para este setor, oferecendo um espaço para o fechamento de novos negócios e para o compartilhamento de ideias de sustentabilidade entre os líderes globais e regionais sobre como solucionar os problemas do atual cenário. O BID acertou ao realizar um evento estratégico com este setor, pois, as demandas ocasionadas pelo

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-help-structure-ppp-projects-sustainably-manage-subnational-environmental-assets-brazilian>

<sup>32</sup> Programa voltado para o desenvolvimento sustentável da região que visa colaborar na conservação florestal e na ação climática, oferecendo alternativas econômicas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/who-we-are/topics/amazonia>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-launches-action-plan-accelerate-natural-capital-and-biodiversity-inclusion>

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-launches-action-plan-accelerate-natural-capital-and-biodiversity-inclusion>

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lab-foster-bioeconomy-amazon-region-two-new-initiatives>

clima direcionam-se para uma ampla arrecadação de recursos para tornar em realidade os projetos propostos, sendo inviável feito somente por via de recursos públicos. Ao encontrar as oportunidades de negócios cabíveis, a construção de parcerias estratégicas aumenta o financiamento dos projetos para desenvolver, por exemplo, a bioeconomia – o tema mais abordado durante o evento.

A bioeconomia no Brasil já está presente na região amazônica e faz parte da Estratégia Nacional de Bioeconomia, lançada em junho. O governo brasileiro acertou ao propor mecanismos para intensificar as políticas públicas adequadas para desenvolver este setor. Por iniciativa do Brasil, na reunião do Grupo dos Vinte (G20), o tema foi escolhido para ser debatido<sup>36</sup>.

## Referências

Agência Brasil Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and Its Governors for Central America and Dominican Republic Discuss Common Goals [acesso em: 16 jun 2024]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/empresas-apostam-na-bioeconomia-como-modelo-de-desenvolvimento>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB to Help Structure PPP Projects to Sustainably Manage Subnational Environmental Assets in the Brazilian Amazon [acesso em: 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-help-structure-ppp-projects-sustainably-manage-subnational-environmental-assets-brazilian>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Group Launches Action Plan to Accelerate Natural Capital and Biodiversity Inclusion in Development Projects [acesso em: 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-launches-action-plan-accelerate-natural-capital-and-biodiversity-inclusion>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Lab to Foster Bioeconomy in the Amazon Region with Two New Initiatives [acesso em: 16 jun 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lab-foster-bioeconomy-amazon-region-two-new-initiatives>

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/empresas-apostam-na-bioeconomia-como-modelo-de-desenvolvimento>

## 60 Anos da UNCTAD, Solução de Controvérsias na OMC e Acesso a Tecnologias em Saúde

### *60 Years of UNCTAD, WTO Dispute Settlement and Access to Health Technologies*

**Claudia Chamas**  
**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract:** *The United Nations Global Leaders' Forum on Trade and Development celebrated UNCTAD's 60th anniversary. Discussions centered around achieving inclusive prosperity in the midst of global crises, trade disruptions, rising debt burdens and the severe impact of climate change on developing countries. On 30 May 2024, WTO members met for the first formal meeting on the reform of the dispute settlement system, focusing on appeal/review and accessibility. From 28 to 30 May 2024, an event held in Rabat, organized by the WTO in partnership with the WHO and WIPO, addressed the design of trade policies that support innovation and accessibility in health, with an emphasis on intellectual property.*

**Keywords:** *dispute settlement; WTO; development; multilateralism; UNCTAD*

**Resumo:** O Fórum de Líderes Globais das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento marcou o 60.º aniversário da UNCTAD, com debates sobre prosperidade inclusiva no meio de crises globais, perturbações comerciais, aumento do peso da dívida e o grave impacto das alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Em 30 de maio de 2024, os membros da OMC se reuniram para a primeira reunião formal sobre a reforma do sistema de solução de controvérsias, focando em apelação/revisão e acessibilidade. Entre 28 e 30 de maio de 2024, em Rabat, evento organizado pela OMC em colaboração com a OMS e a OMPI abordou a concepção de políticas comerciais que suportem a inovação e a acessibilidade em saúde, com ênfase na propriedade intelectual.

**Palavras-chave:** *solução de controvérsias; OMC; desenvolvimento; multilateralismo; UNCTAD*

### **Fórum de Líderes Globais**

O Fórum de Líderes Globais das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento marcou o 60.º aniversário da UNCTAD, com a presença da Secretária-Geral da Organização, Rebeca Grynspan, do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e de chefes de Estado e de Governo, 28 ministros do Comércio e dos Negócios Estrangeiros, representantes da sociedade civil e do setor privado, economistas de renome e dirigentes de organizações internacionais de todo o mundo. No total, 1100 participantes de 152 países reuniram-se em Genebra para o fórum de três dias. Sob o tema "Traçar um novo rumo para o desenvolvimento num mundo em mudança", houve debates sobre prosperidade inclusiva no meio de crises globais, perturbações comerciais, aumento do peso da dívida e o grave impacto das alterações climáticas nos países em desenvolvimento (Imagem 1) (UNCTADc, 2024).

Durante a abertura, Grynspan destacou: *“durante a resposta internacional à COVID -19, a UNCTAD ajudou a expor as grandes disparidades no acesso às vacinas e destacou o desafio enfrentado pelo mundo em desenvolvimento. Atualmente, enfrentamos novos desafios. Temos um mundo de conflitos e desordens crescentes, onde o direito internacional é aplicado de forma seletiva pelo mundo desenvolvido. Temos uma emergência climática causada pelos países industrializados que afeta mais o mundo em desenvolvimento. E temos uma economia global que está consolidando a desigualdade extrema. O 60º aniversário da UNCTAD constitui oportunidade para debatermos novas abordagens para enfrentarmos estes desafios. Isto significa perguntar agora se podemos construir uma economia mundial que seja inclusiva e equitativa. Sabemos que o desenvolvimento é um processo difícil. E não existe uma fórmula única para todos.”* (UNCTADd, 2024).

Diversos líderes de países do Sul global (Presidentes Xi Jinping da China, Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil, Azali Assoumani das Comores, Miguel Díaz-Canel de Cuba, Luis Abinader da República Dominicana, Andry Nirina Rajoelina de Madagascar, e os Primeiros-Ministros Mia Mottley de Barbados e Kay Rala Xanana Gusmão de Timor-Leste) apoiaram o papel da UNCTAD na defesa do acesso dos países em desenvolvimento aos benefícios de uma economia global. Também elogiaram os esforços da Organização para promover a cooperação Sul-Sul e o diálogo Norte-Sul (UNCTADc, 2024).

Os dirigentes elogiaram a crescente eficácia da UNCTAD nas análises políticas especializadas sobre os desafios do comércio mundial para as economias em desenvolvimento, incluindo as novas políticas industriais ecológicas, o investimento direto estrangeiro, a arquitetura financeira internacional, os desafios da economia digital e a ruptura das cadeias globais de valor. Grynspan salientou que muitas das populações mais pobres do mundo continuam vulneráveis à instabilidade econômica, à degradação ambiental e ao aumento do peso da dívida, enfatizando a necessidade de renovar a confiança por meio da amplificação das vozes dos países em desenvolvimento (UNCTADc, 2024).

Os analistas examinaram a perturbação das cadeias de suprimento num contexto de escalada das tensões geopolíticas e a persistente assimetria da economia mundial na era digital, além das crises em cascata, as políticas industriais sustentáveis e inclusivas e a necessidade de revitalizar o investimento direto estrangeiro em queda. Há necessidade de se incluir vozes do Sul Global nos debates sobre a governança da inteligência artificial, com a necessidade de cooperação internacional, defendendo quadro de regulação internacional para o desenvolvimento da inteligência artificial (UNCTADc, 2024).

Especialistas (José Antonio Ocampo (Universidade de Columbia), Célestin Monga (Universidade de Harvard), Isabella Weber (Universidade de Massachusetts Amherst) e James K. Galbraith (Universidade do Texas)) destacaram a promoção do comércio como motor fundamental para o desenvolvimento, além da reforma da arquitetura financeira internacional e da necessidade de instituições fortes e da superação das limitações das abordagens de desenvolvimento de tamanho único. A atual crise da dívida configura inadequação da arquitetura financeira, especialmente para os países em desenvolvimento. Os líderes sublinharam a importância de um multilateralismo renovado e a necessidade de reformas abrangentes para enfrentar os desafios globais. Está em vista a Cimeira do Futuro das Nações Unidas, onde a UNCTAD desempenhará papel significativo na defesa do Sul Global (UNCTADc, 2024).

### Imagem 1 – Chefes de Estado e de organizações internacionais no Fórum de Líderes Globais do 60º aniversário da UNCTAD



Fonte: UNCTAD

#### Mensagem do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na Comemoração dos 60 Anos da UNCTAD

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o convite da Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, para participar da comemoração dos 60 anos da UNCTAD e saudou todos os que contribuíram para a construção da organização. Lula destacou o orgulho do Brasil em fazer parte da história da organização, lembrando a participação do país na primeira conferência em 1964, durante a Guerra Fria, quando o G77 foi criado para coordenar posições entre os países do Sul Global (UNCTADa, 2024).

Lula mencionou pensadores sul-americanos como Raul Prebisch e Celso Furtado, que trouxeram nova visão de desenvolvimento que considera não apenas o crescimento, mas também a desigualdade e as injustiças. Ele destacou o papel essencial da UNCTAD na formulação de uma nova ordem econômica internacional e na busca por um sistema financeiro internacional mais justo e eficaz, mesmo durante o auge do neoliberalismo, sob a liderança de Rubens Ricupero (UNCTADa, 2024).

Lula ressaltou que a UNCTAD se tornou espaço fundamental para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Ele enfatizou que os desafios atuais, como pandemias, mudanças climáticas, crise da dívida soberana e riscos da inteligência artificial, tornam a UNCTAD ainda mais relevante. O Brasil conta com a parceria da UNCTAD para alcançar resultados concretos no combate à fome, pobreza e desigualdades, com foco no desenvolvimento sustentável e na reforma da governança global (UNCTADa, 2024).

#### Depoimento de Rubens Ricupero, ex-Secretário-geral da UNCTAD

*“Quando a UNCTAD se prepara para comemorar o seu 60º aniversário, vejo um papel para a UNCTAD que provavelmente somente a UNCTAD pode desempenhar. O papel de um ser que profetiza toda a economia da economia do futuro. Uma economia que já não terá os males*

*da economia atual, mesmo que ponhamos de lado as nossas diferenças na forma como julgamos a situação no mundo, provavelmente concordamos com o que disse certa vez Pascal Amy, diretor-geral da OMC - a economia internacional não era capaz de encontrar soluções para os três principais problemas humanos do mundo. Ou seja, o aquecimento global, a crescente desigualdade entre nações e dentro das nações e o desemprego estrutural. O aquecimento global, a desigualdade e o desemprego continuam conosco. Terão de ser resolvidos no futuro. E a maneira de resolver esses problemas é por meio de um novo tipo de economia. Uma economia que seja verde, renovável, que não se baseie na ideia do produtivismo a todo o custo. Uma economia construída sobre os alicerces da sustentabilidade em termos ambientais e sociais e este é, a meu ver, o papel para o futuro da UNCTAD, agora e nas décadas vindouras.” (UNCTADe, 2024)*

### **Observações do Secretário-Geral da ONU no Fórum de Líderes Globais da UNCTAD**

Na celebração dos 60 anos da UNCTAD, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, destacou as realizações significativas da organização, incluindo a criação da categoria de países menos desenvolvidos e a adoção de princípios para uma nova ordem econômica internacional. Ele elogiou a contribuição da UNCTAD para a reforma da arquitetura financeira internacional e sua influência nas negociações globais e no multilateralismo (UNCTADB, 2024).

Guterres ressaltou que a clareza e o compromisso da UNCTAD são mais relevantes do que nunca, diante das divisões geopolíticas, crescentes desigualdades, crise climática e novos conflitos. Ele destacou que a arquitetura financeira internacional é disfuncional e injusta, falhando em fornecer rede de segurança para os países em desenvolvimento. Além disso, o sistema de comércio internacional enfrenta desafios, com o comércio se tornando uma fonte de prosperidade e desigualdade (UNCTADB, 2024).

Ele apoiou as reformas da UNCTAD iniciadas pela Secretária-Geral, Rebeca Grynspar, que visam ampliar o alcance e a defesa dos países em desenvolvimento. Guterres enfatizou a importância do desenvolvimento sustentável e da cooperação multilateral, especialmente em um momento de aumento das barreiras comerciais e rivalidades geopolíticas. Ele chamou a atenção para a necessidade de uma nova arquitetura de finanças internacionais, tributação e governança digital (UNCTADB).

Citando o renomado economista argentino Raúl Prebisch, Guterres destacou que a UNCTAD não pode ser neutra em questões de desenvolvimento, assim como a Organização Mundial da Saúde não pode ser neutra em relação à malária. Ele destacou que as desigualdades estão crescendo, a crise climática está afetando duramente muitos países em desenvolvimento, e novos conflitos prolongados estão tendo um efeito dominó na economia global. A dívida global disparou, enquanto indicadores-chave de desenvolvimento, como pobreza e fome, regrediram (UNCTADB, 2024).

Ele enfatizou que o comércio se tornou uma espada de dois gumes – uma fonte de prosperidade e desigualdade, interconexão e dependência, inovação econômica e degradação ambiental. Guterres destacou a necessidade de cooperação multilateral robusta para enfrentar esses desafios. Ele mencionou que novas barreiras comerciais introduzidas anualmente quase triplicaram desde 2019, muitas impulsionadas por rivalidades geopolíticas sem considerar seu impacto nos países em desenvolvimento (UNCTADB, 2024).

Concluindo, Guterres convidou todos a contribuir com propostas concretas para o processo, visando reimaginar um mundo onde o comércio promova prosperidade



compartilhada e inovação verde. Ele concluiu enfatizando o papel essencial da UNCTAD no desenvolvimento sustentável e expressou sua expectativa de receber as recomendações do fórum de líderes em Nova York (UNCTADb, 2024).

### **Oficina Regional Aborda Sustentabilidade no Acesso às Tecnologias de Saúde**

Entre 28 e 30 de maio de 2024, 32 altos funcionários de 28 países africanos francófonos participaram de oficina em Rabat, Marrocos, focada em promover abordagem multidisciplinar para tornar o acesso às tecnologias de saúde mais sustentável. O evento, organizado pela OMC em colaboração com a OMS e a OMPI, abordou a concepção de políticas comerciais que suportem a inovação e a acessibilidade em saúde, com ênfase na propriedade intelectual. O Diretor Geral do Comércio do Ministério da Indústria e Comércio, Abdelouahed Rahal, abriu a atividade destacando que: "Consciente de que o desenvolvimento econômico passa pela melhoria das condições de vida e do bem-estar da população, o Marrocos empreendeu reformas importantes para tornar os cuidados de saúde mais acessíveis e de melhor qualidade." (Imagem 2) (OMCa, 2024).

**Imagem 2 - Oficina regional contempla tornar o acesso às tecnologias de saúde mais sustentável**



Fonte: OMC

A oficina incluiu discussões sobre a promoção de acesso a medicamentos, diagnósticos e vacinas, destacando a necessidade de ações coordenadas diante dos desafios complexos da saúde e das mudanças climáticas. A mesa redonda final enfatizou a importância de colaboração ágil entre diferentes autoridades governamentais para integrar políticas de comércio, propriedade intelectual e saúde, visando soluções práticas para acesso mais equitativo e sustentável às tecnologias de saúde na região (OMCa, 2024).

### **Primeira Reunião Formal dos Membros da OMC sobre Reforma de Solução de Controvérsias**

Em 30 de maio de 2024, os membros da OMC se reuniram para a primeira reunião formal sobre a reforma do sistema de solução de controvérsias, focando em apelação/revisão e acessibilidade. A facilitadora do processo, embaixadora Usha Dwarka-Canabady, das Ilhas Maurício, destacou a valorização do sistema de solução de controvérsias como central para a OMC (OMCb, 2024).

Na 12ª Conferência Ministerial (MC12), em 2022, os membros reconheceram desafios para o sistema de solução de controvérsias, incluindo questões com o Órgão de Apelação, e concordaram em reformar o sistema até 2024, compromisso reafirmado na 13ª Conferência



Ministerial (MC13). Um rascunho consolidado foi circulado aos membros em fevereiro de 2023, e a nomeação da embaixadora Dwarka-Canabady, em abril, formalizou o processo de reforma. As reuniões mensais de Chefes de Delegação visam ouvir atualizações técnicas, compartilhar opiniões sobre o trabalho e resolver questões com orientação política necessária. O trabalho técnico continuará entre especialistas e deve ser orientado para soluções (OMCb, 2024).

Dwarka-Canabady comunicou aos membros sobre a nomeação de co-convocadores para assuntos específicos da reforma de solução de controvérsias. Ela compartilhou duas perguntas com os membros antes da reunião: o interesse das delegações em apelação/revisão e as características para desenvolver convergência, e os passos necessários para tornar o mecanismo de solução de controvérsias mais acessível a todos os membros (OMCb, 2024).

Sumarizando as discussões, a embaixadora destacou a valorização do sistema de solução de controvérsias como essencial para a OMC e a importância de manter um sistema de duas instâncias para construir credibilidade. Foi reconhecida a necessidade de decisões vinculativas e consistentes, embora um órgão de apelação permanente possa não ser a única solução. Houve reconhecimento significativo da necessidade de acessibilidade e forte apoio ao trabalho realizado até agora. A facilitadora planeja se reunir com os novos co-convocadores para traçar um plano para as discussões futuras. A próxima reunião formal dos Chefes de Delegação sobre a reforma de solução de controvérsias está marcada para 20 de junho (OMCb, 2024).

## Referências

1. Organização Mundial do Comércio (OMC)a. Regional workshop contemplates making access to health technologies more sustainable. 2024. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/tech\\_30may24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/tech_30may24_e.htm)
2. Organização Mundial do Comércio (OMC)b. WTO members hold first formal meeting on dispute settlement reform. 2024. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/disp\\_30may24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/disp_30may24_e.htm)
3. United Nations Trade and Development (UNCTAD)a. Brazil - Luiz Inácio Lula da Silva, President of Brazil | UNCTAD 60th anniversary message. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GEnWkwkr50k>
4. United Nations Trade and Development (UNCTAD)b. #UNCTAD60 | UN Secretary-General's remarks to the Global Leaders Forum | 12 June 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4yzFMcxRYU>
5. United Nations Trade and Development (UNCTAD)c. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/un-secretary-general-and-global-leaders-mark-60-years-unctad-urging-equitable-economy-and>
6. United Nations Trade and Development (UNCTAD)d. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zliy5xll6gQ>
7. United Nations Trade and Development (UNCTAD)e. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9Q-ueQekUs&list=PL4m6ro9BgRm8tVw1sGOX-FLPluQXJ9I3W>

## ***Harambee: todos juntos por um futuro sustentável compartilhado!***

***Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira, Diana Zeballos, Elwira Gliwska e Luis Eugênio de Souza***

**Resumo:** As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público continuam a chamar atenção das autoridades políticas, das sociedades nacionais e do mundo para as situações a que estão submetidas as populações, em especial as que vivem em condições de maior vulnerabilidade, com destaque para mulheres e meninas que vivem no Sul Global. Essas situações representam extremas violações à saúde como um direito humano fundamental. As organizações continuam a denunciar a inércia dos governos para: i) chegarem a acordos de paz que cessem as guerras e conflitos que acontecem em diferentes territórios; ii) atuarem de formas efetiva no enfrentamento da crise climática, que cada vez mais configura-se em crime climático; iii) investir no controle de doenças crônicas e infecciosas. Além desses temas constantes, muitos outros foram objetos de manifestações, como a migração, a insegurança alimentar, as vacinas e a saúde digital. Apesar do recorrente apelo das organizações para que os governos "não deixem para amanhã o que podem fazer hoje", continuam sem ser ouvidas. Algo precisa ser feito para mudar essa situação. Talvez a sociedade civil possa se inspirar nos povos que falam o suaíli e dizer alto: *harambee* (todos juntos)!

### **INTRODUÇÃO**

Na última quinzena, analisamos as manifestações de 46 organizações, das quais que 26 fizeram manifestações dignas de nota, sendo vinte Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e seis Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado. Entre as primeiras, a crise climática continuou sendo o assunto mais frequente das manifestações. Nesse ponto, vale destacar a vitória histórica, no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, de um grupo de mulheres idosas que acusou o governo suíço de omissão no combate às mudanças climáticas. Outras manifestações incluíram denúncias sobre queimadas ostensivas no norte da Tailândia, protestos contra plataformas e gás, alertas de riscos de inundações e incêndios florestais, denúncias de mineração em alto mar e a crise dos plásticos. As organizações também criticaram os países mais ricos por não cumprirem suas responsabilidades em reduzir a poluição do carbono e fornecer suporte financeiro justo para os mais afetados.

As guerras e os conflitos foram o segundo tema mais abordado. As organizações denunciaram o conflito no Oriente Médio com várias manifestações que apelam por cessar fogo imediato na região de Gaza, incluindo a denúncia da União Palestina de assistentes sociais de que "assistentes sociais da União Israelita estão participando do assassinato da população". A situação das mulheres grávidas continua alarmante, uma vez que não têm acesso a parteiras, médicos ou centros de saúde. Vale destacar o apelo de duas organizações pela abolição das

armas, preocupação com militarismo e o excesso de gastos militares que poderiam ser utilizados na segurança humana e ambiental e no combate à fome.

A Assembleia Mundial de Saúde foi outro tema recorrente com a publicação de declarações políticas que foram apresentadas pelas organizações da sociedade civil, tratando de temas como saúde materno-infantil, atividade física, plano de trabalho geral da OMS, acordo sobre a pandemia, doenças crônicas são transmissíveis, além de uma análise sobre a participação de mulheres nas delegações da OMS que, em 2024, registrou redução de dois pontos percentuais em relação ao ano de 2003, quando 32% das delegações eram chefiadas por mulheres.

Muitos outros temas foram objetos de manifestações de uma ou duas organizações: migração e crise humanitária, mortalidade infantil no Sudão do Sul, participação do capital privado na saúde, disparidades de gênero, insegurança alimentar, educação, juventude, população indígena, vacinação, doenças neurodegenerativas e trabalho infantil.

Entre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado, tiveram destaque as ações relacionadas a pesquisa e desenvolvimento, incluindo vacinas, formação de grupo de especialistas para discutir soluções climáticas na América Latina Caribe e agricultura regenerativa. A mitigação climática também foi tema, com destaque para a criação, pela fundação Rockefeller, de um conselho consultivo do clima composto por especialistas globais. Iniciativas para o enfrentamento do estigma e da discriminação de portadores de HIV, injeção de longa duração para prevenção do vírus do HIV e questões de gênero também foram discutidas por esse grupo de organizações, abordando questões relacionadas a saúde ocular, trabalho de mulheres nas economias africanas e a criação de um fundo de igualdade de gênero para acelerar os resultados nessa área e combater epidemias e malária. A equidade em saúde, os agentes comunitários e a saúde digital também foram assuntos abordados. Vale destacar nesse grupo de organizações as altas somas de investimento em dólar que são divulgadas ao se referirem as ações desenvolvidas, geralmente com alguma relação com seus negócios.

Para título dessa edição dos informes da sociedade civil, decidimos tomar emprestado da Federação Internacional de Assistentes Sociais o tema de sua Conferência Global de 2026: “Harambee, para futuros sustentáveis compartilhados!”. O termo em suaíli que significa “todos unidos” e expressa o espírito colaborativo necessário para os enfrentamentos dos desafios em torno da promoção de um futuro sustentável e equitativo para todos, assim como, reforça que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado isoladamente.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Crise climática**

#### *Medidas judiciais*

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) postou um convite público para discutir a [vitória histórica de uma ação no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, relativa a um caso de omissão de governos para evitar a crise climática](#). O Tribunal decidiu a favor de um grupo de mulheres suíças idosas que argumentaram que o seu governo não está a fazer o suficiente

para combater as alterações climáticas, colocando-as em risco de morte devido às ondas de calor.<sup>37</sup>

A Greenpeace destacou que o Ministério Público Federal do Brasil exigiu que oito [instituições financeiras](#), incluindo Santander e Rabobank, rescindissem contratos que financiam atividades agropecuárias em áreas protegidas da Amazônia. A medida seguiu um relatório do Greenpeace Brasil sobre o financiamento de desmatamento ilegal e invasão de territórios indígenas por bancos, destacando a urgência de cessar essas práticas.<sup>38</sup>

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) festejou o apoio da Global Climate and Health Alliance para as iniciativas de ação climática lideradas por ela, destacando que [a crise climática é de fato uma crise de saúde](#).<sup>39</sup>

A Greenpeace destacou que quatro mil [indígenas](#) papuas conquistaram o reconhecimento legal de seus direitos sobre 97.411 hectares de floresta tropical em Sorong do Sul, Indonésia. Este marco histórico valida o direito tradicional dos Knasimos de controlar suas terras, frequentemente ignorado pelas autoridades, e destaca a necessidade de uma lei para proteger os direitos de comunidades indígenas semelhantes.<sup>40</sup>

O tema da crise climática também foi foco da International Council of Nurses (ICN) que expressou profunda decepção após a [rejeição pelos legisladores suíços de uma decisão climática em favor de um grupo de líderes climáticas femininas](#). A organização destacou o impacto adverso da decisão na saúde global e insta a renovação dos esforços para lidar com as mudanças climáticas. O ICN aguarda a resposta do governo suíço em agosto, enfatizando a ligação crítica entre a ação climática e a saúde pública.<sup>41</sup>

A Progressive International divulgou uma matéria sobre a [queima extensiva de milho no norte da Tailândia](#), que está aumentando os níveis de poluição do ar na região. A matéria indica que a queima é impulsionada por monopólios do agronegócio para a produção de ração animal

---

<sup>37</sup> IFA. International Federation of Ageing. *Join us tomorrow*. 13 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1801208004487880993>. Acesso em: 13 jun. 2024.

<sup>38</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Banks must stop funding illegal Amazon deforestation, Prosecutor says after Greenpeace Brazil report - Greenpeace International; 10 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67706/banks-must-stop-funding-illegal-amazon-deforestation-prosecutor-says-after-greenpeace-brazil-report/>.

<sup>39</sup> IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. *We are thrilled to see the support*. 10 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1800211938867393003>. Acesso em: 13 jun. 2024.

<sup>40</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Major land rights win for Indigenous Peoples over forest area the size of Hong Kong in Southwest Papua - Greenpeace International; 6 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67588/major-land-rights-win-for-indigenous-peoples-over-forest-area-the-size-of-hong-kong-in-southwest-papua/>.

<sup>41</sup> ICN calls Swiss lawmakers rejection of climate ruling in favour of female climate elders extremely disappointing and a retrograde step. (2024, junho). ICN - International Council of Nurses. <https://www.icn.ch/news/icn-calls-swiss-lawmakers-rejection-climate-ruling-favour-female-climate-elders-extremely>

e que, apesar do sofrimento generalizado e da devastação ambiental, as elites em Bangkok permanecem indiferentes, agravando o problema.<sup>42</sup>

Greenpeace destacou que cinco [ativistas](#) de seu grupo na Alemanha e Holanda ocuparam uma plataforma de gás da ONE-Dyas a 20 km de Borkum, exibindo mensagens contra novos projetos de gás e pressionando a União Europeia a banir novas infraestruturas de combustíveis fósseis, destacando os impactos climáticos das perfurações e a urgência de se focar em energias renováveis, especialmente em tempos de eventos climáticos extremos e revisões judiciais sobre o projeto.<sup>43</sup> Os ativistas ocuparam uma [plataforma de gás](#) da ONE-Dyas por 8 horas, levando a uma ordem do Conselho de Estado holandês para interromper as atividades da empresa até uma audiência. Essa ação refletiu a resistência contra a expansão de infraestruturas de combustíveis fósseis e a pressão sobre a UE para proibir novos projetos, visando mitigar os impactos climáticos.<sup>44</sup>

A organização destacou, ainda, um [relatório](#) que aponta falhas graves na gestão das pescas globais nos últimos 70 anos, revelando que 35,4% das populações de peixes estão sendo severamente exploradas. O relatório sugere que o Tratado Global dos Oceanos pode ajudar a reverter essa crise, promovendo uma gestão sustentável focada na biodiversidade e reduzindo a influência corporativa nas Organizações Regionais de Gestão das Pescas.<sup>45</sup>

A [ativistas](#) do Greenpeace Austrália Pacífico, vestidos de coalas, escalaram um McDonald's em Melbourne para protestar contra o desmatamento na cadeia de suprimentos da empresa. A ação visa pressionar o McDonald's a adotar cadeias de fornecimento livres de desmatamento até 2025, em resposta à destruição de habitats críticos na Austrália.<sup>46</sup> A organização publicou sobre a [campanha](#) "Tire o desmatamento do cardápio" do Greenpeace na mesma região, que visa o McDonald's, exigindo a eliminação da carne bovina de áreas desmatadas da cadeia de suprimentos. A ação em Melbourne destaca a conexão entre o

---

<sup>42</sup> Fundación Huésped [Internet]. To Stop Smog Pollution: Empower the Farmers; 7 Junho 2024 [citado em 14 Junho 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-06-07-to-stop-smog-pollution-empower-the-farmers/en>

<sup>43</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace activists occupy a fossil gas drilling platform between Germany and the Netherlands - Greenpeace International; 4 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67480/greenpeace-activists-occupy-a-fossil-gas-drilling-platform-between-germany-and-the-netherlands/>.

<sup>44</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Breaking: Dutch court orders occupied fossil gas drilling platform to cease activities - Greenpeace International; 4 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67507/breaking-dutch-court-orders-occupied-fossil-gas-drilling-platform-to-cess-activities/>.

<sup>45</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace report reveals shocking failures in global fisheries management - Greenpeace International; 6 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67569/greenpeace-report-shocking-failures-global-fisheries-management/>.

<sup>46</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace koalas scale iconic McDonald's store, demanding fast food giant takes deforestation off the menu - Greenpeace International; 13 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67779/greenpeace-koalas-scale-iconic-mcdonalds-store-demanding-fast-food-giant-takes-deforestation-off-the-menu/>.

consumo de carne e o desmatamento, levantando questões sobre a sustentabilidade da empresa.<sup>47</sup>

A Greenpeace destacou que a [Conferência do Clima de Bonn](#) terminou sem avanços significativos devido à falta de consenso sobre mitigação e financiamento climático até 2030. A ausência de compromissos concretos dos países desenvolvidos em aumentar o suporte financeiro para nações em desenvolvimento frustrou o progresso, destacando a desconexão entre negociadores e a urgência da crise climática.<sup>48</sup>

A Greenpeace destacou que a aproximação da [estação chuvosa](#) na África Austral traz ansiedade devido ao risco de enchentes, refletindo a devastação causada pelas mudanças climáticas, agravada pela indústria de combustíveis fósseis. Isso exige uma transição urgente para energias renováveis e responsabilização das grandes poluidoras para evitar futuros desastres.<sup>49</sup>

A Greenpeace deu ênfase à luta contra a [mineração em alto mar](#) no Pacífico Sul, que é liderada por comunidades insulares e ativistas, e que destaca a ameaça aos ecossistemas marinhos e às culturas locais. Apesar de algumas proibições, empresas como The Metals Company continuam a pressionar, enquanto a falta de apoio claro para uma moratória global reflete o desafio contínuo.<sup>50</sup>

A Greenpeace deu destaque ao [Dia Mundial do Meio Ambiente](#) deste ano, que enfoca a restauração de terras e a relação entre a crise dos plásticos e a desertificação, assim como a necessidade de reduzir a produção de plásticos e melhorar a gestão de resíduos para mitigar os impactos no solo e promover um futuro sustentável.<sup>51</sup>

A Greenpeace destacou que o [navio Rainbow Warrior](#) está na Tailândia para destacar ameaças aos oceanos devido à crise climática, pesca destrutiva e projetos industriais. Conectando-se com comunidades costeiras, busca justiça e maior participação na gestão de recursos e proteção dos ecossistemas locais.<sup>52</sup>

---

<sup>47</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Not Lovin' It: Koalas demand McDonald's take deforestation off the menu - Greenpeace International; 13 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67772/not-lovin-it-koalas-demand-mcdonalds-take-deforestation-off-the-menu/>.

<sup>48</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Climate talks stalemate: Troika must now propel both climate finance and action - Greenpeace International; 13 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/67802/bonn-climate-politics-stalemate-troika-finance-action/>.

<sup>49</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Why I blame oil and gas companies for burning our future - Greenpeace International; 3 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67426/why-i-blame-oil-and-gas-companies-for-burning-our-future/>.

<sup>50</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Deep Down Under: How deep sea mining threatens Australia and the Pacific - Greenpeace International; 5 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67519/deep-down-under-how-deep-sea-mining-threatens-australia-and-the-pacific/>.

<sup>51</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. What does the plastics crisis have to do with desertification? - Greenpeace International; 5 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67540/what-does-the-plastics-crisis-have-to-do-with-desertification/>.

<sup>52</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. The sea belongs to us: Stories from Thailand's Ocean Defenders - Greenpeace International; 7 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em:

A Greenpeace destacou que a [proteção dos oceanos](#) é crucial para a biodiversidade e a subsistência de milhões, mas enfrenta ameaças da pesca industrial e poluição. Ratificar o Tratado Global dos Oceanos, criar moratórias contra a mineração em alto mar e apoiar comunidades costeiras são ações essenciais para preservar a vitalidade dos oceanos.<sup>53</sup>

A Greenpeace enfatizou que a [crise climática](#) agrava inundações mortais e incêndios florestais globais, enquanto se discute quem deve pagar pelos danos e financiar a transição para energia limpa. Uma proposta de Imposto sobre Danos Climáticos busca taxas das indústrias de combustíveis fósseis para gerar trilhões de dólares para medidas globais de mitigação e adaptação.<sup>54</sup>

A Oxfam criticou a falta de ação dos maiores países na ONU para combater a [crise climática](#), acusando-os de não cumprir suas responsabilidades em reduzir a poluição de carbono e fornecer suporte financeiro justo para os mais afetados, prejudicando a justiça climática.<sup>55</sup>

A Greenpeace destacou que o [Tribunal Internacional para o Direito do Mar](#) reconheceu que os gases de efeito estufa absorvidos pelos oceanos constituem poluição marinha, estabelecendo responsabilidades mais rigorosas sob o Acordo de Paris para mitigar mudanças climáticas e proteger comunidades costeiras e insulares, reforçando esforços de justiça climática.<sup>56</sup>

## Guerras e conflitos

### *Conflito no Oriente Médio*

A Oxfam alertou que os bombardeios israelenses e a obstrução da ajuda humanitária estão agravando a crise em [Gaza](#), onde um colapso humanitário é iminente. A organização pediu um cessar-fogo imediato e acesso pleno para a entrega de ajuda a mais de um milhão de pessoas deslocadas e necessitadas.<sup>57</sup> A organização criticou a operação de [Israel](#) em Nuseirat, que resultou na libertação de reféns, mas também na morte de 274 palestinos deslocados. Khalil

---

<https://www.greenpeace.org/international/story/67460/the-sea-belongs-to-us-stories-from-thailands-ocean-defenders/>.

<sup>53</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. 6 things you can do for the ocean today - Greenpeace International; 7 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67451/world-oceans-day-take-action/>.

<sup>54</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Time to make polluters pay - Greenpeace International; 10 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67702/time-make-polluters-pay/>.

<sup>55</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Less than 3% of G7 military spending could help end global hunger and solve Global South debt crisis | Oxfam International; 12 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/less-3-g7-military-spending-could-help-end-global-hunger-and-solve-global-south-debt>

<sup>56</sup> Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Can an ocean court victory power the climate justice movement? Yes, and here's why - Greenpeace International; 4 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/67499/ocean-court-it-los-climate-justice-advisory-opinion-legal-ruling-explained/>.

<sup>57</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Famine risk increases as Israel makes Gaza aid response virtually impossible – Oxfam | Oxfam International; 3 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/famine-risk-increases-israel-makes-gaza-aid-response-virtually-impossible-oxfam>



pediu uma investigação internacional sobre os possíveis crimes de guerra e um cessar-fogo para proteger os civis em Gaza.<sup>58</sup>

A Oxfam considerou positivo o apelo do Conselho de Segurança da ONU para um cessar-fogo completo em [Gaza](#), enfatizando a necessidade de acabar com a ocupação e garantir acesso humanitário e reconstrução inclusiva. A organização pediu a implementação rápida da resolução e apoio à retirada das forças militares.<sup>59</sup>

A International Federation of Social Workers tornou pública a solicitação da União Palestiniana de Assistentes Sociais e Psicólogos pede a expulsão da União Israelita de Assistentes Sociais da International Federation of Social Workers: "[A ocupação mata o nosso povo das formas mais horríveis, e os seus colegas assistentes sociais no estado de ocupação estão a participar no assassinato do nosso povo.](#) (...)" diz a associação, lembrando que o papel dos assistentes sociais é apoiar a paz e a não-violência, por isso devem apelar a seus governos que sejam isentos do serviço militar, nunca usando seus conhecimentos para fins desumanos<sup>60</sup>.

#### *Israel-Gaza*

De acordo com estimativas das Nações Unidas, mais de 70 por cento de todas as casas em Gaza foram destruídas, inclusive a infraestrutura de saúde, o que vem expondo a maior risco de morte às mulheres grávidas e recém-nascidos, por falta de [cuidados médicos essenciais ao parto natural ou cesariana](#). A Organização apontou que cerca de 50 mil mulheres estão grávidas em Gaza, estimando o nascimento de 183 crianças por dia, porém a maioria não tem acesso a parteiras, médicos ou a centros de saúde durante o parto. Ressaltou que apenas 16 dos 36 hospitais estão parcialmente operacionais e poucas maternidades ainda funcionam, o que vem levando a fome, desidratação, morte ou ferimentos devido a ataques aéreos, e também devido às complicações da gravidez ou do parto que seriam evitáveis<sup>61</sup>.

#### *Gastos com a guerra*

O Conselho Internacional do IPPNW (International Physicians for the Prevention of Nuclear War) publicou uma declaração intitulada "[Apelo à Sanidade e à Ação](#)", chamando as nações do mundo, especialmente as que estão envolvidas em conflitos armados, para que defendam o direito humanitário internacional, se envolvam num diálogo sério pela paz e trabalhem pela abolição das armas. A organização manifesta sua profunda preocupação com a ascensão do militarismo, marcado por gastos militares históricos que desviaram recursos de segurança humana e ambiental.<sup>62</sup>

---

<sup>58</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam's reaction to Nuseirat operation that released four hostages and killed at least 274 Palestinians | Oxfam International; 10 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfams-reaction-nuseirat-operation-released-four-hostages-and-killed-least-274>

<sup>59</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Reaction to UNSC's Gaza ceasefire resolution | Oxfam International; 11 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-unscs-gaza-ceasefire-resolution>

<sup>60</sup> IFSW. RESPONSE to the PUSWP call for the expulsion of the IUSW – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/response-to-the-puswp-call-for-the-expulsion-of-the-iusw/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>61</sup> CARE [Internet]. A C-section in Gaza; 11 jun 2024 [citado 15 jun 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/a-c-section-in-gaza/>.

<sup>62</sup> IPPNW peace and health blog [Internet]. Call for Sanity, Call for Action; [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://peaceandhealthblog.com/2024/06/12/call-for-sanity-call-for-action/>.



A Oxfam argumentou que os países do [G7](#) poderiam erradicar a fome global e resolver a crise da dívida com apenas 2,9% de seus gastos militares anuais, criticando a discrepância entre o financiamento de guerras e o combate à fome. Propõe maior tributação dos super ricos para apoiar os mais necessitados.<sup>63</sup>

### **77ª Assembleia Mundial da Saúde**

O Global Health Council (GHC) registrou sua participação da [77ª Assembleia Mundial da Saúde](#) (AMS) publicando declarações sobre tópicos de saúde chave, como Cobertura Universal de Saúde, prevenção de pandemias, mudanças climáticas e resistência antimicrobiana. O GHC também contribuiu para as discussões sobre o WHO Investment Round, o 14º Programa Global de Trabalho e as novas resoluções sobre participação social e mortalidade materna. Além disso, o GHC apoiou o engajamento da sociedade civil e atores não estatais dentro do quadro da OMS.<sup>64</sup>

A World Heart Federation apresentou algumas declarações políticas durante a AMS. Com relação ao item 11.7 da agenda, que tratou do aceleração dos ODS para a meta para [saúde materna e mortalidade infantil](#), a organização chamou a atenção para as doenças cardiovasculares como a principal causa de morte materna e a importância do cuidado padronizado durante a gravidez<sup>65</sup>. Também tratou, em declaração liderada pela NCD Alliance, sobre os efeitos nocivos da [inatividade física](#), destacando o impacto dos determinantes sociais e comerciais da saúde na comercialização de estilos de vida sedentários, instando a OMS a abordar o tema no plano de monitoramento da saúde e do bem-estar<sup>66</sup>. A Cobertura Universal de Saúde e as alterações climáticas e saúde também integraram o conjunto de declarações apresentadas na AMS, assim como o apoio à NCD Alliance em [declarações sobre o 14º Plano de Trabalho Geral da OMS, o Acordo sobre a Pandemia e as DCNT](#)<sup>67</sup>.

---

<sup>63</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Less than 3% of G7 military spending could help end global hunger and solve Global South debt crisis | Oxfam International; 12 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/less-3-g7-military-spending-could-help-end-global-hunger-and-solve-global-south-debt>

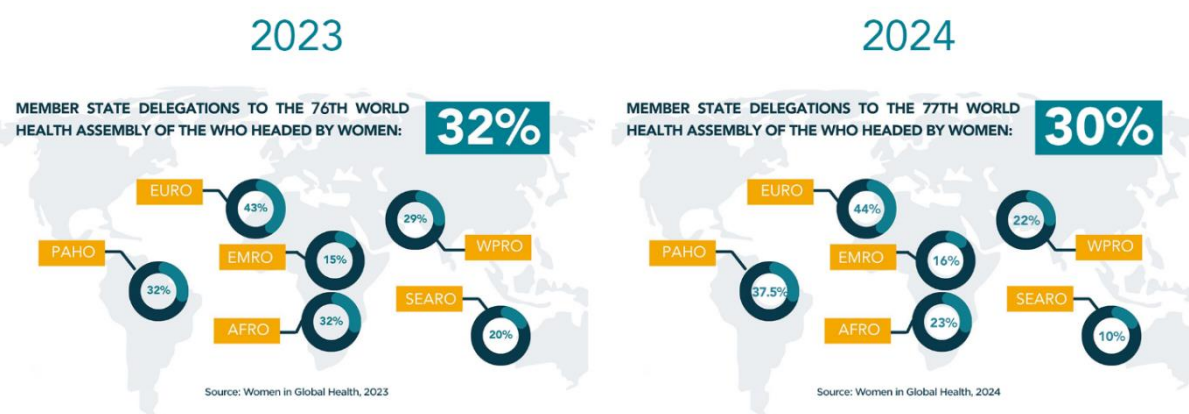
<sup>64</sup> 77th World Health Assembly Wrap Up – Global Health Council. (2024, 10 de junho). Global Health Council. <https://globalhealth.org/77th-world-health-assembly-wrap-up/>

<sup>65</sup> #WHA77: STRENGTHENING Cardiovascular Care for Maternal Health - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/wha77-strengthening-cardiovascular-care-for-maternal-health/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>66</sup> PROMOTING Health at #WHA77: Combating Physical Inactivity for Global Well-being - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/promoting-health-at-wha77-combating-physical-inactivity-for-global-well-being/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>67</sup> ADVOCATING for Heart Health at WHA77 - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/advocating-for-heart-health-at-wha77/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Em 2024 [o número de mulheres liderando as delegações na OMS foi dois pontos percentuais menor, em comparação com 2023](#), é o que mostra o levantamento feito pela Women in Global Health. De acordo com a organização, “A liderança das mulheres em fóruns multilaterais globais, como a AMS, tem implicações significativas para a saúde e a prosperidade de todos”. A participação da WGH na AMS apelou por igualdade de gênero na liderança da saúde, eliminação de disparidades salariais entre homens e mulheres, o fim do trabalho não remunerado e a garantia do trabalho seguro, livre de violências e assédio<sup>68</sup>.



A International Federation of Social Workers fez matéria sobre o destaque que de seu documento político “*O papel dos assistentes sociais na promoção de um novo mundo ecossocial*” teve na AMS, ao ser citada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. O documento foi desenvolvido de acordo com a Carta Popular para um Novo Mundo Eco-Social, ampliando a forma com que a profissão de serviço social pensa os direitos humanos – “[promovendo um quadro holístico de direitos, em vez de falar apenas dos direitos humanos](#)”<sup>69</sup>.

### Migração e crise humanitária

Médicos Sem Fronteiras publicou um relatório intitulado “[Violência, desespero e abandono na rota migratória](#)”, no qual se detalham os abusos provocados à saúde física e mental e à segurança dos migrantes, principalmente pelas condições impostas pela legislação de imigração discriminatória. O documento também evidencia o aumento do fluxo migratório em relação aos anos anteriores, as doenças e condições de saúde mental mais prevalentes constatadas em consultas médicas, a violência que migrantes enfrentam ao longo do percurso e a insuficiente resposta institucional que sofrem.<sup>70</sup>

<sup>68</sup> Women in Global Health. ANNUAL count of women Chief Delegates at the World Health Assembly - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/annual-count-of-women-chief-delegates-at-the-world-health-assembly/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>69</sup> IFSW POLICY singled out in the UN General Assembly 77th Session report from the Secretary-General – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-policy-singled-out-in-the-un-general-assembly-77th-session-report-from-the-secretary-general/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

A Oxfam publicou o [relatório](#) "Essencial, mas invisível e explorado", onde revelou a exploração de 2,4 milhões de migrantes na indústria agrícola da UE, enfrentando salários baixos, abusos e condições precárias. A nova legislação da UE pode combater essa exploração e garantir justiça para os trabalhadores afetados.<sup>71</sup>

### **Mortalidade infantil no Sudão do Sul**

A CARE divulgou iniciativa que visa diminuir a taxa de mortalidade e morbidade de pessoas que sofrem com desnutrição e insegurança alimentar, em conjunto com a Action Against Hunger (ACF) e International Medical Corps (IMC). A Organização ressaltou que os investimentos no Sudão se devem aos conflitos que vêm criando instabilidade política e agravando a crise humanitária que ocorre no país desde sua criação, mesmo firmando um acordo de paz em 2018. Também chamou atenção para a violência que vem impedindo o acesso a recursos e serviços essenciais e têm impactado a sobrevivência de mulheres e crianças, tendo como resultado uma das mais [altas taxas de mortalidade infantil, com a morte de uma em cada dez crianças no Sudão do Sul antes de completarem 5 anos](#)<sup>72</sup>.

### **DCNT**

A NCD Alliance publicou em parceria com a Global Alliance for Tobacco Control o relatório "Tracking NCD Funding Flows - Urgent Calls and Global Solutions" (Rastreamento do fluxo de investimento em DCNT: chamadas urgentes e soluções globais) que conclui que [o financiamento para prevenção, tratamento e controle das DCNT é "extremamente inadequado"](#): 1 a 2% do total de assistência ao desenvolvimento para a saúde, embora as DCNT sejam a primeira causa de mortalidade e morbidade em todo mundo<sup>73</sup>.

A campanha anual da NCD Alliance na Semana Global que será realizada entre 15 e 22 de outubro terá a liderança como tema. O objetivo é [chamar a atenção dos líderes globais para os custos do tratamento das DCNT](#) e a urgência de medidas ousadas orientada por um mundo mais justo e saudável e no uso de evidências para combater as DCNT<sup>74</sup>.

### *Tabaco*

A ACT promoção da saúde lançou uma campanha pelo [Dia Mundial Sem Tabaco](#) que enfatiza a necessidade de conscientização, principalmente dos jovens, público-alvo da indústria, sobre os danos à saúde causados pelos cigarros eletrônicos e outros dispositivos eletrônicos

---

<sup>70</sup> MSF Brasil [Internet]. Migrantes no México e na América Central enfrentam violência e abusos - MSF Brasil; [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/migrantes-no-mexico-e-na-america-central-enfrentam-violencia-e-abusos/>.

<sup>71</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Millions of migrant farm workers exploited in Europe's fields, says Oxfam | Oxfam International; 4 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/millions-migrant-farm-workers-exploited-europes-fields-says-oxfam>

<sup>72</sup> CARE [Internet]. One in every ten children in South Sudan die before their fifth birthday This program is working to change; 05 jun 2024 [citado 15 jun 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/one-in-every-ten-children-in-south-sudan-die-before-their-fifth-birthday-this-program-is-working-to-change-that/>.

<sup>73</sup> MORE of the right investment needed to address NCD funding gap—report. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/more-of-the-right-investment-needed-to-address-ncd-funding-gap—report>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>74</sup> GLOBAL Week for Action 2024 kicks off with a call for leadership ahead of UN HLM on NCDs. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/global-week-for-action-2024-kicks-off-with-a-call-for-leadership-ahead-of-un-hlm-on-ncds>. Acesso em: 16 jun. 2024.

para fumar.<sup>75</sup> A organização também divulgou uma série de vídeos sobre a relação estreita e perigosa que existe entre álcool, tabaco e câncer, intitulada “[Cigarro na Garrafa](#)”. Nos vídeos são apresentados estudos que associam o risco de câncer ao consumo de álcool e de tabaco.<sup>76</sup>

A Fundação Huésped divulgou o projeto “[TRANSforma tu salud](#)”. Trata-se de um dispositivo de saúde móvel que tem como objetivo acompanhar pessoas trans e não binárias enquanto param de fumar através de mensagens no WhatsApp.<sup>77</sup>

#### *Doenças cardiovasculares*

No período, a World Heart Federation também anunciou a [coorte de líderes emergentes](#) que visa formar e desenvolver um grupo de especialistas para colaboração, pesquisa e ação para reduzir a mortalidade prematura por doenças cardiovasculares em todo o mundo. O grupo é composto por especialistas de 21 países e 5 continentes<sup>78</sup>.

#### **Capital privado na saúde**

A Public Citizen instou o governo Biden a proteger os pacientes da exploração por parte de empresas de capital privado, seguradoras e farmacêuticas. A organização juntou-se a quase 100 organizações pedindo ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos para avaliar o [papel do capital privado na consolidação do setor de saúde](#).<sup>79</sup>

#### **Disparidades de gênero**

A CARE publicou notícia sobre uma iniciativa de formação empresarial de mulheres no Afeganistão como uma estratégia para lidar com a falta de empregos, sendo uma “[janela de esperança](#)” em um país onde as mulheres são tolhidas de direitos humanos básicos como prover seus meios de sobrevivência a partir de trabalhos. A Organização ressaltou que no país existem políticas de restrição ao emprego de mulheres, estando apenas 16,5% delas empregadas, o que equivale a uma disparidade de gênero na participação econômica do país que vem agravando a pobreza e a crise humanitária<sup>80</sup>.

#### **Insegurança alimentar**

As instalações de MSF no norte da Nigéria registraram nas últimas semanas um aumento expressivo no número de admissões de [crianças com desnutrição grave](#), algumas delas com

---

<sup>75</sup> ACT Promoção da Saúde [Internet]. Dia Mundial Sem Tabaco: ACT alerta sobre o assédio da indústria do tabaco a jovens; 29 Maio 2024 [citado em 13 Junho 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/dia-mundial-sem-tabaco-industria-jovens/4284>

<sup>76</sup> ACT Promoção da Saúde [Internet]. Cigarros na garrafa – série de vídeos da ACT comparam álcool e cigarro; 5 Junho 2024 [citado em 13 Junho 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/cigarros-na-garrafa-alcool/4299>

<sup>77</sup> Fundación Huésped [Internet]. Día Mundial sin Tabaco: “TRANSformá tu salud”; 31 Maio 2024 [citado em 14 Junho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/dia-mundial-sin-tabaco-transforma-tu-salud/>

<sup>78</sup> World Heart Federation. 2024 Emerging Leaders cohort announced - Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/the-2024-emerging-leaders-cohort/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>79</sup> Public Citizen [Internet]. Public Citizen Urges DOJ, FTC, HHS To Address Greed in Health Care; 5 Junho 2024 [citado em 14 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/public-citizen-urges-doj-ftc-hhs-to-address-greed-in-health-care/>

<sup>80</sup> CARE [Internet]. A ‘window of hope’ for the women of Afghanistan: business training to address missing jobs; 3 jun 2024 [citado 15 06 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/a-window-of-hope-for-afghanistan-women-business-training-to-address-missing-jobs/>.

complicações potencialmente fatais. O aumento dos casos de desnutrição estão ocorrendo antes do pico de desnutrição esperado entre julho e agosto. A organização faz um apelo para que autoridades nigerianas, organizações internacionais e instituições doadoras aumentem urgentemente o apoio às abordagens curativas e preventivas, assim como iniciativas sustentáveis e de longo prazo para reduzir as causas relativas a este problema urgente.<sup>81</sup>

## Educação

A Human Rights Watch divulgou relatório que destaca os desafios enfrentados pelas famílias ugandesas devido à [ausência de educação pré-primária pública](#). Com taxas que chegam a UGX 1.750.000 (US\$ 462) por trimestre em Kampala, muitas crianças ficam totalmente sem acesso à educação primária. Este relatório insta o governo a abordar essas barreiras para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação fundamental.<sup>82</sup>

## Carta da Juventude da Commonwealth

A International Federation of Social Workers publicou o vídeo feito por jovens cuidadores que apoiam a Commonwealth<sup>83</sup>, como parte do ano da Juventude. De acordo com a organização o vídeo simboliza a cooperação pan-Commonwealth e [destaca desafios únicos e universais enfrentados pelos jovens](#)<sup>84</sup>.

## Direitos da população indígena

A Public Citizen lançou o relatório intitulado [“A Colonização Corporativa da América Latina: Como a Resolução de Disputas Investidor-Estado Prejudica as Comunidades Indígenas”](#). Por meio de numerosos estudos de caso, o relatório destaca como o direito internacional de investimentos sob a Resolução de Disputas Investidor-Estado entra em conflito com o direito internacional que protege os direitos dos povos indígenas e prejudica ainda mais as comunidades indígenas na América Latina ao excluir sua participação, fomentar agitação social, permitir a destruição ecológica de suas terras ancestrais e minar sua soberania.<sup>85</sup>

## Vacina Covid-19

O CORE Group, por meio de seu projeto MOMENTUM Routine Immunization Transformation and Equity (M-RITE), realizou uma avaliação focada em [melhorar a imunização contra a COVID-19 na África Subsaariana](#). O relatório identificou abordagens comunitárias, analisou as barreiras e facilitadores dentro do engajamento comunitário e parcerias, e forneceu considerações-chave para aplicação na região. Os resultados destacam a importância de

---

<sup>81</sup> MSF Brasil [Internet]. Aumento da desnutrição entre crianças requer ação urgente no norte da Nigéria - MSF Brasil; [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/aumento-da-desnutricao-entre-criancas-requer-acao-urgente-no-norte-da-nigeria/>.

<sup>82</sup> “Lay a Strong Foundation for All Children”. (2024, junho). Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/report/2024/06/12/lay-strong-foundation-all-children/fees-discriminatory-barrier-pre-primary>

<sup>83</sup> A Commonwealth é um grupo voluntário de 56 países, independentes e iguais, que compartilham metas de desenvolvimento, democracia e paz. Fonte: <https://thecommonwealth.org/about-us>

<sup>84</sup> COMMONWEALTH Young Carers Urge Heads of Government to Support the Young Carers Charter – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/commonwealth-young-carers-urge-heads-of-government-to-support-the-young-carers-charter/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>85</sup> Public Citizen [Internet]. Report: Corporate Tribunals Violate Indigenous Peoples’ Rights in Latin America; 6 Junho 2024 [citado em 14 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/report-corporate-tribunals-violate-indigenous-peoples-rights-in-latin-america/>

aproveitar os modelos comunitários para aumentar a adesão às vacinas, oferecendo orientações práticas para futuros esforços de imunização na África Subsaariana.<sup>86</sup>

A Fundação Huésped anunciou o lançamento da vacina ARVAC, a [primeira vacina Argentina contra a COVID-19](#) para variantes do vírus prevalentes na região. A vacina é um esforço de mais de 20 instituições públicas e privadas, entre elas a Fundação Huésped, que participou como centro da terceira fase do estudo.<sup>87</sup>

### **Vacinação de idosos**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) convocou reunião para discutir a [vacinação de idosos](#), em especial, as barreiras enfrentadas. O objetivo é identificar estratégias para melhorar a vacinação de adultos na Europa.<sup>88</sup>

### **HIV**

A Fundação Huésped informou sobre um encontro organizado para abordar como [acompanhar as pessoas vivendo com HIV](#), criando um espaço para trocar dúvidas e emoções. O evento foi direcionado a familiares, amigos(as), parceiros ou profissionais de saúde. Compareceram 36 pessoas, e foi um encontro onde o respeito e a confiança foram fundamentais para que cada pessoa pudesse se abrir e compartilhar sua experiência.<sup>89</sup>

### **Doenças neurodegenerativas**

A Public Citizen instou o Comitê Consultivo de Medicamentos para o Sistema Nervoso Periférico a recomendar que a FDA (Food and Drug Administration, EUA) [não aprovasse o Donanemab para o tratamento da doença de Alzheimer](#), pois as evidências dos benefícios do medicamento não superaram seus riscos significativos, que incluem inchaço e hemorragia cerebral.<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> CORE Group. (2024, 12 de junho). CORE Group on LinkedIn: CORE Group's projects, MOMENTUM Routine Immunization Transformation and... LinkedIn: Log In or Sign Up. [https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc\\_core-groups-projectsmomentum-routine-immunization-activity-7206753980666789888-h-8r?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_core-groups-projectsmomentum-routine-immunization-activity-7206753980666789888-h-8r?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)

<sup>87</sup> Fundación Huésped [Internet]. Lanzamiento de ARVAC: la primera vacuna Argentina contra el COVID.; 6 Junho 2024 [citado em 13 Junho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/lanzamiento-de-arvac-la-primera-vacuna-argentina-contra-el-covid/>

<sup>88</sup> IFA. International Federation of Ageing. *IFA wants your input on vaccination for older adults*. 11 jun. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1800438226508804398>. Acesso em: 13 jun. 2024.

<sup>89</sup> Fundación Huésped [Internet]. Primer Encuentro Abierto del año: cómo acompañar a personas con VIH; 7 Junho 2024 [citado em 13 Junho 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/primer-encuentro-abierto-del-ano-como-acompanar-a-personas-con-vih/>

<sup>90</sup> Public Citizen [Internet]. FDA Should Not Approve Flawed Alzheimer's Disease Drug Donanemab; 10 Junho 2024 [citado em 14 Junho 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-should-not-approve-flawed-alzheimers-disease-drug-donanemab/>



## Trabalho infantil

A World Federation of Occupational Therapists (WFOT) registrou a passagem do [Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil](#), em 12 de junho, repercutindo [publicação da ONU](#), relativa ao tema.<sup>91</sup>



## Saúde pública na União Europeia

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou uma [comunicação sobre a saúde da União Europeia](#), nele destacou avanços significativos alcançados na política de saúde nos últimos cinco anos. Neste [documento](#), a organização trouxe as cinco prioridades, progressos e possíveis melhorias da EPHA para a saúde na UE, a saber: Manter a saúde como prioridade na agenda política; Fornecer meios para uma política ambiciosa de saúde; Aumentar a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e, Garantir a igualdade de acesso à saúde e aos cuidados e, garantia do planeta saudável para pessoas saudáveis. Em suma, a organização destacou sua participação positiva e realizações importantes como o aumento do orçamento da saúde, combate às DCNT, além do estímulo à saúde digital e resposta à pandemia da Covid-19 e acredita que as lacunas que existem não devem afetar o otimismo de um “olhar para o futuro”<sup>92</sup>.

## ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE INTERESSE PRIVADO

### Pesquisa e Desenvolvimento

A GAVI, the Vaccine Alliance apresentou uma visão geral de sua [nova estratégia para os próximos cinco anos, destacando cinco aspectos-chave](#)<sup>93</sup>. A estratégia busca focar na expansão do acesso equitativo a vacinas, o fortalecimento dos sistemas de saúde, a inovação em vacinas

<sup>91</sup> WFOT - World Federation of Occupational Therapists. *World Day Against Child Labour | 12 June*. 12 jun. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/thewfot/status/1800754904522182812>. Acesso em: 13 jun. 2024.

<sup>92</sup> EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. *Aligning Visions for Public Health: EPHA's Review of the European Commission's Health Union*; 5 jun 2024 [citado 15 jun 2024]. Disponível em: <https://epha.org/aligning-visions-for-public-health-ephas-review-of-the-european-commissions-health-union-communication/>.

<sup>93</sup> Five things you need to know about Gavi's new five-year strategy [Internet]. [www.gavi.org](http://www.gavi.org). [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-things-you-need-know-about-gavis-new-five-year-strategy>

e tecnologias de entrega, o apoio às campanhas de vacinação em larga escala e a sustentabilidade financeira. Ao priorizar essas áreas de atuação, a Gavi busca acelerar os progressos em saúde global e alcançar por meio de suas ações e parcerias sua visão de um mundo onde todas as pessoas tenham acesso às vacinas de que necessitam.

A Wellcome Trust anunciou seu interesse em expandir o apoio aos [Estudos Longitudinais de População](#) (LPS), considerados cruciais para a pesquisa em saúde ao permitir o estudo de fatores complexos ao longo do tempo. A fundação adotará uma estratégia para diversificar os bancos de dados, alinhar os LPS com programas estratégicos de saúde, melhorar a acessibilidade dos dados e garantir padrões éticos, além de buscar fortalecer a confiança entre a comunidade e os pesquisadores.<sup>94</sup>

A Fundação Rockefeller anunciou a primeira turma do Big Bets Climate Fellows, composta por 16 líderes acadêmicos distribuídos entre Brasil (8), Colômbia (4), República Dominicana (1), Equador (1), Panamá (1) e Porto Rico (1), focados em [soluções climáticas na América Latina e Caribe](#). Este programa faz parte de uma estratégia climática que visa reverter a crise climática e promover oportunidades, especialmente na Bacia Amazônica. Os selecionados terão acesso a desenvolvimento profissional e networking, colaborando para implementar e expandir suas soluções climáticas. As atividades irão ocorrer em São Paulo, Bellagio e Nova York durante a Climate Week NYC 2024.<sup>95</sup>

Um relatório em favor da [agricultura regenerativa](#) foi lançado pela Pollination e TIFS, com apoio da Rockefeller Foundation. Ele destacou a necessidade de investimentos na ordem dos USD 4.5 trilhões anuais para transformar sistemas alimentares convencionais e ofereceu um catálogo de instrumentos financeiros inovadores como incentivo. O relatório, baseado em entrevistas com mais de 40 especialistas, também identificou barreiras e oportunidades no financiamento da agricultura regenerativa.<sup>96</sup>

A Rockefeller Foundation concedeu à Mae Fah Luang Foundation (MFLF) um subsídio de USD 200,000 para desenvolver tecnologias que visem [controlar a expansão das chamadas florestas econômicas](#) e proteger a biodiversidade. O projeto, que integra 29 vilarejos e 12,682 moradores, colocará em prática técnicas de monitoramento do cultivo de “café à sombra”, ou seja, dentro de reservas ambientais. Isso virá para garantir a integridade dos créditos de carbono do projeto de Desenvolvimento Doi Tung (DTDP), o maior desse tipo na Tailândia. Segundo a fundação, a tecnologia de sensoriamento remoto em plantações de café permitirá distinguir entre florestas econômicas e as de conservação, protegendo habitats naturais e a biodiversidade.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> Wellcome Trust. Wellcome Trust [Internet]. Wellcome's approach to LPS | News | Wellcome; jun 2024 [citado 13 jun 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/wellcomes-approach-funding-longitudinal-population-studies>

<sup>95</sup> Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Announces Inaugural Cohort of Big Bets Climate Fellows; jun 2024 [citado 13 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-announces-inaugural-cohort-of-big-bets-climate-fellows/>.

<sup>96</sup> Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Pollination, TIFS, Rockefeller Foundation Release Catalogue of Regenerative Agriculture Financing Instruments; jun 2024 [citado 13 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/pollination-tifs-rockefeller-foundation-release-catalogue-of-regenerative-agriculture-financing-instruments/>.

<sup>97</sup> Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation & Mae Fah Luang Foundation Pilot Remote Sensing Technology To Protect Forests in Thailand's DTDP Area; jun 2024



## Mitigação climática

A Fundação Rockefeller anunciou a criação de um [Conselho Consultivo de Clima](#), composto por especialistas globais, para promover soluções climáticas centradas nas pessoas em seus projetos. O conselho se reunirá três a quatro vezes por ano para orientar a fundação em seu portfólio de soluções climáticas. Os membros incluem representantes de instituições como o Bank of America e a Universidade de Tóquio. Esta iniciativa faz parte de um compromisso de US\$1 bilhão da fundação para uma transição climática global inclusiva, com a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2050 em seu fundo de doação e operações globais.<sup>98</sup>

## HIV/AIDS

A GAVI, the Vaccine Alliance destaca as [iniciativas das comunidades transgênero na Costa do Marfim para combater o HIV/AIDS](#), uma vez que enfrentam desafios significativos de estigma e discriminação<sup>99</sup>. A matéria enfatiza a importância de abordagens inclusivas e sensíveis ao gênero para garantir o acesso igualitário a serviços de saúde, incluindo testes de HIV, prevenção e tratamento. Ao capacitar essas comunidades e envolvê-las ativamente no planejamento e na prestação de serviços de saúde, é possível melhorar os resultados de saúde e reduzir as disparidades.

Ainda em matéria de combate ao HIV/AIDS, segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, a Zâmbia vem desenvolvendo estratégias para se tornar o primeiro país africano a [introduzir a prevenção do HIV por meio de injeções de longa duração](#)<sup>100</sup>. Importante ressaltar que não é uma vacina, mas um medicamento que funciona bloqueando uma enzima que o HIV precisa para se replicar, e essa estratégia inovadora visa aumentar a adesão ao tratamento, especialmente entre populações-chave, como profissionais do sexo e pessoas transgênero, que enfrentam desafios únicos de acesso aos cuidados de saúde.

## Gênero

A GAVI, the Vaccine Alliance argumenta que a equidade de gênero na saúde ocular só será alcançada por meio do [acesso universal aos serviços de saúde ocular](#)<sup>101</sup>. Ele destaca como as disparidades de gênero no acesso à saúde ocular são exacerbadas por fatores socioeconômicos e culturais, resultando em uma maior prevalência de problemas de visão entre

---

[citado 13 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-mae-fah-luang-foundation-pilot-remote-sensing-technology-to-protect-forests-in-thailands-dtdp-area/>.

<sup>98</sup> Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Creates New Climate Advisory Council; jun 2024 [citado 13 jun 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-creates-new-climate-advisory-council/>.

<sup>99</sup> In Côte d'Ivoire, transgender communities break down barriers in the fight against HIV [Internet]. [www.gavi.org](https://www.gavi.org). [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/cote-divoire-transgender-communities-break-down-barriers-fight-against-hiv>

<sup>100</sup> Zambia is the first country in Africa to roll out long-acting, injectable HIV prevention drug [Internet]. [www.gavi.org](https://www.gavi.org). [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/zambia-first-country-africa-roll-out-long-acting-injectable-hiv-prevention>

<sup>101</sup> Gender and health equity will only come with universal access to eye health – here's why [Internet]. [www.gavi.org](https://www.gavi.org). [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/gender-and-health-equity-will-only-come-universal-access-eye-health-heres-why>

as mulheres. Ao promover o acesso igualitário a exames de vista, óculos e tratamento oftalmológico, é possível reduzir essas disparidades e melhorar a saúde visual de mulheres e meninas em todo o mundo.

A Fundação Bill e Melinda Gates está empenhada na promoção da [digitalização no continente africano](#). Conforme artigo compartilhado, pequenas e médias empresas são essenciais para as economias africanas, representando uma parte significativa do PIB. No entanto, essas empresas enfrentam uma grave falta de financiamento, sendo ainda pior para mulheres empresárias, que recebem apenas 2% dos fundos disponíveis. De acordo com a fundação, a digitalização pode reduzir a desigualdade de gênero ao facilitar o empreendedorismo e o acesso a financiamento para mulheres trabalhadoras.<sup>102</sup>

O Global Fund anunciou que o [Fundo de Igualdade de Gênero](#) estabeleceu parcerias de financiamento em sete países, destinando até US\$7,5 milhões para acelerar a igualdade de gênero e combater epidemias como AIDS e malária, especialmente em face do retrocesso global aos direitos humanos.<sup>103</sup>

### **Equidade em Saúde**

Um artigo da GAVI, the Vaccine Alliance destaca [cinco passos cruciais para promover a equidade em saúde em países de baixa e média renda](#)<sup>104</sup>, enfocando abordagens adaptadas às necessidades específicas dessas populações. Essas etapas incluem a integração de sistemas de saúde, o fortalecimento da infraestrutura de saúde, o aumento do acesso a vacinas e serviços de saúde essenciais, a promoção da equidade de gênero e a parceria com as comunidades locais. Ao implementar essas medidas de forma holística e colaborativa, é possível avançar significativamente em direção à equidade em saúde e melhorar seus resultados globalmente.

A GAVI, the Vaccine Alliance destacou a significativa [carga global de doenças bucais](#), além de propor estratégias para abordar esse problema<sup>105</sup>. A aliança argumenta que a expansão do acesso a serviços odontológicos básicos, educação em saúde bucal e prevenção de doenças são fundamentais para mitigar os impactos das doenças bucais. Além disso, foi enfatizada a importância de políticas de saúde pública que priorizem a saúde bucal como parte integral dos cuidados de saúde primários, visando melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades em saúde.

---

<sup>102</sup>Gates Foundation [Internet]. In Africa, 1 in 4 women are entrepreneurs; 12 Junho 2024 [citado em 12 Junho 2024]. Disponível em: <https://x.com/gatesfoundation/status/1800936321524867573>

<sup>103</sup> Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam's reaction to the June UN Climate Meetings | Oxfam International; 13 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfams-reaction-june-un-climate-meetings>

<sup>104</sup> 5 steps towards health equity in low- and middle-income countries through tailored innovation [Internet]. www.gavi.org. [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/5-steps-towards-health-equity-low-and-middle-income-countries-through-tailored>

<sup>105</sup> Half the world is affected by oral disease – here's how we can tackle this unmet healthcare need [Internet]. www.gavi.org. [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/half-world-affected-oral-disease-heres-how-we-can-tackle-unmet-healthcare-need>

## Vacinação

Foi discutido pela GAVI, the Vaccine Alliance, [o papel dos presidentes como modelos para a adesão à vacinação](#)<sup>106</sup>, com base em um estudo realizado na República Democrática do Congo (RDC). Os resultados destacam que a adesão à vacinação é influenciada pela atitude dos líderes políticos em relação às vacinas. Presidentes que demonstram confiança na ciência e apoiam publicamente programas de vacinação tendem a ter uma influência positiva na adesão da população. No entanto, essa influência é condicionada pela transparência, eficácia e confiabilidade das políticas de saúde pública, destacando a importância de uma liderança responsável e baseada em evidências para promover a saúde pública.

## Agentes comunitários de saúde

Para a Global Fund, os [agentes de saúde comunitários](#) em Camarões descreveram suas responsabilidades em educar sobre prevenção de doenças e saúde materna, enfrentando desafios como falta de recursos e reconhecimento legal, destacando a necessidade de apoio contínuo para melhorar a saúde das comunidades.<sup>107</sup>

## Testes diagnósticos

A FIND e a OMS assinaram um novo [Memorando](#) de Entendimento para acelerar a inovação em diagnósticos e garantir acesso equitativo a testes de qualidade globalmente, essenciais para conter surtos e promover saúde e segurança sanitária.<sup>108</sup>

## Saúde Digital

A FIND, destacou a importância dos diagnósticos e [tecnologias digitais](#) para melhorar a saúde global, mencionando a Otimização de Redes de Diagnóstico e outras medidas para promover equidade e resiliência nos sistemas de saúde.<sup>109</sup>

## EVENTOS

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) postou um convite para um painel de discussão sobre o combate à [violência, abuso e negligência de pessoas idosas](#) durante situações de conflito.<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> Are presidents good role models for vaccination uptake? DRC study shows only if they're trusted, and people get to know about it [Internet]. [www.gavi.org](https://www.gavi.org/vaccineswork/are-presidents-good-role-models-vaccination-uptake-drc-study-shows-only-if-theyre). [citado 13 jun 2024]. Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/are-presidents-good-role-models-vaccination-uptake-drc-study-shows-only-if-theyre>

<sup>107</sup> The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Walking in Other People's Shoes; 13 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-06-07-walking-in-other-peoples-shoes/>.

<sup>108</sup> FINDx. FIND [Internet]. FIND and WHO sign new MoU to speed up innovation and access to quality diagnostics - FIND; 4 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/find-and-who-sign-new-mou-to-speed-up-innovation-and-access-to-quality-diagnostics/>.

<sup>109</sup> FINDdx. FIND [Internet]. FIND statement at the plenary session on the Global Innovation Hub during the 3rd G20 health working group meeting - FIND; 3 jun 2024 [citado 14 jun 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/statement/finds-intervention-statement-at-the-plenary-session-on-the-global-innovation-hub-during-the-3rd-g20-health-working-group-meeting/>.

<sup>110</sup> IFA. International Federation of Ageing. *Join @UNDESA and INPEA for a panel discussion*. 12 jun. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1800891729161134339>. Acesso em: 13 jun. 2024.

A IAP convidou todas as pessoas interessadas a participar no evento sobre "[Mudanças Climáticas e Saúde Planetária](#)" que foi sediado pela Academia Mundial de Ciências para o Avanço da Ciência em Países em Desenvolvimento (TWAS) em Trieste, Itália, em 15 de junho de 2024.

A World Public Health Nutrition Association realizou entre os dias 10 e 13 de junho seu Congresso Mundial com diversos posts do evento no Twitter. O evento teve como objetivo buscar soluções possíveis durante a Década da Ação sobre Nutrição, a partir da escuta de “vozes do mundo, especialmente comunidades que lutam para alimentar suas famílias”<sup>111</sup>.

A World Patients Alliance realizou entre os dias 10 e 14 de junho a Patient Advocacy Organizations Action Week (Semana de Ação), que visou encorajar as pessoas a se engajarem ativamente com a organização<sup>112</sup>.

A Global Network of People Living with HIV (GNP+), em colaboração com a ICW Global e a Y+ Global, convida os participantes do #AIDS2024 em Munique neste mês de julho a enviar propostas para workshops, painéis de discussão, eventos artísticos ou lançamentos na [Zona de Networking para Pessoas Vivendo com HIV](#). Esta iniciativa tem como objetivo priorizar pessoas e comunidades afetadas pelo HIV/AIDS, enfatizando #ColocarAsPessoasPrimeiro e #ComunidadesPrimeiro. As propostas devem ser enviadas até 21 de junho de 2024.<sup>113</sup>

A International Hospital Federation promoveu um debate sobre a [saúde por meio de canais de comunicação digital](#), destacando sua importância para a liderança hospitalar centrada no ser humano.<sup>114</sup>

A International Federation of Social Workers apreciou o tema da Conferência Global de 2026: "[Harambee, para Futuros Sustentáveis Compartilhados](#)". O termo em suaíli que significa “todos unidos” expressa o espírito colaborativo necessário para os enfrentamentos dos desafios em torno da promoção de um futuro sustentável e equitativo para todos, assim como, reforça que o “desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado isoladamente”<sup>115</sup>.

## Considerações finais

Mais uma vez, as Organizações da Sociedade Civil ergueram as vozes na denúncia de iniquidades e violências, reiterando questões relativas a crise climática, conflitos armados, migração, insegurança alimentar, entre outras menos citadas. Tal repetição, ao longo dos meses e dos anos, leva-nos a pensar que algo de novo precisa ser feito. Novas formas de denunciar os temas? Estratégias mais criativas? Ainda que seja verdade que “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, o fato é que, diante do agravamento de múltiplas crises, não há mais tempo para jogos retóricos e respostas ineficientes de governos e agências multilaterais. Para a

---

<sup>111</sup> WPHN Congress 2024. WPHN Congress 2024 [Internet]. [citado 15 jun 2024]. Disponível em <https://x.com/Wphncongress>

<sup>112</sup> World Patients Alliance. World Patients Alliance [Internet]. [citado em 14 jun 2024]. Disponível em <https://x.com/WorldPatients/status/1801631927327154571>

<sup>113</sup> The Global Network of People Living with HIV (GNP+). (2024, 13 de junho). The Global Network of People Living with HIV (GNP+) on LinkedIn: #aids2024 #putpeoplefirst #communitiesfirst. [https://www.linkedin.com/posts/gnp-plus\\_aids2024-putpeoplefirst-communitiesfirst-activity-7206991819019022337-y87m?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/gnp-plus_aids2024-putpeoplefirst-communitiesfirst-activity-7206991819019022337-y87m?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)

<sup>114</sup> IHF. International Hospital Federation. *Yesterday's #IHFYEL2024 masterclass*. 13 jun. 2024. Twitter. Disponível em: [https://twitter.com/IHF\\_FIH/status/1801160875216113727](https://twitter.com/IHF_FIH/status/1801160875216113727). Acesso em: 13 jun. 2024.

<sup>115</sup> “HARAMBEE!": Social Workers Unite for Sustainable Shared Futures at 2026 Global Conference – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/harambee-social-workers-unite-for-sustainable-shared-futures-at-2026-global-conference/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

sociedade civil, a participação nos sistemas de saúde, recomendada pela última Assembleia Mundial de Saúde, requererá das organizações a construção de novas estratégias de mobilização e sensibilização não só de gestores públicos, mas da sociedade como um todo. Há que se realizar ações articuladas com outras organizações, como bloco político, estratégias capazes de fazerem maiores enfrentamentos às múltiplas crises que temos vivenciado nós, humanos, e o planeta. É preciso que todos se unam. Como dizem os povos africanos que falam suaíli: *harambee!* Todos juntos em sinergia!

## A manutenção do público como revolução

### *Maintaining public what is meant to be public: a revolution*

**Rafaela Venturella De Negri**

**Armando De Negri Filho**

**Abstract.** *In this document we keep exploring our 3 main fields of action: Socioeconomic and political panorama, Health and Climate. We analyse documents from the World Bank Group and from the World Health Organization by opposing and comparing those to current campaigns, declarations and movements from the civil society and its organisations.*

**Keywords:** *World Bank Group. Debt Justice. Global Public Health. Call for Action. PHM. Global Economic Prospects.*

**Resumo.** Neste documento continuamos a explorar os nossos 3 principais campos de atuação: Panorama socioeconómico e político, Saúde e Clima. Analisamos documentos do Grupo Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde, contrapondo-os e comparando-os com campanhas, declarações e movimentos atuais da sociedade civil e das suas organizações.

**Palavras-chave:** Grupo Banco Mundial. Justiça da dívida. Saúde Pública Global. Call for Action. PHM. Perspectivas Econômicas Globais.

Neste informe exploramos nossos três campos de ação costumeiros: Panorama socioeconômico e político internacional, Saúde pública global e Clima.

No primeiro, abrimos com a análise de um relatório do Grupo do Banco Mundial sobre a crescente estagnação da economia internacional e os problemas que são gerados a partir da não circulação e produção constante de capital. A partir disso contrapomos as visões do Grupo com ações e propostas da Sociedade Civil Organizada, como a *Call for Action da 5PHM*, o fortalecimento da saúde como bem universal, a blindagem de instituições de desenvolvimento global dos atores privados e a possibilidade de usar essas novas tecnologias privadas - sejam elas de fato digitais ou tecnológicas no sentido de inovação - em cooptação e adaptação dentro da esfera de decisão pública.

Na **Saúde**, abrimos com um relatório da OMS sobre as 4 indústrias mais mortais da atualidade - tabaco, ultraprocessados, álcool e combustíveis fósseis - numa análise dos determinantes sociais industriais que tangenciam a saúde global, trazendo ações da sociedade civil, o relatório sobre o encontro em responsabilização dos atores privados poderosos em saúde global e fechando com uma declaração aberta da *Oxfam International* - e assinada por diversas outras organizações - em solidariedade aos trabalhadores da saúde de Gaza, lembrando-nos o papel de barricada e defesa que o sistema de saúde pública estruturalmente ocupa na defesa dos povos, e como os inimigos do público alvejam o sistema como parte de uma campanha de destruição da vida.

Sobre **Clima**, começamos com um novo relatório do *Debt Justice* conectando os 50 países que mais gastam com pagamentos da dívida externa e sua incapacidade de realizar

políticas de adaptação climática, terminando com comentários da *Third World Network* sobre a Conferência de Bonn e a tentativa dos países do Norte Global de desviarem de sua responsabilidade histórica - tanto na destruição climática, como no processo ativo de endividamento do Sul.

### **Panorama socioeconômico internacional**

Nos primeiros dias de junho foi publicado o relatório do Grupo do Banco Mundial "Global Economic Prospects". O documento aponta um período futuro paradoxal. Ainda que a economia esteja numa crescente após 3 anos de estagnação, há pouco avanço. Esse cenário irá afetar cerca de 60% das economias do mundo, atingindo 80% da população mundial, catalisando conflitos geopolíticos, paralisando os negócios internacionais e dificultando a resposta a desafios ligados às mudanças climáticas intensificadas.

O documento de 220 páginas apresenta, além do panorama do desastre, medidas e controle do colapso. Em resumo, a cooperação global surge como única saída possível, através de políticas públicas fortalecidas, que sirvam de catalisador e chamarisco para investimentos privados, a promoção de reformas fiscais e do alívio da dívida externa, acompanhada de campanhas por promoção de trocas internacionais e segurança alimentar. O relatório reconhece o papel do COVID-19 na crise, mas peca ao não apontar críticas à estrutura sistêmica que a levou a cabo e, apesar de objetivos de meio de caminho serem válidos, até mesmo os mecanismos apontados como solução são mal propostos, e ficam reféns de uma lógica neoliberal que claramente não é tão desenvolvimentista como acha que é.

“O progresso rumo à prosperidade ocorre quando os governos implementam políticas que promovem a produtividade, o empreendedorismo e a inovação – e quando o fazem num ambiente de cooperação internacional. Esse foi o modelo que floresceu após a queda do Muro de Berlim. Ao encorajar o fluxo de bens, capital e ideias através fronteiras, se inaugurou uma era extraordinária de prosperidade global: um período de aproximadamente 25 anos quando os rendimentos das nações mais pobres, em média, estavam alcançando as mais ricas, e quando o mundo chegou a uma distância impressionante de acabar com a pobreza extrema.”

Em meio a mesma crise, e todos seus processos de instabilidade, a sociedade civil organizada e seus grupos de ação parecem estar mais perto de apontar para saídas mais lógicas, rompendo com o modelo que criou a crise que estão tentando combater. No dia 7 de junho a *People's Dispatch* lembrou a *5PHM - Assembleia do People's Health Movement* - que aconteceu em abril deste ano na Argentina. O evento foi mencionado e sua agenda foi analisada por nós no informe Caderno CRIS 5/2024 e aqui é lembrado por sua iniciativa Call for Action, uma promessa dos trabalhadores e ativistas da saúde presentes na 5PHM para se juntarem a outras frentes progressistas e juntos formarem uma grande coalizão contra o imperialismo e os problemas que seu sistema cria. Talvez, o que falte em questões de institucionalidade - tendo os relatórios do BM e do FMI uma adesão quase global, seja pela credibilidade ou pelas sanções - sobre ao PHM em direção, objetivo e força imaginativa para futuros melhores e possíveis, aspectos que faltam às instituições financeiras mencionadas.

“A Assembleia culminou num Apelo à Ação, desenvolvido através de um processo participativo e enfatizando a necessidade de uma mudança radical para combater as crises do capitalismo e do imperialismo. O documento apela à substituição do modo capitalista de produção, consumo e vida por um sistema baseado na soberania, autodeterminação, igualdade

e cooperação entre as nações. Segundo o documento, só uma mudança radical que substitua o modo de produção, de consumo e de vida gerado pelo capitalismo poderá reverter as tendências destrutivas da exploração e do extrativismo. “Acreditamos que a nova ordem econômica deve basear-se na soberania e na autodeterminação dos povos, na igualdade e na cooperação entre as nações, e na solidariedade e na paz”, explicou Matheus Falcão, do PHM Brasil, acrescentando que o controle e a propriedade das pessoas sobre as necessidades da vida precisam ser restaurados.

Referindo-se à teoria da mudança do Movimento, o Apelo à Ação afirma: “A transformação do sistema capitalista transnacional e imperialista para uma nova ordem econômica, política e social internacional só acontecerá através da ação conjunta e da solidariedade dos movimentos sociais, partidos políticos progressistas e Estados-nação. A luta de classes será uma parte vital desta ação.”

O Apelo à Ação enfatiza a necessidade de processos nacionais que impulsionem a transformação econômica, política e social, incluindo reformas progressivas na saúde, educação, agroecologia, alimentação, energia e trabalho. Estas reformas visam reduzir ou eliminar desigualdades injustas e criar uma economia ambientalmente sustentável. Para conseguir isto, os círculos nacionais do PHM colaborarão com as comunidades para desenvolver soluções localmente apropriadas para combater o neoliberalismo e o imperialismo.

Na sua conclusão, o Apelo à Ação visa unir o movimento da saúde com outros movimentos sociais progressistas, criando uma ampla frente para estabelecer uma nova ordem econômica, política e social internacional. O PHM também pretende procurar alianças com partidos políticos e estados que promovam esta nova ordem econômica internacional.”

Promover as reformas que viabilizem a formação de uma nova arquitetura sócio econômica global também envolve - como bem dito no documento de Ação - ações locais de comprometimento com políticas antineoliberais, que protejam os bens comuns e públicos, que assegurem acesso a direitos e dignidade – como sistema de saúde, de seguridade social e proteção social – alimentados por políticas fiscais e destinação suficiente de capitais, como nos lembra o presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) Francisco Funcia em sua entrevista a Gabriela Leite para o Outras Palavras. À medida que políticas públicas de austeridade avançam sob pretextos de tetos de vidro e constrição de gastos, que não são mostradas em sua totalidade, a saúde perde seu caráter institucional - assim como o próprio Estado, que se rende à lógica de financeirização de áreas que não deveriam ser ideologicamente pensadas para lucrar ou estar expostas às políticas fiscais austeras numa tentativa de controlar e dialogar as ganâncias do setor privado.

“Como explica Funcia, o investimento com Saúde não é como alguns outros. Gastos com o SUS permitem uma vida mais digna aos brasileiros. O impacto disso na economia é notável. Os recursos despendidos com a indústria da saúde, medicamentos, insumos e outras tecnologias são benéficos para o país. Despesas com recursos humanos sustentam mais de 3 milhões de trabalhadores do sistema público de saúde.

O SUS, merecidamente reconhecido pela população brasileira na pandemia, está longe de funcionar em sua forma ideal. E apenas com um financiamento mais robusto ele poderá garantir saúde para todos.

“São essas questões que a gente precisa discutir e colocar na mesa. Só faz sentido reduzir algo que está elevado. Não é o caso da Saúde. No Brasil, são investidos apenas 4 reais



*per capita* por dia com ela, na soma do gasto da União em estados e municípios – sendo que o governo federal gasta algo entre R\$ 1,60 e R\$ 1,70. É isso que querem reduzir”, alerta Funcia. Em diversas oportunidades, Lula encorajou a população brasileira a exigir seus direitos perante o governo. O presidente sabe que o país atravessa um momento muito complexo, e sofre pressão extrema de diversos setores do empresariado e do rentismo. É papel dos movimentos sociais cobrá-lo, para que a balança não pese tanto para o lado dos mais fortes. “A gente não pode perder de vista que o que está se buscando, com essa redução do gasto da saúde e da educação, é o superávit primário. Isso para pagar juros da dívida. Não tem o menor sentido: o Brasil quer reduzir o direito à saúde de 100% da população para favorecer alguns poucos milhares de rentistas”, adverte o economista. Todo o orçamento da Saúde, em 2024 — salários, gastos correntes e investimentos — está limitado a R\$ 212,15 bilhões. Nos doze meses terminados em abril deste ano, o montante destinado aos juros chegou a R\$ 776,3 bilhões, ou 3,6 vezes mais.”

Como já foi explorado em diversos outros informes, as políticas de austeridade e a financeirização dos bens e direitos sociais dentro da esfera pública levam ao aumento direto da financeirização dos mesmos bens na esfera privada que, ao serem a única opção de “qualidade”, captam os cidadãos com renda suficiente para acessar os serviços públicos agora privatizados (a migração do SUS para os convênios). Essa problemática neoliberal abre espaço para as manobras de superlucro do privado, excluindo pessoas que não geram o lucro esperado (idosos, enfermos, PCD); se fragiliza os serviços públicos, se oferta os mesmos serviços agora privatizados, se tira os serviços privatizados, se deixa as pessoas sem nada - pagando diretamente ou não, o acesso à saúde é negado: essa é a lógica perversa da financeirização dos direitos.

A saída? Pressionar pelo não envolvimento dos setores privados em decisões de campo público e apoiar as mudanças que venham com o corte do cordão umbilical que vem há séculos ligando Estado e mercado. Obviamente, as empresas privadas farão parte dos diálogos sobre futuros possíveis de proteção social e justiça ambiental, porém, elas não podem ocupar o púlpito e não podem vir deles as práticas de salvação. Que decida sobre o futuro público quem depende de um futuro que seja público e não entidades que lucram com a miséria. E assim fez um grupo de organizações sociais ao endereçar uma carta ao presidente do Banco Mundial pedindo pela blindagem da instituição financeira mundial contra pessoas e organizações que lucram com as mudanças climáticas - e o fazem enquanto aconselham o Banco e suas políticas de transição verde. O título da primeira entrada objetiva da carta “As raposas guardam o galinheiro” já diz tudo! Transcrevemos abaixo a íntegra da carta (texto longo).

“6 de junho de 2024

Prezado Presidente Banga,

Como novo Presidente do Banco Mundial, foi incumbido de liderar o processo de reforma – ou “evolução” da instituição – para melhor posicionar o Banco para enfrentar desafios globais como as alterações climáticas. Uma das suas primeiras ações foi criar o Laboratório de Investimento do Setor Privado para “[desenvolver] soluções para enfrentar as barreiras ao investimento do setor privado nos mercados emergentes”, particularmente no “escalamento do financiamento de transição em energias renováveis e infraestruturas energéticas”. Esta ação representa 1) um conflito de interesses inaceitável; e 2) uma abordagem de desenvolvimento não comprovada e prejudicial, baseada em 3) um diagnóstico falho da questão do financiamento climático.

Como tal, apelamos a que encerre o Laboratório de Investimento do Setor Privado, e que utilize os recursos e estruturas existentes do Banco para apoiar o pensamento e as políticas sobre como facilitar o investimento público massivo na transição para a energia verde, com o interesse público no centro disto.

## 1. Raposas guardando o galinheiro

A lista dos membros fundadores do Laboratório é um “quem é quem” de líderes de grandes instituições financeiras que geram uma riqueza estimada em 16 bilhões de dólares. Estas instituições são em grande parte responsáveis por continuarem a lucrar com a destruição climática e os abusos ambientais e sociais associados. Por exemplo, a Corporate Accountability nomeou Larry Fink, CEO da BlackRock, para o seu Hall da Fama Corporativo pelos seus enormes investimentos em combustíveis fósseis e armas, e nomeou a BlackRock por contribuir para a catástrofe climática. Como afirmou a Corporate Accountability, “há poucos intervenientes empresariais que investem mais pesadamente e têm maior participação acionária nos combustíveis fósseis e nas indústrias extrativas do que a BlackRock”. Além de tudo isto, o Laboratório é co-presidido por Mark Carney, que lançou o Grupo de Trabalho para a Expansão dos Mercados Voluntários de Carbono e tem sido um dos principais arquitetos do ressurgimento de mercados de carbono muito problemáticos nos últimos anos. Os mercados de carbono são uma solução falsa que permitiu aos poluidores continuarem a poluir enquanto supostamente “compensavam” a sua poluição através de vários meios problemáticos, incluindo esquemas florestais – que levaram à apropriação de terras e a violações dos direitos humanos em comunidades vulneráveis em todo o mundo, ao mesmo tempo que não conseguiram reduzir emissões.

Pessoas como Larry Fink não deveriam aconselhar o Banco Mundial sobre como abordar as alterações climáticas quando estão a contribuir ativamente para o problema e quando têm interesse em pressionar por soluções que garantam e aumentem as suas próprias margens de lucro. O dever fiduciário destas empresas de aumentar os lucros dos acionistas através do investimento em empresas com elevadas taxas de retorno está em conflito direto com o mandato do Banco Mundial de ajudar as pessoas mais pobres do mundo, reduzir a desigualdade e proteger o planeta. De acordo com o economista agrícola aposentado do Banco Mundial, John McIntire, “Este conflito central tem efeitos potencialmente tóxicos no perfil de risco do Banco, no seu papel na luta contra as alterações climáticas e na sua agência independente na assistência aos países sobrecarregados de dívidas”.

McIntire argumenta que as instituições financeiras representadas no Laboratório podem se beneficiar do acesso à informação sobre negociações de sustentabilidade da dívida e análises e reformas macroeconômicas e do clima empresarial em que o Banco participa nos países mutuários. Mesmo que se recusem a participar nestas operações de assessoria do Banco, “o que quer que os membros do PSL tenham prometido ao serem admitidos na confiança do Banco, tendo sido assim admitidos, podem agora orientar o Banco no sentido dos seus interesses de classe e pessoais. Não basta dizer que estão acima de tal manipulação.” O Standard Bank cujo CEO é um dos membros do Lab recebeu recentemente dois empréstimos da IFC para apoiar o acesso às energias renováveis na África do Sul com pouca transparência no site relativamente à natureza e termos deste apoio.

## 2. Uma transição injusta

A abordagem de “reduzir o risco” do setor privado para a ação climática não está comprovada na prática e é injusta em princípio. Não há dúvida de que o setor privado deve ter

um papel na transição climática global e no desenvolvimento de forma mais ampla. Mas os fluxos de financiamento privado devem ser orientados por políticas e regulamentos do setor público que sirvam o interesse público mais amplo. Isto deve basear-se em evidências de impacto e princípios de justiça. Como argumentou o Professor Mark Paul: “O nosso desafio na próxima década não é recompensar os investidores privados que procuram um retorno mais seguro sobre o investimento; nosso desafio é comprimir duas ou três décadas de descarbonização gradual em uma só, e fazê-lo de uma forma que comece a remediar séculos de injustiça racial e econômica, encoraje os trabalhadores e mantenha as comunidades protegidas de condições climáticas extremas, tudo ao mesmo tempo”, através de investimentos públicos maciços.

Um diretor aposentado do Banco Mundial escreveu recentemente para o Financial Times que a proposta do Laboratório de utilizar melhor as garantias do Banco Mundial para mobilizar financiamento adicional já foi tentada pelo Banco antes, em 1992, e falhou; ele deveria saber: ele liderou a tentativa. Uma auditoria de uma experiência semelhante de eliminação de riscos realizada pela Comissão Europeia não encontrou provas de eficácia, mesmo quando se preparavam para investir mais milhares de milhões nela. Além disso, um estudo realizado por outro antigo banqueiro mundial, Charles Kenny, concluiu que os projetos da IFC (o braço do sector privado do Grupo Banco Mundial) tiveram resultados piores do que os projetos financiados pela AID (o braço público do Banco focado nos países mais pobres) nos mesmos países, pondo em causa a prova de conceito por trás dos apelos para aumentar o financiamento do desenvolvimento canalizado para financiadores privados. Além disso, como escreveu a professora Daniela Gabor para o The Guardian, “o mundo das ‘finanças verdes’ tem injustiça e desigualdade incorporadas. Os gastos do governo devem ser direcionados para “reduzir o risco” da infraestrutura privada, para cobrir a lacuna entre as taxas pagas pelos utilizadores de serviços públicos essenciais e as taxas de retorno comercial esperadas pelos investidores privados.” Quando os Estados fazem todo o esforço fiscal para reduzir os riscos, enquanto as empresas obtêm os lucros, isso não contribui para uma transição justa. Também não é claro que seja mais barato do que simplesmente os próprios Estados investirem, especialmente a médio e longo prazo. E porque não tributar os lucros das empresas para financiar iniciativas de transição, em vez de apenas recompensar as empresas privadas por investirem nos mercados do futuro, algo que provavelmente farão de qualquer maneira? Afinal de contas, são as empresas com fins lucrativos e as pessoas ricas que devem a maior parte da “dívida climática”.

Um outro problema com o financiamento da Parceria para uma Transição Justa de Energia (JETP) do Banco – sintetizado na descontinuação da central elétrica a carvão Eskom, na África do Sul, em Komati (num empréstimo de 500 milhões de dólares em novembro de 2022) – é a utilização de moeda forte a taxas de crédito de mercado, mesmo quando grande parte de um projeto de Transição Justa (como Komati) realmente requer insumos locais, especialmente o pagamento de custos trabalhistas. Sobrecarregar os países sobre-endividados com mais obrigações de reembolso – apenas para que o credor possa evitar o risco de depreciação da moeda – é injusto numa altura em que os empréstimos em moeda forte são tão caros (em termos reais efetivos). Os empréstimos e subsídios concessionais em moeda local são os únicos sistemas de financiamento justificáveis para projetos que deixam os combustíveis fósseis no subsolo e compensam os trabalhadores e as comunidades pelas perdas de rendimento, de modo a confirmar o seu próprio compromisso com uma Transição Justa.

### 3. Um tratamento errado para um diagnóstico errado

A agenda de redução de riscos é muitas vezes justificada pela alegação de que não há financiamento público suficiente no mundo para pagar a ação climática necessária no Sul Global. Isso é falso. Quando a pandemia chegou e quando a guerra na Ucrânia eclodiu, o Ocidente “encontrou” bilhões em fundos públicos praticamente da noite para o dia. As elites de todo o mundo ainda estão a nadar em incentivos fiscais, retirando riqueza da economia real, muitas vezes para atividades largamente improdutivas, exploradoras e especulativas. Os poluidores históricos não tiveram de pagar pela destruição do nosso bem público global – “um clima habitável” – e os bancos centrais não aproveitaram todo o seu potencial. O problema não é a inexistência de finanças – é a inadequação da vontade política. Além disso, você e o Banco não reconheceram como a financeirização contribuiu de fato não só para as alterações climáticas, mas também para a pobreza, o racismo sistêmico e a desigualdade. Em vez de obter aconselhamento de empresas lucrativas sobre como utilizar fundos públicos limitados para subsidiar financiadores privados, deveria consultar as partes interessadas e acadêmicos que tenham um histórico comprovado de serviço ao interesse público, incluindo os interesses daqueles no Sul Global, e estão liderando pensamentos de ponta sobre como aumentar e gerenciar os investimentos públicos em uma transição energética global justa.

Presidente Banga: o senhor deve nos deixar claro de uma vez por todas: para quem o senhor trabalha? As pessoas mais pobres do mundo ou Wall Street? Apelamos a que fechem o Laboratório de Investimento do Setor Privado e redirecionem recursos para facilitar investimentos públicos substanciais na transição para a energia verde. Também pedimos que consulte as partes interessadas e os acadêmicos empenhados em servir o interesse público na elaboração de estratégias justas para a transição energética global.

Estamos ansiosos para ouvir de você.

Sinceramente (signatários)”

O mercado tem força de decisão. Isso é inegável. O mercado tem capital e age a partir da necessidade e desejo de proteger o mesmo. Então, quem sabe, a narrativa aqui não deveria ser negar o capital do mercado totalmente, mas sim usá-lo dentro das nossas próprias regras. Trazendo novamente o Outras Palavras, com a coluna de Leandro Modolo, “adaptando os desenhos institucionais às finalidades e escopos dos diversos setores da economia, inclusive da saúde”. Modolo fala sobre a tecnologia digital e seu potencial de aproveitamento - dentro das especificidades morais - pelo SUS e pelo sistema público de saúde. Mas, podemos esticar a proposta a todas as áreas de políticas públicas.

“A imagem-objetivo do socialismo cibernético de Allende era, grosso modo, casar o conhecimento da *cibernética* e a *sinergia* dos saberes e informações vindas desde baixo dos trabalhadores e trabalhadoras; tudo materializado em algo como um *sistema nervoso eletrônico* com unidades interconectadas, que deveriam se comportar de forma coordenada e, ao mesmo tempo, descentralizada, anti-burocrática e com participação popular.

É verdade que o cenário era bem diferente do atual, e os sonhos pós-capitalistas não atravessavam apenas corações e mentes de políticos e militantes, era também o *ethos* de cientistas, acadêmicos, médicas, sanitaristas... O certo, contudo, é que já se intuía, vale dizer, que a combinação de planificação e democracia requereriam tecnologias de vanguarda. A ironia foi que quem kackeou, a seu favor, as intenções do “socialismo digital” foram as corporações capitalistas.”

## Saúde

O papel das indústrias privadas não deve ser cerceado apenas na área de financiamento da justiça climática. Um novo relatório da OMS mostra como as grandes indústrias são diretamente responsáveis por doenças crônicas e pela obstrução de políticas de saúde e o fazem ao alvejar pessoas de grupos minorizados e vulnerabilizados.

Publicado no último dia 12, o “Determinantes comerciais de doenças não transmissíveis na região europeia da OMS” mostra que a influência das empresas chega a restringir os “esforços de prevenção e controle de doenças”, cortando possíveis políticas públicas de controle de danos e mudanças de legislações. São apontadas 4 grandes indústrias culpadas: tabaco, alimentos ultraprocessados, combustíveis fósseis e álcool. Como resultado, o “relatório apela aos governos para que implementem mecanismos para identificar conflitos de interesses e proteger as políticas públicas da interferência da indústria.” através de políticas fiscais, quebra de monopólios, leis e exigências de locais seguros de trabalho e o incentivo à sociedade civil organizada.

“O relatório explica como a consolidação destes sectores industriais e de outros, num pequeno número de poderosas corporações transnacionais, permitiu-lhes exercer um poder significativo sobre os contextos políticos e jurídicos em que operam, e obstruir regulamentações de interesse público que poderiam afetar suas margens de lucro.

(O relatório) lança luz sobre a vasta gama de táticas que as indústrias utilizam para maximizar os lucros e minar a saúde pública. Estas práticas alimentam a desigualdade e as taxas de câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas e diabetes, e criam uma grande barreira às políticas de prevenção. O relatório identifica ações para governos, universidades e sociedade civil para reduzir a influência desproporcional do setor comercial na esfera da política de saúde. (...)

Combater a influência comercial a todos os níveis – individual, ambiental, políticas públicas e sistemas econômicos -políticos – e impor regulamentações mais rigorosas numa série de áreas, incluindo:

- comercialização de produtos prejudiciais à saúde
- práticas monopolistas
- transparência, lobby, financiamento e conflitos de interesse
- tributação de empresas multinacionais
- segurança no emprego e condições de trabalho
- exploração de populações vulneráveis durante crises
- financiamento e apoio às organizações da sociedade civil para garantir a sua independência.

Além disso, o relatório recomenda a necessidade de os acordos comerciais priorizarem a saúde pública e de interpretações mais fortes das leis econômicas orientadas para a saúde, para garantir que a saúde pública não continue a perder para medidas econômicas estreitas e obsoletas.”

Difundido na última semana, outro relatório das instituições das Nações Unidas traz a necessidade de responsabilizar as grandes empresas privadas, o relatório do encontro do “Expert Group Meeting on the Accountability of Powerful Private Actors in Global Health” que aconteceu em novembro de 2023 trouxe uma lista interessante de recomendações: políticas e estratégias políticas; ideias e contranarrativas; soluções em políticas públicas e evidências,

informação e conhecimento; juntas, essas 4 áreas construiriam os meios para tornar possível o reconhecimento público da responsabilidade de atores privados envolvidos com a saúde global e os meios para responsabilizá-los de forma direta. Abaixo, algumas referências do relatório.

#### *“Política e estratégia política*

- A transferência de poder e a correção dos défices de responsabilização são ações fundamentalmente políticas que, em última análise, exigem a mobilização de políticos e decisores políticos; grupos profissionais; e sociedade civil. Alcançar qualquer impacto real exigirá a construção de redes e alianças estratégicas e o desenvolvimento de sinergias entre diferentes tipos de atores com diferentes papéis e mandatos em todo o terreno mais amplo das múltiplas lutas por justiça social, equidade e democracia. Observou-se que a questão dos CAE é especialmente proeminente nos espaços de política climática, alimentar e digital.
- São também necessárias ações e intervenções simultâneas a vários níveis, do local ao global; entre múltiplos sectores, dentro e fora do sector da saúde; e sobre uma série de questões, incluindo questões económicas, política, ciência climática e geopolítica. Esta iniciativa terá de ser estratégica sobre o que deve e pode se concentrar.
- Um desafio para uma iniciativa sobre poder e responsabilização que esteja enraizada no sector da saúde está a conseguir o equilíbrio certo entre trabalhar em questões estruturais a montante que estão fora do âmbito da saúde sector e trabalhando em questões políticas e económicas que se manifestam no sector da saúde. Outro desafio é conseguir o equilíbrio certo entre o trabalho a nível multilateral e internacional e o trabalho a nível nacional e subnacional.
- Os riscos e perigos inerentes ao desafio de actores poderosos também foram observados, e foi sugerido que alguma atenção deve ser dada à criação de oportunidades e mecanismos de apoio entre pares, denúncias e proteção de denunciantes.

#### *Ideias e contranarrativas*

- Uma parte fundamental de qualquer estratégia futura será contrariar as ideias, crenças e narrativas dominantes descrito acima. O desenvolvimento, a comunicação e a socialização de contranarrativas e contra-argumentos precisarão envolver a conversão de questões complexas em mensagens que possam atrair emocionalmente e psicologicamente, bem como intelectual e racionalmente. Isso precisa ser direcionado ao público em geral e políticos, mas também para tecnocratas e profissionais que trabalham no domínio da saúde global.
- Há também a necessidade de alinhar cuidadosa e estrategicamente as mensagens certas com os mensageiros certos para o público certo; ao mesmo tempo que toma cuidado para evitar o reforço de grupos e ideias antidemocráticas, *anti-establishment* e anticientíficas.
- Soluções políticas
- A mobilização política e social, aliada à adopção de novas ideias, narrativas e crenças, ajudará estabelecer um ambiente mais propenso a aceitar, adotar e implementar políticas que possam ajudar a transferir o poder e redemocratizar a governação; popularizar alternativas à forma atual de guerra altamente destrutiva capitalismo financeirizado; e ajudar na adoção e implementação de medidas de saúde mais eficazes Políticas.
- O crescente conjunto de trabalhos sobre os determinantes comerciais da saúde proporciona uma resposta natural e legítima mandato para a comunidade da saúde se envolver nas reformas políticas e económicas. Entre as principais políticas e áreas de ação para transferir o poder e permitir uma responsabilização mais democrática dos PPAs estão:

- políticas fiscais e reformas dos sistemas fiscais destinadas a prevenir fluxos financeiros ilícitos, aumentar receitas para serviços públicos, bens e instituições, e redistribuição da riqueza
- reformas da política antitruste e de concorrência destinadas a restringir o poder das empresas oligopolista
- reformas de governação destinadas a proibir ou evitar conflitos de interesses inadequados e portas
- reformas legais destinadas a tornar as empresas responsáveis e culpadas por abusos dos direitos humanos
- descomercialização e desmercantilização de certos setores-chave
- descriminalização do protesto cívico legítimo.

#### *Evidências, informações e conhecimento*

- Não obstante a natureza política de qualquer programa de trabalho destinado a redistribuir o poder e corrigir défices de responsabilização, há um papel importante para a investigação e a geração de evidências na demonstrar porque tal agenda é relevante para a saúde; descrevendo a escala de deficiências em transparência e responsabilização; e monitorar e avaliar os comportamentos, efeitos e impactos de poderosos intervenientes privados numa série de critérios. A capacidade para conduzir tal pesquisa precisa ser melhorada, incluindo o desenvolvimento da capacidade de “seguir o dinheiro” e investigar transações financeiras.
- Há uma necessidade de melhorar o conhecimento e a compreensão dentro da comunidade global de saúde sobre economia política e os determinantes financeiros, políticos e económicos da saúde; e como é o poder acumuladas e implementadas por diferentes intervenientes para servir diferentes agendas. Isto poderia ser acompanhado por o desenvolvimento de orientações para doadores, ONGs, organismos profissionais e universidades sobre o envolvimento do setor privado.”

Indo na mesma direção, temos a declaração aberta da Oxfam International pedindo que fundos para o desenvolvimento não sejam mais alocados em instituições de saúde privada pró-lucro que - mesmo com orçamentos e investimentos para desenvolvimento e acesso equitativo - produzem e solidificam uma realidade de exclusão social, marcando o acesso à saúde como mercadoria e afastando seu caráter de direito humano universal.

“Nas últimas duas décadas, registou-se um crescimento significativo nos bancos de desenvolvimento públicos - liderados pela IFC do Grupo Banco Mundial - canalizando fundos de desenvolvimento para hospitais e clínicas privadas com fins lucrativos no Sul Global. Apesar destes fundos serem mandatados para combater a pobreza e alcançar objetivos de desenvolvimento acordados a nível mundial, incluindo a cobertura universal de saúde, um conjunto crescente de evidências de organizações da sociedade civil e académicos (incluindo dois novos relatórios da Oxfam – Sick Development e First, Do no Harm) mostra que esses investimentos estão fazendo o oposto.

Na verdade, os hospitais privados financiados por DFI são caros e fora de alcance, causam empobrecimento, exacerbam a discriminação baseada no gênero, inclusive aumentando a carga de cuidados, e estão implicados numa variedade de alegados e confirmados abusos dos direitos humanos, incluindo detenções de pacientes e a negação de direitos humanos de atendimento médico de emergência.

A maior parte do financiamento de IED para hospitais e clínicas privadas é canalizada através de fundos de capital privado baseados em paraísos fiscais. Uma base de evidências crescente proveniente de países de rendimento elevado mostra que a propriedade de capitais privados em empresas de cuidados de saúde e outras empresas de cuidados está associada a aumentos prejudiciais nos custos para os pacientes ou nos orçamentos públicos, e a impactos negativos na qualidade e nos resultados dos pacientes.

O que estamos pedindo? As IFD dizem que estão empenhadas em promover a Cobertura Universal de Saúde, mas os seus investimentos não transparentes e irresponsáveis em cuidados de saúde privados com fins lucrativos estão a causar danos incalculáveis aos pacientes e a aumentar a desigualdade, ao mesmo tempo que canalizam os lucros de volta para investidores privados ricos e CEOs.”

A proteção do sistema de saúde público - assim como o sistema de seguridade social - está associada à proteção dos povos e da vida e a proteção e avanço de um projeto e atividade imaginativa radical de incentivo a uma realidade possível de direitos universais e fundamentados por orçamentos públicos suficientes. Frisamos a defesa inegociável, então, do sistema de saúde não apenas como um direito, mas sim como uma barricada de defesa. Não à toa, Israel tem visado o sistema de saúde de Gaza há décadas, com ataques estruturais organizados a destruir hospitais e centros de cuidado, intimidando trabalhadores da saúde, dificultando a chegada de medicamentos e a mobilidade dos serviços móveis de atendimento de saúde.

À propósito, . [Traduzimos um trecho da Declaração de solidariedade aos profissionais de saúde palestinos em Gaza e na Cisjordânia escrita pelo Movimento Popular pela Saúde \(PHM, já citado aqui\)](#).

“(…) Desde o início desta campanha militar genocida, as Forças de Ocupação Israelitas (IOF) têm visado deliberadamente o sistema de saúde de Gaza, numa tentativa de eliminá-lo. O seu objetivo era tornar Gaza inabitável para os palestinos. Há mais de seis meses, em 7 de dezembro de 2023, Tlaleng Mofokeng, Relator Especial da ONU sobre o Direito à Saúde, disse que Israel declarou uma “guerra implacável” ao sistema de saúde em Gaza. Um mês depois, um grupo de especialistas internacionais confirmou que “os amplos esforços para desativar e destruir ‘de uma vez por todas o sistema de saúde desde o início deste ataque israelense, através da destruição intencional total ou parcial de estruturas, ataques direcionados ao pessoal nas enfermarias, assassinatos e prisões de pessoal são exemplos inequívocos de políticas genocidas.” Mais de oito meses de guerra, o colapso total do sistema de saúde em Gaza é iminente.

A IOF também aumentou os ataques à saúde na Cisjordânia desde 7 de outubro de 2023. De acordo com a OMS, foram registrados 480 ataques contra o sistema de saúde na Cisjordânia, especialmente nas províncias do Norte de Tulkarem e Jenin. Isto não é nada novo. Os profissionais de saúde e as infra-estruturas palestinas têm sido alvo de Israel há décadas. Por exemplo, entre 2019 e 2021, houve 463 profissionais de saúde palestinos feridos pela violência da IOF (166 na Cisjordânia e 297 em Gaza).

De acordo com Mohamed Salha, cirurgião ortopédico e diretor interino do hospital Al Awda, o ataque sistemático e deliberado aos profissionais de saúde tem um objetivo claro: “No final, o primeiro alvo da IOF foi o sistema de saúde de Gaza. Querem tornar a Faixa de Gaza completamente inabitável, e fazem-no atacando o sistema de saúde. Sem profissionais e serviços de saúde as pessoas não permanecerão. Eles querem empurrar o povo para o Sul. Se



você olhar o mapa dos hospitais em funcionamento, a maioria deles está no Sul, no Norte Al Awda é o único que resta.”

Simple: sem saúde, sem vida; sem vida, sem resistência contra invasão.

## Clima

Entra a cruz e a espada: como mostram os novos números da Debt Justice, o pagamento da dívida externa exorbitante está impossibilitando o investimento numa economia sustentável e numa preparação estrutural que proteja o país e seus cidadãos do que está por vir.

“Os 50 países mais vulneráveis às alterações climáticas gastam agora quatro vezes mais em pagamentos da dívida externa do que em 2010, de acordo com os cálculos. Os elevados pagamentos da dívida estão a impedir os países de investir em medidas para responder à emergência climática.

Heidi Chow, Diretora Executiva da Justiça da Dívida, disse: “Níveis recordes de dívida estão a destruir a capacidade dos países mais vulneráveis de enfrentar a emergência climática. Precisamos de um esquema de alívio da dívida rápido e eficaz para cancelar as dívidas até um nível sustentável. O Reino Unido pode desempenhar o seu papel legislando para garantir que os credores privados participem em acordos internacionais de alívio da dívida.”

Para os países abrangidos pelas figuras, 38% dos seus pagamentos de juros externos são a credores privados, 35% a instituições multilaterais, 14% à China e 13% a outros governos.

A Zâmbia declarou uma catástrofe nacional devido à seca devastadora que atingiu o país. Após três anos e meio de negociações, o governo da Zâmbia acaba de fechar um acordo de reestruturação da dívida com alguns dos seus credores privados. O acordo fará com que os bancos e gestores de activos sejam reembolsados 13% mais do que os governos, apesar de inicialmente terem concedido empréstimos a taxas de juro mais elevadas.[3] A Zâmbia ainda tem de chegar a um acordo com outros credores privados.

Os acordos de reestruturação da dívida da Zâmbia permitem grandes aumentos nos pagamentos da dívida se a economia tiver um desempenho melhor do que o esperado, mas não existe nenhuma cláusula equivalente para reduzir os pagamentos em caso de choque, como uma seca. Nos termos do acordo de dívida, a Zâmbia terá de pagar aos detentores de obrigações, incluindo a BlackRock, 450 milhões de dólares este ano.

Tim Jones, chefe de política da Debt Justice, disse: “É ultrajante que os credores da Zâmbia tenham exigido um acordo onde obterão enormes aumentos nos pagamentos da dívida se as coisas correrem bem, mas nenhuma perda se a Zâmbia for atingida por desastres como secas. Os 450 milhões de dólares destinados aos detentores de títulos este ano é dinheiro que poderia ter sido usado para responder ao desastre nacional. “Além do cancelamento da dívida, os países ricos precisam urgentemente de pagar a sua dívida climática, fornecendo financiamento climático adequado e baseado em subvenções.”

A conferência de Bonn sobre alterações climáticas deverá realizar-se de 3 a 13 de junho de 2024. A agenda centrar-se-á na capacidade dos países de financiar a ação climática, nomeadamente através do financiamento climático e de níveis de dívida insustentáveis.”

## ***E na Conferência***

A Bonn Climate Change Conference aconteceu no início deste mês, do dia 3 ao dia 13 de junho. Através de resumos e notas publicadas pela Third World Network, vimos uma conferência profundamente dividida, com países no Norte Global em posição defensiva, tentando negar seus erros e suas performances pobres em políticas de proteção climática e com o Sul Global pedindo responsabilização respectiva e justa. Dado isso, um dos resumos de destaque é o update do dia 6 de junho que faz referência a uma tentativa de erodir e borrar as distinções - de papel e responsabilidade - entre Sul e Norte. As referências ao direito ao desenvolvimento por parte dos países do Sul Global merece destaque - mesmo que baseada no desenvolvimento de exploração do ecossistema - e também merece atenção a necessidade de frisar que, apesar do embaixador do Egito destacar que não há “perdedores ou ganhadores” nos processos da UNFCCC, há sim, países que terão a possibilidade de lidar, de adaptar e mitigar melhor às mudanças climáticas e esses países são aqueles que tiveram a chance de acumularem mais capital - seja monetário, seja em poder estrutural - ao longo de anos de acumulação diretamente ligada ao empobrecimento de uma grande parcela do globo.

“A discussão começou com Diego Pacheco que compartilhava o contexto boliviano, de ser um país que é maioritariamente rural e habitado por povos indígenas que tenta viver em harmonia com a Mãe Terra e opinou que a UNFCCC foi vista como benéfica para lidar com as questões do clima, juntamente com o Acordo de Paris (AP), apesar dos constantes esforços do desenvolvimento. Ele disse que em Glasgow, porém, na COP 26 em 2021, os países desenvolvidos tentaram criar uma narrativa diferente, que afastou a responsabilidade de enfrentar a crise climática como uma obrigação dos países desenvolvidos movendo-a para os ombros dos países em desenvolvimento, utilizando o fachada de manter a meta de temperatura de 1,5°C, com a meta de emissões líquidas zero para todos até 2050.

Isto, disse ele, é a essência do problema, pois não pode permitir objetivos semelhantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento porque bloqueia os direitos do Sul Global ao desenvolvimento e para um espaço de carbono justo e equitativo. (..) No espírito de confrontar a narrativa impulsionada por países desenvolvidos, Pacheco explicou que a Bolívia propôs dois novos itens de agenda em SB60 para “Imediatos e ação urgente para alcançar emissões líquidas zero mais recente até 2030 e emissões líquidas negativas depois disso” e para um “Roteiro sobre finanças e meios de implementação para abordagens políticas de pagamento alternativas para soluções baseadas em resultados, como mitigação conjunta e abordagens de adaptação para o integral e gestão sustentável das florestas”, este último especificamente seria essencial para a Bolívia ter acesso ao financiamento se quiser deter e reverter o desmatamento 2030. (No entanto, estes dois itens da agenda foram retirados das agendas provisórias, pois não havia consenso para incluí-los(...))

Wael Aboulmagd na sua intervenção sublinhou que não precisa haver vencedores e perdedores no Processo da UNFCCC, mas a abordagem agora implica mais perdas incorridas por um lado, enquanto um dos lados colhe benefícios com isso. (...). Voltando-se para os desafios da COP28, ele indicou que houve resistência dos países desenvolvidos contra a diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, desde a sua experiência em COP24 (2018) em Katowice, mas COP28 apoia a mudança gradual e incremental de diferenciação.”

## **Voices do Sul Global a caminho da COP29**

### ***Voices of the Global South on the way to COP29***

**Regina Ungerer**

**Erica Kastrup**

**Tiago Nery**

**Abstract:** *Another monthly UNOSSC bulletin that highlights the most important activities of South-South and triangular cooperation at the UN and around the world. Egypt held a New Development Bank (NBD) seminar, during which the Bank's President, Egypt's Minister of International Cooperation, and the Director of UNOSSC addressed ways to improve collaboration and enhance South-South and Triangular Cooperation among NDB member. On another occasion, together with Portuguese authorities, Director of UNOSSC discussed new opportunities for Triangular Cooperation under the UN Fund for South-South Cooperation. Portugal has made a significant contribution to the international discussion on Triangular Cooperation.*

*Brazil remains committed to South-South Cooperation, highlighting a project to strengthen capacities in the health services of the Maputo Central Hospital and support for the implementation and management of cancer prevention and control in Angola. Brazil has initiated negotiations with Cuba on good practices in food and nutritional security and on bovine genetics. Participated in the VIII Brazil-Mexico Technical Cooperation Meeting, with the purpose of strengthening institutions and promoting training in the agricultural, public management and science and technology sectors.*

*The G-77 and China discussed rising sea levels; spoke out against unilateral coercive economic measures, hoping that the topic can be discussed at the Summit of the Future. They also continue to draw attention to the difficulty of developing countries in implementing the SDGs. But the big highlight was the UNFCCC SB60 meetings that focused on climate finance, Nationally Determined Contributions, the first country transparency reports, National Adaptation Plans and how to advance climate action through a just transition.*

*The Coordination Committee of the MNA and the G-77 and China issued a statement demanding the exclusion of Cuba from the unilateral list of countries that allegedly sponsor terrorism and the lifting of all unilateral coercive measures against the Cuban people and the NAMYO highlighted several topics related to COP29 and the inclusion of young people in climate action, empowerment and leadership.*

*The South Centre advocated for mandatory licensing to combat increasing of drug prices, joined the international community calling for Cuba to be taken off the list of nations accused of supporting terrorism, emphasized the significance of reorganizing the global financial and monetary systems, addressed the United Nations commission on international trade law and issued an statement on antimicrobial resistance (AMR) during the 77<sup>th</sup> World Health Assembly.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** Mais um boletim mensal do UNOSSC destacando as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular na ONU e globalmente. O Egito organizou um seminário do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em que a presidente do Banco, a Ministra da Cooperação Internacional do Egito, e a Diretora do UNOSSC, discutiram o fortalecimento da colaboração e oportunidades para avançar na Cooperação Sul-Sul e Triangular entre os países membros do NBD. Em outra ocasião, junto com autoridades portuguesas, discutiu novas oportunidades de Cooperação Triangular do Fundo da ONU para a Cooperação Sul-Sul. Portugal tem ocupado se destacado no debate internacional sobre Cooperação Triangular.

O Brasil segue firme com a Cooperação Sul-Sul destacando um projeto de fortalecimento de capacidades nos serviços de saúde do Hospital Central de Maputo e o apoio à implementação e à gestão para a prevenção e o controle do câncer em Angola. Com a América Latina, o Brasil abriu conversações com Cuba para as boas práticas de segurança alimentar e nutricional e sobre a genética bovina. Participou da VIII Reunião da Cooperação Técnica Brasil-México com a finalidade de fortalecer instituições e promover a capacitação nos setores agrícola, gestão pública e ciência e tecnologia.

O G-77 e a China discutiram o aumento do nível do mar; se manifestaram sobre a eliminação de medidas econômicas coercitivas unilaterais esperando que o tema possa ser discutido na Cúpula do Futuro e continuam chamando a atenção sobre a dificuldade dos países em desenvolvimento de implementarem os ODS. Mas o grande destaque foi para as reuniões UNFCCC SB60 que se concentraram no financiamento climático, nas Contribuições Nacionalmente Determinadas, os primeiros relatórios de transparência dos países, os Planos Nacionais de Adaptação e como avançar na ação climática por meio de uma transição justa.

O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China emitiu uma declaração exigindo a exclusão de Cuba na lista unilateral de países que alegadamente patrocinam o terrorismo e o levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais contra o povo cubano e o Movimento Jovem dos Não-Alinhados destacaram diversos tópicos relacionados com a COP29 e a inclusão dos jovens na ação climática, no empoderamento e liderança.

O Centro Sul se manifestou sobre o licenciamento compulsório contra preços excessivos de medicamentos, juntou sua voz ao clamor internacional para retirar Cuba da lista arbitrária de países supostamente patrocinadores do terrorismo, destacou a importância da reforma dos sistemas monetários e financeiros internacionais e sobre a comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional sem deixar de lado sua declaração sobre a resistência antimicrobiana (AMR) durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

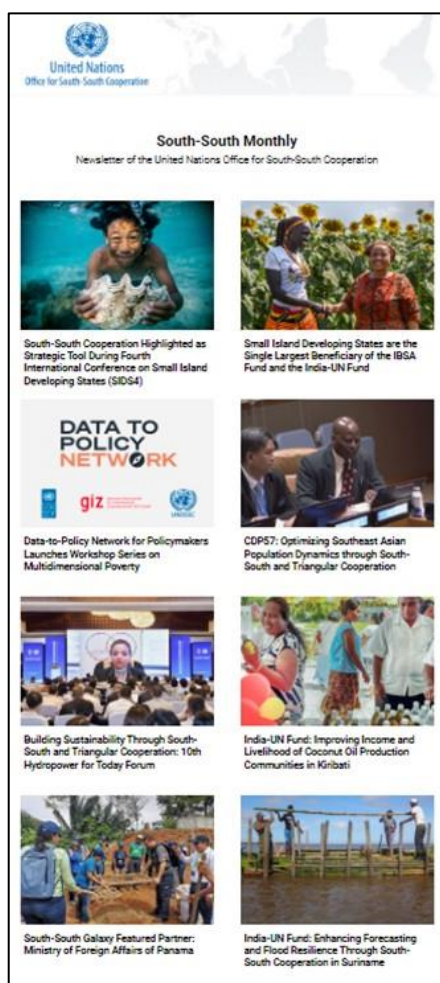
O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos,

especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

## Destaques do UNOSSC

Mais um boletim ***South-South Monthly***, publicado mensalmente pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul destacando as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular na ONU e em todo o mundo.

Basta clicar na figura abaixo, ou cada destaque para entrar no [Boletim de maio de 2024](#).



[Cooperação Sul-Sul destacada como ferramenta estratégica durante a Quarta Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento \(SIDS4\)](#)

[Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são os Maiores Beneficiários do Fundo IBAS e do Fundo Índia-ONU](#)

[Rede de dados para políticas para formuladores de políticas lança série de workshops sobre pobreza multidimensional](#)

[CDP57<sup>116</sup>: Otimizando a Dinâmica Populacional do Sudeste Asiático por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular](#)

[Construindo Sustentabilidade por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular: 10º Fórum Hidrelétrico para Hoje](#)

[Ministério das Relações Exteriores da República do Panamá - Parceiro em Destaque da Cooperação Sul-Sul e Triangular](#)

[Capacitando as Mulheres Karamoja através da Agricultura Comercial](#)

## Sobre o Fundo Índia-ONU

[Fundo Índia-ONU: Melhorando a renda e os meios de subsistência das comunidades produtoras de óleo de coco em Kiribati](#)

[Fundo Índia-ONU: Melhorando a previsão e a resiliência às enchentes por meio da cooperação Sul-Sul no Suriname](#)

[Fundo Índia-ONU: Resultados dos Projetos do Primeiro Trimestre](#)

<sup>116</sup> A quinquagésima sétima sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento

## Sobre os países de língua portuguesa

[Fundo IBAS: Apoio à Gestão da Água, Saneamento e Higiene em Angola](#)

[Cabo Verde combate as alterações climáticas através da cooperação Sul-Sul](#)

Neste [Boletim](#) há ainda exemplos de soluções Sul-Sul e as últimas publicações do UNOSSC

### 11 e 12 de junho de 2024 – Seminário do Novo Banco de Desenvolvimento.



[https://x.com/NDB\\_int](https://x.com/NDB_int)

<https://x.com/UNOSSC>

Durante os dias 11 e 12 de junho, foi realizado o Seminário do Novo Banco de Desenvolvimento, no Egito. Na ocasião, a Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Dilma Rousseff, a Ministra da Cooperação Internacional do Egito, Rania Al-Mashat, e a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, discutiram o fortalecimento da colaboração e oportunidades para avançar na Cooperação Sul-Sul e Triangular entre os países membros do NDB.

Dilma Rousseff, destacou o papel estratégico do Egito como um corredor comercial importante entre a Ásia e a África. Enfatizou o compromisso do Banco em apoiar o desenvolvimento do Egito através de financiamento e áreas de cooperação, incluindo setores que apoiam a transição verde e parcerias com os países do BRICS.

Dima Al Khatib, Diretora do UNOSSC observou que o Novo Banco de Desenvolvimento é um modelo exemplar de financiamento do desenvolvimento Sul-Sul, alavancando o desenvolvimento de infraestruturas para impulsionar a indústria, estimular o crescimento econômico e ajudar os mercados emergentes e os países em desenvolvimento a alcançar os seus objetivos de desenvolvimento. A parceria com o Banco desbloqueia a negociação em moedas nacionais e o aumento da utilização de trocas da dívida, o acesso do setor privado ao financiamento concessional e a Cooperação Sul-Sul.



**30 de maio de 2024** - A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, a Embaixadora Ana Paula Zacarias da Missão de Portugal na ONU e a Presidente do Instituto Camões, Ana Fernandes, discutiram marcos que levaram ao lançamento da nova janela de Cooperação Triangular do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

<https://x.com/UNOSSC>

Ao longo dos últimos anos Portugal tem ocupado um lugar de destaque na promoção do debate internacional sobre Cooperação Triangular, que se torna ainda mais relevante frente aos grandes desafios globais.

## O Brasil na cooperação Sul-Sul

Com os países de língua portuguesa

3 de junho de 2024 – Projeto de fortalecimento de capacidades em gestão hospitalar nos serviços de saúde do Hospital Central de Maputo



<https://x.com/ABCgovBr>

Maputo, a capital moçambicana, recebeu a visita de uma delegação brasileira composta de profissionais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Itamaraty, Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e médicos do Hospital das Clínicas de São Paulo para o "Projeto de fortalecimento de capacidades em gestão hospitalar nos serviços de saúde do Hospital Central de Maputo", com o objetivo de contribuir para a capacitação técnica de profissionais nas áreas de gestão de clínicas. O projeto tem dois componentes principais:

- 1) aplicação do modelo "Controle da Qualidade Hospitalar" (CQH), que visa o aprimoramento, a gestão, a segurança do paciente e a qualidade da assistência prestados; e
- 2) apoio para o estabelecimento de um núcleo de transferência de pacientes de urgência (núcleo de regulação), que deverá ser finalizado no final de 2024.

Até lá estão previstas uma série de atividades de monitoramento e identificação de eventuais pendências, além da discussão sobre uma possível segunda fase do projeto.

A iniciativa é uma cooperação técnica trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, que se iniciou em 2022 e já formou cerca de 130 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros e especialistas do Hospital Central de Maputo, bem como técnicos do Ministério da Saúde de Moçambique.





<https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1268>

**07 de junho de 2024 - O Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Instituto Angolano de Controle do Câncer (IAAC) celebram o projeto “Apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer em Angola”**

O projeto, coordenado pela ABC em parceria com o Ministério da Saúde do Brasil tem o objetivo de contribuir com a consolidação da política e do plano nacional de Prevenção e Controle do Câncer em Angola e melhorar a atenção prestada aos pacientes do IACC para a detecção precoce, à confirmação diagnóstica e ao tratamento do

câncer.

Essa cooperação teve início em 2018, quando o INCA recebeu 7 médicos do IACC para formação nos moldes de uma residência médica, e também 2 físicos, que realizaram formação mais curta, de 03 meses.

Atualmente, trinta angolanos estão estudando e se capacitando no INCA e adquirindo experiências práticas para aplicarem em seu país.

O programa de cooperação técnica Brasil – Angola foi firmado entre o Brasil e Angola em 11 de junho de 1980 e promulgado em 05 de outubro de 1990. Nesse período, mais de 70 iniciativas já foram realizadas, sendo o setor da saúde um dos mais emblemáticos dessa parceria bilateral, destacando o “Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola”, já mencionado nos informes [CRIS 5 de 2024](#) e [CRIS 7 de 2024](#).

### No âmbito da América Latina



<https://x.com/ABCgovBr>

### 10 a 15 de junho de 2024

O grupo visitou cooperativas e empresas brasileiras e conheceu produtos e fertilizantes com potencial para uso pelos agricultores familiares de Cuba de forma a contribuir com a produção de milho e soja.

Outra área de interesse de Cuba foram as boas práticas capazes de promover o aumento dos índices de segurança alimentar e nutricional da população cubana.

A missão permitiu também uma troca de informações entre os governos dos dois países sobre a genética bovina para produção de leite no Brasil, assim como melhores práticas e variedades genéticas para produção de arroz, soja e milho, e formas de aumentar rapidamente a produção de ovos em Cuba.





<https://x.com/ABCgovBr>

### **12 a 14 de junho de 2024 - VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México.**

Esta reunião, foi realizada na sede do Ministério das Relações Exteriores do México entre 12 e 14 de junho de 2024 com a participação das duas agências de cooperação internacional dos dois países, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AMEXCID) com a finalidade de fortalecer instituições e formar pessoal técnico. Ao final foi aprovado um programa de cooperação para o período 2024-2026 composto por seis projetos nos setores agrícola, de

gestão pública e de ciência e tecnologia, são eles:

- na área de agricultura, duas iniciativas: combate à mosca de fruta e apoio à produção de mamona;
- gênero, no combate à violência contra a mulher e política de cuidados;
- cooperação espacial, por meio do intercâmbio de conhecimentos sobre o programa Artemis;
- atenção a emergências, com treinamento de resgate em estruturas colapsadas; e,
- programas sociais de inclusão digital.



<https://x.com/ABCgovBr>

### **10 e 11 de junho de 2024 – XII Reunião de Pontos Focais de Comunicação da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)**

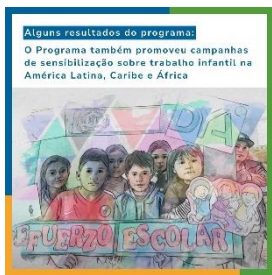
Esta reunião foi realizada em Lima, Peru, para promover a troca de experiências e de boas práticas em comunicação para projetos da cooperação ibero-americana na região. Serviu também como ponto de partida para os preparativos do **Dia da Ibero-América, a ser celebrado em 19/7/2024**, bem como para a divulgação da campanha da semana da Cooperação Ibero-Americana, que ocorre anualmente em outubro<sup>117</sup>.

### **12 de junho de 2024 – Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil**

Neste dia a ABC e a Organização Internacional do Trabalho - OIT Brasil, celebraram os avanços e conquistas desta parceria dentro da Cooperação Sul-Sul, existente desde 2009.

Atualmente, estão em execução quatro projetos importantes, incluindo a promoção do trabalho decente em países produtores de algodão na América Latina e África, e a erradicação do trabalho infantil na América Latina e Caribe.

<sup>117</sup> <https://www.instagram.com/p/C8Fx8h0yJlq/>



O projeto promoveu campanhas de sensibilização sobre o trabalho infantil na América Latina e África



Justiça Social para o Sul Global contribui para a eliminação do trabalho infantil e trabalho forçado

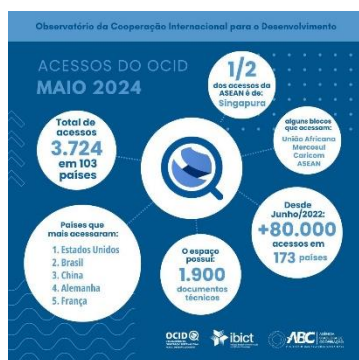


Mali criou o grupo móvel de fiscalização para prevenir e eliminar o trabalho infantil



Em Timor-Leste foi criado o primeiro sistema de previdência social

<https://x.com/ABCgovBr>



<https://x.com/ABCgovBr>

## 11 de junho de 2024 - Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (OCID)<sup>118</sup>

Dentre as diversas iniciativas de cooperação Sul-Sul coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) está a manutenção de um Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Uma plataforma online de informações que incluem atores, documentos, fontes de dados, terminologias e eventos.

O sitio web reúne documentos de governos, Organizações Internacionais e academia sobre diversos temas que envolvem a cooperação técnica, a governança global, ajuda humanitária, gênero, agricultura, educação, saúde e outros. Uma série de *think tanks* e agências governamentais, além de diversos financiadores estão envolvidos.

Desde o seu lançamento, em junho de 2022<sup>119</sup>, a plataforma já foi acessada mais de 80.500 vezes, e os países que mais usam são: Estados Unidos, China, França e Alemanha, além do Brasil. Nos países que fazem parte da União Africana, Moçambique é quem mais utilizou a plataforma. Nos países da ASEAN, Singapura e Vietnam, seguidos pela Indonésia e Filipinas são os que mais a utilizaram.

### Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

<sup>118</sup> <https://ocid.ibict.br/>

<sup>119</sup> [https://www.instagram.com/p/C8FGfv-uid-/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C8FGfv-uid-/?img_index=1)

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>120</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>121</sup>, Paris (UNESCO)<sup>122</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>123</sup>, Viena (UNIDO)<sup>124</sup> e Washington (G-24)<sup>125</sup>.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

**De 04 a 17 de junho de 2024, o G-77 e a China participaram de:**

- 3 reuniões da AGNU
- 1 reunião do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC)
- Reuniões dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (UNFCCC SB60) em Bonn na Alemanha.



**New York 14 de junho de 2024**

Declaração do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC) e da China exigindo a exclusão de Cuba na lista unilateral de países que alegadamente patrocinam o terrorismo e o levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais contra o povo cubano

Recentemente, o governo dos Estados Unidos anunciou a retirada de Cuba da lista de países que não cooperam plenamente com os esforços antiterroristas dos Estados Unidos.

No entanto, o Departamento de Estado americano mantém Cuba na lista unilateral de Estados que alegadamente patrocinam o terrorismo.

Esta acusação injusta e infundada serve de pretexto para impor medidas coercivas unilaterais adicionais contra Cuba e reforçou, a níveis sem precedentes, o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra o povo cubano.

O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China apelam à remoção imediata de Cuba dessa lista unilateral.

O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China reitera o seu apelo ao Governo dos Estados Unidos para que ponha fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a essa nação irmã há mais de seis décadas e que constitui o grande obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China reitera também a sua firme rejeição à imposição de leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras

---

<sup>120</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>121</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>122</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>123</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>124</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>125</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

formas de medidas coercivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento e reitera a necessidade urgente de as eliminar imediatamente.

O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China apela ao estrito cumprimento das 31 resoluções adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a **"Necessidade de acabar com o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba"**.



#### **New York 14 de junho de 2024**

Declaração feita pelo Sr. Marvin Ikondere, 3º Secretário e consultor jurídico da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre a reunião de alto-nível sobre o enfrentamento das ameaças existenciais colocadas pelo aumento do nível do mar

O Grupo ressalta a resolução sobre as modalidades da Reunião de Alto Nível sobre a subida do nível do mar, durante a qual os EUA, apoiados pela UE e pelo Reino Unido, propuseram alterar a nota de rodapé do Acordo de Paris que foi adotada no âmbito da

UNFCCC.

Vários países se opuseram e foi feita uma proposta para a criação de um pequeno grupo para discutir mais profundamente esta questão.

No que diz respeito ao texto em questão, o G-77 e a China destacam que a nota de rodapé, tal como está, é um compromisso assumido entre os Estados-Membros sobre como se referir ao Acordo de Paris. O G-77 e a China rejeitam quaisquer tentativas de alterar a nota de rodapé e não participarão em quaisquer discussões em pequenos grupos a este respeito. O Grupo gostaria de chamar a atenção para a carta dirigida ao presidente do 2º Comitê na 78ª sessão da AGNU, na qual o Grupo rejeitou as tentativas de alterar a nota de rodapé acima mencionada.

A referência ao Acordo de Paris adotado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (CQNUMC), e relacionado na nota de rodapé, "Adotado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (CQNUMC) em [FCCC/CP/2015/10 Add. 1, decisão 1/CP.1](#)", reflete um acordo político cuidadosamente construído entre os Estados-Membros que emana de longas discussões na Segunda Comissão durante as sessões anteriores.

O G-77 e a China assinalaram que a referida nota de rodapé é uma referência à decisão 1/CP.1 da UNFCCC COP21 intitulada "Adoção do Acordo de Paris", que contém o Acordo de Paris no anexo, e está disponível em todos os 6 idiomas oficiais da ONU, enquanto a nota de rodapé proposta pela Seção de Edição, "Nações Unidas, Série de Tratados, vol. 3156, no. 54113", é uma referência bibliográfica que direciona apenas ao Acordo de Paris e, portanto, não reflete o alcance total do compromisso alcançado entre os Estados-Membros, que também inclui disposições na decisão de cobertura.

Por conseguinte, o grupo apela à manutenção da nota de rodapé acima mencionada e à não alteração da mesma.

## **A AGNU convocou uma reunião plenária de alto nível de um dia para abordar as ameaças existenciais representadas pela subida do nível do mar a ser realizada em 25 de setembro de 2024**

Para saber mais, [clique aqui](#)



### **New York 13 de junho de 2024**

Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda na ONU, em nome do G-77 e da China durante a reunião plenária da AGNU sobre o item 28 da agenda intitulado "Eliminação de medidas econômicas coercitiva extraterritoriais unilaterais como meio de compulsão política e econômica"

Este é um tema importante, que afeta um grande número de países do Sul Global.

Os países em desenvolvimento já enfrentam grandes desafios, incluindo o aumento de ações ou políticas unilaterais, políticas econômicas e comerciais e o enfraquecimento do multilateralismo, que constituem violações flagrantes dos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, no direito internacional e nos propósitos da ONU.

É urgente bloquear estas ações que ameaçam o desenvolvimento econômico e social dos países e, conseqüentemente, os impedem de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A aplicação destas medidas, juntamente com todas as medidas protecionistas unilaterais, incluindo barreiras tarifárias e não tarifárias, também violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), prejudicam o sistema comercial multilateral e ameaçam gravemente o comércio livre, o direito dos Estados de exportar ou importar bens ou serviços dos mercados mundiais e investir em seu desenvolvimento sustentável. Estas medidas constituem meios de discriminação arbitrária contra os países em desenvolvimento. O impacto destas medidas afeta também a cooperação técnica e financeira, a transferência de tecnologia, a produção agrícola e industrial dos países, o acesso aos alimentos, o fornecimento de medicamentos, vacinas, tratamentos e equipamentos médicos para tratar doenças, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19.

O G-77 e a China aplaudem adoção da [resolução 78/135 da AGNU](#) sobre "Medidas econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica contra os países em desenvolvimento", e solicita ao Secretário-Geral que monitorize a imposição de medidas econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica e estude, com o apoio e a cooperação dos coordenadores residentes e das equipes nacionais da ONU, o impacto destas medidas nos países afetados, incluindo o impacto no comércio e no desenvolvimento.

Esta questão foi bastante discutida e refletida nas conclusões e recomendações recentemente acordadas do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento de 2024.

Espera-se que este também seja o caso nos documentos finais da próxima Cúpula do Futuro, atualmente em negociações, uma vez que esta questão não pode mais ser ignorada e deve ser abordada de forma firme e eficaz, inclusive como parte do compromisso do G-77 de não deixar um atrás.



O Grupo rejeita categoricamente a aplicação de medidas coercivas unilaterais e apela para que os países se abstenham de impor estas medidas, incluindo as sanções unilaterais e restrições comerciais, que têm um impacto negativo nos direitos humanos de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento e aumentam o fosso entre estes países e os países desenvolvidos.

Em vez disso, os países deveriam demonstrar maior solidariedade e cooperação para apoiar outros na superação dos enormes desafios e vulnerabilidades que enfrentam para implementar a Agenda 2030 em conformidade com o espírito da Carta das Nações Unidas.



<https://x.com/ugandamissionun>

#### **New York 04 de junho de 2024**

Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda na ONU, em nome do G-77 e da China na sessão anual de 2024 do Conselho Executivo do PNUD/ UNFPA/UNOPS – segmento PNUD: Dialogo interativo com o administrador

O Embaixador Kwoba agradeceu o Administrador do PNUD, Sr. Achim Steiner, pelo relatório sobre o trabalho da Organização em 2023 e o progresso em relação ao Plano Estratégico, 2022-2025.

Destacou que os países em desenvolvimento continuam enfrentando desafios sem precedentes que dificultam a sua capacidade de recuperação dos impactos socioeconômicos negativos da pandemia de Covid-19 e das múltiplas crises.

A meio do caminho de 2030, uma avaliação preliminar de cerca de 140 metas mostra que apenas ao redor de 12% dos ODS estão no caminho certo. Além disso, houve uma regressão da fome para níveis de 2005, demonstrando que 575 milhões de pessoas ainda estarão vivendo na pobreza extrema em 2030 e apenas cerca de um terço dos países atingirá a meta de reduzir para metade os níveis nacionais de pobreza.

O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas tem um papel crucial a desempenhar no apoio aos esforços nacionais dos países para alcançar os ODS e superar os desafios de desenvolvimento.

Em um ano marcado pela convocação da Cúpula do futuro, é importante que o PNUD apoie fortemente os esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável e para a realização da Agenda 2030 que devem estar alinhados às necessidades e prioridades nacionais dos países. O PNUD terá um papel importante no apoio aos Estados-Membros na implementação dos resultados desta Cúpula, alavancando o seu papel integrador dentro da ONU.

O G-77 e a China destacam o compromisso do PNUD com o pioneirismo em soluções de financiamento, especialmente através dos Quadros de Financiamento Nacional Integrado (*Integrated National Financing Frameworks* - INFFs); do financiamento climático, da digitalização e do avanço do desenvolvimento em contextos de crise.

O Grupo reiterou seu objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, reconhecida como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. O trabalho do PNUD para a

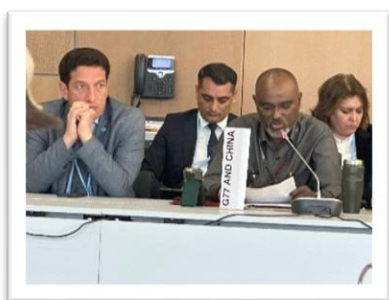
erradicação da pobreza é altamente necessário e deve continuar a ser um foco central de seu trabalho para não deixar verdadeiramente ninguém para trás.

É fundamental que os Estados-Membros cumpram os seus compromissos financeiros para permitir que o PNUD e outras entidades respondam adequadamente frente aos desafios de desenvolvimento em rápida mudança. É preciso garantir o financiamento básico para atividades de desenvolvimento é indispensável para alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2030, no Plano Estratégico do PNUD, e para sustentar o seu papel central no sistema de desenvolvimento revigorado.

O Grupo reitera, a importância do cumprimento dos compromissos acordados com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que continuarão a ser cruciais para os ODS. O desequilíbrio entre as contribuições regulares e voluntárias continua a ser motivo de grande preocupação na medida que ações em prol do desenvolvimento continuam aumentando. É importante que haja previsibilidade e disponibilidade de recursos regulares para permitir ao PNUD cumprir o seu mandato de forma eficiente e independente. A redução do financiamento para o desenvolvimento pode ter efeitos irreversíveis nos países em desenvolvimento.

O G-77 e a China sugerem que à medida que se avança para o próximo processo QCPR<sup>126</sup>, é necessário mudar o foco de reformas orientadas para o processo para uma aceleração da implementação dos ODS orientada para o impacto.

O Grupo destacou as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e lembrou das conclusões da 21ª sessão do Comité de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, realizada em 2023.



#### **1 a 6 de junho de 2024 - Reuniões dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (UNFCCC SB60).**

As reuniões sobre Mudanças Climáticas da ONU são formalmente chamadas da 60ª Sessão dos Órgãos Subsidiários (SB60) são organizadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e foram realizadas de 3 a 13 de junho em Bonn na Alemanha, na sede da ONU Mudanças Climáticas.

As reuniões UNFCCC SB60 se concentraram no financiamento climático, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os primeiros relatórios bienais de transparência dos países, os Planos Nacionais de Adaptação e como avançar na ação climática por meio de uma transição justa.

Vale lembrar que estas sessões têm um peso significativo na preparação para a COP29 que será realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão.

---

<sup>126</sup> A Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas (QCPR) é um processo que a AGNU utiliza para avaliar a eficácia das atividades de desenvolvimento da ONU. O QCPR também estabelece orientações políticas para a cooperação para o desenvolvimento da ONU e modalidades a nível nacional. O QCPR é uma ferramenta fundamental para orientar o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) nas suas atividades operacionais para o desenvolvimento.

**1º junho de 2024** – Logo antes das reuniões UNFCCC SB60, o G-77 e a China organizaram 2 dias de consultas prévias para que os países membros e em desenvolvimento tivessem posições comuns sobre as diferentes questões relacionadas com a crise climática.



<https://x.com/home>

**03 de junho de 2024** – Na abertura do UNFCCC SB60, o Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas fez uma declaração em nome do G-77 e da China), destacando que um dos objetivos do Grupo é colaborar para que toda a sociedade possa funcionar em uma economia descarbonizada, promovendo um mundo resiliente e com zero emissões de carbono. A expectativa do G-77 e da China é juntar ambição e financiamento para manter a temperatura terrestre dentro do 1,5 grau esperados e ter financiamento adequado para ser um facilitador essencial para atingir esse objetivo.

No mesmo dia 03 de junho de 2024, o Grupo Africano de Negociadores sobre as alterações climáticas, acordaram em dividir a presidência do Grupo entre Quênia e Tanzânia pondo fim ao impasse da liderança e de acordo com os interesses do G-77 e dos países em desenvolvimento. Cada país ficará um ano na presidência



<https://x.com/home>

**04 de junho de 2024** - O Embaixador Adonia Ayebare se reuniu com Yalchin Rafiyev, o principal negociador da COP29 e Vice-ministro de Relações Exteriores do Azerbaijão, à margem da 60ª reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas para discutir a cooperação entre a COP 29 e o G-77 e a China.

Foram 817 ONGs credenciadas como observadoras nestas reuniões, trazendo uma ampla variedade de vozes, regiões e perspectivas.

## **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

## **Destaque do MNA**

A participação ativa do Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas e presidente do G-77 e do Movimento dos não-alinhados, durante as Reuniões dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as



alterações climáticas (UNFCCC SB60), que foram realizadas de 3 a 13 de junho em Bonn na Alemanha, pode ser vista na sessão do G-77 deste informe.

Estas sessões são importantes na preparação para a COP29 que será realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão.

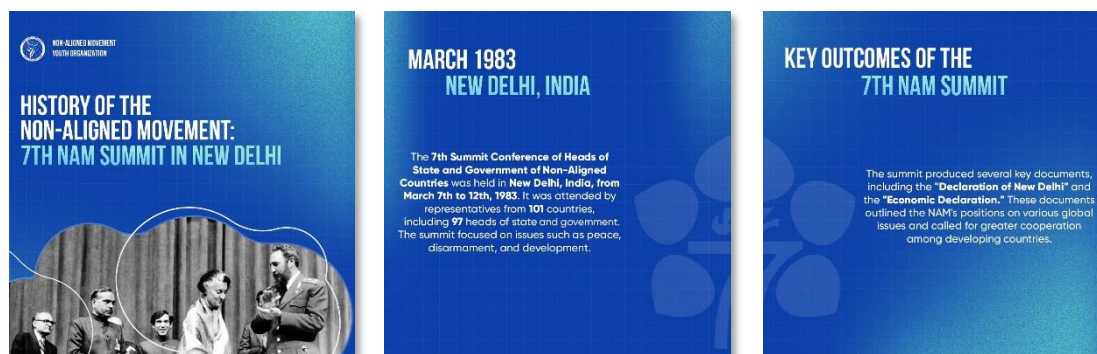
O Comitê de Coordenação do MNA e do G-77 e a China emitiu uma declaração exigindo a exclusão de Cuba na lista unilateral de países que alegadamente patrocinam o terrorismo e o levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais contra o povo cubano que pode ser vista na sessão do G-77 acima.

### **Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

### **Destaques do NAMYO**

Dando seguimento à série sobre a "**História do Movimento dos Não-Alinhados**" para que os seus princípios sejam conhecidos pelos mais jovens, o NAMYO destacou, desta vez, a 7ª Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Não-Alinhados realizado em 1983 em Nova Deli na Índia.



<https://x.com/home>

A 7ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do MNA foi realizada em Nova Deli, Índia, de 7 a 12 de março de 1983 com a presença de representantes de 101 países, incluindo 97 chefes de Estado e de Governo. A Cúpula centrou-se na paz, desarmamento e no desenvolvimento e produziu vários documentos importantes, incluindo a "**Declaração de Nova Deli**" e a "**Declaração Econômica**". Estes documentos delinearão as posições do MNA sobre várias questões globais e apelaram a uma maior cooperação entre os países em desenvolvimento.

Na Cúpula, Bahamas, Barbados, Colômbia e Vanuatu foram admitidos como novos Estados membros, Papua Nova Guiné, Antígua e Barbuda como observadores e a República Dominicana como Estado convidado.

Para te acesso ao documento final da 7ª Cúpula do MNA, [clique aqui](#)



## 12 de junho de 2024 - Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

Neste dia, o NAMYO promoveu a discussão sobre o tema, para eliminar o trabalho infantil em todo o mundo.

Hoje, 160 milhões de crianças são vítimas do trabalho infantil e os conflitos, as diversas crises e o Covid-19 agravaram a situação.

O NAMYO apela a esforços renovados para apoiar os direitos das crianças. Juntos, pode-se garantir que todas as crianças tenham direito à educação, à segurança e a uma infância cheia

de esperança!



## 9 de junho de 2024 – Protocolo de Kioto

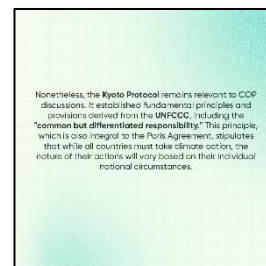
O Protocolo de Kioto foi o primeiro acordo juridicamente vinculativo a operacionalizar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (UNFCCC), estabelecendo metas e compromissos para combater as alterações climáticas.

Embora tenha sido substituído pelo Acordo de Paris, continua relevante nas discussões da COP devido aos princípios fundamentais que incorpora.

<https://x.com/home>

O NAMYO pensando na COP29 destaca algumas informações relevantes sobre o Protocolo de Kioto que foi adotado em 11 de dezembro de 1997 em Kioto, Japão, na COP3.

Sua importância está no fato de que pela primeira vez foi possível estabelecer objetivos e compromissos juridicamente vinculativos. Foi um protocolo adicional à organização da UNFCCC e o objetivo era enfrentar as alterações climáticas através de medidas de prevenção climática e incluía regulamentos claros sobre a forma como os gases de efeito estufa deveriam ser reduzidos.



<https://x.com/namyouthorg/status/1799757857845383359>

Durante a COP18 em Doha, as partes do Protocolo de Kioto se reuniram para adotar alterações que incluíssem novas metas de redução de emissões para o segundo período de compromisso de 2012 a 2020.

No entanto, o Protocolo de Kioto continua relevante para as discussões da COP. Estabeleceu princípios e disposições fundamentais derivados da UNFCCC, incluindo a responsabilidade comum, mas diferenciada.

No entanto, o Protocolo foi finalmente substituído pelo Acordo de Paris, que foi adotado em 2015.

Este princípio, que também é parte integrante do Acordo de Paris, estipula que, embora todos os países devam tomar medidas climáticas, a natureza das suas ações irá variar com base nas suas circunstâncias nacionais individuais.



<https://seors.unfccc.int>

não-alinhados, eles promoveram uma discussão com foco na inclusão dos jovens na ação climática e no empoderamento e liderança dos jovens.

Para a Presidência da COP29, foi importante ouvir as vozes dos Países menos desenvolvidos pois na COP29 em Baku, as necessidades das comunidades frágeis, que são muitas vezes as mais desfavorecidas, serão destacadas.

### Outros destaques do NAMYO



### 7 de junho de 2024 - Dia Mundial da Segurança Alimentar

O NAMYO destacou a necessidade de reconhecer o significado da segurança alimentar na saúde e bem-estar e da importância da preparação na prevenção de incidentes de segurança alimentar. É alarmante que, em todo o mundo, uma em cada dez pessoas, adoecia anualmente devido a alimentos contaminados.

### 5 de junho de 2024 - Dia Mundial do Meio Ambiente

Celebrado anualmente em 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído pela ONU para chamar a atenção das questões ambientais prevaletentes no mundo contemporâneo.

### Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade dos países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

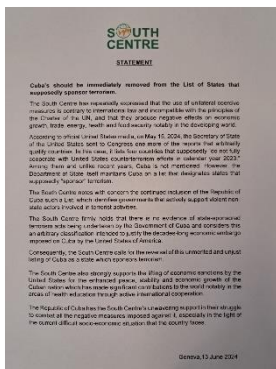
## 14 de junho de 2024 - Licenciamento compulsório como alternativa contra preços excessivos de medicamentos que salvam vidas

A crise do Covid-19 intensificou os debates de uma década sobre a interação entre os direitos de propriedade intelectual, o direito da concorrência e o acesso a tratamentos e vacinas que salvam vidas a preços acessíveis.

O licenciamento compulsório de medicamentos patenteados é um método experimentado e testado para expandir o acesso, especialmente numa situação de “emergência nacional ou outras circunstâncias de extrema urgência”, na seção do Artigo 31(b) do Acordo TRIPS. Algumas legislações, como a legislação europeia em matéria de concorrência, oferecem um conjunto de ferramentas para reduzir o exercício de direito da propriedade intelectual, caso estes entrem em conflito com determinadas regras de concorrência, tais como regras que proíbem preços excessivos por parte de empresas dominantes.

O artigo analisa a interface entre o direito da propriedade intelectual e o direito da concorrência em geral, passando para a jurisprudência constante do Tribunal de Justiça da União Europeia. Apresenta uma visão geral dos argumentos jurídicos e econômicos relacionados com a proibição de preços excessivos e a principal jurisprudência do direito da concorrência europeu sobre o assunto e discute se o licenciamento compulsório como remédio contra preços excessivos de produtos farmacêuticos patenteados que salvam vidas pode ser uma solução viável e remédio apropriado. Finalmente, o documento oferece recomendações políticas relativas ao licenciamento compulsório baseado em preços excessivos.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).



### 14 de junho de 2024 – O Centro Sul juntou sua voz ao clamor internacional para retirar Cuba da lista arbitrária de países supostamente patrocinadores do terrorismo

#### Declaração do Centro Sul.

Cuba deveria ser imediatamente retirada da Lista de Estados que supostamente patrocinam o terrorismo.

O Centro Sul tem expressado repetidamente que a utilização de medidas coercivas unilaterais é contrária ao direito internacional e incompatível com os princípios da Carta das Nações Unidas, e que produzem efeitos negativos no crescimento econômico, no comércio, na energia, na saúde e na segurança alimentar, em o mundo em desenvolvimento.

Segundo fontes oficiais dos Estados Unidos, em 15 de maio de 2024, o Secretário de Estado Antony Blinken enviou ao Congresso mais um relatório que qualifica arbitrariamente os países que supostamente “não cooperaram totalmente com os esforços antiterroristas dos Estados Unidos no ano civil de 2023”. Contrário aos últimos anos, Cuba não é mencionada.

Contudo, o próprio Departamento de Estado mantém Cuba em uma lista que qualifica estados que supostamente “patrocinam” o terrorismo.

O Centro Sul registrou com preocupação a contínua inclusão de Cuba nessa Lista, que identifica governos que apoiam ativamente atores não estatais violentos envolvidos em atividades terroristas. O Centro Sul defende firmemente que não há provas de atos terroristas patrocinados pelo Governo de Cuba e considera esta uma classificação arbitrária destinada a

justificar o embargo econômico de 60 décadas imposto a Cuba pelos Estados Unidos da América. Consequentemente, o Centro Sul apela à reversão desta lista imerecida e injusta.

O Centro Sul também apoia fortemente que sejam suspensas as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos para que Cuba possa se concentrar no fortalecimento da paz, estabilidade e crescimento econômico. Cuba tem feito contribuições significativas para o mundo, especificamente nas áreas da saúde e da educação através de uma cooperação internacional ativa.

A República de Cuba conta com o apoio inabalável do Centro Sul na sua luta para combater todas as medidas negativas que lhe são impostas, especialmente à luz da atual difícil situação socioeconômica que o país enfrenta.

Para ler a declaração original, [clique aqui](#).



### **13 de junho de 2024 – Reunião de Pequim sobre BRICS e Reforma dos Sistemas Monetários e Financeiros Internacionais.**

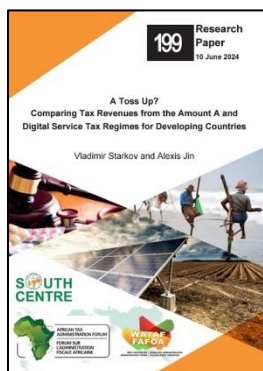
Em 20 de maio de 2024, o Clube de Pequim para o Diálogo Internacional e o Centro Sul organizaram conjuntamente um diálogo a portas fechadas em Pequim sobre os BRICS e a Reforma dos Sistemas Monetários e Financeiros Internacionais.

Especialistas dos BRICS e de outros países participaram e trocaram opiniões sobre o estado atual das reformas, como proceder no futuro, bem como sobre a perspectiva da Cúpula dos BRICS na Rússia.

Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul afirmou que o sistema financeiro internacional está ultrapassado e não consegue enfrentar os desafios do século XXI, por isso, é necessária uma reforma urgente.

O BRICS+ é uma força importante no mundo, uma vez que os seus membros originais e recentemente expandidos são países em desenvolvimento de importância sistêmica. Os seus esforços unidos teriam um impacto significativo que os países desenvolvidos não podem ignorar. Os BRICS têm um grande potencial para se desenvolverem e se tornarem mais assertivos na reforma do sistema financeiro global; o Centro Sul sempre apoiou o BRICS.

Para saber mais sobre esta reunião, [clique aqui](#).



### **10 de junho de 2024 - Documento de Pesquisa nº 199 - Um lance para cima? Comparação das receitas fiscais do Montante A e dos regimes fiscais sobre serviços digitais para países em desenvolvimento. Por Vladimir Starkov e Alexis Jin.**

Neste artigo, tentamos estimar as receitas fiscais a serem obtidas pelos Estados-membros do Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF), do Fórum de Administração Fiscal da África Ocidental (WATAF), da União Africana (UA) e do Centro Sul ao abrigo do Montante A e de um regime de tributação alternativo estilizado de Impostos sobre Serviços Digitais (ISD). Nossa investigação demonstra que os efeitos comparativos das receitas dos regimes fiscais do Montante A e do ISD



dependem em grande medida (a) da combinação de atividades econômicas nacionais relevantes em jurisdições de mercado (ou seja, receitas provenientes do país como uma jurisdição de mercado sob o Montante A e o nível das receitas dos serviços digitais automatizados gerados no país), (b) detalhes de concepção do regime do ISD, tais como a taxa de imposto do ISD e a natureza das atividades a serem tributadas, e (c) a isenção da dupla tributação, se houver, que os países concederão aos contribuintes nacionais e estrangeiros no âmbito do ISD. Este documento contém análises baseadas em fontes de informação disponíveis para investigadores do setor privado e não envolve a revisão de qualquer informação que os contribuintes individuais tenham fornecido às autoridades fiscais.

Para ler o documento, [clique aqui](#)



### **Junho de 2024 – Revelando as Controvérsias: As TIC na Agricultura e os Desafios para África**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm o potencial de revolucionar a agricultura na África, oferecendo uma infinidade de benefícios aos agricultores e às partes interessadas em toda a cadeia de valor agrícola.

Esses benefícios incluem a democratização da informação, onde os agricultores podem acessar previsões meteorológicas em tempo real, preços de mercado e informações agrônomas através de aplicativos móveis (Cravero et al., 2022).

As TIC capacitam os agricultores e os ajudam a tomar decisões informadas sobre a gestão das culturas, a atribuição de recursos e as estratégias de mercado.

Além disso, as TIC facilitam a inclusão financeira, com plataformas digitais com acesso a crédito, seguros e serviços bancários, aumentando sua resiliência financeira (Parlasca et al., 2022).

As TIC podem contribuir para a sustentabilidade agroalimentar, otimizando a utilização de recursos, reduzindo o impacto ambiental e contribuindo para práticas agrícolas sustentáveis (Bilali & Allahyari, 2018).

Através da conectividade e de soluções baseadas em dados, as TIC criariam um cenário agrícola mais interligado e resiliente na África, promovendo o aumento da produtividade, a melhoria dos meios de subsistência e a segurança alimentar a longo prazo (Ayim et al., 2022).

Embora as TIC tenham sido aclamadas por revolucionarem a agricultura global, com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que prevê que o mercado de tecnologias de agricultura de precisão atingirá 10 bilhões de dólares até 2025, esta visão otimista muitas vezes ignora desafios críticos, particularmente no Sul Global, e mais especificamente na África (FAO, 2021). Na África, a exclusão digital é acentuada, com apenas cerca de 25% dos agricultores africanos tendo acesso à Internet, em comparação com mais de 80% nos países desenvolvidos (UIT, 2020).

Esta lacuna não só destaca os desafios, mas também levanta questões sobre a distribuição equitativa e o potencial das TIC para transformar a agricultura nos países em desenvolvimento.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

### **Mai de 2024 - Declaração do Centro Sul sobre a alteração do Regulamento Sanitário Internacional-RSI) durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde.**

O Centro Sul felicitou os Estados-membros da OMS pelos esforços para aprovar as revisões do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) durante a realização da 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), apesar das tensões e pressões que caracterizaram a fase final das negociações.

O RSI, adotado em 2005, é juridicamente vinculativo para 196 Estados-partes. O Regulamento contribui para prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública à propagação internacional de doenças. Em 2024, a AMS aprovou um conjunto de alterações ao RSI que reforçará a cooperação internacional para apoiar a segurança e a equidade no domínio da saúde, ao mesmo tempo em que reconhece a soberania dos países na gestão de eventos e emergências de saúde pública que têm o potencial de atravessar fronteiras.

Para ler a Declaração completa, [clique aqui](#).



### **Mai de 2024 – Declaração do Centro Sul sobre Resistência Antimicrobiana (AMR) durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde**

A 77ª AMS aprovou resolução sobre Resistência Antimicrobiana (AMR). O Centro Sul felicitou a decisão de intensificar a ação contra esta pandemia silenciosa e destacou a ameaça do surgimento de resistência a medicamentos contra as Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN). Ressaltou ainda a necessidade de aumentar o apoio às parcerias públicas de desenvolvimento e à capacidade de pesquisa e fabricação regional para novos e acessíveis diagnósticos, vacinas e tratamentos.

Para ler a Declaração completa, [clique aqui](#)



### **31 de maio de 2024 – O que o Camboja pode aprender da Tailândia e Índia enquanto se prepara para deixar de ser um Estado menos desenvolvido**

Espera-se que o Camboja mude de patamar e deixe de ser considerado um País Menos Desenvolvido. No entanto, esta mudança de patamar implica em uma série de compromissos, entre eles, a obrigação de disponibilizar patentes para produtos e processos farmacêuticos para cumprir com suas obrigações do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS).

Considerando sua transição iminente do estatuto de PMA, é necessário equilibrar suas políticas e regulamentos de propriedade intelectual (PI) com as prioridades de saúde pública para garantir o acesso a medicamentos a preços acessíveis. Isto será fundamental para alcançar a cobertura universal de saúde, um dos ODS.

Este artigo examina as leis e regulamentos de PI do Camboja para identificar disposições que poderiam reduzir o acesso a medicamentos genéricos acessíveis quando o país começar a conceder patentes para produtos farmacêuticos. Compara sistematicamente as leis e regulamentos de PI do Camboja com os da Tailândia e da Índia, dois países em desenvolvimento que tiveram alguns sucessos na preservação do acesso a medicamentos, apesar da introdução de patentes farmacêuticas.

Identifica lições para o Camboja a partir das experiências da Tailândia e da Índia na implementação do TRIPS e na utilização das flexibilidades do TRIPS, como o licenciamento compulsório, para garantir o acesso a um fornecimento sustentável de medicamentos genéricos a preços acessíveis.

As principais recomendações para a reforma no Camboja incluem o reforço da utilização das flexibilidades preventivas e corretivas do TRIPS e a remoção de sanções penais para violações de patentes. O país deve rejeitar quaisquer disposições do TRIPS-plus<sup>127</sup> na sua legislação de patentes e evitar a adesão a acordos comerciais bilaterais ou plurilaterais que incluam disposições do TRIPS-plus, bem como assinar tratados de patentes e memorandos de entendimento que possam facilitar a concessão de patentes injustificadas.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

**31 de maio de 2024 - SOUTHVIEWS nº 265 - Sobre a 48ª Sessão do Grupo de Trabalho III da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional – UNCITRAL. Por Jose Manuel Alvarez Zarate.**

A 48ª Sessão do Grupo de Trabalho III da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) sobre Reforma da Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados (ISDS) ocorreu em Nova Iorque, de 1 a 5 de abril de 2024. Houve progresso significativo em várias áreas da reforma, incluindo a proposta da União Europeia para um Tribunal de Investimento Multilateral permanente. No entanto, permanecem questões controversas, como o Código de Conduta adotado em 2023 e a transparência, equilíbrio de direitos e clareza das regras do sistema ISDS. Destaca-se a necessidade de mais tempo para discussões sobre questões processuais e transversais, especialmente para garantir resultados equilibrados e inclusivos para os países em desenvolvimento.

Para ler o documento, [clique aqui](#)

---

<sup>127</sup> TRIPS-plus é um termo informal para padrões de proteção de propriedade intelectual (PI) que são mais rigorosos do que os exigidos pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).



**Em direção a uma maior equidade e resiliência, G20 avança nas discussões de Saúde;  
Presidente Lula participa da Cúpula do G7. Justiça ambiental e financiamento  
climático em pauta na OCDE**

***Towards greater equity and resilience, G20 moves forward in Health discussions;  
President Lula participates in the G7 Summit. Environmental Justice and climate  
financing on the agenda at the OECD***

***Pedro Burger  
João Miguel Estephano  
Vitória Moreira Kavanami  
Thaiany Medeiros Cury  
Nina Bouqvar  
Paulo Esteves***

***Abstract: G20*** - With the aim of overcoming critical gaps in global health, the G20 held the third meeting of the Health Working Group in Salvador, Bahia. Among the main topics discussed and progress made were the issues of digital health, social determinants of health and the creation of a Global Alliance for Local and Regional Production and Innovation.

***G7*** - The highlight of the G7 period is the G7 Summit and Brazil's participation in the meeting. Regarding health, the commitments to Universal Health Coverage and the strengthening of the Global Health Architecture remain.

***OCDE*** - The OECD's highlights are divided between updates of three of its statistical indexes on the global economy and three studies presented by the organization during the period.

***Keywords:*** G20; G7; OECD; Brazil; Health; G7 Summit; International Cooperation.

***Resumo: G20*** - Com o objetivo de superar lacunas críticas para a saúde global, o G20 realizou o terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Saúde em Salvador, Bahia. Os principais temas discutidos e avanços encontrados foram em relação aos temas da saúde digital, determinantes sociais da saúde e a criação de uma Aliança Global para a Produção Local e Regional e Inovação.

***G7*** - O destaque da quinzena vai para a cúpula anual do G7 e a participação do Brasil no encontro. No que tange à saúde, permanecem os compromissos com a Cobertura Universal de Saúde e o fortalecimento da Arquitetura Global de Saúde.

***OCDE*** - Os destaques da OCDE se dividem entre atualizações de três de seus índices estatísticos da economia global e de três estudos apresentados pela organização no período.

***Palavras-chave:*** G20; G7; OCDE; Brasil; Saúde; G7 Summit; Cooperação Internacional.

**Em direção a uma maior equidade e resiliência, G20 avança nas discussões de Saúde**

Como parte de um esforço da gestão brasileira iniciado no último mês para diversificar os locais dos encontros do G20, Salvador sediou a terceira reunião do Grupo de Trabalho de

Saúde nos dias 02 a 06 de junho. O encontro teve como objetivo avançar nas discussões do grupo a tempo da reunião ministerial que ocorre no Rio de Janeiro em outubro, onde espera-se firmar os acordos sobre as temáticas discutidas ao longo do ano a fim de levá-las para a Cúpula dos Líderes em novembro. Ao longo da semana, os participantes se debruçaram sobretudo em três grandes assuntos que envolvem lacunas críticas para a saúde global, particularmente para os países em desenvolvimento<sup>128</sup>:

- a saúde digital e o uso de inteligência artificial (IA);
- o impacto dos determinantes sociais da saúde em doenças e;
- a criação de uma Aliança Global para a Produção Local e Regional e Inovação.

Em relação ao primeiro tema, sob a presidência do Brasil, a saúde digital é encarada como protagonista de um processo que visa atendimentos mais dinâmicos e inclusivos. Desde a pandemia de COVID-19 em 2020, o assunto tem ganhado cada vez mais centralidade dentro das discussões do G20, uma vez que ao transformar o modo de acesso e a entrega de serviços médicos, amplia também a cobertura do atendimento da população.

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito trata da aplicação de tecnologias que contribuem tanto para agilizar o movimento assistencial e qualificar as equipes, quanto para tornar mais eficaz o fluxo de informações para apoiar as decisões de diagnóstico e gestão em saúde. Alguns exemplos que estão entre as principais tendências aplicadas da área são o uso da telessaúde, que permite o atendimento remoto de pacientes através de videochamadas, mensagens de texto e e-mails; do prontuário eletrônico, que é a versão digital do histórico médico do paciente; e de aplicações de Inteligência Artificial e análise de grandes volumes de dados com tecnologias *blockchain* para facilitar o compartilhamento seguro de informações<sup>129</sup>.

Dentro desse contexto, os desafios encontrados são diversos e passam por garantir a equidade de acesso a essas tecnologias e um letramento digital, especialmente para os países menos desenvolvidos e populações em áreas remotas; promover a interoperabilidade entre diferentes sistemas de saúde digitais e estabelecer padrões comuns de dados para a integração e troca de informações; e estabelecer políticas robustas com efeitos transfronteiriços para garantir uma infraestrutura capaz de armazenar, processar e principalmente proteger esses dados.

Em relação a essa necessidade de maior segurança, os membros do G20 analisaram em evento paralelo junto de organizações internacionais, mecanismos para o uso da IA na pesquisa em saúde, no desenvolvimento e na fabricação de produtos. Durante o encontro, as comitativas concordaram sobre os benefícios que esses instrumentos podem trazer para a eficiência dos serviços, mas ressaltaram a responsabilidade e urgência de pensar em estratégias coletivas de regulação que garantam a segurança dos pacientes, a mitigação das desigualdades existentes no acesso à saúde e o estabelecimento de parâmetros éticos e transparentes nesse processo. Para a representante da OMS que esteve presente, os riscos de utilizar a IA não podem ser

---

<sup>128</sup> G20: Grupo de Trabalho da Saúde se reúne nesta semana em Salvador. **Ministério da Saúde**. 02 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/g20-grupo-de-trabalho-da-saude-se-reune-nesta-semana-em-salvador>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>129</sup> Saúde Digital: acesso a tecnologias em debate no G20. **G20**. 03 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/saude-digital-acesso-a-tecnologias-em-debate-no-g20>. Acesso em: 16 jun. 2024.

maiores que os benefícios para salvar vidas. Como complementa Ana Estela Haddad, secretária de Informação e Saúde Digital: "(...) a IA precisa ser compreendida e incorporada não como uma 'commodity' com valor de mercado, mas ter o seu uso orientado para o bem comum"<sup>130</sup>.

A importância de estabelecer parcerias multissetoriais e interdisciplinares entre com organizações internacionais, academias e sociedade civil também foi enfatizada<sup>131</sup>. Nesse aspecto, o Banco Mundial anunciou que vai investir para que os setores público e privado trabalhem juntos em iniciativas para a digitalização da saúde, com especial atenção para populações em vulnerabilidade como refugiados e imigrantes<sup>132</sup>.

Tratando de boas práticas no assunto, alguns casos foram citados durante as apresentações. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) destacou que na região das Américas a saúde digital provou ser uma força transformadora, especialmente ao lidar com a pandemia e melhorar significativamente a capacidade de fornecer serviços de saúde de qualidade a diversas populações, aliviando a carga sobre as instalações de saúde urbanas<sup>133</sup>. No caso do Brasil, o aplicativo "Meu SUS Digital" foi apresentado como modelo de transformação digital do sistema de saúde brasileiro. A ferramenta permite que o cidadão acompanhe o seu histórico clínico e tenha acesso a serviços digitais de maneira prática e rápida. Além disso, como parte da estratégia nacional para o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, até 2026 serão investidos no país R\$42 bilhões em iniciativas locais de tecnologia e inovação, como no uso da IA para a detecção precoce de doenças. Sendo que, apenas neste ano, por meio do Programa SUS Digital<sup>134</sup>, serão investidos R\$460 milhões para apoiar estados e municípios na elaboração e implementação dos Planos de Ação para a Transformação Digital.

Em continuidade, questionamentos como "qual a influência dos determinantes sociais no acesso à saúde?" e "como garantir serviços de saúde integrais e equitativos para as populações vulneráveis?" foram centrais para outras discussões presentes no GT. Para os membros, os impactos da pandemia contribuíram para exacerbar o quadro de desigualdades

---

<sup>130</sup> Grupo de Trabalho da Saúde analisa uso da inteligência artificial na assistência médica. **Ministério da Saúde**. 04 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/grupo-de-trabalho-da-saude-analisa-uso-da-inteligencia-artificial-na-assistencia-medica>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>131</sup> Em evento do G20 no Brasil, OPAS e OMS reforçam a importância de modelos de Inteligência Artificial com equidade e em benefício de todas as pessoas. **OPAS**. 02 jun. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-6-2024-em-evento-do-g20-no-brasil-opas-e-oms-reforcam-importancia-modelos-inteligencia>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>132</sup> Investimento em saúde digital é destaque em plenária do GT Saúde em Salvador (BA). **Ministério da Saúde**. 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/investimento-em-saude-digital-e-destaque-em-plenaria-do-gt-saude-em-salvador-ba>. Acesso em: 17 jun. 2024.

<sup>133</sup> G20 no Brasil: OPAS e OMS fazem chamado para a promoção da IA na saúde com equidade, marcos regulatórios e alfabetização digital. **OPAS**. 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-6-2024-g20-no-brasil-opas-e-oms-fazem-chamado-para-promocao-da-ia-na-saude-com-equidade>. Acesso em: 17 jun. 2024.

<sup>134</sup> A iniciativa atualmente cobre 5.564 municípios e é responsável por ampliar o acesso dos cidadãos a serviços de saúde através da tecnologia e promove uma abordagem mais integrada e eficiente no cuidado à saúde.

preexistentes. Nesse sentido, houve consenso no entendimento de que o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida são indissociáveis<sup>135</sup>.

**Figura 1:** Delegações do G20 no encontro do GT de Saúde em Salvador.



**Fonte:** G20, 2024.

De acordo com a OPAS, para que o mundo esteja mais bem preparado para enfrentar novas pandemias e extremos climáticos, é necessário que haja uma mudança de paradigma que coloque a saúde e a equidade no centro das ações. Portanto, é necessário pensar em medidas intersetoriais, onde políticas de educação, habitação e trabalho sejam integradas com políticas de saúde. Na mesma sessão, a OMS apresentou quatro recomendações globais sobre os determinantes sociais da saúde que foram decididas no último encontro da Assembleia Mundial da Saúde, no fim de maio em Genebra: (i) abordar a desigualdade econômica e investir em serviços públicos universais; (ii) combater à discriminação estrutural e o impacto inevitável de conflitos e migrações; (iii) abordar as mudanças climáticas e os determinantes ambientais; e (iv) melhorar a governança em todos os setores e os impulsionadores estruturais da saúde<sup>136</sup>.

Com relação à interseção de saúde e clima, as delegações concordaram com a necessidade de se chegar ao fim da gestão brasileira com uma declaração concreta para o enfrentamento das mudanças climáticas. Nesse sentido, a OPAS chamou a atenção para a

<sup>135</sup> Impactos das determinantes sociais em doenças é foco do GT de Saúde em Salvador. **G20**. 04 jun. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/impactos-das-determinantes-sociais-em-doencas-e-foco-do-gt-de-saude-em-salvador>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>136</sup> OPAS destaca que investir na saúde, abordando os determinantes sociais, é crucial para alcançar a agenda 2030 e o bem-estar de todas as pessoas, em sessão do G20. **OPAS**. 4 jun. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/4-6-2024-opas-destaca-que-investir-na-saude-abordando-os-determinantes-sociais-e-crucial>. Acesso em: 16 jun. 2024.

rapidez com que as condições climáticas estão afetando a saúde global e destacou o aumento do calor como um ponto crítico que afeta a saúde, exacerba condições pré-existentes e pode levar a novas doenças<sup>137</sup>. Para a diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Agnes Soares, é urgente que o G20 avance em diálogos intersetoriais e com lideranças políticas para que haja incremento no financiamento de projetos, especialmente para proteger os mais vulneráveis. Citando a situação do Rio Grande do Sul como exemplo, Agnes pontuou que são nessas situações de desastres que as desigualdades em saúde são exacerbadas. Para Victor Dzau, presidente da Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos, é preciso identificar oportunidades críticas para os principais setores promoverem a saúde e o bem-estar, tendo em vista os suntuosos impactos econômicos das mudanças do clima<sup>138</sup>.

Vale ainda dizer que tal debate sobre determinantes sociais da saúde corrobora com uma pauta de trabalho que é prioritária para o Ministério da Saúde brasileiro. Dados do país indicam que entre 2017 e 2021 mais de 59 mil brasileiros morreram de doenças determinadas socialmente. Assim, como parte das ações para enfrentar esse cenário foi criado em 2023 um Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDDS) com o objetivo de elaborar estratégias de eliminação de doenças que acometem, de forma mais intensa, as populações em maior vulnerabilidade social. O plano de trabalho do CIEDDS inclui enfrentar 11 dessas enfermidades, como malária, esquistossomose, doença de chagas e hepatites virais, e foi apresentando para o G20 como uma boa prática nessa seara.

Avançando nos debates realizados, uma das grandes propostas da gestão brasileira para a pasta da saúde no bloco é a criação de uma Aliança Global para a Produção, Inovação e Acesso Local e Regional. A ideia parte de uma constatação trazida pela pandemia a respeito das disparidades entre os países quanto à capacidade de ofertar insumos para diagnóstico, tratamento e, sobretudo, a proteção por meio das vacinas. Dessa forma, outro intuito da reunião foi justamente avançar na negociação das bases dessa iniciativa. Para Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Brasil, por meio da Aliança: “O G20 pode desempenhar um papel decisivo na redução das desigualdades na saúde, incluindo as disparidades no acesso a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias de saúde, especialmente para populações vulneráveis”<sup>139</sup>.

Quanto à estruturação, o Brasil criará uma Secretaria-Executiva responsável pela articulação das iniciativas da Aliança com as demais partes. O grupo também deve contar com Comitê Diretor e Comitê Consultivo. Para tanto, poderão participar países membros do G20; países convidados; organizações regionais e internacionais; instituições de tecnologia inovação e produção regional e local; organizações de financiamento, incluindo bancos e fundos; sociedade civil; setores

---

<sup>137</sup> OPAS e OMS debatem COVID longa e impactos das mudanças climáticas na saúde, em sessão do G20 no Brasil. OPAS. 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/6-6-2024-opas-e-oms-debatem-covid-longa-e-impactos-das-mudancas-climaticas-na-saude-em>. Acesso em: 17 jun. 2024.

<sup>138</sup> Brasil defende financiamento robusto para proteger populações mais vulneráveis das mudanças climáticas. Ministério da Saúde. 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/brasil-defende-financiamento-robusto-para-proteger-populacoes-mais-vulneraveis-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 16 jun. 2024.

<sup>139</sup> No G20, Brasil apresenta proposta de Aliança Global para produção local de insumos e inovação. **Ministério da Saúde**. 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/no-g20-brasil-apresenta-proposta-de-alianca-global-para-producao-local-de-insumos-e-inovacao>. Acesso em: 17 jun. 2024.



privados e públicos e indústrias; e mecanismos de compra conjunta de bens essenciais e medicamentos. A Aliança também deve trabalhar em cima de projetos que serão escolhidos levando em conta, entre outros fatores:

- Situação de vulnerabilidade em saúde;
- Necessidade de desenvolvimento tecnológico e esforços de produção no mundo;
- Necessidade de construir capacidade produtiva sustentável, tecnologias e plataformas para resiliência regional;
- Transferência de tecnologia para instituições públicas e privadas;
- Falta de produtos no mercado global para grupos mais vulneráveis.

Durante o encontro, organizações internacionais reafirmaram o apoio à proposta brasileira<sup>140</sup>. A OPAS destacou o compromisso de apoiar a Aliança fornecendo evidências e informações técnicas, informando projetos concretos e destacando as necessidades de saúde pública da região. A Organização também ressaltou a importância dos seus Fundos Rotatórios Regionais como uma modalidade de cooperação estratégica, assim como o fortalecimento das capacidades regulatórias na região para aumentar o acesso equitativo e oportuno a vacinas, medicamentos e outras tecnologias de saúde, com qualidade e oportunidade. Já a OMS enfatizou a importância de uma união global e declarou que a melhor maneira de se preparar e responder a pandemias é com um investimento sustentado, que resolva as lacunas por meio da produção local e regional, da inovação e do acesso.

Como um dos principais resultados do G20 na área da saúde buscado pela presidência brasileira, a Aliança parece ter uma aceitação geral dos membros do G20, restando, apenas, algumas preocupações sobre aspectos da implementação e financiamento, mas não sobre sua necessidade e importância. Esta aliança se mostra um esforço necessário e ambicioso que irá alavancar o acesso para aqueles que precisam, principalmente devido ao seu foco nas doenças e populações negligenciadas.

Por fim, outros destaques do GT foram em relação a conversas travadas a respeito da chamada “covid longa”. Para a OMS, a condição pós-COVID é definida como a presença de sintomas persistentes, em adultos e crianças, por pelo menos três meses após a infecção inicial, sem outra explicação diagnóstica. Em relação a esse assunto, o Brasil propôs uma cooperação internacional para estudos desses sintomas. Isso porque por se tratar de um tema novo e que ainda carece de consenso na sua definição, pesquisas que investigam a prevalência das condições pós-doença, como falhas na memória e queda de cabelo, ainda estão em andamento. Compreender melhor essas condições e pensar conjuntamente em protocolos e métodos de tratamentos similares que podem ser adotados entre os países é um passo importante a ser dado. Delegações como a do Reino Unido, China, Singapura e União Europeia, além de instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a OPAS, manifestaram apoio à proposta de cooperação apresentada pela gestão brasileira<sup>141</sup>.

---

<sup>140</sup> OPAS e OMS reafirmam apoio à proposta do Brasil para a criação de aliança, liderada pelo G20, para inovação e produção local e regional na saúde. **OPAS**. 06 jun. 2024. Disponível em: 17 jun. 2024.

<sup>141</sup> Brasil propõe cooperação internacional para estudos de sintomas pós-covid. **Ministério da Saúde**. 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/brasil-propoe-cooperacao-internacional-para-estudos-de-sintomas-pos-covid>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Além da participação na reunião do Grupo de Trabalho de Saúde, como parte integrante da delegação brasileira, a Fiocruz também teve fala em três eventos paralelos em Salvador: (i) AI for Science & Health: ensuring the equitable impact of artificial intelligence in healthcare settings and supporting access at the last mile, organizado por PATH, OPAS, Welcome Trust e Fórum Econômico Mundial (WEF), com a fala do pesquisador Maurício Barreto, diretor do CIDACS; (ii) Building on Experience: Establishing a sustainable value chain for fit-for-purpose health product innovation and regional production through partnerships, organizado por UNTAID, DNDi, FIND! e OPAS, com uma fala do pesquisador André Daher a convite do DNDi; e (iii) Fostering Equity and Sustainability: Leveraging Partnerships and Pooled Procurement for Access to Health Technologies and to Build Regional Manufacturing Capacity, organizado por OPAS e Fundo Global, com a fala do pesquisador João Miguel Estephanio.

### **Presidente Lula participa da Cúpula do G7**

Na última quinzena, o destaque no âmbito do G7 vai para a cúpula anual do G7. O encontro se deu em Borgo Egnazia, na região italiana da Puglia, entre 13 e 15 de junho. Internamente, os países do G7 vêm enfrentando pressões políticas e a Europa acompanha uma ascensão de partidos nacionalistas. A França sofreu uma derrota nas urnas das eleições para o parlamento da União Europeia, em que Emmanuel Macron numa reação imediata, dissolveu o parlamento francês e convocou eleições antecipadas. A Alemanha de Olaf Scholtz também saiu prejudicada nas eleições da UE. No Reino Unido, o primeiro-ministro Rishi Sunak tem grandes chances de perder nas urnas nas próximas semanas e o índice de aprovação do primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, caiu para 38%. Já no Japão, o partido do primeiro-ministro Fumio Kishida vive uma crise política desde o ano passado, com bastante insatisfação em relação ao primeiro-ministro. Por fim, a possibilidade de reeleição de Donald Trump também gera preocupações acerca da manutenção do multilateralismo<sup>142</sup>.

É nesse contexto de incertezas políticas internas que os países chegam para a cúpula anual. Os resultados deste encontro serão aqui apresentados de forma compactada e a participação do Brasil será abordada ao fim do informe. No que tange à Guerra da Ucrânia, líderes do G7 reiteraram sua solidariedade ao país, sua liberdade e sua reconstrução. O grande resultado político sobre o tema foi o consenso sobre um acordo para fornecer US\$50 bilhões (R\$268 bilhões) em empréstimos para a Ucrânia usando juros de ativos soberanos russos congelados. Também houve a assinatura de um novo acordo bilateral de segurança entre Ucrânia e Estados Unidos. Este acordo define que em caso de um ataque, ou ameaça de ataque, armado à Ucrânia, autoridades americanas e ucranianas se reunirão dentro de 24 horas para pensar em respostas. Além disso, com o Japão, Zelenskyy também assinou um acordo de segurança para os próximos 10 anos<sup>143</sup>. Já quanto à guerra entre Israel e Hamas, conflito pouco mencionado ao longo do ano, os líderes se dizem unidos em apoiar um acordo abrangente para um cessar-fogo em Gaza, a libertação de reféns e um caminho viável para a paz de dois estados, além de pedir um aumento significativo na assistência humanitária.

Ainda, os líderes se mostram engajados com países africanos para alcançar desenvolvimento sustentável, desenvolver programas em infraestrutura e iniciativas como o

---

<sup>142</sup> G7 leaders put on good show of unity, but look fragile at home. AL JAZEERA. 2024. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/6/15/g7-leaders-put-on-good-show-of-unity-but-look-fragile-at-home>>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>143</sup> Países do G7 fecham acordo por ajuda à Ucrânia paga com ativos russos congelados. CNN BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/paises-do-g7-fecham-acordo-por-ajuda-a-ucrania-paga-por-ativos-russos-congelados/>>. Acesso em: 17/06/2024.

“G7 Partnership for Global Infrastructure and Investment” e o lançamento do plano “Energy for Growth in Africa initiative”. Além disso, reafirmam compromissos com a igualdade de gênero e anunciam o desbloqueio de 20 bilhões de dólares ao longo de três anos em investimentos para fortalecer o empoderamento de mulheres. No entanto, na contramão do discurso, um retrocesso no tema aborto pode ser percebido e será abordado na seção de saúde. Além disso, discutiu-se sobre ações para mitigar as consequências das mudanças climáticas e defender a biodiversidade; gestão de migração; plano de ação para o uso responsável de inteligência artificial; crescimento econômico inclusivo; comércio multilateral justo, e resiliência econômica global. Por fim, os líderes anunciaram o lançamento da Iniciativa de Sistemas Alimentares de Apúlia, com o objetivo de reforçar a segurança alimentar global.

Numa ambição de exercer influência no norte africano e mediterrâneo e em responder às críticas de que o G7 seja um grupo de países ricos fechados, o objetivo de Meloni nesta presidência foi ampliar a cúpula. Índia, Turquia, Brasil e Emirados Árabes Unidos, bem como o Papa foram convidados para o encontro. A participação de um pontífice na cúpula do G7 foi algo inédito. O chefe da Igreja Católica discursou sobre Inteligência Artificial e alertou sobre os riscos de um futuro sem esperança caso a inteligência artificial prive os indivíduos da capacidade de autodeterminação. Ele destacou que, embora a tecnologia seja um instrumento fascinante, ela possui o potencial de causar danos, sublinhando que nenhuma inovação é neutra e pode reestruturar relações sociais e posições de poder.

Todos os resultados podem ser melhor analisados na íntegra do documento intitulado “*Apulia G7 Leaders’ Communiqué*”<sup>144</sup>.

### *Saúde*

No que tange à saúde, o G7 se compromete a promover uma abordagem de Saúde Única, fortalecendo a prevenção e os sistemas de saúde, com o objetivo de alcançar a Cobertura Universal de Saúde (Sigla em inglês: UHC) e promover o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade e Contramedidas Médicas essenciais (sigla em inglês: MCMs). Os líderes reafirmaram compromisso com o ODS 3, com ênfase na erradicação do HIV, tuberculose e malária, e enfrentando os efeitos das mudanças climáticas nas doenças infecciosas. O fortalecimento da Arquitetura Global de Saúde (sigla em inglês GHA), com a OMS no centro, é considerado essencial para a preparação e resposta a pandemias, necessitando de financiamento público e privado. Iniciativas como o Fundo Pandêmico e a diversificação regional da produção de vacinas são cruciais, segundo os líderes.

O G7 enfatizou a importância de fortalecer o financiamento da saúde global, apoiando as prioridades lideradas pelos países em direção à UHC. Segundo o documento, investir em sistemas de saúde resilientes, serviços de atenção primária e uma força de trabalho qualificada é fundamental, com destaque para a promoção da saúde e direitos sexuais e reprodutivos, e a saúde materna, neonatal, infantil e adolescente. No que tange ao tema, vale um adendo: é possível observarmos que a questão do aborto vem sofrendo retrocessos não apenas no contexto brasileiro, em que se discute a possível mudança direta na legislação sobre o tema, mas também no grupo das sete economias. A declaração final do G7, omitiu o termo "aborto" presente no documento anterior sob a presidência do Japão, em 2023, substituindo-o por "direitos sexuais e reprodutivos". O novo documento enfatiza o compromisso com a promoção

---

<sup>144</sup> Apulia G7 Leaders’ Communiqué. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/Apulia-G7-Leaders-Communique.pdf>>. Acesso em: 17/06/2024.



da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos abrangentes, especialmente para indivíduos em circunstâncias vulneráveis, mas não menciona explicitamente o "acesso ao aborto seguro e legal". A título de comparação, o documento anterior garante: "total compromisso em alcançar os direitos sexuais e reprodutivos abrangentes para todos, incluindo a abordagem do acesso ao aborto seguro e legal e aos cuidados pós-aborto". A imprensa italiana e internacional repercutiu a omissão e atribuiu a responsabilidade à liderança da direita radical italiana, a primeira-ministra Giorgia Meloni, o que provocou uma crítica do presidente francês Emmanuel Macron. Ele ressaltou a inclusão do direito ao aborto na Constituição francesa, refletindo uma divergência nas visões de igualdade de gênero entre os países do G7. A omissão do termo LGBTQIA+ também foi notada, sendo citado apenas uma vez no documento deste ano, em comparação com duas menções no ano anterior. Embora o G7 não possa alterar leis nacionais, suas decisões anteriores, como a criação de um fundo global para combater a malária e a AIDS, têm tido impactos globais significativos<sup>145</sup>.

O uso ético da IA e tecnologias emergentes para desenvolver novos tratamentos e melhorar ferramentas de diagnóstico também é incentivado no *communiqué*, desde que garanta a privacidade e promova a interoperabilidade. A resistência antimicrobiana (sigla em inglês: AMR) e outros desafios de saúde potencializados pela crise climática e perda de biodiversidade são grandes preocupações de acordo com o documento. Ainda antes da Reunião de Alto Nível da UNGA sobre o tema, o G7 apoiará um documento final que defenda as necessidades dos países de baixa e média renda e inclua metas concretas. A promoção do acesso equitativo a antibióticos essenciais, medidas de prevenção e controle de infecções, e o incentivo à pesquisa e desenvolvimento de novos antimicrobianos e diagnósticos são prioridades. Iniciativas como a Iniciativa de Financiamento de Surto de MCMs visam garantir financiamento imediato para a produção e entrega de MCMs durante futuras pandemias.

Vale a reflexão de que embora o G7 tenha se comprometido com um financiamento significativo para várias iniciativas de saúde e desenvolvimento, há uma lacuna entre promessas e a implementação real. Historicamente, compromissos financeiros não têm sido acompanhados por desembolsos adequados ou oportunos. A eficácia dessas promessas depende da coordenação eficiente entre as nações do G7 e os mecanismos financeiros globais, algo que tem sido um desafio contínuo. Ainda, a abordagem do G7 para a saúde global e sustentabilidade é amplamente focada em países de baixa e média renda, mas a inclusão real desses países nos processos decisórios e a adaptação das políticas às suas realidades locais muitas vezes são insuficientes. O G7, sendo um grupo de nações ricas, pode ser visto como paternalista se não garantir a participação igualitária dos países beneficiários nas discussões e implementações das políticas propostas. E para isso não basta apenas o convite para que o Sul Global participe da cúpula.

As iniciativas anunciadas, como a promoção da igualdade de gênero e a resposta à crise de resistência antimicrobiana, são ambiciosas e necessitam de esforços sustentados a longo prazo. No entanto, há preocupações sobre a sustentabilidade dessas iniciativas diante de desafios econômicos e políticos globais. A mudança de prioridades políticas internas nos países do G7 pode comprometer a continuidade desses esforços. A promessa de grandes investimentos, como os 20 bilhões de dólares para empoderamento feminino e os fundos para a Cobertura Universal de Saúde, levanta questões sobre a equidade na distribuição desses recursos. Há um risco de que os investimentos sejam direcionados de forma desproporcional

---

<sup>145</sup> Aborto no G7: como tema voltou a inflamar debate político no mundo. BBC NEWS. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84454d831no>>. Acesso em: 17/06/2024.

para projetos mais visíveis politicamente, em detrimento de áreas que mais necessitam de apoio. A eficácia das iniciativas do G7 depende de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação. Sem transparência e responsabilidade, as promessas podem não se traduzir em melhorias reais. A falta de clareza sobre como os resultados serão medidos e reportados é uma preocupação significativa. Embora o G7 enfatize a necessidade de coordenação internacional, as tensões geopolíticas e a competição entre blocos econômicos podem minar esses esforços. A crítica deste informe reside na necessidade de transformar promessas em ações concretas e garantir que essas ações sejam verdadeiramente equitativas e sustentáveis a longo prazo.

**Figura 2:** Líderes na Cúpula do G7.



**Fonte:** G7 ITALIA.

*Balanço da participação do Brasil na cúpula do G7:*

Na oportunidade, o presidente Lula se reuniu bilateralmente com lideranças mundiais e de organizações internacionais e integrou as discussões da Cúpula do G7. As principais lideranças foram: Emmanuel Macron, Giorgia Meloni, Olaf Scholz, Ursula Von der Leyen (Comissão Europeia), Narendra Modi (Índia), Recep Erdoğan (Turquia) e o líder da Igreja Católica, Papa Francisco. Lula aproveitou a oportunidade para engajar a participação dos líderes na cúpula G20, que ocorrerá em novembro. Aproveitou também para anunciar que, na ocasião, fará o lançamento de um programa de combate à fome e à pobreza, o que foi recebido com entusiasmo. Também demonstrou o interesse em abrir portas para negociações entre empresários com o objetivo de impulsionar o comércio exterior brasileiro.

Neste informe podemos realçar os seguintes temas abordados pelo presidente Lula: i) Governança Global: é necessário uma governança global mais eficaz e inclusiva; ii) Acordo União Europeia e Mercosul: o presidente anuncia que as discussões retomaram e reiterou seu interesse em assinar o acordo; iii) Energia: Lula aproveita a oportunidade para discutir sobre a possível renovação de concessão com a empresa italiana Enel, responsável pela distribuição de energia no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Na ocasião, buscou garantir que a renovação se

daria numa via de mão dupla em termos de compromisso de ambas as partes, com a melhoria da qualidade do serviço pela Enel através de maiores investimentos (R\$20 bilhões nos próximos três anos em vez de R\$11 bilhões) para reduzir os apagões; iv) Imigração: reuniões com Olaf Scholz (Alemanha) e Giorgia Meloni (Itália) que resultou em convites de visita, incluindo comitivas empresariais, para aproximação com os migrantes descendentes de italianos e alemães; v) Economia: Lula expressou o desejo de retomar a sexta posição de maiores economias do mundo até o fim do seu mandato e defendeu a tributação de super-ricos; vi) Inteligência Artificial (IA): Lula discursou sobre o tema em que propôs a criação de uma governança global de IA, que seja segura, transparente e emancipadora e que respeite os direitos humanos e dados pessoais; vii) Revolução Digital: Lula defendeu a condução de uma revolução digital inclusiva que possa contribuir para o meio ambiente e transição energética; viii) Crise Climática: Lula pediu o enfrentamento da mudança do clima com foco na dignidade humana, saúde do planeta e senso de responsabilidade com as futuras gerações.

Junto ao líder francês, Lula retomou o debate sobre a colaboração no combate ao garimpo ilegal no Brasil e na Guiana Francesa durante a Cúpula do G7. Em março, Brasil e França firmaram um acordo para enfrentar ameaças à segurança, ao meio ambiente e à saúde na região de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Eles reafirmaram o compromisso de cooperar no combate à criminalidade transfronteiriça, incluindo o garimpo ilegal e o tráfico de madeira e espécies ameaçadas. Já na reunião com a líder italiana, Lula destacou temas como combate à fome e a reforma de instituições multilaterais. Lula enfatizou a necessidade de união e indignação da comunidade internacional diante das 750 milhões de pessoas em situação de fome ou insegurança alimentar. Ele destacou a Aliança Global contra a Fome como uma prioridade da presidência brasileira no G20. Além disso, Lula ressaltou a importância de reformar as instituições de governança global e redefinir o papel da ONU<sup>146</sup>.

Na oportunidade em que o presidente Lula se reuniu com o Chanceler alemão Olaf Scholz, os líderes discutiram a situação política na Europa e na América Latina, além dos conflitos em Gaza e na Ucrânia. Lula destacou as agendas do G20 e convidou a Alemanha para a Aliança Global contra a Fome. Também abordaram a necessidade de reformar instituições de governança global e discutiram o acordo entre Mercosul e União Europeia e a Organização Mundial do Comércio<sup>147</sup>. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da primeira-dama Janja Lula da Silva, também se reuniu com o Papa Francisco. No encontro, levantaram temas como a paz mundial, o combate à fome e a necessidade de reduzir as desigualdades globais. Lula enfatizou o impacto das desigualdades racial, de gênero e educacional na sociedade, propondo uma campanha para promover um mundo mais humano. Na oportunidade, Lula parabenizou o Papa pelo discurso proferido na Cúpula do G7 sobre os impactos da inteligência artificial<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> Lula tem encontro bilateral com a primeira-ministra da Itália e anfitriã do G7, Giorgia Meloni. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/lula-tem-encontro-bilateral-com-a-primeira-ministra-da-italia-e-anfitria-do-g7-giorgia-meloni>>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>147</sup> Em bilateral na Itália, Lula convida chanceler alemão para a Aliança Global contra a Fome. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/em-bilateral-na-italia-lula-convida-chanceler-alemao-para-a-alianca-global-contra-a-fome>>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>148</sup> Lula se reúne com Papa Francisco na Itália para discutir combate à fome e redução das desigualdades. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o>>



Em sua reunião com a presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, Lula parabenizou a líder pelo desempenho do seu bloco nas eleições europeias e discutiu a negociação do acordo entre União Europeia e Mercosul. Eles também abordaram o empoderamento feminino na política, temas que têm sido frequentes nas conversas entre os líderes desde 2023, incluindo encontros anteriores em Brasília e na Conferência da ONU sobre o Clima<sup>149</sup>. Na oportunidade com o líder indiano Narendra Modi, não houve grandes temas levantados, a não ser pela cordialidade da confirmação da participação da Índia na cúpula do G20 e do interesse em Lula visitar o país em breve. Em seu encontro com Recep Erdoğan, o presidente turco pede apoio à Lula para ingressar no BRICS e Lula responde de forma positiva. Erdoğan confirma sua participação na cúpula do G20 e convida o Brasil a fazer uma visita ao seu país<sup>150</sup>.

Ainda, Lula aproveitou a oportunidade para participar, no dia 13 de junho, do Fórum Inaugural da Coalizão para Justiça Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na ocasião, o presidente brasileiro que co-preside a coalizão juntamente ao diretor-geral da OIT Gilber Hougbo, enfatizou o compromisso com o direito dos trabalhadores em um cenário mundial complexo e marcado por transformações. A importância dessa coalizão, de acordo com Lula, é ser uma ferramenta para construir uma transição justa, com trabalho decente e igualdade, e para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>151</sup>.

**Figura 3:** Presidente Lula na Cúpula do G7.



**Fonte:** UOL.

---

[planalto/noticias/2024/06/lula-se-reune-com-papa-francisco-na-italia-para-discutir-combate-a-fome-e-reducao-das-desigualdades](https://www.planalto.gov.br/planalto/noticias/2024/06/lula-se-reune-com-papa-francisco-na-italia-para-discutir-combate-a-fome-e-reducao-das-desigualdades)>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>149</sup> Lula e presidenta da Comissão Europeia têm reunião bilateral na Itália. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/lula-e-presidenta-da-comissao-europeia-tem-reuniao-bilateral-na-italia>>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>150</sup> Presidente da Turquia confirma presença no G20 e pede apoio a Lula para integrar o BRICS. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/presidente-da-turquia-confirma-presenca-no-g20-e-pede-apoio-a-lula-para-integrar-o-brics>>. Acesso em: 17/06/2024.

<sup>151</sup> Presidente faz balanço da Cúpula do G7 e de fórum da OIT. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/presidente-faz-balanco-da-cupula-do-g7-e-de-forum-da-oit>>. Acesso em: 17/06/2024.

O discurso do presidente Lula na Cúpula do G7 está disponível mais adiante neste caderno em sua íntegra.

### **Índices econômicos e vulnerabilidades sociais em pauta na quinzena da OCDE**

Durante a primeira quinzena de junho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as atualizações de três de seus tradicionais mapeamentos de dados e análises estatísticas periódicas relativos à economia internacional, sendo eles os seguintes: a pesquisa da organização sobre o consumo e a inflação mundial, a análise sobre o produto interno bruto (PIB) do G20 e o acompanhamento sobre as taxas de desemprego internacional.

Segundo o primeiro, a inflação anual na OCDE, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês), permaneceu praticamente estável em 5,7% no mês de abril de 2024, confirmando os dados registrados em períodos anteriores do mesmo ano – 5,8% em março e 5,7% em janeiro e fevereiro<sup>152</sup>. A inflação básica diminuiu em 24 dos 38 países da OCDE, com destaque para as maiores quedas (de 0,5 ou mais pontos percentuais) percebidas na Estônia, no Reino Unido, na Islândia, em Luxemburgo, na Áustria e na Eslovênia. O terço restante dos países participantes da organização registraram aumentos e a inflação básica ficou abaixo de 2,0% em sete países, o mesmo número observado no mês anterior. Em abril também se registrou uma continuação no aumento da inflação de energia da OCDE, atingindo 1,2% após os 0,6% em março. Já em relação ao caso do G7, observou-se uma ligeira diminuição para 2,9% em abril, retornando aos níveis de janeiro e fevereiro de 2024, enquanto o G20 manteve sua estabilidade em 6,9%.

Em paralelo, os resultados de estimativas provisórias dos dados coletados pela organização internacional sobre o PIB na área do G20 apontaram o crescimento de 0,9% no primeiro trimestre de 2024 em comparação ao trimestre anterior, levemente acima dos 0,7% obtidos no trimestre anterior<sup>153</sup>. Tal desempenho econômico foi impulsionado principalmente pela China e pela Índia no primeiro trimestre de 2024, juntamente com a Turquia, a Arábia Saudita, a Coreia e a Indonésia que também alcançaram um crescimento do PIB maior que a média geral do G20<sup>154</sup>.

Já no que tange o desempenho mapeado das taxas de desemprego da OCDE referente ao mês de abril de 2024, o cenário observado foi o de 4,9%, repetindo o nível atingido em março e bem próximo da mínima histórica de 4,8%<sup>155</sup>. Ademais, o índice de desemprego ficou inalterado ante o mês anterior em 25 dos países da organização econômica, além de apresentar queda em outros quatro e aumento em três. No entanto, a taxa de desemprego dos jovens (de 15 a 24 anos) permaneceu alta, acima de 20%, em 9 países da OCDE.

---

<sup>152</sup> OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 5 June 2024. OCDE [Internet]. 2024 Jun 05 [cited 2024 Jun 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-5-june-2024.htm>.

<sup>153</sup> OCDE. G20 GDP Growth - First quarter of 2024, OECD. OCDE [Internet]. 2024 Jun 12 [cited 2024 Jun 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-first-quarter-2024-oecd.htm>.

<sup>154</sup> Estadão Conteúdo. PIB do G20 ganha força e cresce 0,9% no 1º trimestre de 2024, afirma OCDE. Uol Economia [Internet]. 2024 Jun 12 [cited 2024 Jun 14]. Available from: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2024/06/12/pib-do-g20-ganha-forca-e-cresce-09-no-1-trimestre-de-2024-afirma-ocde.htm>.

<sup>155</sup> OCDE. Unemployment Rates, OECD - Updated: June 2024. OCDE [Internet]. 2024 Jun 13 [cited 2024 Jun 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-june-2024.htm>.

Também durante o período, a organização apresentou uma série de interessantes adições ao seu rico acervo de documentos publicados e promovidos pela mesma. Dessa forma, o presente informe ressalta brevemente algumas dessas.

O artigo intitulado *“The impacts of long COVID across OECD countries”*<sup>156</sup> destaca sobre como mesmo que os países já tenham saído das restrições drásticas impostas às populações durante o auge da pandemia da Covid-19, um subconjunto significativo de pessoas infectadas com o vírus continua a enfrentar seus sintomas, às vezes debilitantes, que persistem por semanas ou até meses após a infecção inicial. As autoras do estudo, assim, buscam analisar o ônus da Covid longa nos países da OCDE e avaliar suas implicações para a saúde dos indivíduos e de como a Covid-19 longa pode afetar a produtividade e a força de trabalho, também contemplando o que os países estão fazendo para lidar com a doença. O artigo ainda identifica as prioridades para aprimorar o atendimento às pessoas que vivem com Covid-19 longa.

Outro destaque é o artigo *“The state and effects of discrimination in the European Union”*<sup>157</sup>, onde os autores se debruçam sobre a temática de discriminação e seus violentos efeitos diretos e indiretos na região da União Europeia, utilizando dados inéditos de pesquisa para avaliar a discriminação contra pessoas de comunidades racializadas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e minorias religiosas. Dessa forma, o estudo explora o papel que a discriminação desempenha na promoção das lacunas de bem-estar entre os grupos de risco e a maioria da população, além de acentuar a associação entre a discriminação, especialmente a recorrente, a impactos graves em muitos aspectos da vida de pessoas – restringindo as oportunidades de obtenção de renda, exacerbando o estresse financeiro e de moradia, sujeitando-as à violência, ao medo e à baixa autoestima e contribuindo para a saúde mental. As consequências da discriminação têm, assim, um custo pessoal enorme para os indivíduos diretamente afetados e para a sociedade como um todo.

Por fim, a OCDE apresentou o relatório *“Impulsionando o desempenho da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil”*<sup>158</sup>. Disponível nos idiomas português e inglês, o documento é fruto do trabalho do Quadro de Avaliação de Desempenho para Reguladores Econômicos (*PAFER*, na sigla em inglês) em que o mesmo analisa instituições, os processos, a governança e as práticas que podem criar uma cultura organizacional baseada em desempenho e resultados, focando especialmente sua atenção para avaliar a governança interna e externa da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil. O relatório oferece, então, recomendações para que o regulador, na condição de “árbitro do mercado”, desenvolva sua sólida reputação técnica e suas boas práticas, propondo um conjunto integrado de recomendações que, segundo a OCDE, ajudarão a ANA a cumprir da melhor forma possível seu papel na gestão de recursos hídricos e regulação do uso da água, na segurança de barragens e no saneamento básico.

---

<sup>156</sup> Gonzalez A, Suzuki E. The impacts of long COVID across OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 14];167. Available from: <https://doi.org/10.1787/8bd08383-en>.

<sup>157</sup> Hardy S, Schraepen T. The state and effects of discrimination in the European Union. OECD Papers on Well-being and Inequalities [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 14];26. Available from: <https://doi.org/10.1787/7fd921b9-en>.

<sup>158</sup> OCDE. Impulsionando o desempenho da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Jun 14]. Available from: <https://doi.org/10.1787/976bf5d2-pt>.

## Discurso do presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália<sup>159</sup>

*14 de junho de 2024*

Quero agradecer à primeira-ministra Giorgia Meloni pelo convite para participar deste segmento ampliado.

Na última reunião similar de que participei na Itália, na Cúpula de L'Áquila em 2009, enfrentávamos uma crise financeira global que expôs os equívocos do neoliberalismo.

Hoje o Brasil preside o G20 num contexto de múltiplos e novos desafios.

Conduzir uma revolução digital inclusiva e enfrentar a mudança do clima são dilemas existenciais do nosso tempo.

Precisamos lidar com essa dupla transição tendo como foco a dignidade humana, a saúde do planeta e um senso de responsabilidade com as futuras gerações.

Na área digital, vivenciamos concentração sem precedentes nas mãos de um pequeno número de pessoas e de empresas, sediadas em um número ainda menor de países.

A inteligência artificial (IA) acentua esse cenário de oportunidades, riscos e assimetrias.

Seus benefícios devem ser compartilhados por todos.

Interessa-nos uma IA segura, transparente e emancipadora.

Que respeite os direitos humanos, proteja dados pessoais e promova a integridade da informação.

Que potencialize as capacidades dos Estados de adotarem políticas públicas para o meio ambiente e que contribua para a transição energética.

Uma IA que também tenha a cara do Sul Global, que fortaleça a diversidade cultural e linguística e que desenvolva a economia digital de nossos países.

E, sobretudo, uma IA como ferramenta para a paz, não para a guerra.

Necessitamos de uma governança internacional e intergovernamental da inteligência artificial, em que todos os Estados tenham assento.

Os países africanos são parceiros indispensáveis no enfrentamento desses e de outros desafios.

Com seus 1,5 bilhão de habitantes e seu imenso e rico território, a África tem enormes possibilidades para o futuro.

A força criativa de sua juventude não pode ser desperdiçada cruzando o Saara para se afogar no Mediterrâneo.

Buscar melhores condições de vida não pode ser uma sentença de morte.

Além da União Africana, que integra o G20 pela primeira vez como membro pleno, convidamos Angola, Egito e Nigéria a participar das reuniões durante nossa presidência.

Muitos países africanos estão próximos da insolvência e destinam mais recursos para o pagamento da dívida externa do que para a educação ou a saúde.

Isso constitui fonte permanente de instabilidade social e política.

Sem agregar valor a seus recursos naturais, os países em desenvolvimento seguirão presos na relação de dependência que marcou sua história.

O Estado precisa recuperar seu papel de planejador do desenvolvimento.

Promover o emprego decente e a inclusão social são alguns dos temas que tratei ontem na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

A Parceria para o Direito dos Trabalhadores que levamos adiante com o Presidente Biden tem essa finalidade.

É nesse contexto de combate às desigualdades que se insere a proposta de tributação internacional justa e progressiva que o Brasil defende no G20.

Já passou da hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos.

Essa concentração excessiva de poder e renda representa um risco à democracia.

Muitos países em desenvolvimento já formularam políticas eficazes para erradicar a fome e a pobreza.

---

<sup>159</sup>Fonte: [https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-segmento\\_externo\\_g7\\_italia](https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-segmento_externo_g7_italia)

Nosso objetivo, no G20, é mobilizar recursos para ampliá-las e adaptá-las a outras realidades. O apoio de todos os presentes nesta reunião à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que lançaremos na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, será fundamental para dar fim a essa chaga que ainda assombra a humanidade.

Senhoras e senhores,

As instituições de governança estão inoperantes diante da realidade geopolítica atual e perpetuam privilégios.

O ano de 2023 viu o gasto com armamentos subir em relação a 2022, chegando a 2,4 trilhões de dólares. Em Gaza, vemos o legítimo direito de defesa se transformar em direito de vingança.

Estamos diante da violação cotidiana do direito humanitário, que tem vitimado milhares de civis inocentes, sobretudo mulheres e crianças.

Isso nos levou a endossar a decisão da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça.

O Brasil condenou de maneira firme a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Já está claro que nenhuma das partes conseguirá atingir todos os seus objetivos pela via militar.

Somente uma conferência internacional que seja reconhecida pelas partes, nos moldes da proposta de Brasil e China, viabilizará a paz.

O G7, o BRICS e o G20 reúnem as maiores economias do planeta.

O futuro que compartilharemos dependerá de nossa capacidade de superar desigualdades e injustiças históricas para vencer as batalhas que a humanidade enfrenta hoje.

Muito obrigado.



## Apulia G7 Leaders' Communiqué

### Preamble

We, the Leaders of the Group of Seven (G7), gathered in Apulia to reaffirm our enduring unity and determination to meet global challenges at a crucial moment in history and as the international community confronts multiple interconnected crises.

We reiterate our shared belief in democratic principles and free societies, universal human rights, social progress, and respect for multilateralism and the rule of law. We commit to providing opportunities and pursuing shared prosperity. We seek to strengthen international rules and norms for the benefit of all.

Our work is grounded in our commitment to respect the UN Charter, safeguard international peace and security, and uphold the free and open rules-based international order. We will support more effective, inclusive and equitable global governance that reflects our changing world. We reaffirm our commitment to uphold human dignity and the rule of law in all parts of the world.

We are working together and with others to address the pressing challenges of our time. We are:

- Standing in solidarity to support Ukraine's fight for freedom and its reconstruction for as long as it takes. In the presence of President Zelenskyy, we decided to make available approximately USD 50 billion leveraging the extraordinary revenues of the immobilized Russian sovereign assets, sending an unmistakable signal to President Putin. We are stepping up our collective efforts to disarm and defund Russia's military industrial complex.
- United in supporting the comprehensive deal that has been put forward, that would lead to an immediate ceasefire in Gaza, the release of all hostages, and a credible pathway towards peace that leads to a two-state solution. We also call for a significant and sustained increase in humanitarian assistance.
- Engaging with African countries, in a spirit of equitable and strategic partnership. As they work to deliver sustainable development and industrial growth for their people, we are advancing our respective efforts to invest in sustainable infrastructure, including through the PGII, and we launched the Energy for Growth in Africa initiative, together with several African partners.
- Acting to enable countries to invest in their future and achieve the Sustainable Development Goals (SDGs), recognizing that reducing poverty and tackling global challenges go hand in hand. We are doing our part to achieve better, bigger and more effective Multilateral Development Banks, making it possible for the World Bank to boost its lending by USD 70 billion over the next ten years. We are calling for action from the international community to address debt burdens.
- Reinforcing global food security and enhancing climate resilience, including by launching the Apulia Food Systems Initiative.
- Reaffirming our commitment to gender equality. Together with International Financial Institutions, we will unlock at least USD 20 billion over three years in investments to boost women's empowerment.
- Taking concrete steps to address the triple crisis of climate change, pollution, and biodiversity loss, including by submitting ambitious 1.5°C aligned Nationally Determined Contributions. We will spearhead global efforts to preserve forests and oceans, and to end plastic pollution.
- Affirming our collective commitment and enhanced cooperation to address migration, tackle the challenges and seize the opportunities that it presents, in partnership with countries of origin and transit. We will focus on the root causes of irregular migration, efforts to enhance border management and curb transnational organized crime, and safe and regular pathways for migration. We launched the G7 Coalition to prevent and counter the smuggling of migrants.
- Deepening our cooperation to harness the benefits and manage the risks of Artificial Intelligence (AI). We will launch an action plan on the use of AI in the world of work and develop a brand to support the implementation of the International Code of Conduct for Organizations Developing Advanced AI Systems.

- Fostering strong and inclusive global economic growth, maintaining financial stability and investing in our economies to promote jobs and accelerate digital and clean energy transitions. We also remain committed to strengthening the rules-based multilateral trading system and to implementing a more stable and fairer international tax system fit for the 21st century.

- Acting together to promote economic resilience, confront non-market policies and practices that undermine the level playing field and our economic security, and strengthen our coordination to address global overcapacity challenges.

In taking forward all these priorities, our partnership in the G7 will continue to be guided by our joint commitment to cooperate openly and transparently in a coordinated manner.

We are grateful for the presence of His Holiness Pope Francis and for his contribution.

In a spirit of shared responsibility, we warmly welcome the participation of the Leaders of Algeria, Argentina, Brazil, India, Jordan, Kenya, Mauritania, Tunisia, Türkiye, and the United Arab Emirates.

### **Steadfast support to Ukraine**

We reaffirm our unwavering support for Ukraine for as long as it takes. Together with international partners, we are determined to continue to provide military, budget, humanitarian, and reconstruction support to Ukraine and its people. We remain strongly committed to helping Ukraine meet its urgent short-term financing needs, as well as supporting its long-term recovery and reconstruction priorities.

Russia must end its illegal war of aggression and pay for the damage it has caused to Ukraine. These damages now exceed USD 486 billion, according to the World Bank. It is not right for Russia to decide if or when it will pay for the damage it has caused in Ukraine. Russia's obligations under international law to pay for the damage it is causing are clear, and so we are continuing to consider all possible lawful avenues by which Russia is made to meet those obligations.

We remain determined to dispel any false notion that time is on Russia's side, that destroying infrastructure and livelihoods has no consequences for Russia, or that Russia can prevail by causing Ukraine to fail economically. With a view to supporting Ukraine's current and future needs in the face of a prolonged defense against Russia, the G7 will launch Extraordinary Revenue Acceleration (ERA) Loans for Ukraine, in order to make available approximately USD 50 billion in additional funding to Ukraine by the end of the year.

Therefore, without prejudice to possible other contributions and standing together, the G7 intends to provide financing that will be serviced and repaid by future flows of extraordinary revenues stemming from the immobilization of Russian sovereign assets held in the European Union and other relevant jurisdictions. To enable this, we will work to obtain approval in these jurisdictions to use future flows of these extraordinary revenues to service and repay the loans. We confirm that, consistent with all applicable laws and our respective legal systems, Russia's sovereign assets in our jurisdictions will remain immobilized until Russia ends its aggression and pays for the damage it has caused to Ukraine. We will maintain solidarity in our commitment to providing this support to Ukraine.

We intend to disburse this financing through multiple channels that direct the funds to Ukraine's military, budget, and reconstruction needs – within the constraints of our respective legal systems and administrative requirements. As it relates to reconstruction, we will also strengthen the Multi-agency Donor Coordination Platform for Ukraine to help coordinate the disbursement of funds and ensure they align with Ukraine's highest priority needs at a pace it can effectively absorb. This will play a key role in advancing Ukraine's reforms in line with its European path.

In light of the above, we task our relevant Ministers and officials to operationalize these commitments in time for ERA to begin disbursing before year-end.

As we reiterated in our Statement on Ukraine in February, Ukraine is defending its freedom, sovereignty, independence, and territorial integrity, against Russia's brutal and unjustifiable war of aggression. We continue to condemn in the strongest possible terms Russia's blatant breach of international law, including the UN Charter, and of basic principles that underpin the international order. Any use of nuclear weapons by Russia in the context of its war of aggression against Ukraine would be inadmissible. We therefore condemn in the strongest possible terms Russia's irresponsible and threatening nuclear rhetoric, as well as its posture of strategic intimidation, including its announced deployment of nuclear

weapons in Belarus. We remain committed to holding those responsible accountable for their atrocities against the people of Ukraine, in line with international law. We also condemn the seizures of foreign companies and call on Russia to reverse these measures and seek acceptable solutions with the companies targeted by them.

We support Ukraine's right of self-defense and reiterate our commitment to Ukraine's long-term security, including by implementing bilateral security commitments and arrangements based on the Joint Declaration endorsed in Vilnius last July. We are increasing our production and delivery capabilities to assist its self-defense. We also support efforts to assist Ukraine modernizing its armed forces and strengthening its own defense industry. We express our resolve to bolster Ukraine's air defense capabilities to save lives and protect critical infrastructure.

We are committed to raising the costs of Russia's war by building on the comprehensive package of sanctions and economic measures already in place. Though our measures have had a significant impact on Russia's ability to build its war machine and to fund its invasion, its military is still posing a threat not just to Ukraine but also to international security.

We will continue taking measures against actors in China and third countries that materially support Russia's war machine, including financial institutions, consistent with our legal systems, and other entities in China that facilitate Russia's acquisition of items for its defense industrial base.

In this context, we reiterate that entities, including financial institutions, that facilitate Russia's acquisition of items or equipment for its defense industrial base are supporting actions that undermine the territorial integrity, sovereignty, and independence of Ukraine. Accordingly, we will impose restrictive measures consistent with our legal systems to prevent abuse and restrict access to our financial systems for targeted individuals and entities in third countries, including Chinese entities, that engage in this activity. We will take robust action against actors who aid Russia in circumventing our sanctions, including by imposing severe costs on all those who fail to immediately cease providing material support to Russia's aggression and by strengthening domestic enforcement and stepping up our business engagement to promote corporate responsibility. We call on financial institutions to refrain from supporting and profiting from Russia's war machine. We will take further steps to deter and disrupt this behavior.

We will continue to apply significant pressure on Russian revenues from energy and other commodities. This will include improving the efficacy of the oil price cap policy by taking further steps to tighten compliance and enforcement, while working to maintain market stability. We will take steps, including sanctions and innovative enforcement activities leveraging respective geographies, to combat Russia's use of deceptive alternative shipping practices to circumvent our sanctions by way of its shadow fleet. We call on industry actors facilitating this activity to consider the financial liability and environmental and reputational damage risks associated with these practices. We will impose additional sanctions measures on those engaged in deceptive practices while transporting Russian oil and against the networks Russia has developed to extract additional revenue from price cap violations or from oil sales using alternative service providers. We will continue taking further steps to limit Russia's future energy revenues by impeding the development of future energy projects and disrupting access to the goods and services on which those projects rely. We will continue our efforts to reduce Russia's revenues from metals.

Ukraine's reconstruction remains a key priority, including early recovery measures and addressing the current energy emergency caused by Russia's increased targeting of Ukraine's energy infrastructure. We re-emphasize our strong support for Ukraine's energy security, including by coordinating international assistance through the G7+Ukraine Energy Coordination Group. We will continue to work with the Ukrainian authorities and International Financial Institutions through the Multi-agency Donor Coordination Platform for Ukraine, and by mobilizing private investments and fostering participation of civil society.

We highlight the reality of 3.4 million internally displaced Ukrainians, the importance of inclusive recovery and the need to address the needs of women, children and persons with disabilities, as well as other population groups who have been disproportionately affected by Russia's war of aggression. The reintegration of combatants and civilians with disabilities in society remains a priority. We call on Russia to release all persons it has unlawfully detained and to safely return all civilians it has illegally transferred or deported, starting with children.

We reiterate our support for Ukraine's agriculture sector, which is critical for global food supply, particularly for the most vulnerable nations. We therefore call for unimpeded deliveries of grain, foodstuffs, fertilizers and inputs from Ukraine across the Black Sea and recall the importance of the EU Solidarity Lanes and President Zelenskyy's Grain from Ukraine initiative.

We are also working to involve our private sectors in the sustainable economic recovery of Ukraine. We welcome and underscore the significance of Ukraine itself continuing to implement domestic reform efforts, especially in the fields of anti-corruption, justice system reform, decentralization, and promotion of the rule of law. We will continue to support efforts of the Ukrainian government and people in these endeavors. We will build on the Japan-Ukraine Conference for Promotion of Economic Growth and Reconstruction held in Tokyo on 19 February and the Ukraine Recovery Conference held on 11-12 June in Berlin and we look forward to the next Ukraine Recovery Conference in Rome in 2025.

We welcome the Summit on Peace in Ukraine planned in Switzerland on 15-16 June to build a framework for peace based on international law, the UN Charter and its principles, with respect for Ukraine's sovereignty and territorial integrity. We will continue to work to achieve the widest possible international support for the key principles and objectives of President Zelenskyy's Peace Formula.

Our ultimate goal remains a just, lasting and comprehensive peace in line with international law and the UN Charter and its principles and respect for Ukraine's sovereignty and territorial integrity. We will continue to stand by Ukraine for as long as it takes.

### **Conflict in Gaza**

We reiterate our strongest condemnation of the brutal terrorist attacks conducted by Hamas and other terrorist groups against Israel on 7 October 2023. We express our full solidarity and support to Israel and its people and reaffirm our unwavering commitment towards its security. In exercising its right to defend itself, Israel must fully comply with its obligations under international law in all circumstances, including international humanitarian law. We condemn Hamas for its continuing use of civilian infrastructure for its military activities and failure to separate and distinguish itself from civilians in Gaza. We deplore all losses of civilian lives equally, and note with great concern the unacceptable number of civilian casualties especially women and children. We call on all parties to take every feasible step to protect civilian lives.

We fully endorse and will stand behind the comprehensive deal outlined by President Biden that would lead to an immediate ceasefire in Gaza, the release of all hostages, a significant and sustained increase in the flow of humanitarian assistance throughout Gaza, and an enduring end to the crisis, with Israel's security interests and safety for Palestinian civilians in Gaza assured. In this regard, we welcome UNSC Resolution S/RES/2735 (2024). We reiterate our call on Hamas to fully and unequivocally accept and implement the ceasefire proposal, as outlined in Resolution 2735, and urge countries with influence over Hamas to help ensure that it does so. We welcome Israel's acceptance of the proposal and readiness to move forward with it.

We urge all parties to facilitate rapid and unimpeded passage of humanitarian relief for civilians in need, in particular women and children. Securing full, rapid, safe, and unhindered humanitarian access in all its forms, consistent with international humanitarian law, and through all relevant land crossing points, including the Rafah crossing, through maritime delivery routes, including through Ashdod Port, and throughout all of Gaza remains an absolute priority. We agree it is critical that UNRWA and other UN organizations and agencies' distribution networks be fully able to deliver aid to those who need it most, fulfilling their mandate effectively.

We are deeply concerned by the consequences on the civilian population of the ongoing ground operations in Rafah, and the possibility of a full-scale military offensive that would have further dire consequences for civilians. We call on the Government of Israel to refrain from such an offensive.

We welcome the appointment of the new Palestinian Authority's cabinet and remain ready to support the Palestinian Authority as it undertakes the reforms that are indispensable to enable it to discharge its responsibilities in the West Bank and, in the aftermath of the conflict, in Gaza. Actions that weaken the Palestinian Authority must stop, including the withholding of clearance revenues by the Israeli Government. Maintaining economic stability in the West Bank is critical for regional security. We call on Israel to take the necessary measures to ensure that correspondent banking services between Israeli and Palestinian banks remain in place, so that vital financial transactions and critical trade in services continue;

to release withheld clearance revenues to the Palestinian authority, in view of its urgent fiscal needs; and to remove or relax other measures to avoid further exacerbating the economic situation in the West Bank.

We reiterate our unwavering commitment to the vision of the two-state solution where two democratic States, Israel and Palestine, live side by side in peace within secure and recognized borders, consistent with international law and relevant UN resolutions, and in this regard stress the importance of unifying the Gaza strip with the West Bank under the Palestinian Authority. We note that mutual recognition, to include the recognition of a Palestinian state, at the appropriate time, would be a crucial component of that political process.

We affirm our commitment to working together – and with other international partners – to closely coordinate and institutionalize our support for civil society peacebuilding efforts, ensuring that they are part of a larger strategy to build the foundation necessary for a negotiated and lasting Israeli- Palestinian peace.

All parties must refrain from any unilateral actions that undermine the prospect of a two-state solution, including Israeli expansion of settlements and the “legalization” of settlement outposts. We condemn the rise in extremist settler violence committed against Palestinians, which undermines security and stability in the West Bank, and threatens prospects for a lasting peace. We encourage support for the Palestinian Authority Security Services to make sure the West Bank remains stable and conducive to the ultimate establishment of a Palestinian state.

We are deeply engaged – along with partners in the region – in preventing the conflict from escalating further. We reiterate our firm condemnation of Iran’s attack against Israel of 13-14 April, which marked an unacceptable escalation, and we reaffirm our commitment towards Israel’s security. We call on all parties to lower tensions and contribute in a constructive way to de- escalation.

We are particularly concerned by the situation along the Blue Line. We recognize the essential stabilizing role played by the Lebanese Armed Forces (LAF) and the UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL) in mitigating that risk. We urge all involved actors to exercise restraint to avoid further escalation, consistent with UNSCR 1701.

#### **Freedom of Navigation in the Red Sea**

We condemn the ongoing attacks perpetrated by the Houthis against international and commercial vessels transiting through the Red Sea and Gulf of Aden. These illegal attacks must end. We call for the immediate release by the Houthis of the Galaxy Leader and its crew. We reiterate the right of countries to defend their vessels, in line with UNSCR 2722 and in accordance with international law.

The EU maritime operation Aspides and the U.S.-led operation Prosperity Guardian play an essential role to protect crucial shipping lanes that are fundamental for global trade. Maritime security and navigational rights and freedoms are critical to ensuring free movement of essential commodities to destinations and populations all over the world. This includes delivery of life-saving humanitarian assistance to more than half the population of Yemen.

The continuing Houthi attacks in the Red Sea risk destabilizing the region, stopping freedom of navigation and trade flows and endangering the UN-led roadmap towards peace in Yemen. We call on the Houthis to comply with their obligations under international humanitarian law and cease their attacks in the Red Sea, Gulf of Aden and surrounding waters. We further call on Yemeni parties to continue their positive efforts in furtherance of the understanding reached in December 2023, under UN auspices, regarding the peace process.

#### **Iran**

Iran must cease its destabilizing actions.

We reiterate our determination that it must never develop or acquire a nuclear weapon. We urge Tehran to cease and reverse nuclear escalations, and stop the continuing uranium enrichment activities that have no credible civilian justifications. Iran must engage in serious dialogue and provide convincing assurances that its nuclear program is exclusively peaceful, in full cooperation and compliance with the IAEA’s monitoring and verification mechanism, including the Board of Governors’ resolution of 5 June. We support IAEA’s monitoring and verification role regarding Iran’s nuclear-related obligations and commitments and express strong concern about Iran’s current lack of cooperation with the Agency.

We call on Iran to stop assisting Russia's war in Ukraine and not to transfer ballistic missiles and related technology, as this would represent a substantive material escalation and a direct threat to European security. We are prepared to respond in a swift and coordinated manner, including with new and significant measures.

We demand that Iran cease its malicious activities and destabilizing actions in the Middle East and we stand ready to adopt further sanctions or take other measures in response to further destabilizing initiatives. We continue to call for the immediate release of MSC Aries, its remaining crew and cargo.

We reiterate our deep concern over Iran's human rights violations, especially against women, girls and minority groups. We call on Iran's leadership to end all unjust and arbitrary detentions, including of dual and foreign citizens, and condemn the unacceptable harassment of its citizens.

### **Fostering partnerships with African countries**

We are committed to stepping up our support to African countries in their efforts to achieve sustainable development and local value creation, strengthen democratic governance, contribute to global stability and prosperity, and protect the rule-based international order. In doing so, we remain focused on equitable partnerships rooted in shared principles, democratic values, local ownership, and concrete initiatives. We will align our efforts with the African Union Agenda 2063 and African countries' needs and priorities, including the integrated African continental plans for improved local and regional food security, infrastructure, trade and agricultural productivity. We will also support the operationalization of the African Continental Free Trade Area which will be an essential parameter of African growth in the coming decade.

We will reinforce mutually beneficial and equitable cooperation with African countries and regional organizations. While assuring African countries our continued financial support, we will enhance the coordination and effectiveness of G7 cooperation resources; support better mobilization and management of local domestic resources; and promote increased private investment. We endorse African countries' call for greater voice in international bodies and welcome the AU's participation in the G20 as a permanent member, and the creation of a third Chair for sub-Saharan Africa at the IMF Executive Board in November. We reiterate our support for the G20 Compact with Africa, as a tool to increase private sector investments, promote structural reforms, and local entrepreneurship support, and enhance cooperation, including in the energy sector. The G7 Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII), including initiatives such as the EU Global Gateway, offer a framework we will use to promote our vision of sustainable, resilient, and economically viable infrastructure in Africa, underpinned by transparent project selection, procurement, and finance. In that respect, we welcome the Mattei Plan for Africa launched by Italy.

Acknowledging that sustainable development and democracy are mutually reinforcing, we reiterate our commitment to supporting African governments in advancing democratic governance and human rights, as we address conditions conducive to terrorism, violent extremism, and instability. In this respect, we are concerned about the activities of the Kremlin-backed Wagner Group and other emerging Russia-backed forces, which are having a destabilizing impact. We call for accountability of all those responsible for human rights violations and abuses.

Countries should not be forced to choose between fighting against poverty and protecting the planet or addressing global challenges, nor between repaying creditors and making further investments in development. We are committed to evolve the international financial architecture to make it fit for the challenges of today's world. We support the ambition of partnerships such as the G20 Compact with Africa and the Paris Pact for People and Planet (4P), which work to foster collaboration between key global stakeholders to deliver additional financing for development, climate, and nature and fostering private sector investment. As outlined in the Nairobi-Washington Vision, we call on the international community to step up sustainable and transparent financing for developing countries willing to commit to ambitious reforms and investment plans, while emphasizing the importance of domestic resource mobilization. This includes working with other stakeholders to deliver coordinated international financial institution support packages, utilize tools to facilitate private finance on better terms and unlock private investments, and activate creditor coordination and private sector participation when needed, so as to ensure multilateral support is being used in the best interest of developing countries. We will work with the IMF, the World

Bank, and other key parties to bring this plan forward, with a view to realizing it for pilot countries by the end of 2024.

### **Sustainable Development, Food Security and PGII**

We reaffirm our steadfast commitment towards the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and we will redouble our efforts to accelerate progress towards the SDGs, restated at the 2023 SDG Summit, to ensure nobody is left behind. With our partners, we will work on concrete and ambitious actions to achieve long-term sustainable development, strong, environmental social and governance standards, and shared prosperity worldwide.

Noting that we have already exceeded our joint commitment of USD 14 billion to global food security, announced in Elmau in 2022, we remain steadfast in addressing the escalating global food security and nutrition crisis, aggravated by Russia's war of aggression against Ukraine.

We are launching the G7 Apulia Food Systems Initiative (AFSI) to intensify our efforts to overcome structural barriers to food security and nutrition and to build resilient sustainable and productive agriculture and food systems, and to ensure that all people can progressively realize the right to adequate food. This includes enhancing sustainability and productivity of local, regional, and global supply chains and addressing discriminatory rules and norms that affect gender equality. This initiative will leverage multi-stakeholder partnerships to advance ambitious programs on the ground and harness the full potential of food systems.

Noting global food supply disruptions due to climate change and that the Paris Agreement can only be reached by transforming food systems, we will support synergetic and coherent policies and investments to address the climate-food systems nexus, particularly in low-income countries. We will contribute to these efforts globally, with a special attention to implementing and aligning with the African continental plans by supporting the following multi-stakeholder programs developed with the African Union and other global partners: i) the Technical Cooperation Collaborative to implement the "COP28 UAE Declaration on sustainable agriculture, resilient food systems, and climate action" and enhance access to quality technical cooperation for the integration of food systems and climate plans in low-income and climate vulnerable countries; ii) the Vision for Adapted Crops and Soils for the restoration and maintenance of healthy soils and the further development and climate resilience of traditional and indigenous crops in Africa, recalling the importance of Africa Fertilizer and Soil Health Summit 2024; iii) a G7 private-public initiative on coffee aimed to further advance policy, sustained investments, research and innovation, partnerships, blended finance to boost the resilience, environmental sustainability, value addition and circularity of the coffee value chains worldwide and to support smallholders and family farmers in producing countries, including examining the feasibility of the establishment of a global private-public fund on coffee.

Given childhood stunting and wasting caused by malnutrition can have lifelong physical, psychological and social effects that threaten sustainable development, we commit to support treatment and prevention to address this challenge. We will foster multi-stakeholder engagement and innovation, including with multilaterals, the private sector and philanthropies, and welcome in particular the 2025 Paris Nutrition for Growth Summit.

We will also promote innovative solutions to increase the quantity and quality of public and private funding for food security and food systems in low-income countries. We will: i) work together to improve the fiscal space for food security in line with continued efforts to improve the international financial architecture, including further analysis of the potential of debt swaps, ii) building on existing cooperation, initiate a collaborative of G7 public development banks and DFIs to enhance co-investment and risk-mitigation for sustainable agriculture and food systems transformation; iii) support the design and development of a Financing for Shock-Driven Food Crisis Facility to provide rapid-response financing in anticipation of severe food crises, also involving private capital from global insurance markets.

Accordingly, we task our Development Ministers to further articulate the AFSI commitments and actions, ahead of their Meeting in October, in synergy with the Ministers of Finance, Agriculture and Environment, noting in particular the Initiative on Strengthening Seed Certification Capacity in Africa and the Africampus program to bridge educational gaps for African farmers and entrepreneurs, under joint development by the Ministers of Agriculture and international partners.

We also highlight synergies between AFSI, the Global Alliance for Food Security, and the Global Alliance against Hunger and Poverty under development within the G20, which the ambitions of we fully support.

We also continue to support coordinated action with and among the UN Rome-based agencies and the wider UN system, MDBs and other relevant organizations, including the African Union.

With a view to addressing global food insecurity and malnutrition, we also acknowledge the importance of supporting fertilizer value chains including local fertilizer production in line with WTO rules and through supporting the use of local sources of energy, in consistency with a 1.5°C warming limit and the goals of the Paris Agreement.

We reaffirm our commitment to mobilize up to USD 600 billion through the PGII by 2027 towards sustainable, inclusive, resilient, and quality infrastructure and investments with partner countries, with a particular focus on Africa and on the Indo-Pacific. We reaffirm the Carbis Bay commitment for our DFIs and multilateral partners to invest at least USD 80 billion into the private sector in Africa, and we recognize the importance of directing more investment to poorer and more fragile countries across the continent.

We will enhance this Partnership by: i) raising the profile of the PGII initiative throughout the G7 platform with the strong coordination and involvement of all its G7 tracks, and establishing a secretariat for effective implementation and investment coordination with partners; ii) supporting the launch of the African Virtual Investment Platform, in collaboration with the African Union and OECD, to enhance information sharing, transparency, and public policies on investment in Africa; iii) working together with our DFIs, MDBs, and private sector to improve green investments in Africa as part of our PGII commitment. In this respect, we will progressively enhance country-based investment coordination, including through platforms such as the Alliance for Green Infrastructure in Africa.

We commit to implement these key pillars, as we are stepping up our efforts to attract private investments at scale, improving the enabling environments, maximizing the role of MDBs and DFIs, enhancing co-financing, advancing high standards for quality infrastructure, including through certification schemes such as the Blue Dot Network and the FAST-INFRA Initiative and further developing a pipeline of bankable projects. We also call on all actors to adhere to international rules, standards, and principles, including the G20 Principles for Quality Infrastructure Investments.

We will further promote concrete G7 PGII initiatives, flagship projects, and complementary initiatives to develop transformative economic corridors for quality infrastructure and investment, such as the deepening of our coordination and financing for the Lobito Corridor, the Luzon Corridor, the Middle Corridor, and the India-Middle East-Europe Economic Corridor, also building on the EU Global Gateway, the Great Green Wall Initiative, and the Mattei Plan for Africa launched by Italy.

### **Indo-Pacific**

We reiterate our commitment to a free and open Indo-Pacific, based on the rule of law, which is inclusive, prosperous, and secure, grounded on sovereignty, territorial integrity, peaceful resolution of disputes, fundamental freedoms, and human rights. Peace and stability in the region are key to promoting global prosperity, and developments there can directly affect global security. We reaffirm our unwavering support for ASEAN centrality and unity and our commitment to promoting cooperation in line with the ASEAN Outlook on the Indo-Pacific. We also affirm our intention to work to support Pacific Island Countries' priorities, as articulated through the 2050 Strategy for the Blue Pacific Continent.

We seek constructive and stable relations with China and recognize the importance of direct and candid engagement to express concerns and manage differences. We act in our national interest. Given China's role in the international community, cooperation is necessary to address global challenges, and we continue to engage in areas of common interest. We call on China to step up efforts to promote international peace and security, and to work with us to tackle the climate, biodiversity, and pollution crises, combat illicit synthetic drug trafficking, ensure global macroeconomic stability, support global health security, and address vulnerable countries' debt sustainability and financing needs.

We recognize the importance of China in global trade. We are committed to advancing free and fair trade, a level playing field, and balanced economic relations, while updating and strengthening the multilateral rule-based trading system with the WTO at its core. We are not trying to harm China or thwart its economic development, indeed a growing China that plays by international rules and norms would be of global interest. However, we express our concerns about China's persistent industrial targeting and



comprehensive non-market policies and practices that are leading to global spillovers, market distortions and harmful overcapacity in a growing range of sectors, undermining our workers, industries, and economic resilience and security. We are not decoupling or turning inwards. We are de-risking and diversifying supply chains where necessary and appropriate, and fostering resilience to economic coercion. We further call on China to refrain from adopting export control measures, particularly on critical minerals, that could lead to significant global supply chain disruptions.

With these concerns in mind, together with partners, we will invest in building our and their respective industrial capacities, promote diversified and resilient supply chains, and reduce critical dependencies and vulnerabilities. We will strengthen diplomatic efforts and international cooperation, including in the WTO, to encourage fair practices and build resilience to economic coercion. We will continue to take actions, as necessary and appropriate, to protect our workers and businesses from unfair practices, to level the playing field and remedy ongoing harm.

We call on China to uphold its commitment to act responsibly in cyberspace. We will continue our efforts to disrupt and deter persistent, malicious cyber activity stemming from China, which threatens our citizens' safety and privacy, undermines innovation, and puts our critical infrastructure at risk. We recognize the necessity of protecting certain advanced technologies that can be used to threaten our national security, without unduly limiting trade and investment.

We reaffirm that maintaining peace and stability across the Taiwan Strait is indispensable to international security and prosperity. We support Taiwan's meaningful participation in international organizations, including in the World Health Assembly and WHO technical meetings, as a member where statehood is not a prerequisite and as an observer or guest where it is. There is no change in the basic positions of the G7 members on Taiwan, including stated one China policies. We call for a peaceful resolution of cross-Strait issues.

We remain seriously concerned about the situation in the East and South China Seas and reiterate our strong opposition to any unilateral attempt to change the status quo by force or coercion. We continue opposing China's dangerous use of coast guard and maritime militia in the South China Sea and its repeated obstruction of countries' high seas freedom of navigation. We express serious concern about the increasing use of dangerous maneuvers and water cannons against Philippine vessels. In this regard, we reaffirm that there is no legal basis for China's expansive maritime claims in the South China Sea, and we oppose China's militarization, and coercive and intimidation activities in the South China Sea. We re-emphasize the universal and unified character of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) and reaffirm UNCLOS's important role in setting out the legal framework that governs all activities in the oceans and the seas. We reiterate that the award rendered by the Arbitral Tribunal on 12 July 2016 is a significant milestone, which is legally binding upon the parties to those proceedings, and a useful basis for peacefully resolving disputes between the parties.

We express our deep concern at the People's Republic of China's support to Russia. We call on China to press Russia to stop its military aggression and immediately, completely and unconditionally withdraw its troops from Ukraine. We encourage China to support a comprehensive, just and lasting peace based on territorial integrity and the principles and purposes of the UN Charter, including through its direct dialogue with Ukraine. China's ongoing support for Russia's defense industrial base is enabling Russia to maintain its illegal war in Ukraine and has significant and broad-based security implications. We call on China to cease the transfer of dual-use materials, including weapons components and equipment, that are inputs for Russia's defense sector.

We remain concerned by the human rights situation in China, including in Tibet and in Xinjiang where forced labor is a major concern to us. We are also worried by China's crackdown on Hong Kong's autonomy, independent institutions, and civil society and continued erosion of rights and freedom, including through the recent enactment of legislation under Article 23 of the Basic Law that has broad and vaguely defined provisions regarding "sedition", "state secrets," and interactions with foreign entities. We express concerns about the use of such laws to silence dissent in Hong Kong and overseas, including politically motivated prosecutions. These developments will make it harder to live, work and do business in Hong Kong.

We call on China not to conduct or condone activities aimed at undermining the security and safety of our communities and the integrity of our democratic institutions, and to act in strict accordance with its obligations under the Vienna Convention on Diplomatic Relations and the Vienna Convention on Consular Relations.

We reiterate our call for the complete, verifiable, and irreversible dismantlement of all North Korea's weapons of mass destruction and ballistic missiles. We urge all UN Member States to fully implement all relevant UN Security Council resolutions and reiterate our deep disappointment with Russia's veto in March on the UNSCR 1718 Committee Panel of Experts mandate renewal. We strongly condemn North Korea's continued development of its ballistic missile program in defiance of multiple UNSCRs, including through launches of intercontinental ballistic missiles (ICBM) and space launch vehicles using ballistic missile technologies. We condemn in the strongest possible terms the increasing military cooperation between North Korea and Russia, including North Korea's export and

Russia's procurement of North Korean ballistic missiles in direct violation of relevant UNSCRs, as well as Russia's use of these missiles against Ukraine. We are also deeply concerned about the potential for any transfer of nuclear or ballistic missiles-related technology to North Korea, in violation of the relevant UNSCRs. We urge Russia and North Korea to immediately cease all such activities and abide by relevant UNSCRs. We reiterate our commitment to counter sanctions evasion and strengthen enforcement of all North Korea related UNSCRs. We call on North Korea to accept repeated offers of dialogue, to enhance regional peace and security. We strongly condemn North Korea's choice to prioritize its unlawful WMD and ballistic missile programs over the welfare of the people in North Korea and we demand that it abandons these programs. We urge North Korea to respect human rights, facilitate access for international humanitarian organizations, and resolve the abductions issue immediately.

We reiterate our firm condemnation of the brutal repression of the people of Myanmar by the Myanmar military regime, and express our concern with the expanding humanitarian crisis across the country.

We deplore the implementation of the 2010 People's Military Service Law. This is causing further internal and regional displacement, risks exacerbating divides and hampering reconciliation. Accountability for serious crimes committed in the whole country remains essential. We are particularly concerned that sectarian tensions could inflame Rakhine again, hindering the creation of conditions for voluntary, safe, dignified and sustainable return of Rohingya refugees and all displaced persons, while propelling regional instability.

We reiterate our demands for unimpeded humanitarian access to those in need, that all parties respect human rights and international humanitarian law, and for the release of those arbitrarily detained. We reaffirm that an inclusive dialogue with all stakeholders is essential to restore foundations for a durable democratic process.

We also reiterate the importance of UNSCR 2669 and continue to support the UN's further engagement in the crisis and ASEAN's efforts to achieve the implementation of the Five-Point Consensus.

We restate our appeal on all States to prevent or to halt the flow of arms and dual-use material, including jet fuel, to the Myanmar military, and to contribute to the search for a viable political solution which respects the democratic aspirations of Myanmar's people.

## **Regional Issues**

### **HAITI**

We commit to work together with other members of the international community for the stabilization of Haiti and to ensure robust and timely funding and other support for the Kenya-led Multinational Security Support (MSS) mission, which needs to be deployed as soon as possible, and to support the Haitian National Police (HNP). We welcome Kenya's leadership of the MSS mission. It is imperative that violence by criminal gangs is stopped. We welcome the establishment of the Presidential Transitional Council (CPT) as well as the appointment of interim Prime Minister Garry Conille and look forward to the rapid establishment of a transitional Government as the outcome of a transparent and inclusive national process. It is necessary to address urgently the most

immediate needs of the population, protect women and children, restore security and the rule of law and start shaping the institutional framework required to lead Haiti to free and democratic elections by February 2026. We will continue to follow closely developments in Haiti. To that end, we welcome the efforts of the newly established G7 Working Group on Haiti to advance the MSS mission, the country's stabilization, including through humanitarian assistance and long-term development, accountability mechanisms, and democratic governance in Haiti.

## **LIBYA**

We reaffirm our unwavering commitment to Libya's stability, independence, territorial integrity and national unity, including in the face of external interference. We call on all Libyan institutional stakeholders to overcome the current political stalemate by engaging in meaningful dialogue in good faith and without preconditions. An inclusive, Libyan-led, Libyan-owned political process facilitated by the UN remains the only viable pathway towards free and fair national presidential and parliamentary elections. In this context, we call on the Secretary-General of the United Nations to appoint a new Special Representative without delay, and affirm our full support to the United Nations Support Mission in Libya interim leadership.

## **SAHEL**

We remain concerned for the deterioration of the security situation in the Sahel, including the spread of terrorism and violent conflict causing widespread misery and displacement of the civilian population. This is compounded by the backsliding of the principles of constitutional rule of law, democracy and good governance and regression in the regional cooperation frameworks.

The grave human rights violations committed by multiple parties, including Russian proxies and local security forces in the region are unacceptable.

The challenge of growing political tension, confrontation, and instability in the Sahel requires renewed efforts by all relevant actors and stakeholders in reconfiguring international and regional responses.

A continued support to the civilian populations in the Sahel is essential to alleviate their suffering.

We call upon the States of the Sahel to accelerate the pace of the transition for return to constitutional order, and stand ready to assist them. We look forward to enhancing cooperation with the African Union and its current Mauritanian Presidency as well as regional organizations and the UN in fostering stability, security, good governance and development in the Sahel, preventing the spill-over of insecurity towards the Gulf of Guinea and North Africa, as well as irregular migratory flows.

## **SUDAN**

We strongly condemn the ongoing fighting in Sudan, including human rights violations and abuses, as well as international humanitarian law violations since April 2023. The situation is constantly deteriorating with increased civilian casualties. We express particular concern for the risks posed to women and children by both parties to the conflict and the increase in ethnic-based violence which must cease immediately. This is further undermining the fragile humanitarian situation and creating further displacement risks.

All parties must allow and facilitate rapid and unimpeded passage of humanitarian relief. We reiterate our call on all parties to immediately cease hostilities throughout the country, to enter into serious, direct negotiations, to agree and implement an immediate and lasting ceasefire without pre-conditions. We are deeply concerned by the current escalation in El-Fasher in North Darfur.

We urge external actors to refrain from fueling the conflict, and we encourage all Sudanese actors to engage in a national dialogue inclusive of the composite Sudanese civil society and aimed at re-establishing civilian and representative institutions to meet the democratic aspirations of the Sudanese people.

An active African and regional role, as well as the intensified and coordinated efforts of the international community, remain essential to ending violence and restoring democracy.

We welcome the outcomes of the Paris Conference for Sudan and the neighboring countries, where over EUR 2 billion have been pledged to support the civilian population in Sudan, and those who sought refuge in neighboring countries.

## **VENEZUELA**

We are deeply concerned by the ongoing political, economic, and humanitarian crisis in Venezuela and by the lack of progress on the implementation of the Barbados Agreement of October 2023, with regard to the rights of the opposition within the electoral process and the decision to withdraw the invitation for an EU election observation mission. We call on Venezuela to fully implement the Barbados Agreement and to ensure competitive and inclusive elections on 28 July, that encompass full and credible international electoral observation missions. We further demand an end to the harassment of opposition members, and for the release of all political prisoners immediately.

We are following closely developments between Venezuela and Guyana over the Essequibo region and welcome regional efforts to maintain dialogues between the parties. We demand that Venezuela refrain from further destabilizing initiatives. The matter must be resolved peacefully, in line with international law.

## **BELARUS**

We reiterate our condemnation of the Belarusian regime's complicity in Russia's war against Ukraine. We express our continued concern over the regime's continuing repression of independent media, civil society, opposition, and citizens that peacefully express their views. We also condemn the ill treatment of political prisoners and ask for their immediate and unconditional release.

## **Sustainable Urban Development**

We emphasize the transformative power of cities worldwide as drivers for sustainable development. We will continue our cooperation on sustainable urban development and task our relevant Ministers to discuss concrete actions to reduce spatial inequalities, protect the environment and climate, and promote smart and innovative economies in urban areas.

## **Energy, Climate and Environment**

We reiterate our determination to address the triple global crisis of climate change, pollution, and biodiversity loss. We remain steadfast in our commitment to the Paris Agreement and keeping a limit of 1.5°C global temperature rise within reach, and note with deep concern the findings of the first Global Stocktake at the UN Climate Change Conference (COP28) that there is a significant gap between global current emissions trajectories and this commitment. Our goal remains unchanged, to provide a substantial contribution to efforts to reduce global GHG emissions by around 43 per cent in this critical decade and by 60 per cent by 2035, relative to the 2019 level. We underline that this is a collective effort and further actions from all countries, especially major economies, are required in order to peak global GHG by 2025 at the latest and achieve net-zero by 2050.

We commit to submitting ambitious 1.5°C aligned NDCs, which will be catalysts for investments, with economy-wide, absolute reduction targets, covering all GHGs, sectors and categories. Underlining that this is a collective effort, we call on all countries, especially G20 and other major economies, to do the same. We will advance global and regional efforts to secure affordable clean energy for all, recognizing different national pathways.

We welcome the commitments, as set forth in COP28, to triple global renewable capacity and double the global average annual rate of energy efficiency improvements by 2030. Energy efficiency is the first fuel and an essential element of clean energy transition. We also commit to meet the global goal of deploying 1500 GW of energy storage in the power sector by 2030, including through existing targets and policies. We will transition away from fossil fuels in energy systems in a just, orderly, and equitable manner, accelerating actions in this critical decade, to achieve net-zero by 2050 in keeping with the best available science. We will operationalize these commitments through the development and implementation of domestic plans, policies and actions, including to inform and be reflected in our NDCs and LTSs, and through intensive efforts to reduce demand for and use of fossil fuels. We reaffirm our commitment to eliminate inefficient fossil fuel subsidies by 2025 or sooner and will report in 2025 on progress made. We call on others to do the same.

We reaffirm the important role of high-integrity carbon markets and carbon pricing, to foster cost-efficient reductions in emission levels, drive innovation and enable a transformation to net-zero and will work together and with others to accelerate their ambitious use.

To achieve our climate goals and help all countries reap the benefits of the clean energy transition, we will work with partners to end support for new unabated coal power, accelerate investments in renewable and clean energy sources, and establish secure, diverse, responsible clean energy supply chains. We reaffirm our commitment to achieve a fully or predominantly decarbonized power sector by 2035 and to phase out existing unabated coal power generation in our energy systems during the first half of 2030s, or in a timeline consistent with keeping a limit of 1.5°C temperature rise within reach, in line with countries' net-zero pathways. We reiterate our call for other countries and partners to join us in ending permitting and construction of new unabated coal-fired powerplants as soon as possible, and will promote cooperation with countries, international partners, and relevant organizations, including the financial sector, to this end, noting the work of those joining the Powering Past Coal Alliance and the Coal Transition Accelerator, to facilitate these goals.

We commit to accelerating the transition toward decarbonization in the industrial sectors and particularly in the hard-to-abate sectors. We will promote and facilitate the scale-up of investments in the industrial sector for innovative technologies, smart clean electrification, improved energy efficiency, direct use of renewable heat, sustainable bio energies, sustainable production of energy from waste, sustainable biogases and biofuels, renewable, clean/zero-emission and low-carbon hydrogen and its derivatives such as ammonia and direct use of renewable energy close to demand centers, the use of carbon management technologies. We also commit to accelerate the reduction of emissions from transport. We will continue working on this, including through the G7 Industrial Decarbonization Agenda as well as the Climate Club and its ambitious work program.

We reaffirm that the transition to a net-zero economy by 2050 at the latest should be inclusive and leave no one behind, and should be an opportunity for enhancing social development and economic growth, maximizing positive benefits for local economies while addressing negative social or economic impacts that may arise from climate action. Recognizing that cutting methane emissions from fossil fuel operations by means of already existing technologies is largely feasible and cost-effective for oil and gas operations, we will intensify efforts to tackle methane emissions in line with the global reduction level of at least 35 percent in methane emissions by 2035. We commit to pursue a collective effort towards a 75 per cent reduction in global methane emissions from fossil fuels, including by reducing the methane emissions intensity of oil and gas operations by 2030, through developing a robust methodology and use of measure data, and work with non-G7 oil and gas producing countries particularly in Africa, to deliver deep cuts to methane emissions.

Reaffirming our commitments in the 2023 Hiroshima Leaders' Statement, we note that G7 countries have made significant progress in reducing dependency on Russian fossil fuels, including through energy savings and gas demand reduction in a manner consistent with our Paris Commitments and address the global impact of Russia's war on energy supplies, gas prices and inflation, and people's lives, recognizing the primary need to accelerate the clean energy transition. We recognize that restricting Russian energy revenues is an essential part of our support to Ukraine and are pursuing to end significant dependency on, and to work on transitioning away from imports of Russian gas as soon as possible. In this context, we stress the important role that increased deliveries of LNG can play and acknowledge that investment in the sector can be appropriate in response to the current crisis and to address potential gas market shortfalls provoked by the crisis. In the exceptional circumstance of accelerating the phase-out of our dependency on Russian energy, publicly supported investments in the gas sector can be appropriate as a temporary response, subject to clearly defined national circumstances, if implemented in a manner consistent with our climate objectives without creating lock-in effects, for example by ensuring that projects are integrated into national strategies for the development of low-carbon and renewable hydrogen.

Those G7 countries that opt to use nuclear energy or support its use recognize its potential as a clean/zero-emissions energy source and reiterate its potential in accelerating the transition to net-zero and improving global energy security. They will continue supporting cooperative efforts to responsibly strengthen nuclear supply chains' safety, reliability and resilience while also promoting responsible waste management. We support Japan's safe, transparent, and science-based process to responsibly manage the discharge of Advanced Liquid Processing System treated water and in proactively coordinating with scientists and partners as well as the IAEA. They will also promote research and development in innovative technologies for advanced and small modular reactors, including microreactors, work collectively to enable greater access to project financing tools, and support sectorial collaboration. They note the global

Declaration to Triple Global Nuclear Energy Capacity by 2050, launched during COP28. We will further reduce reliance on civil nuclear and related goods from Russia, including working to assist countries seeking to diversify their supplies. We underline that the highest standards of nuclear safety and security are important to all countries and their respective publics.

Fusion energy technology has the potential to provide a lasting solution to the global challenges of climate change and energy security. We will promote international collaborations to accelerate the development and demonstration of fusion plants to foster private investments and public engagement. With this aim, we commit to establishing a G7 Working Group on Fusion Energy. We will also work towards consistent approaches to fusion regulations. To enhance cooperation in this field, we welcome Italy and the International Atomic Energy Agency's decision to host in Rome the inaugural ministerial meeting of the World Fusion Energy Group.

We recall our commitment to holistically addressing energy security, climate crisis and geopolitical risk. In this context, we strongly encourage international partnerships to make critical minerals and critical raw materials supply chains more diversified, transparent, resilient, responsible, circular, resource efficient, and sustainable. We will support local value creation in critical minerals supply chains, in line with WTO rules. We are working to advance strong international environmental, social, and governance standards for critical minerals extraction, processing, and recycling while leveraging their economic and development opportunities, particularly in low-income countries, including through implementation of the Five-Point Plan for Critical Mineral Security, as well as driving work through the International Energy Agency, the Mineral Security Partnership, and the RISE Partnership and the Sustainable Critical Mineral Alliance.

We will work to accelerate investment in clean energy and build out the secure, responsible, and diverse supply chains necessary to achieve these goals, together with partners around the world.

We are determined to ensure affordable, reliable, sustainable, clean, and modern energy in developing countries, particularly in Africa, recognizing the opportunity that the clean energy transition presents to spur a new era of productivity, industrial growth, and economic development, and to advance the priority of clean cooking in the continent. We stand ready to play a pivotal role in supporting Africa's ambitions and efforts to develop adequate clean energy infrastructure and supply chains. For this reason, we are launching the Energy for Growth in Africa initiative, alongside Côte d'Ivoire, Ethiopia, Kenya, Mozambique, Nigeria, Republic of Congo, and South Africa, and we look forward to others joining. This initiative will drive clean energy investments across the continent with strong African countries' ownership, contributing to addressing persistent barriers and gaps, and advancing sustainable, resilient and inclusive growth and industrial development. Our efforts will be geared towards ensuring Africa can fulfil its potential to become a global sustainable energy hub using relevant platforms, such as the UNDP Center for Climate, Energy and Environment established by the Italian Presidency.

Furthermore, we strongly support the creation of new sustainable energy generation capacity in Africa and the Mediterranean to contribute to global decarbonization goals, in our common fight against climate change, as well as the development of greater interconnectivity to help reduce the cost of the energy transition. We encourage and actively support the acceleration of private investment, including through public-private partnerships, increasing Africa's integration with the global energy market, in particular through the Mediterranean region.

We continue exploring innovative financing sources for climate and biodiversity action and clean energy, innovative schemes such as payment for ecosystem services, green bonds and high-integrity biodiversity credits with environmental and social safeguards. In particular, we support the issuance of green bonds in low- and middle-income countries, particularly on the African continent, to encourage private financial flows for sustainable investments and the growth of capital markets, in line with existing initiatives such as the Global Green Bonds Initiative.

We acknowledge the importance of fiscal space and mobilizing resources from all sources for increased climate and development action particularly for low-income and vulnerable countries, and that the fights against climate change and poverty go hand in hand. We will implement effective policy frameworks to drive the necessary public and private investments. In this context, we welcome the Menu of Policy Options for a Just Transition towards Net Zero and the High-Level Framework for Public-Private Insurance Programs against Natural Hazards as a viable measure.

We will work with the MDBs, IFIs and other climate finance providers to take a coordinated approach to financing climate action, nature-based solutions, and sustainable energy projects in developing countries, including by supporting private finance and domestic resource mobilization. We will effectively prioritize our international support in the energy sector towards accelerating the clean energy transition. We call on other major economies and all the relevant entities to do the same.

We look forward to setting a new collective quantified goal on climate finance at COP29, and recognize that a new goal is a unique opportunity to strengthen the international climate finance landscape in this critical decade to keep 1.5°C within reach. We emphasize that G7 countries intend to be leading contributors to a fit-for-purpose goal, underlining the importance of including those countries that are capable of contributing to any international public finance mobilization. As assessed by the OECD, developed countries exceeded the annual goal of providing and mobilizing USD 100 billion in climate finance for developing countries in 2022, an achievement that we warmly welcome.

We note that, despite progress, there is a need to continue to scale up action and support, including finance for climate adaptation as called for in the Glasgow Climate Pact. We will continue supporting the most vulnerable developing countries in translating national adaptation plans and other national adaptation instruments into investment plans aligned with their needs and priorities, including through the G7 Adaption Accelerator Hub.

We emphasize the importance of whole-of-society approaches, with the meaningful participation of the people and communities on the frontlines of the triple crisis, including women, youth, and Indigenous Peoples. We recognize that they are disproportionately affected by the impacts of climate change and recognize their critical role as leaders and agents of change.

Recognizing the role of younger generations to promote climate action and drive a more sustainable future, we need to empower their voices and their participation. Building on successful initiatives, such as the Youth4Climate program, we commit to amplifying youth-led initiatives, enhancing educational opportunities, and bolstering advocacy efforts.

We are committed to halting and reversing biodiversity loss by 2030 and to the swift and full implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (KMGBF) and achieving each of its goals and targets, including the 30 by 30 targets. For those G7 members that are parties to the Convention on Biological Diversity (CBD), we will revise and submit updated National Biodiversity Strategies and Action Plans in alignment with the KMGBF or communicate national targets reflecting the KMGBF ahead of the 16th UN Biodiversity Conference. We recall our previous commitment to increase our national and international funding for nature by 2025, and to substantially and progressively increase the level of financial resources from all sources including by providing support to the Global Environment Facility. We commit to align all relevant financial and fiscal flows with the KMGBF. We note that Target 19 aims at mobilizing at least USD 200 billion per year by 2030 for biodiversity from all sources, including USD 20 billion per year by 2025 and USD 30 billion per year by 2030, through international financial resources. We are all still concerned about incentives, including subsidies, harmful to biodiversity, and call upon all relevant organizations to continue collaborating with us, including by assisting in identifying such incentives, and we are all working to fulfil our respective applicable commitments, including, inter alia, to identify these incentives by 2025, and redirect or eliminate them, while scaling-up positive incentives for the conservation and sustainable use of biodiversity by 2030 at the latest, taking initial steps without delay.

In this context we are committed to halt and reverse deforestation and forest and land degradation by 2030 globally. We are committed to promoting sustainable forest management and sustainable use of woods and advancing sustainable supply chains that decouple agricultural production from deforestation and forest and land degradation, recognizing the importance of demand and supply-side measures. We are committed to developing innovative financial solutions for conserving, protecting, and restoring forests, and in that context welcome the launch of country packages for forests, nature, and climate at COP28. We will also take steps to prevent, manage, and address the negative impacts of extreme wildfires.

We reiterate our deep concern about the health of the ocean and seas, and we are united in the call for transformative action on ocean governance to tackle the triple planetary crisis of climate change, biodiversity loss, and pollution. We will work towards a successful UNOC3 in 2025 in this regard. We commit to pursue the swift ratification, approval, acceptance, and accession of the agreement on the

conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction and to contribute to a rapid entry into force and implementation.

We will accelerate efforts to decouple economic growth from negative environmental impacts and primary resource use by expanding the transformation of our economies to be net-zero, circular, climate-resilient, pollution-free and nature-positive. We are committed to end plastic pollution with the ambition to reduce additional plastic pollution to zero by 2040 and, as appropriate, reduce the global production and consumption of primary plastic polymers in the context of our actions throughout the full life cycle of plastic. We support efforts to develop an international legally binding instrument on plastic pollution of the highest ambition possible by the end of 2024, based on a comprehensive approach that addresses the full life cycle of plastic. We also continue our work to reduce air pollution. We call on the global community to do the same. We will step up our efforts to increase resource efficiency and circular economy. They can reduce pressure on primary resources and play a key role in mitigating the adverse impacts of resource extraction and processing, while, at the same time, increasing the resilience of our economies to potential future shocks and fostering innovation and sustainability.

Safe water and healthy soils and ecosystems, including marine and coastal ecosystems, are vital for preserving life and livelihoods, and mitigating climate change and environmental degradation's impact, including climate-induced displacement, particularly in Africa. We express concern about Russia's environmentally unsustainable and unfair trading practices regarding fish and seafood products. We look forward to successful outcomes at the upcoming Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (CBD COP16) in Colombia and the UN Conference to Combat Desertification (UNCCD COP16) in Saudi Arabia. With this aim, the Italian G7 Presidency is setting up a Hub on Sustainable Use of Land, dedicated to promoting a collaborative and common approach to sustainable land use initiatives in Africa and the Mediterranean Basin. Recognizing the importance of water and sanitation for sustainable development, prosperity and peace, we endorse the establishment of a G7 Water Coalition to coordinate our action and strengthen our cooperation on water-related issues, and we welcome the organization of the One Water Summit in Riyadh at the margins of UNCCD COP16.

We reaffirm the critical role our DFIs can play in contributing to the mobilization of finance from all sources for advancing G7 energy, climate and environment commitments.

### **Artificial Intelligence, Science, Technology, and Innovation**

Artificial Intelligence can play a crucial role in promoting progress and development in our societies. We will promote safe, secure, and trustworthy AI. We will pursue an inclusive, human-centered, digital transformation that underpins economic growth and sustainable development, maximizes benefits, and manages risks, in line with our shared democratic values and respect for human rights.

In this regard, we recognize the need for approaches to AI governance that foster inclusion, to help us harness the potential of AI in a way that reflects these values and promotes its development while mitigating risks, including with respect to human rights and avoiding governance fragmentation. We will work toward these objectives by actively cooperating with other stakeholders, organizations and initiatives as relevant, such as the Global Partnership on AI (GPAI) and the OECD. We will build on the outcomes of the AI Seoul Summit and upcoming milestones, including this year's UN Summit of the Future and the AI Action Summit in 2025.

Recognizing the importance of advancing the Hiroshima AI Process outcomes, we welcome support from the countries and organizations beyond the G7, as demonstrated by its Friends Group.

We will step up our efforts to enhance interoperability amongst our AI governance approaches to promote greater certainty, transparency and accountability while recognizing that approaches and policy instruments may vary across G7 members. We will take a risk-based approach in these efforts as we seek to foster innovation and strong, inclusive, and sustainable growth. To achieve this goal, we will step up our coordination around the evolution of our governance and regulatory frameworks, including by sharing best practices. We will enhance our regular consultations. We are also committed to deepening coordination between our respective institutes and offices focused on AI, to work towards shared understanding of risk management and advance international standards for AI development and deployment. We welcome our Industry, Tech, and Digital Ministers' efforts to advance the Hiroshima AI Process outcomes released last year, including the development of a reporting framework for monitoring the International Code of Conduct for Organizations Developing Advanced AI Systems. We look forward



to the pilot of the reporting framework, developed in cooperation with the OECD, in view of the Industry, Tech, and Digital Ministers' Meeting in October. We will work towards developing a brand that can be used to identify organizations that are voluntarily participating in and implementing the Code's forthcoming reporting framework.

We welcome the G7 Toolkit for Artificial Intelligence in the Public Sector, that can help governments to deliver better services to our economies and societies, while protecting human rights and fundamental freedoms.

We will work to ensure that AI enables increased productivity, quality jobs, and decent work; empowers workers; fosters inclusiveness and equal opportunities in the world of work; and enhances active labor market policies, including by fostering dialogue and transparency with workers organizations. To achieve these goals, we will launch an action plan on the use of AI in the world of work. We ask our Labor Ministers to develop the action plan, envisaging concrete actions to fully leverage the potential of AI to enable decent work and workers' rights and full access to adequate reskilling and upskilling, while addressing potential challenges and risks to our labor markets. We emphasize the need to anticipate future skills needs, provide higher education opportunities and equip workers and employers with the skills and competencies needed to design, adopt, and work with a human-centric, safe, secure and trustworthy AI. Against this background, we also emphasize the importance of innovative education, international talent mobility, digital competencies, and personalized lifelong learning to meet the demand for a qualified workforce. We recognize and encourage the work of the private sector to address skills gaps, including through the Global Partnership on Artificial Intelligence's Working Group on the Future of Work.

Acknowledging the key role that emerging technologies can play in economic growth, we commit to enhancing cooperation to bolster the adoption and development of new technologies, including AI, among micro, small, and medium enterprises, thereby fostering inclusive economic growth.

As we look to the future of emerging technologies, we encourage transparency and adherence to international workers' rights and labor standards at each stage of the AI supply chain. We also encourage our competition authorities to monitor the development of the AI industry, with a view to addressing potential competition issues, and prevent adverse effects at an early stage.

We will also work, including with developing countries and emerging economies, towards closing digital divides, including the gender digital divide, and achieving digital inclusion. We welcome the UN General Assembly Resolution on Seizing the Opportunities of Safe, Secure and Trustworthy AI Systems for Sustainable Development, which advances international conversations on AI, including to promote equitable access to the benefits of AI for all. We will leverage the benefits of AI for SDGs by closing gaps in technologies for development, and by strengthening research and development ecosystems. To this end, G7 countries seek to promote safe, secure and inclusive practices, tools and solutions to make the benefits of AI and advanced computing available to partners to advance their development. In this regard, we welcome the Italian Presidency's decision to establish the AI Hub for Sustainable Development, in collaboration with UNDP. The Hub aims to enable multistakeholder partnerships to support local AI digital ecosystems, strengthen capacities to advance AI for sustainable development, and complement existing initiatives including the AI for Development Donors Partnership.

We reiterate the importance of operationalizing Data Free Flow with Trust (DFFT) to enable trustworthy cross-border data flows, and invigorate the digital economy as a whole, while preserving governments' ability to address legitimate public interest. We value OECD's leading role in advancing DFFT and we welcome its expert community.

Acknowledging the crucial role of resilient and reliable global semiconductor supply chains, we welcome the establishment of a Semiconductors G7 Point of Contact Group. This Group will bolster our coordination in addressing issues impacting the semiconductor industry. We will also advance our cooperation on secure and resilient undersea cable connectivity, in particular for strategic routes such as the Arctic and the Pacific. Our efforts will include better coordination on technical security requirements and advancing research on the economic and environmental sustainability of cable connectivity.

Given the potential of quantum technology developments, we will adopt or implement our respective quantum strategies. We also affirm our commitment to promoting responsible innovation of biotechnology, including its convergence with AI.

We support the development of frontier science, emerging technologies and research infrastructures to solve global challenges, including a better understanding of the ocean-climate- biodiversity nexus. We also emphasize the importance of promoting international talent mobility and circulation in emerging technologies among the G7 and partners, as well as cooperation with low- and middle-income countries. In this regard, we reiterate our commitment to open science and research security and integrity.

We support further efforts to promote and reinforce research security and integrity, together with like-minded partners. We welcome the Extension of the G7 Virtual Academy to non-G7 like-minded partners to share best practices and policies on research security and integrity, and we welcome that Italy will host a G7 conference on these topics this year.

We recognize the impact of AI on the military domain and the need for a framework for responsible development and use. We welcome those who have endorsed the Political Declaration on Responsible Military Use of AI and Autonomy (REAIM) and the REAIM Call to Action, and we encourage more States to do so to ensure that military use of AI is responsible, complies with applicable international law, particularly international humanitarian law, and enhances international security.

We strongly support the implementation of the International Guidelines adopted at the UN Committee on the Peaceful Use of Outer Space as urgent and necessary. We welcome national efforts to develop further solutions for space debris mitigation and remediation, including further research and development of orbital debris mitigation and remediation technologies, and the development of space sustainability standards and regulations.

We welcome the establishment of the G7 Venice Justice Group, which will serve as a coordinative function to address global challenges, including AI, using our judicial and enforcement expertise. Against this background, we recognize the impacts of deploying AI within the justice sector and that the use of AI systems must not interfere with the decision-making power of judges nor judicial independence.

### **Labor and Employment**

We will continue promoting job quality and decent work as well as the fundamental principles and rights at work, including the right to safe and healthy working environments, underlining the important role of social dialogue and collective bargaining in this regard. We commit to ensure full respect of international labor standards and human rights to promote fair and non-exploitative working conditions, including in global value chains, in particular the fundamental conventions adopted by the ILO. We will promote technical cooperation on these issues and will intensify our efforts to abolish all forms of forced and compulsory labor and child labor. We will continue advancing the inclusion of persons with disabilities and accelerating gender and other forms of equality in the world of work. We underscore the importance of continuing investing in human capital and lifelong learning systems that provide high-quality job opportunities for all, including those in the green and digital economy. To address the challenges of ageing societies, we will continue to work for resilient labor markets and to promote active and healthy ageing, addressing obstacles to labor market participation, especially of the underrepresented groups, and will promote solutions to improve working conditions in the care sector to make it more attractive for job seekers and qualified workers and to better support our citizens over their life course.

### **Cybersecurity**

The security of our societies increasingly depends on an open, interoperable, safe, secure, resilient, human rights respecting use of cyberspace. We rely on the continuing work of the Ise-Shima Cyber Group in advancing responsible state behavior in cyberspace, through the application of international law, including IHL, effective confidence-building measures, targeted capacity-building initiatives, based on a multistakeholder approach, and integrating cybersecurity into the development agenda. We reaffirm our support for the Program of Action to advance responsible State behavior in the use of ICTs in the context of international security, as the permanent and action-oriented mechanism to hold discussions on cybersecurity at the UN from 2025 onwards.

We are resolute in countering strategic threats and in holding malicious cyber actors to account. Our relevant institutions will intensify their work on enhancing information exchange and coordination. We are committed to taking concrete steps to improve our collective resilience through the newly established G7 Cybersecurity Working Group leveraging synergies with the Ise-Shima Cyber Group.

We are pursuing a four-fold approach to counter malicious cyber activities: i) promoting responsible state behavior in cyber space, ii) improving cybersecurity, including in the private sector; iii) developing and using tools to deter and respond to malicious (State) behavior and to cyber criminals, and disrupt the infrastructure they use, including by enhancing coordination on attribution processes; and iv) strengthening our partners' cyber security capacity.

To counter the rise in ransomware attacks by cybercriminals, we continue to make best use of the International Counter Ransomware Initiative and will coordinate our efforts to avoid ransom payments. We will also consider actions to impose costs on malicious actors.

We recognize rising cyber threats to critical infrastructure, in particular in the energy sector, which is heavily targeted by adversarial countries and criminals. We will continue discussions on good cybersecurity practices in these sectors, including ways to increase supply chains resilience and security, whilst acknowledging existing regulatory frameworks. To incentivize tech companies to build more secure Internet of Things products we will promptly explore avenues towards establishing mutual recognition of schemes for reliable cyber-safe products. We strongly encourage manufacturers to improve the security of products throughout their life cycle and make them secure-by-design and secure-by-default.

We are willing to work with all those who share our common objective to ensure a cyberspace that supports inclusive and democratic societies, narrows the gender gap in this field, and promotes multistakeholder partnerships, including with the private sector.

### **Migration**

We affirm our collective commitment to addressing migration as a global phenomenon, tackling the challenges it presents and seizing the opportunities it brings globally, through an integrated, comprehensive, balanced approach, in line with international law. We recognize that developing sustainable, inclusive solutions to effectively manage migration to the benefit of all, including low- and middle-income countries facing significant migratory pressures, demands collective actions carried out in a spirit of commitment and joint responsibility. We will work to ensure a governance of migration that is increasingly effective and sustainable within the framework of our international obligations, relevant treaties and conventions. While doing so, we reaffirm our commitment to ensuring full respect for human rights and fundamental freedoms for all, regardless of their migratory status, and, in this regard, we also recall the right of everyone to seek asylum from persecution as per the Universal Declaration of Human Rights, and to seek international protection as safeguarded by the Geneva Convention on Refugees.

Against this background, we will enhance cooperation by promoting a three-pronged approach, in partnership with countries of origin and transit, focusing on: (i) the root causes of irregular migration, through sustainable development initiatives, economic investment, and stabilization efforts, in partnership with countries of origin and transit; (ii) efforts to enhance border management and enforcement and curb transnational organized crime involved in migrant smuggling and trafficking in persons; (iii) safe and regular pathways for migration. Our vision draws also on the principles of the Rome Process, the Los Angeles Declaration on Migration and Protection, as well as the Global Forum on Migration and Development.

Under the first pillar, we will enhance efforts to address the root causes of irregular migration and forced displacement - such as conflict, political instability, poverty, crime, corruption, and human rights abuses. We also acknowledge that climate change is a risk multiplier, intersecting with and exacerbating other drivers of mobility. We aim to foster comprehensive and equitable partnerships between countries of origin, transit, and destination to pave the way for long-term structural solutions that contribute to sustainable development, resilience, and stability. We will strengthen collaboration and regional efforts to support economic, governance, social, and environmental conditions, enabling all individuals to live and thrive in their own countries, safeguarding their safety, rights, and dignity. In this regard, we acknowledge that countries of origin and countries and communities hosting large numbers of migrants and refugees may need international financial assistance to support development, as well as humanitarian assistance, security, public health, education and employment. To do so, we will leverage our policies and actions, to ensure that we address the root causes of irregular migration.

For the second pillar, we will step up our efforts to prevent and address irregular migration, counter the illegal activities that facilitate it, and tackle the challenges it poses to individuals and societies. We affirm the sovereign right of States to control their borders, as well as their prerogative to govern migration

within their jurisdiction, in conformity with international law. We promote actions that are in line with international law, including international human rights law, and the principle of non-refoulement. We will employ a whole-of-route approach, and work towards strategies aimed at deterring individuals from embarking on irregular and perilous migration journeys.

In particular, we will work to strengthen border management and visa policies and processes, also with a view to limit the activities of migrant smuggling and trafficking networks. We will also work collectively to support the safe and dignified return of persons not eligible to remain, as well as to support sustainable reintegration efforts in countries of origin. We will leverage our collective diplomatic efforts in encouraging countries to readmit their nationals, in line with their international commitments and through due processes.

In line with the UN Convention against Transnational Organized Crime (UNTOC) and its Protocols, we will also strengthen our actions to prevent, counter, and dismantle organized criminal networks that profit from the smuggling of migrants and trafficking in persons and disrupt their business models. To this end, we are launching a G7 Coalition to Prevent and Counter the Smuggling of Migrants. Through this initiative, we will promote enhanced cooperation on investigative capacities, engaging relevant authorities in countries of origin, transit, and destination. We will encourage advancements toward improved and reliable data exchanges, crucial for evidence-based joint enforcement actions against smuggling and trafficking networks. We will utilize a "follow the money" approach to effectively identify, investigate, and disrupt organized crime, tackling financial aspects, including enhanced cooperation on asset confiscation. We also recognize the importance of raising awareness and informing potential migrants on the risks associated with migrant smuggling and trafficking in persons, to deter them from embarking on perilous routes. We task our G7 Interior and Security Ministers, in coordination with other relevant Ministers, to create a dedicated Action Plan to advance the G7 Coalition, to be adopted at the upcoming Interior and Security Ministers meeting. In implementing this Action Plan, we will ensure the Coalition works through ongoing partnerships and mechanisms, including with UNODC and other relevant United Nations bodies, the Financial Action

**Task Force, INTERPOL, EUROPOL, the EU's Global Alliance to Counter Migrant Smuggling, and through G7 frameworks such as the Roma-Lyon Group and the Venice Justice Group.**

For the third pillar, we acknowledge the importance of safe and regular pathways for migrants and refugees as part of comprehensive, whole-of-route migration management strategies. Regular pathways can represent realistic alternatives and have the potential to reduce irregular migration and the use of smuggling and trafficking networks, and contribute to preventing the adverse humanitarian consequences of embarking on perilous routes. In this regard, we reaffirm our commitment to ensuring safe, orderly, and regular migration, and recognize the important economic and social benefits that migrants can bring to our countries as well as to low- and middle-income countries, including through remittances.

Regular pathways need to respond to national requirements, adhere to our legislations, sovereign decisions, and to the principles of fair recruitment. Driven by a spirit of joint responsibility, we will advance cooperation on regular pathways, including by supporting partner countries in improving migration governance while addressing the challenges and risks associated with irregular migration. In this context, we acknowledge ongoing regional efforts aimed at securing talents and professional mobility, as well as programs aimed at establishing and sustaining effective avenues for resettlement. These initiatives can provide safe and legal pathways for migrants while also addressing labor gaps in countries of destination. They should be designed in consideration of the needs of vulnerable populations and employ gender- and age-sensitive approaches, to prevent abuses and exploitation, protect human rights and dignity, and enhance safety and security worldwide. As such, we will continue to include regular pathways as part of our comprehensive policy frameworks, including labor pathways implemented in partnership with developing countries, as appropriate. We will promote their effective and lawful utilization, while sustaining and encouraging discussions on these matters in relevant international and regional fora, towards increasingly shared and collaborative approaches.

**Global Economy and Finance**

We acknowledge that the global economy has shown greater resilience than expected, but it remains exposed to risks arising from geopolitical tensions, renewed volatility in energy prices, and further disruptions to the smooth functioning of supply chains. Our policy efforts will continue to focus on

promoting innovation, the just green and digital transitions, and productivity growth, while gradually rebuilding fiscal buffers, and ensuring price and financial stability. We also reaffirm our existing G7 exchange rate commitments. We express concerns about the comprehensive use of non-market policies and practices that create global spillovers. We encourage work, among all relevant tracks, to assess the macroeconomic impact of subsidies, and other industrial and trade policy measures globally, based on comparable information; and to foster a dialogue with non-G7 countries on issues related to industrial policies, economic fragmentation, market concentration risks and overcapacity. To achieve these goals, we will enhance cooperation to advance a G7 dialogue between relevant ministries, and, as appropriate, also engage partners beyond the G7, in addition to the IMF, WBG, WTO, and OECD.

We underline the importance of the work carried out by the Financial Stability Board (FSB) and the Standard-Setting Bodies to identify, monitor and address vulnerabilities in the financial system. We strongly support ongoing work to enhance the resilience of the nonbank financial intermediation sector. We also reaffirm our commitment to implement effective regulatory and supervisory frameworks for crypto assets, and welcome initiatives to take forward the G20 Roadmap for Enhancing Cross-border Payments. We reiterate the importance of stepping up global efforts to combat money-laundering, terrorist, and proliferation financing, and support the relevant Financial Action Task Force (FATF)'s initiatives.

We reiterate our strong political commitment to a more stable and fairer international tax system, fit for the 21st century. We are committed to finalizing the work within the OECD/G20 Inclusive Framework, with a view to open for signature the Multilateral Convention on Pillar One by the end of June 2024, and we call for further progress on the implementation of Pillar Two. We welcome progress made on tax transparency and support the effective implementation of the Crypto Asset Reporting Framework by the relevant jurisdictions. We remain committed to fostering international cooperation on tax issues, building on existing achievements, with the broad participation of developing and developed countries. We will continue to work constructively with the Brazilian G20 Presidency to advance international cooperation. We will work to increase our efforts aimed at progressive and fair taxation of individuals. We acknowledge the discussions at the UN Ad Hoc Committee for a Framework Convention on International Tax Cooperation, emphasizing the importance of consensus-based decisions to support a stable and predictable international tax system, promote inclusive and effective international tax cooperation, prioritizing issues such as enhancing domestic resource mobilization and tax capacity building for developing countries and emerging markets.

Mounting debt burdens are constraining the ability of low- and middle-income countries to invest in their futures and achieve the SDGs. We call on all stakeholders to redouble efforts and improve the ability to help low- and middle-income countries that fall into debt distress. This includes finalizing outstanding country cases, making future debt treatment more transparent and timelier, and improving our toolkits to put countries tackling reforms on a more sustainable footing before they fall into crisis. We look forward to the G20 improving the implementation of the Common Framework for debt treatment beyond the Debt Service Suspension Initiative (DSSI) in a predictable, timely, orderly, and coordinated manner, providing more clarity to debtors and creditors and building on lessons learned. Beyond the Common Framework, debt vulnerabilities in middle-income countries should be addressed by enhancing multilateral coordination. We underline the importance of debt transparency and information sharing in debt restructurings and call on all creditors' participation in data-sharing exercises. We encourage the Global Sovereign Debt Roundtable (GSDR) to continue its work, fostering a constructive and inclusive dialogue among all parties. We welcome the development of Climate Resilient Debt Clauses (CRDCs) and encourage more creditors to offer CRDCs.

We reiterate our firm commitment to evolve and strengthen MDBs to address the most pressing development and global challenges, and welcome further discussions in line with our G20 commitment to achieve better, bigger, and more effective MDBs. We welcome the considerable progress that MDBs have already achieved and will continue to support them. We also welcome that the implementation of the G20 MDBs Capital Adequacy Framework (CAF) Review has already secured over USD 200 billion of additional financing for the next ten years and call for further CAF implementation to unlock additional significant financing while safeguarding MDBs excellent credit ratings and preferred creditor status.

We are committed to delivering innovative instruments at the MDBs such as hybrid capital and portfolio guarantees, for which the G7 and other donors have already demonstrated their support. Once approved

domestically, current G7 commitments to these instruments will make it possible to further boost World Bank lending by around USD 70 billion over the next ten years. We also commend the African Development Bank (AfDB) for its successful first issuance of hybrid capital to market investors. We call on the MDBs to jointly explore ways to better reflect the value of callable capital in their capital adequacy methodologies, including through further discussions with credit rating agencies.

We reaffirm the importance of continuing to provide significant concessional support to low-income countries. In this regard, we welcome the successful replenishment of the Asian Development Fund (AsDF14) support a successful International Development Association (IDA21) replenishment and commit to work toward a successful replenishment of the African Development Fund next year (AfDF17). We recognize that contributions from all stakeholders are needed, and we support efforts to broaden the donor base.

We strongly support the IMF's commitment towards the most vulnerable, including through our contributions to the Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT). We reiterate the call on all IMF members who are able to contribute, especially those that have not yet done so, to consider providing financial support. We look forward to a comprehensive and timely review of the PRGT, and we are open to discuss all viable options, including the use of internal resources, to ensure the long term financial self-sustainability of the PRGT and to help meet the growing needs of low-income countries. We welcome the interim review of the IMF's Resilience and Sustainability Trust (RST) and its focus on resilience to climate change and pandemics.

We support the Alliance for Green Infrastructure in Africa (AGIA), as an innovative financial mechanism of the AfDB in partnership with the African Union, Africa50 and other development partners, aimed at mobilizing blended capital to design and develop a USD 10 billion bankable portfolio of transformative green infrastructure projects in Africa to accelerate the energy transition, bridge the long-standing infrastructure gap and promote climate resilience. As G7, we will collectively contribute up to USD 150 million in grants, concessional and commercial capital to AGIA and we expect to help leverage around up to USD 3 billion of private sector investment in green infrastructure in Africa.

We look forward to the seventh edition of the OECD World Forum on Wellbeing to be hosted by Italy in Rome on 4-6 November 2024, focusing, inter alia, on policy issues, such as climate change and AI, from a well-being perspective.

## **Trade**

Global threats, particularly Russia's war of aggression against Ukraine, including its continuous attempts to disrupt maritime trade in the Black Sea, and the persistent Houthi attacks on commercial vessels transiting the Red Sea and Gulf of Aden, have highlighted the critical need to address vulnerabilities in global supply chains, ports, and trade flows.

To meet these challenges, we launched the G7 Working Group on Transport Supply Chains, which will enhance the G7's ability to strengthen the resilience of transport flows and networks.

We remain united in our commitment to the rules-based, free and fair, equitable, and transparent multilateral trading system, with the World Trade Organization (WTO) at its core. Despite the lack of more ambitious outcomes, we recognize the results of the 13th WTO Ministerial Conference (MC13). We welcome the decision to maintain the moratorium on customs duties on electronic transmissions until MC14 and we reiterate our support for a permanent prohibition. We are committed to working towards a prompt conclusion of negotiations of the Joint Statement Initiative on E-Commerce.

We underscore the need to reform the WTO's monitoring, deliberative, and negotiating functions and remain committed to conducting discussions with a view to having a fully and well-functioning dispute settlement system accessible to all Members by the end of 2024. We call on relevant countries to refrain from claiming special and differential treatment in the WTO, commensurate with their economic weight and role in the global trading system. We also call for an ambitious and comprehensive agreement on global fisheries subsidies.

Multilateral cooperation must be underpinned by fair competition, predictability, and sustainability. In this regard, we reaffirm our attachment to transparency, to coordination, and to the respect of WTO rules in our respective policies. We will step up our efforts towards a global level playing field and reiterate our commitment to keep our economies open and competitive. We will also tackle non-market policies and

practices, such as harmful subsidies, including by State Owned Enterprises (SOEs) and forced technology transfers, notably when these policies and practices are used targeting sectors for dominance. We commit to effectively use our trade tools, including new ones, as appropriate, to identify, challenge, and counter these practices, and to promote stronger international rules and norms, together with partners.

Acknowledging the important role of trade in addressing global environmental challenges, we will support WTO deliberations that contribute to achieve COP28 commitments, including plurilateral initiatives such as those facilitating and promoting trade in environmental goods, services and technologies, and fighting plastic pollution.

We acknowledge that our trade policies, as well as public and private investments in the industries of the future, both at home and around the world, will play a major role in achieving common goals of addressing the climate crisis and accelerating the global clean energy transition. We also acknowledge that further cooperation is necessary to fill the investment gap for the clean energy transition to lower the cost of the energy transition worldwide. In this context, we stress that, in driving the clean energy economy of the future, we will cooperate openly and transparently in a coordinated manner, reflecting our joint commitment not to act at each other's expense.

We will continue to promote inclusive trade recognizing the unique challenges that underrepresented groups, including women and indigenous peoples, face, and their role to ensuring sustainable economic growth.

### **Economic Resilience and Economic Security**

Building on the progress we made on our strategic coordination since Hiroshima, we reinforce our commitment to promote economic resilience and economic security, in partnership and cooperation within and beyond the G7. In particular, we are building resilient economies and supply chains, ensuring our toolkits to respond to harmful practices are fit for purpose, and safeguarding critical and emerging technology that could be used to threaten international peace and security.

Recognizing that economic resilience requires de-risking through diversification and reduction of critical dependencies, including those resulting from overcapacity, we will implement the principles on resilient and reliable supply chains, namely transparency, diversification, security, sustainability, trustworthiness and reliability. We will do so by actively engaging with partners and the private sector, within and beyond the G7, while preserving economic dynamism and openness. We encourage the public and private sectors to make coordinated efforts to strengthen the supply chains resilience of strategic goods, in terms of both supply and demand. This will include seeking to collectively identify critical goods, strategic sectors, and supply chains, for future coordination within the G7 on relevant criteria that take into account not only economic factors, but also factors linked to the principles above.

We will champion initiatives to increase participation of a broader range of low- and middle-income countries in Africa and elsewhere in global supply chains, while promoting high standards and creating benefits for local workers and communities everywhere. We will also reduce our partners' vulnerability. We reaffirm the need to accelerate coordinated initiatives on critical minerals such as the Partnership for Resilient and Inclusive Supply-chain Enhancement (RISE), the Mineral Security Partnership (MSP) and its MSP Forum.

We are more committed than ever to work together to address harmful market distortions and global excess capacity in key sectors resulting from non-market policies and practices, such as pervasive, opaque and harmful industrial subsidies, market distortive practices of SOEs and all forms of forced technology transfers. We acknowledge that such practices not only undermine the free and fair rules-based international economic order, but may also exacerbate strategic dependencies and vulnerabilities, and hinder emerging and developing countries' sustainable development.

Against this background, we will ensure that our toolkits are fit for purpose and strengthen our coordination. We will pursue joint monitoring to assess how non-market policies and practices are producing harmful overcapacities and other spillover effects. We commit to strengthen the exchange of information, including with like-minded countries, and consult on our respective responses, with a view to greater effectiveness, while avoiding unintended negative effects and considering the security of supply chains. We will intensify diplomatic efforts with those contributing to overcapacity to address the issue at

its source, while engaging developing countries and emerging markets to collaborate towards a more equitable global trade and investment environment.

We will work together with partners to ensure that attempts or threats to weaponize economic dependencies will fail and stand ready to take actions, where necessary, against economic coercion. We will increase our collective assessment, preparedness, deterrence, and response, developing new tools, as appropriate, in line with our respective legal systems and international law. We will address potential, emerging, and ongoing cases, including through the G7 Coordination Platform on Economic Coercion, with partners beyond the G7. We will also support, as appropriate, targeted States, economies, and entities and we task the Platform to actively monitor areas of concern and key threats.

We recognize that evolving technologies present opportunities, but also risks. Recognizing that rapid advances are changing the nature of dual-use technology, we will promote efforts to ensure that gaps in our dual-use technology protection ecosystem cannot be exploited. We will ensure that our tools are sufficiently flexible to keep pace with the rapid development of new technologies, while avoiding undue restrictions on international trade and investment. We have a common interest in preventing a narrow set of technological advances that are assessed to be core to enhancing the military and intelligence capabilities of actors who may use these capabilities to undermine international peace and security, from being fueled by our companies' capital, expertise and knowledge.

Today we are taking the following steps:

- We commit to safeguarding the global research ecosystem and preserving open research collaboration. We will strengthen existing multilateral research security and integrity efforts and work to prevent covert and forced transfer of intellectual property, data, and sensitive technology.
- We will increase our capacity to monitor and exchange information on the use of critical minerals as a potential economic coercion threat and will work to prevent risks of supply chain disruptions caused by attempts to weaponize economic dependencies, stemming from monopolization or lack of diversification of existing suppliers.
- We will continue to assess the risks posed by exports of rapidly advancing dual-use technologies, including quantum technologies, and will promote efforts, where necessary and according to our respective legal frameworks, to implement export controls to address risks to international security. We will also work, as appropriate, with our partners to further develop the understanding of how export controls can be implemented quickly and in an assured manner to protect national and international security.
- We will work to ensure the effectiveness of our respective foreign investment screenings, recognizing that some foreign investments may present risks to international peace and security, as well as national security, including by providing access to sensitive technologies, data, and expertise.
- We continue to work to make our economic security toolkit fit to address the risks that our most sensitive technology could be used to threaten international peace and security. In this context, we believe that appropriate measures designed to address risks from outbound investments could be important to complement existing tools of targeted controls on exports and inbound investments. We will continue to engage with and provide clarity to the private sector regarding these common and urgent goals.
- We reaffirm the importance of measures that strengthen data free flow with trust by addressing new risks to international peace and security posed by the interaction of data and advanced technologies, such as AI. We recognize our common interest in ensuring the highest standards for sensitive data protection and security, including genomic data.
- We will work toward ways to safeguard dual-use biotechnology items and equipment, based on evidence of risks associated with bio-convergence.

We welcome the OECD Ministerial Council Meeting (MCM) in May, that facilitated our collaboration on economic resilience and economic security among like-minded countries beyond the G7.



## Health

We will continue promoting a One Health approach, bolstering prevention and health systems, further contributing to achieving Universal Health Coverage (UHC) and promoting equitable access to quality health services and essential Medical Countermeasures (MCMs). We reaffirm our commitment to accelerating progress towards SDG 3, ensuring healthy lives and promoting well-being for all at all ages. Furthermore, we recommit to ending HIV, tuberculosis, and malaria, in particular by supporting the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria, as well as neglected tropical diseases and polio as public health threats by 2030, and countering climate change effects on infectious diseases, which are already seen globally, including in recent cholera and dengue outbreaks.

More broadly, we reaffirm the objectives of the COP28 Declaration on Climate and Health to transform health systems to be climate-resilient, equitable, low-carbon, and sustainable.

In this respect, we recognize the need to strengthen the Global Health Architecture (GHA), with the World Health Organization (WHO) at its core. Strengthening the GHA and Pandemic, Preparedness and Response (PPR) requires public and private financing. We commit to strengthening coordination between Finance and Health tracks for pandemic PPR and to continue exploring innovative mechanisms for response financing including through the work of the G20 Joint Task Force on Finance and Health. We call for continued support to i) the Pandemic Fund, including expanding the donor base and calling for at least USD 2 billion in new pledges and co-financing that is equal or greater than that; ii) strengthening G7 collaboration to support regional diversification of development and manufacturing MCMs, including regional vaccines manufacturing initiatives, as well as last mile delivery as an essential element to enhance equity; iii) the conclusion of the process and the prompt operationalization of the pandemic preparedness component of the IMF's Resilience and Sustainability Trust (RST), in cooperation with the World Bank and WHO; and iv) impact investment initiatives such as the Impact Investment Initiative for Global Health.

Additionally, we welcome the MCM Surge Financing Initiative that relevant G7 DFIs, along with the European Investment Bank and the International Finance Corporation, are developing to build institutional capacity and ensure immediate financing to procure, produce and deliver MCMs in low- and middle-income countries during future pandemics. We welcome the development of new DFIs- led and shared MCM surge financing facilities in 2024. Relevant DFIs and IFIs intend to sign a Memorandum of Understanding this year, in coordination with other global and regional health organizations to make further progress on this initiative. We look forward to the sustainable replenishments of Gavi, as well as the WHO and the Global Fund.

We note the importance of strengthening alignment and collaboration across the global health financing ecosystem in support of country-led priorities towards Universal Health Coverage (UHC) informed by the Conclusions of the Future of Global Health Initiatives Process.

We commit to advancing UHC and investing in resilient health systems, primary healthcare service delivery, and a skilled health workforce – including through the WHO Academy, the G20 Public Health Workforce Laboratorium, and the UHC Knowledge Hub. In this context, we commit to further promote comprehensive sexual and reproductive health and rights (SRHR) for all, and to advance maternal, newborn, child, and adolescent health, especially for those in vulnerable circumstances.

We will continue supporting research efforts and leveraging emerging technologies, including the ethical use of AI, to develop new treatments and therapies, improve diagnostic tools and technologies, and address existing and emerging health challenges, while ensuring privacy and promoting interoperability.

We emphasize the importance of life-long prevention for healthy and active ageing, by promoting healthy lifestyles and science-based diet models based, to the extent possible, on locally grown products, beneficial for both human health and the environment, and tackling health determinants and non-communicable diseases, particularly mental health, and cancer.

We remain deeply concerned with antimicrobial resistance (AMR) and other health challenges exacerbated by the triple planetary crisis of climate change, biodiversity loss and pollution, including in low and middle-income countries. Ahead of the UNGA High-Level Meeting on AMR in September 2024, we will support an ambitious outcome document that champions the needs of low- and middle-income countries and include concrete goals and targets that galvanize action alongside the mandate for an evidence-based panel to continue to drive action on AMR. We will continue promoting equitable access

to essential antibiotics and integrated actions to counter AMR within a One Health Framework, by exploring and implementing infection prevention and control measures, as well as exercising stewardship for prudent and appropriate use of antimicrobials, including surveillance of their use and consumption. We will also implement push and pull incentives, support public-private partnerships and explore innovative instruments to accelerate research and development on new antimicrobials, their alternatives, and diagnostics.

### **Gender Equality**

We reaffirm our commitment to achieving gender equality and the empowerment of women and girls in all their diversity, through full, equal, and meaningful participation in all spheres of society. We express our strong concern about the rollback of the rights of women, girls, and LGBTQIA+ people around the world, in particular in time of crisis, and we strongly condemn all violations and abuses of their human rights and fundamental freedoms. We will continue promoting, and protecting their rights in all spheres of society, and consistently mainstreaming gender equality in all policy areas. We will work with global partners to advance gender equality in multilateral fora.

We recommit to preventing and addressing hate and discrimination, and to eliminating sexual and gender-based violence, including that facilitated by technology and trafficking in persons. We will provide comprehensive support and meaningful participation for victims and survivors. We reiterate our commitments in the Hiroshima Leaders' Communiqué to universal access to adequate, affordable, and quality health services for women, including comprehensive sexual and reproductive health and rights for all.

We continue to promote the full economic empowerment of all women and girls, and equal and meaningful participation and leadership in decision-making processes, including in the STEM sector. We will step up our efforts to address harmful gender norms, stereotypes, and practices, and to eliminate structural barriers and the gender pay gap, including through enhanced collaboration with the private sector and through supporting the adoption of gender equality certification systems for enterprises. We recognize the need to ensure affordable and quality childcare and long-term care services for all, support parenthood protection, promote work-life balance, and equal sharing of care responsibilities, to promote women's equal rights and to take a whole-of-society approach to address the demographic challenges faced by ageing societies. Against this background, we reiterate the importance of recognizing, reducing, and redistributing unpaid care work and rewarding paid care work adequately, guaranteeing care workers representation.

We will tackle the unequal gender distribution of care work, which contributes to gender inequalities. To this end, we aim by 2035 to support 200 million more women to join the workforce by investing in efforts to close the global gap in the availability of childcare, including through the World Bank Invest in Childcare Initiative.

We will promote applying a gender transformative, multi-sector approach to our foreign policy, humanitarian aid, and development cooperation, including on climate resilience, food security, education and migration. We commit to advance the Women, Peace, and Security Agenda, including its application to disaster risk reduction and eradicate all forms of gender-based violence, including conflict-related sexual violence, also by supporting women peacebuilders in conflict settings. We reiterate our commitment to collectively increase G7 ODA for gender equality and we will explore ways to do this at the nexus of climate change and gender, particularly in Africa.

Recognizing that quality education for all girls is the best predictor for future levels of equality, we must also promote access to safe, inclusive, and equitable quality education for all. Noting that 2024 is the African Union's Year of Education, we will enhance our partnership with African countries on girls' education, including through redoubling our efforts to meet the G7 Girls Education targets by 2026.

Recognizing the success of the 2X Challenge, we welcome the new commitment by Development and Multilateral Finance Institutions to invest at least USD 20 billion over three years in gender lens investing, encouraging investments at the nexus of gender and climate. We call upon other public and private actors to join the next 2X Challenge, advancing measurable changes and financing directed to women's empowerment.

We welcome the strengthened Gender Equality Advisory Council (GEAC) and its recommendations. Highlighting the importance of reliable sex and gender-disaggregated data collection and monitoring, we also welcome the updated G7 Dashboard on Gender Gaps.

### **Inclusion and Disability**

We are committed to ensuring that all individuals have equal rights to full and effective participation in social, cultural, educational, economic, and civil and political life. We intend to enhance all persons' talents and skills to make our communities stronger and more cohesive. We commit to further integrate disability rights across all political agendas, and in doing so, we welcome the first- ever G7 Inclusion and Disability Ministers meeting. We task our Ministers to launch the Solfagnano Charter, where they will articulate actions around universal access and accessibility, independent living, inclusive employment, service availability, emergency prevention and management, among others. We will step up our action for the implementation of the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UNCRPD). We look forward to the Global Disability Summit to be held in Berlin in 2025.

### **Disarmament and Non-Proliferation**

We remain firmly committed to preventing the proliferation and use of all weapons of mass destruction and their means of delivery.

We are greatly concerned by Russia's irresponsible nuclear rhetoric and actions, as well as its reported increasing use of chemical agents against Ukrainian forces. We reiterate that any use of chemical, biological, radiological, or nuclear weapons by Russia would be met with severe consequences. We remain concerned about China's opaque and accelerating expansion of its nuclear arsenal. We will continue working to address North Korea's and Iran's continued advancement of nuclear and ballistic missile programs.

Recalling the G7 Leaders' Hiroshima Vision on Nuclear Disarmament, we reaffirm our commitment to disarmament and non-proliferation efforts, with the ultimate goal of a world without nuclear weapons with undiminished security for all, achieved through a realistic, pragmatic, and responsible approach. The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT) is the cornerstone of the global nuclear non-proliferation regime and the foundation for the pursuit of nuclear disarmament and peaceful uses of nuclear energy. We believe that the overall decline in global nuclear arsenals achieved since the end of the Cold War must continue and not be reversed.

We highlight the need to bring the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT) into force. In this regard, we call on Russia to continue to adhere to the moratorium on nuclear tests and renew the CTBT ratification. We also call on the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) not to conduct any further nuclear tests, and to sign and ratify the CTBT.

We call for the immediate commencement of long-overdue negotiations within the Conference on Disarmament of a treaty banning the production of fissile material for use in nuclear weapons or

other nuclear explosive devices (FMCT) while urging all nuclear weapons States that have not yet done so to declare and maintain voluntary moratoria on the production of such material.

We remain steadfast in our support of the Chemical Weapons Convention (CWC) and the Biological and Toxin Weapons Convention (BTWC), their universalization and full and effective implementation. We underline the importance of addressing biological threats worldwide. We will work to ensure that biological research, development, and innovation are conducted in a safe, secure, responsible, and sustainable manner.

We reiterate our commitment to the G7-led Global Partnership Against the Spread of Weapons and Materials of Mass Destruction, a driving force behind global efforts to prevent, detect and respond to the acquisition and use of weapons of mass destruction by States and terrorists alike.

We are strengthening effective export controls on materials, technology, and research that could be used for military purposes in a way that keeps pace with rapid technological developments and recognizes the central role of multilateral export control regimes as a key non-proliferation instrument and safeguard for international peace and security.

We reiterate our commitment to safe, peaceful, responsible, and sustainable use of outer space, upholding existing legal frameworks including the Outer Space Treaty. We remain committed to fostering international cooperation and transparency, as well as confidence building measures and norms of responsible behavior with the goal of improving space security for all States.

We affirm the obligation of all States Parties to fully comply with the Outer Space Treaty, including not to place in orbit around the Earth any objects carrying nuclear weapons or any other kinds of weapons of mass destruction, install such weapons on celestial bodies, or station such weapons in outer space in any other manner.

### **Countering Terrorism, Violent Extremism and Transnational Organized Crime**

We condemn and counter terrorism and violent extremism in all their forms. We are determined to protect our societies' freedom and security, while upholding the rule of law and respecting human rights. We will continue to combat the financing of terrorism and terrorism propaganda, particularly the dissemination of terrorist content online. We will also promote information sharing, international cooperation, and capacity building, including in border management, to investigate and prosecute such crimes.

We reiterate our strong commitment to fighting transnational organized crime, breaking its business models, and dismantling its networks. Drug trafficking, smuggling of migrants, trafficking in persons and fraud are major sources of income for organized crime. We stand ready to work with other governments to address these transnational challenges, as well as crimes that affect the environment and against cultural heritage. Recalling our statement on Synthetic Drug Threats, including the significant health implications, we support the Global Coalition to Address Synthetic Drug Threats.

We also continue our unwavering commitment to tackling child sexual exploitation and abuse in all its forms to keep children safe online and in our communities around the world. It is crucial that all sectors, including the tech sector, step up and play their part in prioritizing child safety and working to combat this horrific crime.

### **Safeguarding Democratic Processes**

In a year during which millions worldwide choose their leaders and representatives, we reaffirm our commitment to safeguard democratic values and human rights. With the rapid evolution of emerging technology, we are more concerned than ever about Foreign Information Manipulation and Interference (FIMI) in our democratic institutions and processes, and how attempted interference campaigns, malicious cyber activities, and transnational repression collectively undermine sovereignty and democratic values.

We pledge to strengthen our coordinated efforts to better prevent, detect, and respond to FIMI threats through human rights-respecting practices and by supporting freedom of expression and free, independent, and pluralistic media. We ask our relevant Ministers to bolster the G7 Rapid Response Mechanism by creating by the end of the year a collective response framework to counter foreign threats to democracies, including publicly exposing foreign operations of information manipulation. We also call on tech companies, in particular social media platforms, to intensify their efforts to prevent and counter FIMI campaigns and the potential abuse of AI for this purpose and work towards higher standards of transparency and accountability on these issues.

We will continue our cooperation with governments and non-governmental partners to work towards the promotion of fact-based, quality, and trustworthy information and will support relevant international initiatives, in particular in the UN and OECD.

### **Anti-corruption**

Corruption and related illicit finance drain public resources, fuel organized crime, and undermine democratic governance and progress across the SDGs. We endorse the G7 High-Level Principles on Anti-Corruption and commit to promoting technical assistance and capacity building to address existing gaps. We reaffirm the fundamental role that the United Nations Convention Against Corruption (UNCAC) plays in the global fight against corruption and commit to further enhance the effectiveness of its Implementation Review Mechanism. We underscore the importance of denying corrupt actors access to our territories and financial systems.

## **Conclusions**

We appreciate the exchanges with, and the inputs from, the G7 Engagement Groups. We are furthermore grateful for the valuable contributions from the Heads of the AfDB, the IMF, the OECD, the UN, and the WB, who joined us in Apulia.

We look forward to the Paris Olympic and Paralympic Games, and urge all countries to observe the Olympic Truce individually and collectively, as prescribed by the United Nations General Assembly Resolution “Building a peaceful and better world through sports and the Olympic ideal” adopted on 15 November 2023.

## **G7 meeting with Outreach Countries and International Organizations**

**Borgo Egnazia, 14 June 2024**

The Leaders of the G7 met today with their counterparts from Algeria, Argentina, Brazil, India, Jordan, Kenya, Mauritania, Tunisia, Türkiye and the United Arab Emirates. Together with the Heads of the African Development Bank, the International Monetary Fund, the Organisation of Economic Co-operation and Development, the United Nations and the World Bank, they discussed the global challenges that disproportionately affect countries in the Global South at a testing time for the international order founded on the purposes and principles of the UN Charter.

These challenges, compounded by unprecedented threats to security, require more than ever a resolute and equitable international response, based on solidarity and shared responsibility, to push forward solutions that leave no one behind.

### **Africa and the Mediterranean**

With the broader Mediterranean region, Africa will shape the future of the world. It is experiencing a demographic spurt and with 60% of the population under 25, it is the youngest continent. By 2050, it could be home to 2.5 billion people. It also has abundant natural resources, a huge pool of human talent and ample room for economic growth.

The Leaders endorsed the African countries' call for a greater voice in international bodies. They welcomed the G20's decision, taken under India's presidency last year, to accept the African Union as a permanent member and the IMF's decision to create a third Chair for sub-Saharan Africa in the Executive Board.

They also committed to promote infrastructural, economic and social development in the region, in line with the 2030 Agenda for Sustainable Development, and to support its countries as they work toward value creation, stability and prosperity. They focused on the need for equitable partnerships rooted in shared principles, local ownership and tangible initiatives, such as the Partnership for Global Infrastructure and Investment, the Global Gateway and Italy's Mattei Plan for Africa.

They welcomed and committed to support the G7 Apulia Food Systems Initiative, which aims to overcome barriers to food security, build resilient agriculture and food systems, and realize the right to adequate food by leveraging multi-stakeholder partnerships and establishing synergies with other international initiatives.

### **Artificial Intelligence**

The Leaders were grateful to His Holiness Pope Francis for his unprecedented participation in a G7 Summit and for his invaluable intervention on Artificial Intelligence (AI), which enriched and steered the discussion.

AI is a formidable technology with the potential to boost industrial output and productivity. At the same time, if left unbridled, it could significantly disrupt the labour market and our social fabric. The Leaders underlined the importance of a human-centric, ethic AI that is transparent and respects workers' and human rights, thus helping deliver better services.

They highlighted the need to bridge digital divides and achieve digital inclusion by promoting open AI infrastructures and solutions for all. In that regard, they welcomed Italy's proposal to create the AI Hub for Sustainable Development, to support local AI digital ecosystems, and strengthen capacities to advance AI for sustainable development.

They discussed the need to anticipate future skills and equip workers and employers with the competencies needed to work with AI. In that respect, they emphasized the importance of education,

international mobility and lifelong learning to meet the demand for digital competencies and a qualified workforce.

They also committed to promote cooperation and governance with developing and emerging market economies, so to close digital divides, including gender digital divide, and achieve digital inclusion.

#### Energy

Reaffirming the pressing need to fully implement the Paris Agreement, the Leaders stressed that the transition to a net-zero economy should be inclusive and be seen as an opportunity for social development and economic growth. This requires maximizing benefits for local economies while addressing the negative social or economic impacts that may arise from climate action.

The Leaders agreed that the clean energy transition presents a unique opportunity to spur a new era of productivity, industrial growth, and economic development in Africa. For this reason, they welcomed the launch of the Energy for Growth in Africa initiative, endorsed by a joint G7 statement with seven African countries, and already supported by three more countries, which seeks to promote clean energy investments across Africa, address barriers and gaps, and advance industrial development.

Aware that global challenges require shared solutions rooted in solidarity and in the Purposes and Principles of the UN Charter, and that increased cooperation between the G7 and outside partners in multilateral fora is more essential than ever, the Leaders thanked the Italian G7 Presidency for this timely and useful exchange of views.

They agreed to remain engaged on these and other pressing issues by working on a positive agenda that can ensure a future of security and prosperity across the world.

## **G7 Health Ministers' Statement on the Importance and Urgency of Improving Global Health Architecture and Pandemic Prevention, Preparedness and Response**

We, the G7 Health Ministers of Canada, France, Germany, Italy, Japan, the United Kingdom, the United States of America and the European Union have met today on February 28th, 2024, for the first time under the Italian G7 Presidency, and focused on the imperative to strengthen the global health architecture (GHA) and pandemic prevention, preparedness and response (PPR). We appreciate the leadership of the Japanese G7 Presidency in 2023 to promote key global health agendas on PPR.

This meeting comes at a crucial time, since the deadline of May 2024, set for the adoption of the new World Health Organization (WHO) convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness, and response (WHO CA+) and targeted amendments to the International Health Regulations (IHR) (2005) approaches. We wish to reiterate our continued commitment to their necessary and successful conclusion at the 77th World Health Assembly, recognising Member States' sovereignty and responsibility for health systems. Completing the negotiations on time is critical to leverage political attention, strengthen future pandemic responses and improve equity.

We see these processes as an endeavor shared equally by each and every country. We believe they are fundamental tools to address the lessons learned from the COVID-19 pandemic, by tackling the global gaps in collective PPR to health emergencies and pandemics. If left unaddressed, the world will not be ready for the next pandemic and may have even missed opportunities to prevent it. We further believe strengthening PPR capacities and improving access to medical countermeasures (MCM) are essential in this respect.

We are committed to continue working across sectors and with all relevant partners to achieve, together, through an inclusive process the necessary convergence of the current relevant negotiations. The participation and engagement of public and private stakeholders can provide essential technical expertise to make sure these instruments protect global health and global health security in practice and we look forward to the support of WHO to achieve this convergence. This inclusive process will allow the global community to craft effective provisions that can be implemented in practice, saving millions of lives and rebuilding trust on the ground.

As we work towards strengthening GHA and PPR, we recognise that trust amongst partners is best built with concrete and impactful actions. This is why, the G7, amongst others, has contributed with concrete initiatives to accelerate research and development<sup>1</sup>, enhance equitable access to MCMs<sup>2</sup> including facilitating last-mile delivery<sup>3</sup>, support to assist at least 100 low- and middle-income countries (LMICs) in implementing the core capacities required in WHO IHR<sup>4</sup>, as well as implement the One Health approach; tackle antimicrobial resistance; and strengthen collaborative surveillance, laboratory capacity and emergency workforce<sup>5</sup>.

We recognize that strengthening the capacities and capabilities for pandemic PPR is critical. Therefore, in line with last year's G7 and G20 Health Ministerial Outcome, we are committed to strengthening G7 collaboration to support regional diversification of development and manufacturing of MCMs, including regional vaccine manufacturing initiatives, as well as last-mile delivery, as an essential element to enhance equity. This will build on concrete actions by G7 Members that support the end-to-end manufacturing ecosystem, including by making full use of voluntary technology transfer on mutually agreed terms to support partners.

Sustainable financing is essential to tackle pandemic PPR. In this regard, we welcome and have financially supported the important contribution of the Pandemic Fund as a key component of pandemic PPR financing to strengthen LMICs' capacities at national, regional, and global level to mitigate the risks of future pandemic threats and fill the equity gaps laid bare by the COVID-19 pandemic.



Recognizing the need to integrate its operations within the broader GHA, we continue to support the Pandemic Fund and the strengthening of its role, while stressing the importance of securing new donors and accountability.

In continuity with the work conducted during the Japanese Presidency on the Triple I Initiative<sup>6</sup> endorsed at the G7 Hiroshima Summit, we remain committed to raising awareness and share best practices on impact investment in global health.

We reaffirm a need for exploring a pandemic response financing framework that better coordinates existing mechanisms and deploys necessary funds quickly and efficiently as endorsed in the G7 Shared Understanding on Enhanced Finance-Health Coordination and PPR Financing<sup>7</sup>.

Building on the work which brings together G7 Development Finance Institutions, we intend to further strengthen our collaboration to unlock faster and better coordinated day-zero financing in the event of a pandemic and other health emergencies. We will work towards enhancing global coordination, including between governments, global health initiatives, multilateral development banks and civil society partners, to ensure a quick and efficient deployment of funds in an emergency setting. In this regard, we intend to support the ongoing broader G20 analytical and operational exercise conducted by the G20 Joint Finance and Health

*1 A report to the G7 by the Pandemic Preparedness Partnership, "100 Days Mission to respond to future pandemic threats" 2021*

*2 G7 Hiroshima Vision for Equitable Access to Medical Countermeasures*

*3 MCM Delivery Partnership for Equitable Access (MCDP)*

*4 G7 Leaders' Communiqué (Elmau 2022)*

*5 Pact for Pandemic Readiness*

*6 <https://tripleiforgh.org/>*

*7 [https://www.mof.go.jp/english/policy/international\\_policy/convention/g7/g7\\_20230513\\_2.pdf](https://www.mof.go.jp/english/policy/international_policy/convention/g7/g7_20230513_2.pdf)*

Task Force (JFHTF) which is aimed at strengthening PPR and better coordinating the response. We underscore our appreciation for the Brazilian G20 Presidency in this regard.

These concrete actions demonstrate our long-term commitment to strengthen pandemic PPR, as well as our support for the on-going WHO CA+ and IHR negotiations, and our determination to see these processes concluded in May 2024.

With the Rome Declaration, the 2021 Italian G20 Presidency oversaw the global response to the COVID-19 pandemic. We commend the Italian G7 Presidency's leadership in this key year for GHA and pandemic PPR.

**Chanceleres do BRICS emitem declaração conjunta, dois representantes do Centro de P&D de Vacinas BRICS, Sinovac e Fiocruz, anunciam colaboração em vacinas. Agora só falta operacionalizar o Centro de Vacinas**

***BRICS foreign affairs ministers' issue joint statement, two representatives from the BRICS Vaccine R&D Center, Sinovac and Fiocruz, announce collaboration on vaccines. Now it is time to operationalize the Vaccine Center***

**Claudia Hoirisch**

**Abstract:** *On June 10<sup>th</sup>-11<sup>th</sup>, BRICS foreign ministers and guest countries met in Nizhny Novgorod, Russia. They discussed the creation of a multipolar international order, the establishment of a new category of “partner countries” and highlighted the importance of making greater use of local currencies and payment instruments and platforms. They encouraged the NDB to employ innovative financing mechanisms to mobilize resources from diverse sources and help member countries achieve the SDGs and expressed support for further expansion of the Bank's membership. In the area of energy, they appealed to global supply chains, especially for certain minerals, materials and technologies essential for the energy transition and to ensure a predictable and stable energy supply. They highlighted the interface of sustainable development and global health and committed to intensifying efforts to achieve universal health coverage, including improving equitable access to quality health services and medicines and vaccines; the collective capacity to prevent, prepare for and respond to pandemics, and strengthen the capacity to collectively combat such pandemics in the future. They recognized that BRICS cooperation in combating tuberculosis and antimicrobial resistance, as well as strengthening capacities in the prevention of communicable and non-communicable diseases, R&D, sharing of experiences in traditional medicine systems and local production contribute greatly to international efforts. The meeting included an expanded session with the participation of diplomats from the Global South and East. They debated the prospects for reforming the international system, in the interest of ensuring sustainable development and lasting economic growth for all countries. After the meeting on June 10<sup>th</sup>, participants approved a joint declaration. The next BRICS MFA meeting will be held on the sidelines of the UNGA 79 (Sep. 10-24, in New York); the next Summit will be hosted by Russia (Oct. 22-24) in Kazan and Brazil will assume the rotating presidency of BRICS in 2025.*

**Keywords:** *BRICS. MRE meeting. Multipolar international order. Reform of the international system. Partner countries. Use of local currencies. Payment instruments. NBD. SDGs. Strategic minerals. Sustainable development. Global health. Universal health coverage. TB. AMR. R&D. Access to medicines and vaccines. Sinovac. Fiocruz. BRICS Vaccine R&D Center.*

**Resumo:** De 10 a 11 de junho, os chanceleres do BRICS e os países convidados se reuniram em Nizhny Novgorod, Rússia. Discutiram a criação de uma ordem internacional multipolar, o estabelecimento de uma nova categoria de “países parceiros” e salientaram a importância de fazer um maior uso das moedas locais e instrumentos de pagamento e das plataformas. Incentivaram o NBD a empregar mecanismos de financiamento inovadores para mobilizar recursos de fontes diversificadas e ajudar os países membros a alcançar os ODS e expressaram apoio à expansão adicional do número de membros do Banco. Na área de energia, apelaram

para as cadeias de abastecimento globais, especialmente de determinados minerais, materiais e tecnologias essenciais para a transição energética e para garantir um abastecimento de energia previsível e estável. Assinalaram a interface do desenvolvimento sustentável e saúde global e comprometeram-se a intensificar os esforços para alcançar cobertura universal de saúde, incluindo a melhoria do acesso equitativo aos serviços de saúde de qualidade e a medicamentos e vacinas; a capacidade coletiva para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, e o reforço da capacidade de combater coletivamente tais pandemias no futuro. Reconheceram que a cooperação do BRICS no combate à tuberculose e à resistência antimicrobiana, bem como no reforço das capacidades na prevenção de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, P&D, partilha de experiências em sistemas de medicina tradicional e produção local contribuem grandemente para os esforços internacionais. A reunião incluiu uma sessão ampliada com a participação de diplomatas do Sul e do Leste Global. Debateram sobre as perspectivas de reforma do sistema internacional, no interesse de garantir um desenvolvimento sustentável e um crescimento econômico duradouro para todos os países. Após o encontro do dia 10/6, os participantes aprovaram uma declaração conjunta. A próxima reunião dos MRE do BRICS será realizada às margens da 79ª AGNU (10-24/09, em Nova Iorque); a próxima Cimeira será sediada pela Rússia (22-24/10) em Kazan e o Brasil assumirá a presidência rotativa do BRICS em 2025.

**Palavras-chave:** BRICS. Reunião MRE. Ordem internacional multipolar. Reforma do sistema internacional. Países parceiros. Uso de moedas locais. Instrumentos de pagamento. NBD. ODS. Minerais estratégicos. Desenvolvimento sustentável. Saúde global. Cobertura universal de saúde. TB. RAM. P&D. Acesso a medicamentos e vacinas. Sinovac. Fiocruz. Centro de P&D de vacinas do BRICS.

### **A reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS**

Os representantes da Rússia, Brasil, China, Egito, Etiópia, Índia, Irã, África do Sul e Emirados Árabes Unidos reuniram-se dia 10/6 e um dia depois, mandatários de Bangladesh, Bahrein, Bielorrússia, Cuba, Cazaquistão, Laos, Mauritânia, Arábia Saudita, Sri Lanka, Tailândia, Turquia, Venezuela e Vietnã participaram dos eventos em Nizhny Novgorod, na Rússia<sup>160</sup>. O resultado dos encontros foi uma declaração conjunta do Ministros de Relações Exteriores/Internacionais.<sup>161</sup>

A Declaração da Cúpula de Joanesburgo II ocorrida em 2023<sup>162</sup> constitui uma base sólida para o BRICS avançar. O BRICS ampliado deve unir forças em uma vasta gama de tópicos e aqui serão destacados alguns deles.

---

<sup>160</sup> <https://tass.com/world/1801667>

<sup>161</sup> <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/37860/joint+statement+of+the+brics+ministers+of+foreign+affairsinternational+relations>

<sup>162</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023)

**Imagem 1: Os MRE do BRICS encontram-se em 10/6 em Nizhny Novgorod**



Fonte: Sergey Bulkin/TASS

Em primeiro lugar, os líderes apelaram aos Ministros das Finanças e aos Governadores dos Bancos Centrais para que considerem um maior uso das moedas locais e instrumentos de pagamento e das plataformas. A esse respeito, os tesoureiros foram solicitados a fazer estudos e posteriormente apresentar um relatório aos líderes dos BRICS. Esse é um tema que foi levantado pelo presidente Lula em Joanesburgo, e no qual o Brasil espera que os novos membros estejam totalmente engajados. Certamente será um tema importante da Presidência do Brasil nos BRICS no próximo ano<sup>163</sup>.

Em segundo lugar, há muitos anos que os BRICS apelam para o reforço do multilateralismo. Existe consenso sobre a reforma global da ONU, incluindo o seu Conselho de Segurança (CS), tal como elaborado na Declaração da Cúpula de Joanesburgo II de 2023. A reforma é necessária para aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento nos membros do Conselho, de maneira que este possa responder aos desafios globais e apoiar as aspirações legítimas dos PEDs de África, Ásia e AL, incluindo os países do BRICS, de desempenhar um papel mais importante nos assuntos internacionais, em particular na ONU, incluindo o seu CS. Esta é uma pedra angular dos BRICS, que devem encontrar meios de colaborar mais para fazer avançar este tema na ONU<sup>164</sup>.

Outros pontos também podem ser destacados da declaração conjunta:

Os MRE incentivaram o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) a empregar mecanismos de financiamento inovadores para mobilizar recursos de fontes diversificadas e ajudar os países membros a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Concordaram em desenvolver o NDB para se enquadrar em um “novo tipo de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD)<sup>165</sup> do século XXI.” Expressaram seu apoio à expansão adicional do número de membros do NDB e à consideração antecipada das candidaturas dos países membros do

BRICS.

<sup>163</sup> [Discurso do Ministro Mauro Vieira na primeira sessão de trabalho da reunião de Ministros de Relações Exteriores dos BRICS — Ministério das Relações Exteriores \(www.gov.br\)](#)

<sup>164</sup> [Discurso do Ministro Mauro Vieira na primeira sessão de trabalho da reunião de Ministros de Relações Exteriores dos BRICS — Ministério das Relações Exteriores \(www.gov.br\)](#)

<sup>165</sup> Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) são instituições financeiras públicas, fundadas e mantidas com contribuições dos países membros (dentre outras fontes de recursos, como captações junto ao mercado financeiro, doações, etc).

Na área de energia e segurança energética, expressaram a intenção de promover a cooperação energética entre seus países, crucial para o desenvolvimento econômico, a segurança nacional e o bem-estar dos países. Apelaram para as cadeias de abastecimento globais, especialmente de determinados minerais, materiais e tecnologias, essenciais para a transição energética, a fim de garantir um abastecimento de energia previsível e estável.

Assinalaram a interface do desenvolvimento sustentável com a saúde global. Nesse sentido, comprometeram-se a intensificar os esforços em nível nacional para alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo a melhoria do acesso equitativo aos serviços de saúde de qualidade e a medicamentos e vacinas; a capacidade coletiva para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, e o reforço da capacidade de combater coletivamente tais pandemias no futuro.

Reconheceram que a cooperação do BRICS no combate à TB e à resistência antimicrobiana (RAM), bem como no reforço das capacidades na prevenção de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, P&D, partilha de experiências em sistemas de medicina tradicional, financiamento da saúde, saúde digital, sistema de alerta precoce de emergências, sistema de saúde forte, produção local e parceria em saúde contribuem grandemente para os esforços internacionais.

A próxima reunião dos MRE do BRICS será realizada à margem da AGNU 79, de 10 a 24 de setembro de 2024, em Nova Iorque, a próxima Cimeira será sediada pela Rússia dias 22-24 de outubro em Kazan, Rússia e o Brasil assume a próxima presidência rotativa do BRICS em 2025.

### **Considerações finais**

O BRICS pode ser visto como um grupo improvável de países destinados a permanecer divididos por geografia, cultura e política. No entanto, contra todas as probabilidades, a sua convergência se expandiu ao longo dos anos. Apesar das suas diferenças, conseguiram encontrar pontos em comum e colaborar em muitos domínios.

Em 2023, o grupo aprovou a entrada de Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, a Argentina, posteriormente declinou em entrar no grupo. Existe uma negociação interna para receber ainda mais países. Lula já prometeu apoio à entrada da Colômbia<sup>166</sup>. Segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, a Rússia saudou o desejo da Turquia de fazer parte do BRICS, afirmando que o assunto estará na pauta da próxima Cúpula. Peskov declarou que há um interesse no BRICS por parte de vários países, mas que era improvável que o grupo pudesse satisfazer todas as nações interessadas<sup>167</sup>.

Antes da reunião dos chanceleres do BRICS, os sherpas/sub-sherpas dos BRICS foram incumbidos entre outros assuntos, de desenvolver o modelo de país-parceiro. Para cumprir essa tarefa vêm discutindo possíveis critérios e procedimentos norteadores. Essa nova categoria de associação ao BRICS responderia ao crescente interesse em ingressar no BRICS por parte de muitos países do Sul Global. Nesta fase do debate, o foco está em determinar qual será o grau de participação dos países parceiros no BRICS, se eles se envolverão nas Cúpulas do BRICS e reuniões de MRE ou se também atuarão em outras reuniões e atividades do grupo. As argumentações incluem questões como: o país-parceiro será obrigado a aderir a todas as

---

<sup>166</sup> <https://www.estadao.com.br/amp/politica/coluna-do-estadao/chanceler-de-lula-vai-a-russia-em-meio-a-guerra-negociar-expansao-do-brics/>

<sup>167</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/kremlin-sauda-desejo-da-turquia-de-se-juntar-ao-brics/>

declarações e instrumentos do BRICS ou será exigido que respeitem alguns entendimentos básicos? Da mesma forma precisarão chegar a um acordo sobre o equilíbrio geográfico. Enquanto isso, os países têm que garantir que os novos membros sejam totalmente acomodados na vasta gama de instituições do BRICS, incluindo o Novo Banco de Desenvolvimento.

No início do mês, a Sinovac divulgou que investirá US\$ 100 milhões no desenvolvimento de terapia celular, produção de vacinas e anticorpos monoclonais no Brasil. A Sinovac e a Fiocruz também anunciaram a intenção de cooperar na P&D de vacinas para o combate a crises sanitárias. As duas instituições são representantes oficiais de Brasil e China no Centro de P&D de Vacinas do BRICS (CPDV/BRICS)<sup>168</sup>. Certamente, cooperações bilaterais são bem-vindas.

Mas se quisermos fortalecer a cooperação em vacinas, distribuí-las de forma justa e equitativa como um bem público global para garantir sua acessibilidade nos países em desenvolvimento, melhorar a capacidade dos países BRICS para conter doenças infecciosas e responder a emergências de saúde pública por meio de esforços conjuntos de P&D, isso poderá ser obtido com a operacionalização do Centro de P&D de Vacinas do BRICS (CPDV/BRICS).

Essa iniciativa deve ser levada adiante, se não investindo em *brics* (tijolos), os países podem realizar intercâmbios colaborativos para potencializar complementaridades em projetos de interesse comum. A ideia de um ‘centro físico’ valia quando os recursos humanos e materiais eram escassos e era preciso concentrá-los em um lugar; hoje, esses recursos estão dispersos e o desafio é conectá-los em torno de algo que os mobilize. Os países BRICS têm tudo para fazê-lo, basta vontade política.

A operacionalização do Centro marcará um passo sólido rumo a uma cooperação mais coesa do BRICS em saúde e na P&D de vacinas.

---

<sup>168</sup><https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/06/fiocruz-e-sinovac-anunciam-cooperacao-no-desenvolvimento-de-vacinas>

## Joint Statement of the BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations<sup>169</sup>

June 10, 2024



1. The BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations met on 10 June 2024 in Nizhny Novgorod, Russian Federation. They exchanged views on major global and regional trends and issues. They reaffirmed their commitment to strengthening the framework of BRICS Strategic Partnership under the three pillars of cooperation – politics and security, economy and finance, cultural and people-to-people exchanges. They reaffirmed their commitment to the BRICS spirit featuring mutual respect and understanding, equality, solidarity, openness, inclusiveness, and consensus.

2. Welcoming the active participation of the new members of BRICS, the Ministers assured continued support to their seamless and full integration into BRICS cooperation mechanisms.

3. The Ministers reiterated their commitment to multilateralism and upholding the international law, including the Purposes and Principles enshrined in the Charter of the United Nations (UN) as its indispensable cornerstone, and the central role of the UN in an international system in which sovereign states cooperate to maintain international peace and security, advance sustainable development, ensure the promotion and protection of democracy, human rights and fundamental freedoms for all, and promoting cooperation based on solidarity, mutual respect, justice and equality.

4. The Ministers reiterated their commitment to enhancing and improving global governance by promoting a more agile, effective, efficient, responsive, representative, legitimate, democratic and accountable international and multilateral system and to assuring greater and more meaningful participation of developing and least developed countries, especially in Africa, in global decision-making processes and structures, and making them better attuned to contemporary realities.

5. Mindful of the 2023 Johannesburg II Declaration the Ministers voiced their support for a comprehensive reform of the United Nations, including its Security Council, with a view to making it more democratic, representative, effective and efficient, and to increase the representation of developing countries in the Council's memberships so that it can adequately respond to prevailing global challenges and support the legitimate aspirations of emerging and developing countries from Africa, Asia and Latin America, including BRICS countries, to play a greater role in international affairs, in particular in the United Nations, including its Security Council. They also recognized the legitimate aspirations of African countries, reflected in the Ezulwini Consensus and Sirte Declaration.

6. The Ministers reaffirmed the important role of the G20 as the premier forum for international economic cooperation that comprises both developed and developing countries on an equal and mutually beneficial

<sup>169</sup>Fonte: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/37860/joint+statement+of+the+brics+ministers+of+foreign+affairsinternational+relations>



footing where major economies jointly seek solutions to global challenges to the achievement of universally beneficial and inclusive global economic growth. They expressed their firm view that the G20 should continue to function in a productive manner, focusing on the delivery of concrete outcomes, taking decisions by consensus. They reiterated their commitment to a balanced approach by continuing to amplify and further enhance inclusiveness of the G20 process through the effective integration of the voice of the Global South in the G20 agenda. They welcomed and supported the inclusion of the African Union as a member of the G20 at the G20 New Delhi Summit.

7. The Ministers reiterated that the consecutive G20 presidencies of India, Brazil and South Africa in 2023-2025 lay a solid ground for addressing inequalities, imbalances and shortcomings in the world economy, expressed support for continuity and collaboration in their G20 presidencies and wished them all success in their endeavours. In this regard they endorsed the three priorities of Brazil as the G20 Presidency: fighting hunger, poverty and inequality; sustainable development in its three dimensions; and global governance reform, and looked forward to the successful hosting of the 19th G20 Summit under the Brazilian G20 Presidency. They reaffirmed their willingness to coordinate positions on the G20 agenda.

8. The Ministers reiterated that the objectives and provisions of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Paris Agreement, including its principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR-RC), in the light of different national circumstances, must be honoured. The Ministers called on all parties to fully implement the Convention and the Agreement. They emphasized the need for developed countries to enhance transfer of low-cost climate technology in an affordable and accessible manner, capacity building along with affordable, adequate, predictable and timely new additional financial resources as critical enablers of climate action in developing countries. They reaffirmed the call for developed countries explicitly listed in Annex II of the Convention to honour their climate finance commitments, including the collective goal of mobilising USD 100 billion per year to support the needs of developing countries. They stressed the need to set up an ambitious New Collective Quantified goal on climate finance prior to 2025, as per the needs and priorities of developing countries. The Ministers expressed opposition to the imposition of any restrictive measures in global trade as a pretext for combatting the climate change. The Ministers recognized that the UNFCCC process is the appropriate forum to decide issues related to climate change in all dimensions. This extends to support for the implementation of the Nationally Determined Contributions (NDCs), as well as their National Adaptation Plans. The Ministers reiterated the importance of addressing the adaptation finance gap including by doubling adaptation finance which is also key to implement Global Goal on Adaptation (GGA) and the UAE Framework for Global Climate Resilience. Further, it is important that the UN agencies, MDBs and other international agencies also support the climate actions of the developing countries with additional and concessional climate finances, capacity building, technical assistance, and financing transfer of affordable climate technology.

9. The Ministers recalled that the UNFCCC, including the annual Conference of the Parties (COP) sessions, is the appropriate and legitimate international forum to discuss the issue of climate change in all its dimensions. The Ministers rejected attempts to link security with the climate change agenda. The Ministers commended the United Arab Emirates for hosting the COP28 on 30 November – 13 December 2023 in Dubai. The Ministers supported Azerbaijan's and Brazil's leadership in hosting COP29 in 2024 and COP30 in 2025 and welcomed India's candidacy to host COP 33 in 2028.

10. The Ministers welcomed the creation of the loss and damage fund under the UNFCCC in COP27 in Sharm El Sheikh and its operationalization in the UAE in COP28 and confirmed its important role in supporting all developing countries in responding to the losses and damages of climate impacts.

11. The Ministers stressed the importance of country ownership through just transitions pathways of the transition and transformation responding to climate change challenges and contributing to global effort to tackle climate change, with developed countries taking the lead and providing needed support to developing countries in line with the respective obligations under the UNFCCC and Paris Agreement.

12. The Ministers expressed full commitment to a successful COP29 in Azerbaijan, with an expectation of strong outcomes on climate finance to developing countries, as a critical enabler for delivering on the current and future nationally determined actions and ambitions in mitigation, adaptation and loss and damage.



13. The Ministers noted the increasing relevance of the interface between sustainable development and global health issues, while recognizing that international health cooperation shall be inclusive, based on equity and result-oriented for the benefit of all people. They reaffirmed that the global health architecture should be open, inclusive, science based, depoliticised and based on the principles of equity and transparency, equality, mutual respect, in line with the purposes and principles of the UN Charter, and with due respect to the sovereignty and interests of all countries. They reaffirmed their commitment to intensify efforts at national level towards achieving universal health coverage, including improving equitable access to quality essential health services and safe, effective, quality and affordable essential medicines and vaccines for all and the collective capacity for global pandemic prevention, preparedness and response, and strengthening the ability to fight back any such pandemics in the future collectively.

14. The Ministers supported enhancing BRICS coordination on global health. They acknowledged that BRICS cooperation on countering TB and AMR as well as strengthening capacities in preventing communicable diseases and other health issues such as non-communicable diseases, research and development, experience sharing, including on traditional medicine systems, health financing, nuclear medicine, digital health, emergency early warning system, strong health system, local production and health partnership greatly contributes to relevant international efforts.

15. The Ministers recognised the negative impact on the world economy and sustainable development from unilateral approaches in breach of international law. They expressed concern about the use of unilateral coercive measures, which are incompatible with the principles of the Charter of the UN and produce negative effects on economic growth, trade, energy, health and food security notably in the developing world.

16. They condemned unilateral, punitive and discriminatory protectionist measures, that are not in line with international law, under the pretext of environmental concerns, such as unilateral and discriminatory carbon border adjustment mechanisms (CBAMs), due diligence requirements, taxes and other measures and reconfirmed their full support for the call in COP28 related to avoidance of unilateral trade measures based on climate or environment. They also opposed unilateral protectionist measures, which deliberately disrupt the global supply and production chains and distort competition.

17. The Ministers reaffirmed the importance of biodiversity conservation, including the implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. They highlighted the need to combat pollution, including in the marine environment. Highlighting the significance of Circular Economies, they stressed the importance of capacity building, technology innovation, and international cooperation to advance these issues. The Ministers highlighted the need to ensure a just and equitable outcome of the negotiations on the plastics for a new plastics treaty. They highlighted the importance of ensuring just and managed transitions that is supported through an additional, accessible, adequate financial mechanism and resources, and clean technology transfer programmes to developing countries to support them in delivering any commitments, programmes or actions to be included in the new agreement.

18. The Ministers recognized the importance of ensuring food security and nutrition, promoting rural development. They encouraged further cooperation in agriculture and food security.

19. The Ministers expressed their support for an open, transparent, fair, inclusive, equitable, non-discriminatory and rules-based multilateral trading system with the World Trade Organisation (WTO) at its core, with special and differential treatment (S&DT) for developing countries, including Least Developed Countries as the key foundational principle of the WTO. They commended the United Arab Emirates for hosting the 13th Ministerial Conference (MC13) from 26 February to 2 March 2024 in Abu Dhabi. They committed to provide support for the necessary WTO reform with the aim of strengthening resilience, enhancing the authority, effectiveness and efficiency of the Organisation. This is to be achieved through member-driven, inclusive, and transparent negotiations. They called for the restoration of a fully and well-functioning dispute settlement system accessible to all members by 2024, and the appointment of new Appellate Body Members without further delay.

20. The Ministers welcomed the adoption of the Treaty on Intellectual Property, Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge by the World Intellectual Property Organization.

21. The Ministers noted the establishment of the UN Secretary-General's Panel on Critical Energy Transition Minerals. They also reaffirmed that the rush for these minerals, which are mostly found in the developing world, should not replicate the previous injustice and inhumane history of colonialism. The

Ministers called for these minerals to be beneficial to the socio-economic well-being of the societies and countries where the minerals are found. They further agreed that the countries where those minerals are available should have the opportunity to be a part of the global value chains without any discrimination rather than just be exporters of raw materials.

22. The Ministers expressed their support to promote just and balanced energy transitions, as befitting respective national priorities and circumstances by efficient use of all energy sources, namely renewable energy, including biofuels, hydropower, fossil fuels, nuclear energy and hydrogen, among others, which are crucial for just energy transitions towards more flexible, resilient and sustainable energy systems.

23. The Ministers recognized the need for a comprehensive reform of the global financial architecture to enhance the voice of the developing countries and their representation in the international financial institutions. They reaffirmed the call in COP27 to ensure that the reform of the International Financial Institutions would focus on increasing the scale of finance, enable simplified access to the resources. They looked forward to a successful 2025 shareholding Review of the International Bank for Reconstruction and Development. They supported a robust Global Financial Safety Net with a strong quota-based and adequately resourced International Monetary Fund (IMF) at its centre. They called on continuing the process of IMF governance reform including creating a new quota formula reflecting the economic size of its membership during the overall review of quotas.

24. The Ministers stressed on the need for reforming the policies and practices of multilateral development banks (MDBs) to increase their lending capacities, to be able to better assist developing countries in financing their development needs and enhancing their climate action, in line with the Sharm El-Sheikh Action Plan of COP27 which Egypt hosted in November 2022.

25. The Ministers encouraged the New Development Bank to follow the member-led and demand-driven principle, employ innovative financing mechanisms to mobilise financing from diversified sources, enhance capacity building and knowledge exchange, including with knowledge sources from developing countries, assist member countries in achieving the SDGs and further improve efficiency and effectiveness to fulfil its mandate, aiming to be a premier multilateral development institution for EMDCs. They agreed to jointly develop the New Development Bank to a new type of Multilateral Development Banks of the 21st century. They urged the Bank to execute its purpose and functions in accordance with the Agreement on the New Development Bank in a fair and non-discriminatory manner. The Ministers expressed their support to the further expansion of the NDB membership and early consideration of applications of BRICS Member countries as per the NDB approved policies.

26. The Ministers underscored the importance of the enhanced use of local currencies in trade and financial transactions between the BRICS countries. They recalled the paragraph 45 of the Johannesburg II Declaration tasking the Finance Ministers and Central Bank Governors of the BRICS countries to consider the issue of local currencies, payment instruments and platforms and to report back to the BRICS Leaders.

27. The Ministers expressed the intention to promote energy cooperation among the BRICS countries. They emphasised that guaranteeing universal access to affordable and reliable energy and ensuring energy security is a crucial foundation for economic development, social stability, national security, and the welfare of all nations worldwide. They called for resilient global supply chains, especially of certain minerals, materials and technologies, critical for energy transition, for ensuring predictable and stable energy supply. They also called for resilient global supply chains to ensure universal access to affordable, accessible, reliable, sustainable, and modern energy sources. They also stressed the importance of enhancing energy security and market stability by strengthening value chains, promoting open, transparent, and competitive markets, and ensuring the protection of critical energy infrastructure.

28. The Ministers welcomed the cooperation between transport agencies of the BRICS countries and the outcomes of the BRICS Transport Ministers meeting held on 6-7 June 2024 in Saint Petersburg. The Ministers pointed out the importance of convergence of approaches to develop efficient and secure international transport corridors for BRICS economic growth. They emphasized as equally important the need to ensure the safety of current international transport corridors to prevent supply chain disruptions and ensure maritime transport security in accordance with international law. They also called for necessary information exchange in the transport sphere to increase logistics efficiency and reduce transport costs. The Ministers committed to respect the sovereignty and territorial integrity of all Member States while carrying out transport cooperation.

29. The Ministers expressed their concern about ongoing conflicts in many parts of the world. They reiterated their commitment to the peaceful resolution of disputes through diplomacy, inclusive dialogue and consultations in a coordinated and cooperative manner and supported all efforts conducive to the peaceful settlement of crises. The Ministers reiterated the need for full respect of international humanitarian law in conflict situations and the provision of humanitarian aid in accordance with the basic principles of humanity, neutrality, impartiality and independence established in UNGA resolution 46/182.

30. The Ministers recognized the importance of the increased participation of women in peace processes including in conflict prevention and resolution, peacekeeping, peacebuilding, post-conflict reconstruction and development, and sustaining peace.

31. The Ministers agreed that the international community is confronted with multiple risks and challenges rarely seen before, and various security issues keep flaring up, which poses a serious threat to world peace and stability. The Ministers called on the international community to seek collective answers to global and regional challenges and security threats, including terrorism. The Ministers stressed the need to abide by the purposes and principles of the UN Charter and to respect the legitimate and reasonable security concerns of all countries. They reiterated that differences and disputes between countries should be resolved peacefully through dialogue and consultation.

32. The Ministers recalled their national positions concerning the situation in and around Ukraine as expressed in the appropriate fora, including the UN Security Council and UN General Assembly. They noted with appreciation relevant proposals of mediation and good offices aimed at peaceful resolution of the conflict through dialogue and diplomacy.

33. The Ministers expressed serious concern over continued conflicts in the Middle East and North Africa (MENA) region and noted the Joint Statement by BRICS Deputy Foreign Ministers and Special Envoys at their meeting of 25 April 2024.

34. The Ministers expressed grave concern at the deterioration of the situation in the Occupied Palestinian Territory, in particular the unprecedented escalation of violence in the Gaza Strip as a result of the Israeli military operation that led to mass civilian displacement, death and casualties, and destruction of civilian infrastructure. In this regard they called for the effective implementation of the relevant UNGA resolutions and UNSC resolution 2720 and for immediate safe and unhindered delivery of humanitarian assistance at scale directly to the Palestinian civilian population throughout the Gaza Strip. They also called for the effective implementation of the UNSC resolution 2728 for an immediate, durable, and sustained ceasefire. They equally called for the immediate and unconditional release of all hostages and civilians who are being illegally held captive. They expressed grave concern by the increasing attacks by Israel on Rafah, which would compound the dire humanitarian situation. The Ministers further condemned the Israeli military operation in Rafah and its ramifications that directly impact the civilian lives, especially in view of the high density of Palestinian civilians in this location, and the humanitarian catastrophic results due to the suspension of the Rafah crossing from the Palestinian side. They also reaffirmed their rejection of any attempt aiming at forcefully displacing, expelling or transferring the Palestinian people from their land. Furthermore, they cautioned against the spill over effects of escalation of tensions to the rest of the Middle East region. They acknowledged the provisional measures of the International Court of Justice in the legal proceedings instituted by South Africa against Israel. The Ministers expressed serious concern at Israel's continued blatant disregard of international law, the UN Charter, UN resolutions and Court orders.

35. The Ministers reaffirmed their support for Palestine's full membership in the United Nations and reiterated their unwavering commitment to the vision of the two-state solution based on international law including relevant UNSC and UNGA resolutions and the Arab Peace Initiative that includes the establishment of a sovereign, independent and viable State of Palestine in line with internationally recognized borders of June 1967 with East Jerusalem as its capital living side by side in peace and security with Israel.

36. The Ministers reiterated that the principle "African solutions to African problems" should continue to serve as the basis for conflict resolution on the African continent. In this regard they reiterated their support for African peace efforts on the continent, including those undertaken by the African Union, and African sub-regional organisations.

37. The Ministers commended the efforts and achievements by African countries in their pursuit of the peace and development, while expressing serious concern over the prevailing conflicts and the continuing threats posed by terrorist organisations in various sub-regions of Africa and over remaining conflict potential in the Sahel region, the Democratic Republic of Congo (DRC), the Great Lakes Region, and in the Horn of Africa, particularly in Sudan as well as growing activity of numerous terrorist groups and insurgents. The Ministers reiterated their call for an immediate and unconditional ceasefire and peaceful resolution of the conflict in Sudan and unimpeded access of the Sudanese population to humanitarian assistance, and the scaling up of humanitarian assistance to Sudan and neighboring states. The Ministers commended efforts undertaken by African countries, the African Union, and African sub-regional organisations and the United Nations in promoting peace process in South Sudan, stabilizing the situation in the Central African Republic, as well as success of the Government of Mozambique supported by the Southern African Development Community (SADC) in counteraction to the terrorist threat in the North of the country.

38. The Ministers expressed serious concern with the ongoing deterioration of the security, humanitarian, political and economic situation in Haiti. They stressed that the current crisis requires a Haitian-led solution that encompasses national dialogue and consensus building among local political forces, institutions and the society and called on the international community to support the Haitian endeavours to dismantle the gangs, enhance the security situation and put in place the foundations for long-lasting social and economic development in the country.

39. The Ministers emphasized the need for an urgent peaceful settlement in Afghanistan in order to strengthen regional security and stability. They advocated for Afghanistan as an independent, united and peaceful state free from terrorism, war and drugs. They urged for more visible and verifiable measures in Afghanistan to ensure that the territory of Afghanistan is not used by terrorists. They stressed the need to provide urgent and uninterrupted humanitarian assistance to the Afghan people and to safeguard the fundamental rights of all Afghans including women, girls and different ethnic groups. They emphasized the primary and effective role of regional platforms and neighboring countries of Afghanistan and welcomed the efforts of such regional platforms and initiatives to facilitate the Afghan settlement.

40. The Ministers expressed strong condemnation of any acts of terrorism as criminal and unjustifiable, regardless of their motivation, whenever, wherever and by whomsoever committed. They strongly condemned the inhumane terrorist attack on 22 March 2024 at the Crocus City Hall in Moscow. They reaffirmed their commitment to combating terrorism in all its forms and manifestations, including the cross-border terrorism and terrorism financing and safe havens. They reiterated that terrorism should not be associated with any religion, nationality, civilisation or ethnic group and that all those involved in terrorist activities and their support must be held accountable and brought to justice in accordance with international law. The Ministers urged to ensure zero tolerance for terrorism and rejected double standards in countering terrorism. They emphasized the primary responsibility of States in combating terrorism and that global efforts to prevent and counter terrorist threats must fully comply with their obligations under international law, including the Charter of the United Nations, in particular the purposes and principles thereof, and relevant international conventions and protocols, in particular international human rights law, international refugee law and international humanitarian law. They welcomed the activities of the BRICS Counter-Terrorism Working Group and its five Subgroups based upon the BRICS Counter-Terrorism Strategy and the BRICS Counter-Terrorism Action Plan. They also looked forward to further deepening counter-terrorism cooperation. The Ministers called for an expeditious finalization and adoption of the Comprehensive Convention on International Terrorism in the UN framework.

41. The Ministers expressed the need to comprehensively strengthen mechanisms for countering the increased use, in a globalised society, by terrorists and their supporters of emerging and evolving technologies such as the Internet and other information and communications technologies, including social media platforms, for terrorist purposes, such as for recruitment and incitement to commit terrorist acts, as well as for the financing, planning, and preparation of their activities.

42. The Ministers expressed their concern about the scale of drug-trafficking, its unprecedented impact on health and security. They reaffirmed that the world drug problem remains a common and shared responsibility that should be addressed in a multilateral setting through effective and increased international cooperation and demands an integrated, multidisciplinary, mutually reinforcing, balanced, scientific evidence-based and comprehensive approach. They acknowledged the importance of

cooperation on drug-related matters among the BRICS countries and noted the BRICS Anti-Drug Working Group Meeting held on 21-22 May 2024 in Moscow and focused on tackling the criminal misuse of information and communication technologies for drug trafficking and the laundering of proceeds of drug-related crime.

43. The Ministers reaffirmed their commitment to promote BRICS cooperation in the prevention of and fight against corruption and continue to implement the relevant international agreements in this regard, in particular the United Nations Convention against Corruption. They welcomed the determination of the BRICS Anti-Corruption Working Group (ACWG) to develop a common vision and undertake joint action to enhance anti-corruption cooperation, asset recovery and on denial of safe havens. The Ministers stressed the importance of continued implementation of joint capacity-building and awareness-raising projects as a long-standing priority for BRICS. They commended the ACWG for serving as a platform for greater coordination among the member countries, including in other relevant international fora.

44. The Ministers noted the paramount importance of the efforts aiming at accelerating the implementation of the resolutions on the Establishment of a Zone Free of Nuclear Weapons and other Weapons of Mass Destruction in the Middle East, including the Conference convened pursuant to UN General Assembly Decision 73/546. They called on all invited parties to participate in this conference in good faith and engage with this effort constructively.

45. The Ministers also called for the full implementation of the UNSC Resolution 1540 which offers states an important impetus for adopting effective and robust measures at the national level to prevent weapons of mass destruction, their means of delivery and related materials from getting into the hands of non-state actors, including terrorists, as well as frameworks for cooperation at the international level for this aim.

46. The Ministers reasserted their support for ensuring the long-term sustainability of outer space activities and prevention of an arms race in outer space (PAROS) and of its weaponization. While recalling the importance of the PAROS-related provisions of the Outer Space Treaty (OST), they emphasized the need to discuss a legal multilateral instrument on PAROS. They recognised the submission to the Conference on Disarmament in 2014 of the updated Draft Treaty on the Prevention of the Placement of Weapons in Outer Space, the Threat or Use of Force against Outer Space Objects (PPWT). They stressed that practical and non-binding and voluntary commitments such as Transparency and Confidence-Building Measures (TCBMs), may also contribute to PAROS.

47. The Ministers reaffirmed their commitment to the promotion of an open, secure, stable, accessible and peaceful ICT-environment. They underscored the leading role of the United Nations in promoting constructive dialogue to forge common understandings on security of and in the use of ICTs including developing a universal legal framework in this domain. The Ministers commended the ongoing work of the UN Open-Ended Working Group on Security of and in the Use of ICTs 2021-2025. In light of the existing and potential threats of malicious use of ICTs, the Ministers reiterated the urgency of elaborating a comprehensive international convention on countering the use of ICTs for criminal purposes and expressed their support for the successful finalization of the work of the UN Ad Hoc Committee in accordance with the UN General Assembly resolutions 74/247 and 75/282.

48. The Ministers also acknowledged the need to advance practical intra-BRICS cooperation including through the implementation of the BRICS Roadmap of Practical Cooperation on Ensuring Security in the Use of ICTs and its Progress Report and the activities of the BRICS Working Group on Security in the Use of ICTs. They welcomed the decision to establish the BRICS Points of Contact Directory.

49. The Ministers reiterated the need for all countries to cooperate in promoting and protecting human rights and fundamental freedoms under the principles of equality and mutual respect. They agreed to continue to treat all human rights, including the right to development, in a fair and equal manner, on the same footing and with the same emphasis. They agreed to strengthen cooperation on issues of common interests both within BRICS and in multilateral fora including the United Nations General Assembly and Human Rights Council, taking into account the necessity to promote, protect and fulfil human rights in a non-selective, non-politicised and constructive manner and without double standards. They called for the respect of democracy and human rights and underlined that they should be implemented on the level of global governance as well as at national level. They reaffirmed their commitment to ensuring the

promotion and protection of democracy, human rights and fundamental freedoms for all with the aim to build a brighter shared future for the international community based on mutually beneficial cooperation.

50. The Ministers expressed serious concern over exponential spread and proliferation of disinformation and misinformation. They emphasised the importance of ensuring free flow of and public access to accurate fact-based information, and protecting human rights and fundamental freedoms, including the freedom of opinion and expression as well as digital and media literacy in order to allow for meaningful connectivity, in accordance with applicable national and international law.

51. The Ministers expressed deep and sincere condolences to the people and the government of the Islamic Republic of Iran over the tragic death of President of Iran Ebrahim Raisi, Minister of Foreign Affairs of Iran Hossein Amir-Abdollahian and other victims.

52. The Ministers noted the considerable interest of emerging markets and developing countries in joining BRICS. They discussed the Partner Country Model in line with the paragraph 92 of the Johannesburg II Declaration. They reviewed the progress on the relevant preparations to be reported to the BRICS Leaders by the XVI Summit in Kazan.

53. The Ministers committed to enhancing engagement with the developing countries. They welcomed their participation in the special session to be held on 11 June 2024 within the framework of the BRICS Foreign Ministers Meeting as a good opportunity for exchange of views on current global and regional developments.

54. The Ministers expressed their full support to the Russian Federation's BRICS Chairship in 2024 under the theme "Strengthening Multilateralism for Just Global Development and Security". They expressed their commitment to working together to ensure the success of the XVI BRICS Summit. The Ministers looked forward to the next BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations meeting to be held on the margins of UNGA79 and hosted by Brazil as incoming Chair of BRICS in 2025.

## **A política na América Latina: entre alianças externas e colaborações internas na área de saúde**

### ***Política en América Latina: entre alianzas externas y colaboraciones internas en Salud***

**Miryam Minayo  
Sâmia de Brito  
Sebastian Tobar**

**Resumen.** *En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana. Hacemos un repaso de los debates de la LIV Reunión Ordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados. También seguimos las agendas de las organizaciones regionales relacionadas con la salud y el desarrollo, tales como: ORAS-CONHU, que realizó agendas sobre cáncer y donación de sangre; SECOMISCA, que participó en agendas sobre migración, dengue y control sanitario de eventos; y finalmente, OTCA, que discutió la institucionalización del Parlamaz y participó en el X Foro Mundial del Agua.*

**Palabras-clave:** *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

**Resumo.** Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana. Observamos as discussões da LIV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU que cumpriu agenda nos temas câncer e doação de sangue, o SECOMISCA que participou de agendas nas temáticas de migração, dengue e controle sanitário de eventos nas e, por fim, a OTCA que discutiu institucionalização do Parlamaz e participou do X Fórum Mundial da Água.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

### **Apresentação**

Nas últimas duas semanas, o cenário de disputa entre Rússia e EUA repercutiu na região latinoamericana. A proximidade das eleições na Venezuela, que tem ganhado caráter estratégico, pode ser um fator de intensificação de demonstrações de poder de potências internacionais na busca por garantir suas áreas de influência ao sul do golfo do México.

Navios de guerra russos e um submarino nuclear chegaram a Havana após realizarem exercícios no Atlântico. Os primeiros a chegar foram o petroleiro “Akademik Pashin” e depois o rebocador de resgate “Nikolai Chiker”, enquanto a fragata “Almirante Gorshkov” e o submersível chegaram um pouco mais tarde<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup><https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/06/12/los-buques-de-guerra-y-un-submarino-nuclear-rusos-llegaron-a-la-habana-tras-realizar-ejercicios-en-el-atlantico/>

Embora os Estados Unidos tenham expressado que essa chegada não representava uma ameaça, um submarino dos Estados Unidos foi deslocado para monitorar a frota de guerra russa em Cuba<sup>171</sup>. Na região, apesar da pretensa “tranquilidade” dos EUA, Washington conta com pelo menos dois destróieres, uma fragata canadense e várias aeronaves de patrulha marítima americanas e canadenses disponíveis para acompanhar a evolução do cenário dos exercícios russos. Isso pode evidenciar que os Estados Unidos observam estes movimentos com preocupação, mesmo que não haja informações de uma ação russa mais ampla.

Num mundo com guerra entre a Rússia e a Ucrânia, conflitos bélicos na Faixa de Gaza, as eleições na Venezuela parecem ter um significado especial para manter a paz e o diálogo na região<sup>172</sup>. Embora a região tenha conflitos violentos significativos, como vimos no aumento da presença de grupos armados no Haiti, Equador e em outros países, a região tem sido caracterizada como uma “Zona de Paz”. Num mundo que parece não encontrar soluções ou políticas negociadas, como evidenciam a guerra entre a Ucrânia e a Rússia ou na Faixa de Gaza, os conflitos entre a Guiana e a Venezuela por causa de Esequibo assumem maior relevância e preocupação que podem avançar ou evoluir para conflitos mais importantes.

A presença dos navios russos e a resposta norte-americana acontecem em simultâneo ao processo de campanha eleitoral na Venezuela, na qual sondagens de opinião dão ao adversário Edmundo Gonzalez uma intenção de voto superior à de Maduro, superior a 50% em algumas sondagens<sup>173,174</sup>. Embora o candidato oficial, Nicolás Maduro, utilize táticas eleitorais<sup>175,176,177</sup> importantes, a sua intenção de voto por parte dos cidadãos venezuelanos não parece aumentar. Da mesma forma, a restrição à participação de expatriados também chama atenção no proceso de votação.<sup>178</sup>

A polarização e a erosão da democracia latino-americana e a importância da região em termos de produção energética e alimentar intensificam as ambições dos Estados Unidos, da China, da Europa e da Rússia em garantir suas zonas de influências na região, razão pela qual as eleições na Venezuela assumem maior importância.

O aumento do preço do petróleo a nível internacional torna a Venezuela em um cenário em disputa já que possui uma das maiores reservas de combustíveis fósseis. A descoberta de petróleo na região de Esequibo, que gerou um grande conflito entre Venezuela e Guiana, abre uma importante janela de oportunidade na busca por alianças relacionadas ao petróleo nesta região.

A Venezuela participou recentemente de uma reunião, convocada pelo presidente da Corte Internacional de Justiça (CIJ), para discutir os próximos passos do processo iniciado pela Guiana em relação aos direitos territoriais de Esequibo. Durante esta reunião, o Governo

---

<sup>171</sup> [https://www.clarin.com/opinion/venezuela-elecciones-cruciales-region\\_0\\_8v4kTKjnug.html](https://www.clarin.com/opinion/venezuela-elecciones-cruciales-region_0_8v4kTKjnug.html)

<sup>172</sup> [https://www.clarin.com/opinion/venezuela-elecciones-cruciales-region\\_0\\_8v4kTKjnug.html](https://www.clarin.com/opinion/venezuela-elecciones-cruciales-region_0_8v4kTKjnug.html)

<sup>173</sup> [www.infobae.com/tag/edmundo-gonzalez-urrutia/](http://www.infobae.com/tag/edmundo-gonzalez-urrutia/)

<sup>174</sup> [www.vozdeamerica.com/a/encuestas-proyectan-triunfo-de-la-oposicion-en-venezuela-con-una-brecha-muy-grande-de-votos-gonzalez-urrutia-maduro-machado-maria-corina-/7656509.html](http://www.vozdeamerica.com/a/encuestas-proyectan-triunfo-de-la-oposicion-en-venezuela-con-una-brecha-muy-grande-de-votos-gonzalez-urrutia-maduro-machado-maria-corina-/7656509.html)

<sup>175</sup> <https://www.infobae.com/venezuela/2024/06/16/la-nueva-estrategia-del-regimen-de-maduro-para-anular-la-candidatura-del-opositor-edmundo-gonzalez/>

<sup>176</sup> <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20240531-la-campa%C3%B1a-presidencial-de-maduro-tiene-su-americano-idol>

<sup>177</sup> <https://primicia.com.ve/nacion/maduro-denuncia-que-la-oposicion-tiene-sicarios-para-hacerle-dano/>

<sup>178</sup> A Venezuela que, a pesar de ter 9 milhões de expatriados, só permitiu que 100.000 deles pudessem votar nas eleições de 2024



venezuelano reiterou a sua posição de não reconhecer a jurisdição da CIJ na disputa territorial, bem como reafirmou os seus direitos sobre a região de Esequibo<sup>179,180</sup>

Nesse sentido, a vice-presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, expressou em seu relato X: “A Venezuela reafirma perante a #CIJ seus direitos históricos sobre a Guiana Esequiba. O Acordo de Genebra de 1966 é o único instrumento válido para resolver, através do diálogo, esta controvérsia territorial<sup>181</sup>.”

Por sua vez, a Guiana mantém a posição firme de que a sentença arbitral de 1899 é considerada válida e vinculativa nesta disputa. Além disso, procura o apoio de países e organizações internacionais para fortalecer a sua posição contra a Venezuela.

Também interessado em recursos energéticos, Luis Arce, presidente da Bolívia<sup>182</sup>, reuniu-se com Putin para discutir combustíveis e lítio. Arce explicou que até 2025 o lítio boliviano deverá ser industrializado através de um acordo entre a empresa russa Uranium One Group e a Yacimientos de Litio Bolivia (YLB)<sup>183</sup>. É oportuno mencionar que a Bolívia hoje assiste um a conflito político entre o atual presidente Arce e Evo Morales, que não foi autorizado a participar em futuras eleições presidenciais<sup>184</sup>.

Outro presidente que conversou com Vladimir Putin foi o presidente Lula do Brasil, que defende a inclusão da Rússia nas negociações de paz<sup>185</sup>. O Brasil não participou da Cúpula sobre a paz na Ucrânia realizada sábado em Burgenstok (Suíça)<sup>186</sup>, iniciativa promovida por Kiev e sem Moscou. O Brasil, juntamente com Índia, África do Sul, México, Arábia Saudita e Indonésia, bem como o Vaticano, não aderem à proposta de Zelensky, que anuncia a preparação de uma segunda cúpula<sup>187</sup> “em meses, não em anos”.

---

<sup>179</sup> Face à perda de intenção eleitoral de votar em Nicolás Maduro e ao crescimento da oposição, o conflito em Esequibo proporciona ao partido no poder uma ferramenta importante para manter a estabilidade do seu governo. Maduro, inspirado por estratégias autoritárias como as de Putin na Rússia, exacerbou a retórica nacionalista em Esequibo para consolidar o apoio interno e desviar a atenção dos problemas internos. No entanto, esta estratégia pode levá-lo a um ponto sem retorno, onde será forçado a agir militarmente para manter o apoio das forças armadas ou enfrentar ações independentes que poderão levar a conflitos.<https://www.escenariomundial.com/2024/05/16/segun-expertos-maduro-necesita-desesperadamente-mostrar-resultados-en-la-cuestion-del-esequibo-para-mantener-la-estabilidad-de-su-gobierno/>

<sup>180</sup> <http://radiomundial.com.ve/venezuela-rechaza-ilegal-licencia-otorgada-por-guyana-a-empresas-petroleras/>

<sup>181</sup> <https://www.escenariomundial.com/2024/06/13/venezuela-reafirma-sus-derechos-sobre-el-esequibo-ante-la-cij/>

<sup>182</sup> As negociações entre o presidente Luis Arce e Vladimir Putin ocorreram no âmbito da viagem do boliviano para participar do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo. <https://www.nodal.am/2024/06/bolivia-el-presidente-luis-arce-viaja-a-rusia-para-asistir-al-foro-economico-internacional-de-san-petersburgo/>

<sup>183</sup> [https://eldeber.com.bo/economia/combustible-y-litio-el-eje-del-acuerdo-economico-entre-arce-y-putin\\_370903](https://eldeber.com.bo/economia/combustible-y-litio-el-eje-del-acuerdo-economico-entre-arce-y-putin_370903)

<sup>184</sup> <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20240610/evo-afirma-que-sera-candidato-sus-seguidores-advierten-medidas-radicales-si>

<sup>185</sup> <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-recebe-ligacao-de-putin-e-defende-negociacao-de-paz-na-ucrania>

<sup>186</sup> <https://elpais.com/internacional/2024-06-16/ucrania-aplaude-el-acuerdo-de-paz-de-suiza-pese-a-la-falta-de-unanimidad-entre-los-participantes.html>

<sup>187</sup> O texto final é um documento de duas páginas ao qual aderiram mais de uma dezena de países participantes, além do Vaticano, principalmente do Sul Global, mas não só: Índia, Brasil, África do Sul (do

A Ucrânia tem promovido a estratégia de isolamento contra a Rússia. Apesar de convocar 56 chefes de Estado e de Governo para esta Cúpula, Zelensky não conseguiu a presença de países importantes da região latinoamericana como o Brasil e a Colômbia. Os governos brasileiro e colombianos buscaram não atrelar sua presença na reunião a um alinhamento com Zelensky.

Embora Lula tenha buscado se posicionar a favor do diálogo e se aproximar diplomaticamente a Argentina de Milei, o diálogo Buenos Aires ainda é frágil. Apesar do encontro na Cúpula do G-7 na Itália, a relação entre os líderes dos vizinhos e principais parceiros econômicos do MERCOSUL permanece fria, cautelosa e distante. “Não é que haja um relacionamento ruim. Não há relacionamento”, definiu fonte diplomática brasileira após o G-7. Recentemente, o vínculo entre Lula e Milei se tensionou mais com o pedido do governo brasileiro, por meio de seu embaixador em Buenos Aires, Julio Bitelli, para levantamento de informações sobre a estadia de 143 apoiadores de Jair Bolsonaro que foram condenados por “manifestações contra a democracia”<sup>188</sup>.

Outro líder que viajou para a Europa na busca por diálogos de paz foi o presidente Petro da Colômbia. O presidente da Colômbia, que evitou condenar a invasão da Rússia e esteve ausente da cúpula pela Paz na Ucrânia, na Suíça, planejava se encontrar com Volodymyr Zelensky, mas mudou de rumo ao anunciar de surpresa o retorno a Bogotá<sup>189</sup>.

No Equador, o conflito entre o Presidente Daniel Noboa e a sua Vice-Presidente Verónica Abad continua, sendo que o processo criminal foi levado à Assembleia Nacional. A posição de muitos legisladores é que, embora todos devam ser iguais perante a lei, a Assembleia não tem como interferir nas perseguições políticas<sup>190</sup>. O Governo de Daniel Noboa atacou a maioria da oposição na Assembleia Nacional: “A votação de hoje na Assembleia Nacional é a prova mais clara daquilo que já sabíamos: um pacto político sujo em que a impunidade e os interesses

---

bloco BRICS), México, Colômbia, Indonésia, Líbia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Tailândia e Arménia.

<sup>188</sup> Depois das declarações muito duras do então candidato libertário na campanha, quando acusou Lula da Silva de ser “comunista” e “corrupto” (em consequência do processo judicial em que foi condenado no seu país), e da Com evidente apoio ao candidato da Unión por la Patria, Sergio Massa, no segundo turno eleitoral contra Milei, a relação fluiu no nível dos chanceleres, que já se reuniram quatro vezes em seis meses. Também houve avanços e gestos em diversas áreas, como o acordo para fornecimento de gás do Brasil ao país em plena onda de frio; missões empresariais conjuntas numa recente reunião de negócios no Egito; Ajuda humanitária argentina nas enchentes no sul do Brasil, entre outros pontos de contato efetivo. <https://www.lanacion.com.ar/politica/milei-y-lula-sin-senales-de-acercamiento-a-pesar-de-los-esfuerzos-diplomaticos-de-la-cancilleria-e-nid15062024/>

<sup>189</sup> O Presidente Petro, no meio de uma visita de Estado à Suécia, onde depositou uma coroa de flores no túmulo de Olof Palme, declarou que a conferência está alinhada com a guerra e as suas conclusões são predeterminadas. “Estamos nos aproximando de uma conflagração global. Por esta razão, decidi suspender a minha visita à conferência na Suíça, porque a América Latina não quer mais guerra, o que quer é a construção da paz o mais rapidamente possível”... “A maioria da América Latina e o Governo da Colômbia, não concordamos com a extensão da guerra. “Não nos juntamos a blocos políticos para a guerra”, insistiu ele na sua conta X, o seu canal de comunicação favorito. Outros presidentes latino-americanos com quem Petro mantém boa harmonia, como Lula, recusaram-se a comparecer devido à ausência de Moscou no fórum, embora Gabriel Boric, do Chile, tenha participado. <https://elpais.com/america-colombia/2024-06-15/petro-evita-dar-un-apoyo-tacito-a-ucrania-y-cancela-sobre-la-hora-su-encuentro-con-zelenski.html>

<sup>190</sup> <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/caso-nene-fiscalia-las-investigaciones-vicepresidenta-abad-continuan-BC7488232>

personais e partidários prevalecem sobre a dignidade e a justiça que o país e os seus cidadãos merecem”», afirmou num comunicado<sup>191</sup>.

Por fim, no panorama político da região, destacamos que o novo Primeiro Ministro do Haiti, Garry Conille, tomou posse na quarta-feira, 12 de junho deste ano, junto com seu gabinete em evento realizado em Porto Príncipe<sup>192</sup>. Na cerimónia, tanto Conille como o presidente do Conselho de Transição Presidencial, Edgard Leblanc Fils, expressaram o seu compromisso em realizar eleições honestas, democráticas e credíveis no país<sup>193</sup>. Enquanto isso, centenas de manifestantes saíram às ruas de Porto Príncipe na quarta-feira para exigir justiça para os três membros da Unidade Temporária Antigangues<sup>194</sup> (UTAG) da Polícia Nacional do Haiti assassinados por gangues armadas na área de Sans Fil, na capital de Delmas 18.

#### **LIV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados**

No dia 14 de junho, foi realizada em Assunção, Paraguai, a LIV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados, sob a Presidência Pro Tempore do Paraguai. Vários representantes dos países membros estiveram presentes na reunião: María Teresa Barán, ministra da Saúde do Paraguai,<sup>195</sup>; Mario Russo, ministro da Saúde da Argentina Mario Russo<sup>196</sup>; Carlos Gadelha, secretário da Ciência e Tecnologia em Saúde do Brasil<sup>197</sup>; Adriana Alfonso, diretora geral de Saúde do Ministério de Saúde Pública do Uruguai; Tania Herrera, chefe de Planejamento em Saúde do Ministério da Saúde do Chile, além de Jarbas Barbosa, director da OPAS.

Durante a reunião, os ministros afirmaram que a vacina não impedirá os surtos de dengue. As mais altas autoridades sanitárias do Mercosul, juntamente com o Diretor da OPAS, concordaram com a gravidade do cenário de infecção por dengue e arboviroses e que é necessária uma estratégia abrangente para erradicar o mosquito transmissor e não apenas a aplicação de vacinas.

O Ministro da Saúde da Argentina alertou que “A vacina não é uma ferramenta útil para deter um surto de dengue. Muitas vezes há alguma confusão na população de que uma vacina tem o mesmo efeito para certas doenças infecciosas. Não estabelecemos o objetivo de erradicar

---

<sup>191</sup> <https://www.primicias.ec/noticias/politica/daniel-noboa-gobierno-reaccion-asamblea-veronica-abad-juicio/>

<sup>192</sup> <https://www.alterpresse.org/spip.php?article30553>

<sup>193</sup> <https://wps.telesurtv.net/nuevo-primer-ministro-de-haiti-asume-el-cargo/>

<sup>194</sup> A UTAG é a nova unidade especializada criada pelas autoridades para combater as gangues que controlam 80% da área metropolitana de Porto Príncipe. O Haiti ainda aguarda a chegada de uma força multinacional para apoiar a Polícia Haitiana que foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em Outubro passado e será chefiada pelo Quênia, embora o seu destacamento ainda não tenha ocorrido. A significativa crise social, política e económica haitiana e uma espiral de violência nas mãos de gangues armadas já causaram cerca de 8.000 vítimas em 2023, o que se agravou no final de Fevereiro passado. <https://elnuevodiario.com.do/cientos-de-haitianos-protestan-por-el-asesinato-de-tres-policias-a-manos-de-bandas-armadas/>

<sup>195</sup> <https://www.mspbs.gov.py/portal/30302/se-realiza-en-asuncion-la-liv-reunion-ordinaria-de-ministros-de-salud-del-mercosur-y-estados-asociados.html>

<sup>196</sup> <https://www.argentina.gob.ar/noticias/russo-participo-de-la-reunion-de-ministros-de-salud-del-mercosur-y-estados-asociados>

<sup>197</sup> <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/em-reuniao-do-mercosul-brasil-defende-producao-regional-e-novas-tecnologias-para-saude>

o vetor, vamos passar uma mensagem um tanto confusa de que a vacina vai resolver esse problema”.

Para a Diretora Geral de Saúde do Uruguai, Adriana Alfonso<sup>198</sup>, é necessária uma “estratégia de gestão integral” para enfrentar os vírus dengue, Zika e chikungunya, cujo principal vetor é o mosquito *Aedes aegypti*. “Não existe uma receita única”, Alfonso também alertou para a necessidade de “prever mecanismos de controle” a nível ambiental depois de afirmar que “a fumigação não é uma panacéia”. A representante uruguaia também destacou que as autoridades regionais se comprometeram a “melhorar as capacidades laboratoriais” para o diagnóstico da doença.

A Ministra da Saúde do Paraguai, María Teresa Barán, promoveu a ideia de que devemos trabalhar como um bloco regional na “transferência de conhecimentos e experiências” entre os países. Nesse sentido, Barán destacou que a “lição aprendida” da pandemia de covid-19 demonstra que há a necessidade de fortalecer a produção de medicamentos na região. “A ideia é que como países do Mercosul possamos trabalhar de forma articulada, possamos trabalhar em equipe e possamos desenvolver e transferir o conhecimento e as tecnologias dos diferentes países”, explicou<sup>199</sup>.

A agenda da reunião incluiu a análise dos trabalhos técnicos realizados por Comissões Intergovernamentais durante o semestre em áreas prioritárias da saúde pública regional, como saúde mental, doação e transplantes; além de ações conjuntas nas áreas fronteiriças do MERCOSUL em questões de saúde sexual e reprodutiva, prevenção da transmissão vertical de IST, doenças não transmissíveis e segurança alimentar.

Foram aprovados sete acordos de cooperação:

- Criação da Comissão Intergovernamental para ampliação da capacidade produtiva regional de medicamentos e tecnologias em saúde (CIECPR);
- Cooperação para acesso a antivenenos para acidentes por animais peçonhentos no Mercosul;
- Articulação da agenda convergente em infecções sexualmente transmissíveis (IST) e saúde sexual e reprodutiva no Mercosul;
- Projeto sobre a realização de transplantes nos países do Mercosul e estados associados de pessoas não residentes;
- Declaração da reunião de ministros da saúde do Mercosul sobre o fortalecimento das ações e desenvolvimento de diretrizes para o atendimento aos trabalhadores do setor da saúde da comissão intergovernamental de saúde ambiental e do trabalhador (CISAT);
- Declaração da reunião de ministros da saúde do Mercosul sobre dengue e outras arboviroses;
- Declaração da reunião de ministros da saúde do Mercosul sobre parcerias estratégicas em vigilância sanitária.

Na ocasião, o Diretor da OPAS, Dr. Jarbas Barbosa, reconheceu os esforços realizados pelos países do MERCOSUL nos últimos cinco anos para fortalecer a saúde nas fronteiras e afirmou que “Foram registados progressos desde o reforço da vigilância epidemiológica até ao desenvolvimento de um plano piloto de notificação e comunicação organizado através de uma plataforma digital”. Além disso, sinalizou que “Esta experiência de integração e cooperação

---

<sup>198</sup> <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/06/15/ministros-de-salud-del-mercosur-senalan-que-la-vacuna-no-detendra-los-brotes-de-dengue/>

<sup>199</sup> <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/06/15/ministros-de-salud-del-mercosur-senalan-que-la-vacuna-no-detendra-los-brotes-de-dengue/>

histórica constituirá a base para o desenvolvimento de uma nova etapa de colaboração a fim de garantir fronteiras saudáveis e seguras nesta sub-região.

O Diretor da OPAS instou os países do Mercosul a trabalharem juntos sob o princípio do direito universal à saúde, da convergência progressiva na oferta de serviços de saúde transfronteiriços e da organização de redes integradas de serviços, com governança e financiamento acordados entre os países.

Outro tema abordado pelo Diretor da OPAS foi a necessidade de fortalecer os sistemas reguladores de medicamentos na região. “A pandemia da COVID-19 ensinou-nos a importância de ter medidas regulatórias para aceder a tecnologias e inovações essenciais, eficazes, seguras e de qualidade”, observou. O Dr. Barbosa considerou necessário trabalhar para reduzir a desigualdade no acesso a esses produtos e promover a inovação, o desenvolvimento e a produção regional de medicamentos, vacinas e insumos médicos.

Em relação à redução de preços e aquisição de medicamentos de alto custo, o Diretor da OPAS informou que uma estratégia para reduzir preços e aquisição de medicamentos de alto custo tem sido elaborada. “Uma lista de produtos prioritários foi compartilhada com a OPAS e cada medicamento foi cuidadosamente analisado”, explicou o Dr. Barbosa. A Organização sugere uma pequena lista de medicamentos prioritários de alto custo, incluindo medicamentos para melanoma metastático, esclerose múltipla, fibrose cística, câncer de próstata e de mama.

Em relação às arboviroses, Jarbas Barbosa afirmou que, embora os países do MERCOSUL estejam saindo da temporada de transmissão da dengue, é uma boa oportunidade para realizar uma avaliação para a identificação das estratégias bem sucedidas e as áreas que requerem melhorias na preparação para os próximos anos. Enfatizou a importância de manter a vigilância epidemiológica e realizar diagnósticos diferenciais para Oropuche e outros arbovírus, reiterando o compromisso da OPAS de fornecer apoio técnico contínuo aos países.

Com a chegada do inverno no hemisfério sul, o Diretor da OPAS conclamou os países a se prepararem para a temporada de infecções respiratórias, incluindo influenza e vírus sincicial respiratório (VSR).

Dr. Barbosa ressaltou a importância da saúde mental como componente fundamental do bem-estar geral. Apesar dos números importantes de transtornos mentais e do suicídio na região do MERCOSUL, a saúde mental tem sido historicamente uma área negligenciada e subfinanciada, disse ele. A pandemia da COVID-19 agravou esta situação, gerando um aumento significativo dos problemas de saúde mental e afetando os serviços essenciais.

Neste contexto, o Diretor da OPAS, finalizou sua fala, chamando os países do MERCOSUL a tomarem medidas concretas para fortalecer a saúde mental na região. Destacou a aprovação do Acordo nº 03/23 sobre Cooperação Internacional para a Saúde das Fronteiras do Mercosul em novembro de 2023 e a criação de um Comitê Ad Hoc de Saúde, destacando sua importância para o desenvolvimento de uma estratégia regional de saúde mental alinhada aos padrões internacionais.

## **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipolito Unanue (ORAS-Conhu) cumpriu agenda nos temas câncer e doação de sangue<sup>200201</sup>**

O ORAS-CONHU realizou, conjuntamente com a Embaixada britânica no Peru, o webinar: “A visão britânica do câncer em adultos e infantil: conquistas e desafios para a prevenção”. Sobre o evento, a secretaria executiva da Organização, Maria Carmem Dávila afirmou que o evento foi importante meio de aproximação e troca de experiências entre pesquisadores do Reino Unido e os especialistas em saúde pública em âmbito andino sobre a educação, conscientização e cooperação internacional sobre o combate ao câncer em todas as suas formas.

Além disso, Maria Calle Dávila sinalizou que o cancer é um dos principais desafios da subregião andina e que tem sido uma importante causa de morte por doenças não transmissíveis em crianças e adolescentes. Os números apresentados pela secretaria executiva mostram que em 2022 foram 346 457 novos casos. Dentre os tipos de cancer que mais afetaram a população na região apareceram: câncer de mama, câncer de colo, cancer colorretal, cancer gástrico.

Por fim, Maria Carmem Dávila afirmou que o ORAS-CONHU tem trabalhado no sentido de melhorar as formas de combater a doença através da Política Andina de Prevenção e Controle do Câncer e do roteiro para melhorar a atenção ao câncer em crianças e adolescentes 2024-2030 que foi publicado boas práticas de cooperação Sul-Sul: Diagnóstico precoce de câncer infantil.

Do lado britânico, representantes do NHS e do Royal Marsden Hospital apresentaram pontuações sobre a transformação do serviço para câncer, inteligência artificial para detecção precoce do câncer e o programa do Reino Unido para a detecção de câncer de pulmão.

Ainda, em comemoração ao Dia Mundial de Doação de Sangue, o ORAS-CONHU junto com a OPAS e o Ministério de Saúde do Peru realizaram o webinar “Experiências em doação voluntária de sangue e organização dos serviços de sangue no sistema de saúde<sup>202</sup>”.

## **A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) cumpriu agenda nas temáticas de migração, dengue e controle sanitário<sup>203204205</sup>**

Nos dias 5 e 6 de junho de 2024, o SECOMISCA participou da primeira edição da Escola regional de formação para representantes do governo em comunicação, migração e luta contra

---

200 <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-comparte-la-vision-britanica-sobre-logros-y-desafios-para-la-prevencion-del-cancer-en>

201 <https://www.orasconhu.org/es/webinar-por-el-dia-mundial-del-donante-de-sangre>

202 Para assistir o webinar no youtube, acesse o link : <https://www.youtube.com/watch?v=7A6ZG0qodAk>

203 [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-primera-escuela-regional-de-formacion-para-personal-gubernamental-directivo-en-comunicacion-migracion-y-lucha-contra-el-trafico-ilicito-de-migrantes-en-el-marco-de-la-ocam-y-entidades-del-sica\\_1\\_134102.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-primera-escuela-regional-de-formacion-para-personal-gubernamental-directivo-en-comunicacion-migracion-y-lucha-contra-el-trafico-ilicito-de-migrantes-en-el-marco-de-la-ocam-y-entidades-del-sica_1_134102.html)

204 [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-entrenamiento-regional-gestion-clinica-de-dengue\\_1\\_134124.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-entrenamiento-regional-gestion-clinica-de-dengue_1_134124.html)

205 [https://www.sica.int/noticias/desarrollan-reunion-subregional-del-rsi-para-centroamerica-y-republica-dominicana-sobre-puntos-de-entrada-y-sanidad-transfronteriza\\_1\\_134093.html](https://www.sica.int/noticias/desarrollan-reunion-subregional-del-rsi-para-centroamerica-y-republica-dominicana-sobre-puntos-de-entrada-y-sanidad-transfronteriza_1_134093.html)

o tráfico ilícito de migrantes no marco da OCAM e outras entidades do Sistema de Integração da Centro-Americana (SICA), que foi realizado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Em dois dias representantes participaram de atividades como: oficina sobre ferramentas de jornalismo a serviço da migração, discussão sobre as principais tendências sobre tráfico ilícito de migrantes, os esforços atuais da comunicação para a prevenção do tráfico, estratégia de comunicação do SICA entre outras.

Sob o marco do Projeto de Saúde Global do Acordo Cooperativo com o CDC/EUA, o SECOMISCA realizou, no dia 06 de junho, um treinamento regional com o tema: “Gestão Clínica da Dengue”. O principal tema de debate: epidemiologia da dengue em nível mundial e regional, traçando um quadro explicativo sobre os tipos de dengue e seus efeitos no corpo humano.

O evento contou com cerca de 3200 participantes de diversos países da região da América Latina e contou com recomendações para que trabalhadores da saúde possam prevenir os riscos durante uma infecção.

Por fim, o SECOMISCA participou da Reunião Subregional do Regulamento Sanitário Internacional para América Central e República Dominicana sobre Ponto de Entrada e Saúde Transfronteiriça. Durante o encontro, os funcionários do SECOMISCA apresentaram o trabalho em Pontos de entrada oficial de países membros do SICA e os principais resultados obtidos em cada uma das atividades.

A reunião teve como objetivo desenvolver um plano de trabalho para América Central e República Dominicana para a criação, melhoria e manutenção das capacidades para a gestão de eventos de Saúde Pública em Portos Marítimos, Aeroportos e Pontos de Entrada Terrestre e a revisão dos mesmos.

#### **A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) discutiu institucionalização do Parlamaz e participou do 10º Fórum Mundial da Água<sup>206207</sup>**

O Parlamaz, após quase quatro anos reativado, realizou a VIII Reunião Extraordinária em Tarapoto, no Peru. A reunião contou com a participação de delegações de todos os países membros e de representantes das organizações ligadas a preservação e desenvolvimento da Amazônia.

Durante o evento, temas como institucionalização do colegiado do Parlamaz, redes de cooperação de Água, Florestas e Fogo entre outros assuntos. Sobre o Parlamaz, o senador Nelsinho Trad, presidente do Parlamento, ressaltou que “nosso Parlamaz pode ser um instrumento facilitador de decisões nos sistemas jurídicos internos; um foro de discussão sobre as questões relevantes na Amazônia; e um espaço de sinergias para a elaboração e implementação de políticas públicas em prol da Amazônia nos nossos países”. Além do senador, a diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin comemorou a ação dos parlamentares na busca por concretizar a institucionalização do Parlamaz.

---

<sup>206</sup><https://otca.org/pt/parlamaz-retorna-ao-peru-para-debater-institucionalizacao-e-desafios-da-cooperacao-amazonica/>

<sup>207</sup> <https://otca.org/pt/gestao-integrada-da-bacia-amazonica-e-destaque-em-eventos-do-10o-forum-mundial-da-agua/>

Por fim, a reunião também deu destaque a próxima Conferência das Partes sobre Biodiversidade, a COP13 e a COP 29 sobre Clima, sendo que apontaram esses eventos como oportunidades para avançar na agenda da bioeconomia e sustentabilidade da Amazônia.

Os programas da OTCA também ganharam destaque no 10º Fórum Mundial da Água com o tema “Água para a Paz e Prosperidade”. A diretora administrativa da secretaria Permanente da OTCA, Edith Paredes, apresentou, no âmbito das discussões sobre bacias, o projeto Bacia Amazônica – Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada da Bacia Amazônica, que é executado pela OTCA em parceria com o PNUMA e o Fundo Global para o Meio Ambiente. Em sua apresentação, Paredes deu foco ao tema de governança democrática e participativa e abordagem “da fonte ao mar”. Na discussão sobre gestão integrada das águas amazônica, a diretora destacou a importância da Rede Amazônica de Autoridades de Água, que tem como objetivo a cooperação e o apoio mútuo na gestão dos recursos hídricos.

Já no tema de governança da água, Paredes, sinalizou que o modelo de governança implementado busca um fortalecimento institucional em nível nacional e regional a fim de estabelecer uma governança eficiente e eficaz da água, da comunidade ao governo. Nesse sentido, a diretora deu destaque para as atividades realizadas pelo Módulo de Redes do Observatório Regional Amazônico (ORA) que pretende evitar as consequências dos fenômenos climáticos extremos, assim como a disseminação de doenças e poluição do ambiente fluvial.

Finalmente, Edith Paredes ainda participou de outras sessões, nas quais apresentou o PAE e a participação de diversos níveis da sociedade e do governo para garantir a sustentabilidade e democratização da gestão da água e discutiu as diretrizes orientadoras do Plano de Ação Transfronteiriço de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos para Amazônia, que está sendo desenvolvido pela OTCA em parceria com o BID com o objetivo de redução da pobreza e das desigualdades existentes.



## À procura de minerais críticos

### *In search of critical minerals*

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *The Korea-Africa Summit was held in Seoul under the slogan "The future we make together: shared growth, sustainability and solidarity," at a time when the Asian country is seeking stronger ties for access to minerals critical to its technology industry. Taking advantage of the Summit's space, Africa CDC organised and held meetings to promote partnerships for access to vaccines. The African Union, AfDB and IOM signed an agreement to strengthen diaspora investment in eight African countries. The 3rd Afro-Caribbean Trade and Investment Forum (ACTIF2024) was held to consolidate trade relations between the two regions. The World Bank approved funding to create resilient food systems in East and Southern Africa. To contribute to the global treaty on climate change, Africa needs external funding of 2.5 billion dollars by 2030.*

**Keywords:** *African Union. South Korea. Africa CDC. World Bank. Caribbean.*

**Resumo.** Cúpula Coreia-África realizada em Seul sob o lema "O futuro que fazemos juntos: crescimento partilhado, sustentabilidade e solidariedade," num momento em que o país asiático procura laços mais fortes para o acesso aos minerais críticos para a sua indústria tecnológica. Aproveitando-se do espaço dessa Cúpula, o CDC África organizou e realizou reuniões para promover parcerias para o acesso às vacinas. A União Africana, o BAD e a OIM assinam acordo para fortalecer investimentos da diáspora em oito países africanos. Realizou-se o 3º Fórum de Comércio e Investimento Afro-Caribenho (ACTIF2024) para consolidar relações comerciais entre as duas regiões. O Banco Mundial aprovou financiamento para criar sistemas alimentares resistentes na África Oriental e Austral. Para contribuir ao abrigo do tratado global sobre mudanças climáticas, África necessita de um financiamento externo de 2,5 bilhões de dólares até 2030.

**Palavras-chave:** União Africana. Coreia do Sul. CDC África. Banco Mundial. Caribe.

### **Cúpula Coreia-África: Declaração Conjunta**

Delegações de países africanos e de organizações internacionais afins, destacadas personalidades das comunidades empresariais coreanas e internacionais, do meio acadêmico, de grupos da sociedade civil, da imprensa, participaram da [Cúpula](#), realizada em Seul, de 4 a 5 de junho. O tema dessa Cúpula: "O futuro que fazemos juntos: crescimento partilhado, sustentabilidade e solidariedade."

A Declaração Conjunta tem quatro partes: crescimento partilhado, sustentabilidade, solidariedade e próximos passos. As três primeiras partes representam os pilares dessa Declaração.

**Imagem 1:** Cúpula inaugural Coreia-África 2024



Fonte: Ministry of Foreign Affairs, Korea, 2024.

A seguir a íntegra da [Declaração Conjunta](#):

1. Nós, os Chefes de Estado e de Governo e os Chefes de Delegação dos países africanos; o Presidente da República da Coreia; e os representantes da União Africana e das suas instituições e o representante do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), reunimo-nos na República da Coreia (a seguir designada "Coreia"), em 4 de junho de 2024, para a primeira Cimeira Coreia-África, subordinada ao tema "O futuro que fazemos juntos: Crescimento partilhado, sustentabilidade e solidariedade".
2. Registramos com grande apreço que as relações Coreia-África, que tiveram início na década de 1950 com a inestimável participação e apoio de alguns países africanos durante a Guerra da Coreia, evoluíram para uma relação mutuamente benéfica. Partilhamos a opinião de que é necessário forjar uma nova cooperação estratégica entre a Coreia e África, com base na singularidade da parceria entre as duas partes e assente na confiança mútua, na solidariedade e em experiências históricas semelhantes.
3. Perante as rápidas mudanças na cena internacional e a emergência de desafios complexos, incluindo as alterações climáticas, os conflitos, a insegurança alimentar, as crises sanitárias, as crises energéticas e as rupturas na cadeia de abastecimento, que vieram sublinhar a importância de aprofundar a cooperação e a solidariedade internacionais, congratulamo-nos vivamente com a realização oportuna da Cúpula Coreia-África.
4. A este respeito, ao mesmo tempo que registamos os pontos comuns e a complementaridade entre a visão da Coreia de servir como um "Estado *Pivot* Global" e a visão africana de uma África integrada, próspera e pacífica, tal como está consagrada na "Agenda 2063" da União Africana, estamos decididos a construir em conjunto um futuro baseado numa parceria forte e mutuamente benéfica, estruturada em torno de três pilares: crescimento partilhado, sustentabilidade e solidariedade.

*Crescimento partilhado*

5. Reconhecendo o dinamismo da Coreia e de África e o grande potencial de cooperação entre as duas partes, salientamos a importância dos esforços da Coreia para apoiar a industrialização de África e a necessidade de promover o comércio e o investimento mutuamente benéficos e de reforçar a parceria empresarial entre a Coreia e África. Neste contexto, sublinhamos a necessidade de reforçar os quadros institucionais para a cooperação económica, tais como os Acordos de Parceria Económica (EPA, *Economic Partnership Agreements*), os Quadros de Promoção do Comércio e do Investimento (TIPF, *Trade and Investment Promotion Frameworks*), os Acordos para Evitar a Dupla Tributação (DTAA, *Double Taxation Avoidance Agreements*) e os Acordos de Proteção do Investimento (IPA,

*Investment Protection Agreements*), e de facilitar o acesso mútuo dos produtos de cada uma das partes aos respectivos mercados.

6. A este respeito, reconhecemos o papel significativo de África no desenvolvimento económico global sustentável e saudamos os esforços para estabelecer um mercado único e realizar a integração económica regional através da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA, *African Continental Free Trade Area*). Neste contexto, a Coreia congratula-se igualmente com os esforços dos países africanos para a unificação do sistema de pagamentos, conhecido como Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação (PAPSS, *Pan-African Payment and Settlement System*). A Coreia, profundamente consciente da importância do comércio internacional, está disposta a partilhar os ensinamentos retirados da experiência adquirida com a conclusão de vários Acordos de Comércio Livre (FTA, *Free Trade Agreements*), em especial para ajudar a reforçar as capacidades das autoridades aduaneiras e a criar um sistema de gestão de origem único (OOMS, *One-stop Origin Management System*), no âmbito dos esforços para reforçar a cooperação económica com o continente africano a um nível mais elevado.
7. Além disso, partilhando a opinião de que a construção de infraestrutura de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resistentes é fundamental para aumentar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento, facilitar a industrialização e criar as bases para um ambiente favorável às exportações, manifestamos a necessidade de reforçar a cooperação na prossecução de projetos de infraestrutura de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resistentes em África que tenham um impacto económico substancial, tais como estradas, caminhos-de-ferro, pontes, portos, aeroportos, barragens, instalações de dessalinização da água do mar e sistemas de gestão da eletricidade e da água. A este respeito, tendo em conta o papel desempenhado pelas empresas coreanas na construção de infraestrutura sustentáveis em África, salientamos a nossa vontade de reforçar a colaboração em domínios de infraestrutura inteligentes, como as cidades inteligentes e os sistemas de transporte inteligentes, em que a Coreia tem um elevado nível de competitividade.
8. Reconhecemos que o fortalecimento da ciência e da tecnologia digitais constitui um meio importante para o avanço da cooperação económica e melhora significativamente a produtividade da sociedade e da economia em geral. Salientamos a necessidade de integrar as tecnologias digitais em vários sectores de cooperação, incluindo a agricultura e os cuidados de saúde. Reconhecemos e valorizamos os esforços de África para implementar programas de ciência e tecnologia para as jovens gerações em África. A este respeito, a fim de contribuir conjuntamente para o desenvolvimento económico e social sustentável dos países africanos, estamos empenhados em envidar esforços para partilhar os conhecimentos especializados da Coreia nos domínios da administração digital, incluindo o sistema de desalfandegamento eletrónico das alfândegas (UNI-PASS, *Customs e-Clearance system*), o sistema de compras electrónicas em linha da Coreia (KONEPS, *Korea ON-line E-Procurement system*) e o serviço de informação estatística da Coreia (KOSIS, *Korean Statistical Information Service*).
9. Reconhecemos que a educação e o desenvolvimento dos recursos humanos constituíram a base do desenvolvimento da Coreia e que, para que a África - onde 60% da população tem menos de 25 anos - possa tirar o máximo partido do dividendo demográfico, é essencial cultivar recursos humanos talentosos através da educação e da formação, em especial nos domínios da ciência e tecnologia. A este respeito, saudamos a "Iniciativa *Tech4Africa*" da Coreia, que visa reforçar as capacidades digitais dos jovens em África. Salientamos a necessidade de aumentar o investimento na educação e na formação profissional com base em competências e tecnologias digitais, bem como no desenvolvimento do empreendedorismo jovem orientado para a tecnologia. Além disso, congratulamo-nos com a adoção da educação como tema do ano 2024 pela União Africana e manifestamos a nossa vontade de cooperar a este respeito. Manifestamos o nosso desejo de expandir a infraestrutura de educação e pesquisa, incluindo a oferta de programas de alta qualidade em ciência e tecnologia, a criação de escolas de ensino e formação técnica e profissional (TVET, *Technical and Vocational Education and Training*) e a expansão de programas de bolsas de estudo, como a Bolsa de Estudo Global da Coreia (GKS, *Global Korea Scholarship*). Estas iniciativas contribuirão para a formação de gerações futuras capazes, que são a força motriz para o desenvolvimento do continente africano.
10. Reiteramos a necessidade de acelerar a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas, dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 da União Africana, e salientamos ainda a importância da cooperação com a Comissão da União Africana e a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) para fazer avançar o desenvolvimento sustentável de África.

### *Sustentabilidade*

11. Sublinhamos a importância de fortalecer a sustentabilidade para enfrentar os desafios globais, incluindo as mudanças climáticas, a insegurança alimentar, as crises sanitárias, as crises energéticas e as perturbações da cadeia de abastecimento. Reconhecemos o impacto desproporcionado que estas crises têm em África e manifestamos a nossa vontade de fazer avançar a cooperação para a promoção da sustentabilidade. Partilhamos a opinião de que é importante reforçar uma abordagem integrada centrada nonexo entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz (HDP Nexus, *Humanitarian-Development-Peace Nexus*) para fazer face à natureza multifacetada dos atuais desafios globais, respeitando simultaneamente a apropriação nacional. Destacamos igualmente a importância do êxito da 21.ª reconstituição da IDA e congratulamo-nos com a realização da reunião final da IDA21 na Coreia.
12. Reconhecendo que as mudanças climáticas representam uma ameaça existencial para a humanidade, exigindo uma ação urgente e coletiva para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, partilhamos uma visão comum sobre a aceleração de esforços cooperativos e orientados para a ação em matéria de atenuação e adaptação. A este respeito, salientamos a necessidade de promover energias inovadoras, sustentáveis e limpas para diversificar as fontes de energia e de utilizar o n.º 2 do artigo 6.º do Acordo de Paris para catalisar o investimento em África. Registrando a gravidade dos problemas resultantes das mudanças climáticas, como a deflorestação, a degradação dos solos, a subida do nível do mar, os fenómenos meteorológicos extremos e a perda de biodiversidade na região, manifestamos a nossa vontade de alargar a cooperação no domínio da conservação dos solos e das florestas, da gestão sustentável dos solos, da conservação marinha, das estratégias de atenuação e adaptação e da preservação da biodiversidade. Registamos igualmente que a garantia de acesso à energia limpa para cozinhar tem potencial para reduzir a deflorestação e melhorar a saúde, em especial das mulheres e raparigas. Reconhecendo que a África, apesar da sua contribuição negligenciável para as emissões globais de gases com efeito de estufa, continua a ser um dos continentes mais vulneráveis aos seus impactos, manifestamos o nosso desejo de trabalhar em conjunto para reforçar a cooperação internacional a fim de criar uma arquitetura de financiamento do clima que responda às necessidades de África.
13. Manifestamos o nosso desejo de fazer avançar a cooperação no domínio da segurança alimentar e da agricultura sustentável, promovendo a aplicação de tecnologias agrícolas avançadas para a adaptação às mudanças climáticas, expandindo as instalações de irrigação para melhorar o acesso à água, salvaguardando os conhecimentos tradicionais em matéria de irrigação e distribuição de água e partilhando conhecimentos sobre agricultura inteligente e agro-transformação. Os líderes africanos apreciam o apoio da Coreia no reforço da autossuficiência alimentar de África e da sua capacidade de resposta às mudanças climáticas através de projetos de ODA (*Official Development Assistance*) ecológica e de ODA agrícola que incorporam a experiência e o saber-fazer únicos da Coreia.
14. Recordando que a Coreia e a África desenvolveram uma forte resiliência através de uma resposta unificada face à pandemia de Covid-19, manifestamos a nossa vontade de reforçar a cooperação para melhorar o acesso aos serviços básicos de saúde, como a vacinação e a saúde materna e infantil. Sublinhamos igualmente a necessidade de reforçar a cooperação para uma resposta coletiva às crises sanitárias mundiais, com destaque para o reforço da vigilância das doenças, a criação de infraestrutura de atenção básica, o desenvolvimento de capacidades em matéria de recursos humanos, o reforço das capacidades de fabrico de medicamentos essenciais e de material médico, a promoção da segurança dos produtos médicos e a criação de sistemas laboratoriais de saúde pública.
15. Além disso, face à instabilidade das cadeias de abastecimento globais, salientamos a importância crescente dos recursos minerais necessários para o desenvolvimento de futuras indústrias, tais como veículos eléctricos, baterias e energias renováveis. Reconhecendo a liderança da Coreia em indústrias avançadas e a importância de África como uma região globalmente significativa em termos de reservas minerais críticas, salientamos a necessidade de expandir a cooperação mutuamente benéfica e a partilha de conhecimentos, incluindo a nível minilateral, para promover o desenvolvimento de indústrias relacionadas com minerais críticos. Neste contexto, concordamos em lançar o Diálogo Coreia-África sobre Minerais Críticos durante esta Cúpula, que servirá como uma importante base institucional para reforçar a cooperação entre a Coreia e África. Além disso, partilhamos uma visão comum sobre a melhoria dos esforços de cooperação para garantir o fornecimento estável de minerais críticos e promover a colaboração tecnológica relacionada com os minerais críticos em termos mutuamente acordados. Reconhecemos ainda a importância de

identificar oportunidades para as empresas coreanas investirem em África e acrescentarem valor ao desenvolvimento de recursos minerais críticos, de modo a que a colaboração possa contribuir para criar oportunidades de emprego e revitalizar as economias locais.

#### *Solidariedade*

16. Reafirmando que a construção de uma paz e estabilidade sustentáveis é essencial para a concretização da visão da União Africana de uma África integrada, próspera e pacífica, salientamos a importância da cooperação entre as duas partes para alcançar este objetivo.
17. Os líderes africanos registam a contribuição da Coreia para os domínios da paz e da segurança em África, incluindo as contribuições financeiras para as atividades de paz e segurança da União Africana, o envio de pessoal de manutenção da paz da ONU e a participação nas atividades antipirataria da comunidade internacional em África. Manifestamos a nossa vontade de reforçar e expandir ainda mais os projetos de cooperação nos domínios da defesa, da indústria da defesa e da segurança pública entre a Coreia e África. Reafirmamos a importância de envidar mais esforços para reforçar a Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA, *African Peace and Security Architecture*), através do apoio ao destacamento de Operações de Apoio à Paz (PSO, *Peace Support Operations*) e atividades do Centro da União Africana para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (AUC-PCRD, *African Union Center for Post-Conflict Reconstruction and Development*).
18. Salientamos a necessidade de apoiar os esforços de luta contra o terrorismo, bem como de prevenir e combater o extremismo violento conducente ao terrorismo, como pré-requisitos essenciais para a paz e a segurança em África. Manifestamos a nossa vontade de prosseguir os esforços de prestação de assistência humanitária às populações necessitadas.
19. Manifestamos a nossa profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica que se vive na Faixa de Gaza e apelamos à plena aplicação da Resolução 2728 (2024) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, exigindo um cessar-fogo imediato respeitado por todas as partes e garantindo o acesso da ajuda humanitária para fazer face às necessidades médicas e outras necessidades humanitárias, e exigindo ainda que as partes cumpram as obrigações que lhes incumbem por força do direito internacional.
20. A Coreia manifesta a sua vontade de continuar a esforçar-se por cooperar estreitamente com os países africanos, nomeadamente com o A3, se for caso disso, durante o seu mandato de 2024-25 como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Coreia felicita os países africanos pela adesão da União Africana ao G20 e manifesta a sua vontade de cooperar no âmbito do G20.
21. Reafirmando o nosso empenhamento na plena aplicação de todas as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, salientamos a importância dos esforços da comunidade internacional para alcançar uma desnuclearização completa, verificável e irreversível da Península da Coreia.
22. Manifestamos a nossa vontade de envidar esforços para reforçar os intercâmbios interpessoais, partilhando a opinião de que os intercâmbios ativos entre as duas partes contribuem para aumentar a compreensão mútua e reforçar a solidariedade, criando assim uma atmosfera positiva para a cooperação em todos os domínios. Para o efeito, partilhamos a opinião de que é necessário promover intercâmbios de alto nível em todos os domínios, nomeadamente entre funcionários governamentais, líderes empresariais, representantes da sociedade civil e parlamentares, bem como intercâmbios em domínios como a cultura, as artes, o desporto e o turismo. Além disso, salientamos a necessidade de melhorar a conectividade aérea mútua e de alargar os intercâmbios entre as administrações locais, as universidades e os institutos de pesquisa das duas partes. Estes esforços visam criar oportunidades de emprego para as populações jovens e estabelecer uma base para a promoção de peritos que impulsionem futuras interações e sinergias entre a Coreia e África. Tanto a Coreia como a África devem trabalhar em conjunto para alcançar objetivos comuns com base num diálogo respeitoso.

#### *Próximos passos*

23. Para facilitar a cooperação debatida nesta Cúpula, a Coreia continuará a expandir a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 10 bilhões de dólares americanos até 2030, como catalisador de projetos de cooperação com África, nomeadamente através da expansão do Acordo-Quadro (EDCF Framework Arrangement, F/A) e de subvenções. Além disso, até 2030, serão concedidos cerca de 14 bilhões de

- dólares americanos de financiamento das exportações às empresas coreanas, a fim de incentivar as suas atividades em África, estimulando assim o comércio e o investimento em África.
24. Salientamos a importância de rever e apoiar regularmente a implementação de os compromissos assumidos nesta cimeira e, para o efeito, sublinhamos a necessidade de reforçar as atividades da Conferência de Cooperação Económica Coreia-África (KOAFEC, *Korea-Africa Economic Cooperation*) e da Reunião de Ministros da Agricultura Coreia-África e de criar novos órgãos consultivos de alto nível, como a Reunião de Comissários das Alfândegas e a Reunião de Responsáveis pelas Estatísticas.
  25. Reconhecendo a importância de implementar os resultados desta Cúpula, encarregamos a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros em 2026 de avaliar exaustivamente os resultados desta Cúpula e de debater o caminho a seguir, incluindo a exploração da possibilidade de realizar a próxima Cúpula.

### **CDC África na Cúpula Coreia-África**

O CDC África, o Instituto Internacional de Vacinas (IVI, *International Vaccine Institute*) e a Agência Coreana de Controlo e Prevenção de Doenças ([KDCA](#), *Korea Disease Control and Prevention Agency*) organizaram um evento à margem da [Cúpula Coreia-África](#), reunindo funcionários governamentais, especialistas em saúde pública e líderes da indústria para promover parcerias com o objetivo comum de melhorar o acesso às vacinas e a segurança sanitária em África.

Inspirado pelo tema da Cimeira, "O futuro que fazemos juntos: Crescimento Partilhado, Sustentabilidade e Solidariedade", o evento paralelo explorou as oportunidades para as parcerias público-privadas da Coreia do Sul para concretizar a ambição da União Africana de fabricar 60% das necessidades de vacinas do continente até 2040.

As apresentações de cada uma das organizações anfitriãs, bem como uma série de histórias de casos de boas práticas do ponto de vista dos financiadores da saúde mundial, dos fabricantes de vacinas, das agências governamentais e intergovernamentais e do meio académico, nomeadamente a [Fundação RIGHT](#), a [Biovac](#), a [EuBiologics](#), a [IVI](#), o CDC África e o [Instituto Avançado de Ciência e Tecnologia do Quênia](#), sublinharam a importância da cooperação multilateral e multissetorial para atingir esta meta e outros objetivos de desenvolvimento africanos.

O evento paralelo "As parcerias Coreia-África no domínio da saúde: melhorar o acesso às vacinas e a segurança sanitária em África" teve lugar no dia 4 de junho, em Seul. Veja [aqui](#) agenda completa desse evento.

O Dr. Jerome Kim, Diretor-Geral do IVI, afirmou: "Com a sua sede na Coreia, um novo Gabinete Regional para África sediado no Ruanda, o Gabinete do Projeto AVEC (Advancing Vaccine End-to-end Capabilities in Africa) no Quênia e uma longa história de trabalho em estreita colaboração com agências governamentais, grupos de investigação, instituições académicas e entidades comerciais em África, o IVI tem o prazer de ajudar a facilitar e a criar parcerias coreanas-africanas no domínio da saúde para promover o acesso às vacinas em África. Um princípio fundamental da abordagem do IVI para a saúde global sustentável é a construção de parcerias e capacidades orientadas para o impacto em todo o ecossistema de P&D de vacinas, e estamos felizes em colaborar com o Africa CDC e o KDCA para realizar nossos objetivos comuns."

Por sua vez, o Dr. Youngmee Jee, Comissário da KDCA, declarou: "A Agência Coreana de Controlo e Prevenção das Doenças (KDCA) formulou o Plano Nacional de Preparação e Resposta a Pandemias para assegurar a disponibilidade imediata de contramedidas médicas vitais,

incluindo vacinas e terapêuticas, no prazo de 100 a 200 dias, a fim de se preparar eficazmente para futuras pandemias. Além disso, a KDCA estabelecerá fortes colaborações com o IVI e o CDC de África para desenvolver com êxito vacinas contra doenças infecciosas emergentes e estabelecer firmemente a Coreia como líder mundial em matéria de segurança sanitária."

E o Dr. Raji Tajudeen, Diretor-Geral Adjunto do CDC África, concluiu: "A Nova Ordem de Saúde Pública do CDC África apela a parcerias respeitadas e orientadas para a ação; a nossa colaboração com o IVI e o KDCA é um exemplo importante de uma parceria bem-sucedida que visa dar as mãos à iniciativa do continente para alcançar a autossuficiência no que diz respeito a vacinas e outros produtos de saúde." Afirmou ainda: "O continente espera poder tirar partido dos avanços tecnológicos da Coreia para reforçar os sistemas de saúde africanos através do acesso equitativo a vacinas que salvam vidas fabricadas localmente."

No contexto da Cúpula Coreia-África mais alargada, os participantes no evento paralelo reconheceram uma oportunidade valiosa para alavancar os crescentes laços económicos e políticos entre a Coreia e os países africanos e avançar com parcerias e projetos na área da saúde através do intercâmbio de boas práticas, assistência técnica, incluindo assistência ao desenvolvimento, transferências de tecnologia e reforço de capacidades.

### **Primeira Cúpula Coreia-África centrou-se em minerais críticos**

A Coreia do Sul e os líderes africanos concordaram em lançar um "diálogo sobre minerais críticos" com o objetivo de "dar o exemplo de uma cadeia de abastecimento estável".

A cimeira inaugural Coreia-África teve lugar em Seul, numa altura em que o país asiático procura desenvolver laços mais fortes com um continente cada vez mais visto como vital para o acesso aos minerais críticos de que depende a indústria tecnológica sul-coreana.

Na cimeira, que contou com a presença de pelo menos 30 Chefes de Estado africanos, foram assinados vários acordos importantes.

A Coreia do Sul comprometeu-se a doar 10 bilhões de dólares a África em ajuda externa até 2030 e a conceder mais 14 bilhões de dólares em créditos à exportação a empresas coreanas que pretendam entrar nos mercados africanos. Seul também assinou um acordo de empréstimo em condições favoráveis de 2,5 bilhões de dólares com a Tanzânia, sendo o fundo utilizado para financiar melhorias significativas nas infraestruturas de saúde em Zanzibar. Um acordo semelhante de um bilhão de dólares foi assinado com a Etiópia para financiar o desenvolvimento de infraestrutura, ciência e tecnologia, saúde e desenvolvimento urbano.

A cimeira centrou-se nos minerais críticos, com a Coreia do Sul e os líderes africanos a concordarem em lançar um "diálogo sobre minerais críticos". O Presidente Yoon Suk Yeol afirmou que o diálogo teria como objetivo "dar o exemplo de uma cadeia de abastecimento estável através de uma cooperação mutuamente benéfica e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos recursos minerais em todo o mundo".

Seul voltou-se para África em busca de recursos como a [grafite](#), que é essencial para a produção de baterias e outros produtos electrónicos, sobretudo porque a vizinha China reforçou os controlos das exportações destes minerais essenciais.

Emilia Columbo, membro não residente sénior do Programa para África do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington DC, considerou que a Cúpula é "indicativa de uma elevação do alcance da Coreia do Sul no continente, uma prática que os parceiros mais



tradicionais de África, como os EUA, a França, a China e a Rússia, há muito abraçaram e que tem o potencial de construir relações ao mais alto nível do governo".

"A política da Coreia do Sul em relação a África tem sido historicamente orientada pela necessidade de influência política, acesso a recursos e promoção de *soft power*", explica Emilia Columbo. "A proeminência dos minerais críticos durante esta Cúpula, por exemplo, combinada com a ênfase no aumento do investimento empresarial coreano no continente, sugere que as questões económicas, de recursos e de *soft power* são motivações importantes para esta atenção crescente."

Matthew Minsoo Kim, pesquisador das relações entre a Coreia e a África, baseado em Seul, diz à [African Business](#) que "temos visto empresas sul-coreanas a investir ativamente em países africanos como o Egito e o Gana - e a Cúpula Coreia-África é mais um bom passo nesta direção".

No entanto, tanto Kim como Columbo acreditam que é necessário mais trabalho se ambas as partes quiserem aproveitar as potenciais oportunidades económicas associadas ao aprofundamento dos laços. Kim diz que "cúpulas como esta deveriam ser realizadas com mais frequência - não apenas a nível nacional; deveria haver mais interação a nível académico e empresarial também".

Columbo observa igualmente que "o acompanhamento e a consistência serão fundamentais". "Cimeiras como estas não são invulgares, mas os resultados são, por vezes, desiguais", disse ao [African Business](#).

"Cumprir os compromissos assumidos, reforçar os progressos realizados durante a cúpula com visitas bilaterais e manter este elevado nível de envolvimento será fundamental para mostrar aos líderes africanos a profundidade do empenho coreano em reforçar as relações do país com o continente."

À semelhança de outras cúpulas, o [encontro Coreia-África](#) "é um ato de *soft power*" em que o país anfitrião procura alargar a sua influência num continente hoje reconhecido pelas potencialidades de investimento e pela abundância de riquezas minerais, explica Prof. Álvaro Nóbrega, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa. Se até agora a presença sul-coreana em África era discreta, com destaque para a África do Sul, a Cúpula "marca uma afirmação da Coreia do Sul e da sua política africana".

A Coreia do Sul visa, nomeadamente, recursos minerais como o cobalto, a platina ou o lítio que são essenciais para setores tecnológicos de ponta, desde o fabrico de veículos eléctricos, à indústria da Defesa. Tanto é que o Presidente sul-coreano admitiu, em entrevista à AFP, que a Coreia do Sul "é uma potência industrial de alta tecnologia, mas depende fortemente das importações no que toca a 95% das suas necessidades em minerais". Nesse sentido, Álvaro Nóbrega aponta que o primeiro objetivo da Cúpula de Seul é "garantir o aprovisionamento de matérias minerais que são essenciais para a economia sul-coreana e para a transição para a chamada economia verde".

Álvaro Nóbrega elenca um segundo objetivo da Cúpula Coreia/África que "é retirar apoios ao vizinho do lado, à Coreia do Norte, que contou tradicionalmente com uma boa ligação com alguns países africanos, especialmente durante o período da Guerra Fria e no tempo que se seguiu e que tem vindo de alguma maneira perder essa ligação".



O encontro juntou Chefes de Estado e de Governo de 48 países africanos, nomeadamente os Presidentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Angola foi representada pelo Secretário de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, participa no fórum de negócios Coreia-África e, à margem da cimeira, tem um encontro bilateral com o seu homólogo Yoon Suk Yeol, assim como com executivos de empresas sul-coreanas. Moçambique tem já um investimento sul-coreano da empresa Kogas, que detém 10% no consórcio de pesquisa de gás natural da Área 4 do Rovuma. A *Samsung Heavy Industry* anunciou, esta segunda-feira, que prevê arrancar com a construção da segunda plataforma flutuante para a extração de gás natural liquefeito no terceiro trimestre deste ano, depois de já ter instalado uma primeira infraestrutura. Mas até que ponto a segurança em Cabo Delgado permite estes investimentos, quando a francesa Total Energies suspendeu as operações de construção da unidade de processamento de GNL em Cabo Delgado e ainda não retomou os trabalhos?

Para Álvaro Nóbrega, os investimentos sul-coreanos mostram que “há uma vontade, uma aposta nesse sector” e que “a questão da segurança vem sendo trabalhada”, nomeadamente graças à presença do Ruanda que indica uma “tentativa de criar alguma estabilidade nessa zona”. “É uma forma de energia muito relevante que interessa a um conjunto de países e é de esperar que o processo continue”, acrescenta. Da mesma forma, a indústria petrolífera de Angola também atrai a Coreia do Sul que oferece tecnologia no âmbito da construção naval e da construção das próprias plataformas.

Ainda na Cúpula, o Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, integrou um painel sobre “Expansão do Comércio e Criação de Emprego” e tem marcado um encontro com o Chefe de Estado sul-coreano. Na véspera do evento, Cabo Verde e a Coreia do Sul assinaram um Memorando de Entendimento para promover ações de cooperação nas áreas da economia, comércio, cultura, ciência e educação.

Para terminar, outro aspecto realçado por Álvaro Nóbrega é a questão de Seul mostrar que não se quer imiscuir nos assuntos internos dos outros países: “As áreas que são classificadas como prioritárias da cooperação com África são sete e nestas a questão da política interna nunca é referida. É um aspecto interessante destas relações porque não tem o chamado condicionalismo político, ou seja, não é sensível à questão do sistema político. Se é democrático ou se não é democrático não entra nessa equação.”

### **BAD e parceiros apoiam investimento da diáspora em oito países africanos**

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão da União Africana (CUA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) assinaram um acordo de 4,8 milhões de euros para reforçar [investimento da diáspora](#) em oito países africanos.

O acordo de protocolo em subvenções foi assinado para reforçar o investimento, o capital humano e o envolvimento filantrópico da diáspora na Gâmbia, Libéria, Madagáscar, Mali, Somália, Sudão do Sul, Togo e Zimbabué.

Assinado em Adis Abeba, na Etiópia, este acordo tripartido apoiará o projeto “Simplificar o envolvimento da diáspora para catalisar o investimento privado e o empreendedorismo para uma maior resiliência”.

“A assinatura do acordo de subvenção do projeto é um passo importante para alavancar o envolvimento da diáspora, a fim de catalisar investimentos privados e o empreendedorismo, para aumentar a resiliência das populações, incluindo mulheres, jovens e habitantes das zonas rurais”, disse o Diretor-Geral Adjunto do Banco Africano de Desenvolvimento para a África Oriental.

Para Abdul Kamara, esta intervenção ajudará a estimular investimentos que apoiem os grupos mais vulneráveis nos países beneficiários, incluindo "as populações deslocadas à força e as comunidades de acolhimento".

Segundo Betty Mupenda Wangozi, Diretora interina da Organização dos Cidadãos e da Diáspora da Comissão da União Africana, "o projeto fará avançar grandemente a Agenda 2063 da UA nos países beneficiários".

Já para Mariama Cisse Mohamed, Diretora do Gabinete de Ligação Especial da OIM em Adis Abeba, o projeto está em conformidade com o mandato da sua organização de promover o desenvolvimento socioeconómico através da migração, prestando simultaneamente assistência humanitária aos migrantes necessitados, incluindo refugiados e populações deslocadas internamente.

“Como tal, este acordo constitui um trampolim para intervenções mais abrangentes previstas em todo o continente africano com base em iniciativas existentes e escaláveis sobre o envolvimento da diáspora para o desenvolvimento do setor privado”, frisou.

Para além dos Governos dos oito países-alvo, espera-se que o projeto tenha 10.000 beneficiários diretos e 40.000 beneficiários indiretos em comunidades afetadas por conflitos, mudanças climáticas e outras catástrofes humanitárias e ambientais.

O Banco Africano de Desenvolvimento aprovou o projeto em julho de 2023. A Organização Internacional para as Migrações desenvolverá o projeto ao longo de três anos, com supervisão estratégica, orientação e aconselhamento da Comissão da União Africana.

Estima-se que 160 milhões de africanos estejam na diáspora. Os quase 89 bilhões de euros que remeteram para o continente em 2021 excederam em muito os 32,4 bilhões de euros em ajuda pública ao desenvolvimento que fluíram para África no mesmo ano.

### **Fórum de promoção de comércio e investimento afro-caribenho**

Mais de 3 mil delegados, incluindo Chefes de Estado de África e Caraíbas, participaram, em Nassau, nas Bahamas, no 3.º Fórum de Comércio e Investimento Afro-Caribenho ([ACTIF2024](#)), para consolidar relações comerciais entre as duas regiões.

O evento coincidiu com as Reuniões Anuais do Banco Africano de Exportação e Importação (Afreximbank), instituição financeira multilateral criada sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e financiador dos Governos africanos e empresas privadas no apoio ao comércio interafricano.

As Reuniões Anuais do Afreximbank (AAM, na sigla em inglês) e o ACTIF, que se realizaram sob o tema "Donos do Nosso Destino: Prosperidade Económica na Plataforma da África Global", tiveram painéis de debate centrados na definição de soluções para os desafios que afetam as economias da África e do Caribe.

Os participantes ainda debateram o enquadramento político necessário para promover o crescimento, o desenvolvimento e a prosperidade em África e no Caribe e a forma de acelerar o comércio intra-africano e os fluxos de investimento, incluindo com a diáspora.

A organização anunciou concluir mais de 25 acordos de investimento no que foi um primeiro passo para a criação de um Acordo de Comércio Livre Afro-Caribenho.

Recorde-se, o Afreximbank é uma instituição financeira multilateral pan-africana dedicada ao financiamento e à promoção do comércio intra e extra-africano. A instituição lançou em 2023, na reunião anual realizada em Acra, Gana, o Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação (APSS, *African Payment Settlement System*), que foi adotado pela União Africana (UA) como a plataforma de pagamento e liquidação para apoiar a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês).

Segundo o Afreximbank, a grande maioria do comércio intra-regional de África é feito através de conversões para o dólar e iniciativas como o PAPSS e a AfCFTA criariam a maior zona de comércio livre do mundo em termos de área, sendo objetivo, além de incrementar o comércio intra-africano, reduzir as barreiras, incluindo a necessidade de intermediários, como o dólar americano.

O acordo de livre comércio em África, aprovado em 2019, entrou em vigor no princípio de 2021 e abrange um mercado com mais de 1.3 bilhões de consumidores, que beneficiarão da forte redução das tarifas alfandegárias e das exportações mais livres na região, contando já com 46 dos 54 países africanos que ratificaram o documento que criou a AfCFTA.

Relativamente às anteriores edições do ACTIF, a primeira decorreu em Bridgetown, Barbados, em setembro de 2022, e a segunda em Georgetown, Guiana, em outubro de 2023.

Participaram cinco Presidentes e quatro Primeiros-Ministros de países da União Africana e da Comunidade Caribenha (CARICOM), além de ministros, governadores de bancos centrais, empresários e docentes universitários.

### **Banco Mundial financia sistemas alimentares resistentes**

O Banco Mundial aprovou recentemente 2,3 bilhões de dólares para criar sistemas alimentares resistentes na África Oriental e Austral, afirmou a comissária da União Africana, a angolana Josefa Correia Sacko.

A [diplomata angolana](#), que intervinha num evento paralelo no fórum sobre “Aceleração do acesso ao financiamento verde e climático para África: parceria pioneira Coreia-África, anunciou a existência de um fundo de 1,5 bilhões de dólares junto do Banco Africano de Desenvolvimento para a produção de alimentos de emergência para as próximas quatro épocas de plantio.

“O corno de África enfrenta uma crise de fome profundamente alarmante, uma situação não vista há pelo menos 40 anos, em resultado das mudanças climáticas. O Sahel enfrenta a sua pior crise alimentar dos últimos 10 anos, com mais de 27 milhões de pessoas a sofrer de fome”, sustentou.

Disse, entretanto, que são necessárias ações rápidas e decisivas para melhorar a situação de abordagem dos principais desafios sistémicos, para garantir segurança alimentar e nutricional no continente.

Para Sacko, o continente deve tirar partido dos 60% das terras agrícolas não cultivadas, da população jovem, do vasto território oceânico, com 38 Estados costeiros, e do recém-criado Acordo de Comércio Livre Continental Africano para reformar a agricultura e alimentar os 2,4 bilhões de pessoas de África até 2050.

#### *Programa da agricultura para 10 anos*

Neste aspecto, a comissária da União Africana disse que está sendo desenhado um programa de desenvolvimento agrícola para os próximos 10 anos, com vista a criar a autossuficiência pós-Malabo e assegurar os esforços de utilização dos recursos próprios do continente e salvaguardar a sua integridade e soberania.

Esse programa, disse, vai incorporar mecanismos progressivos de acompanhamento sistemático do progresso em relação aos objetivos estabelecidos, bem como realizar sessões regulares de responsabilização mútua.

“A experiência demonstrou que os países com organismos paraestatais dedicados tendem a ter um melhor desempenho nos indicadores de transformação da agricultura”, venceu.

Após duas décadas de implementação, Maputo (2003) e Malabo (2014), o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano ([CAADP](#)) fez enormes progressos em termos de crescimento económico, melhoria dos indicadores de diminuição da pobreza, resultados nutricionais, expansão do comércio agrícola e aumento do investimento público na agricultura.

Josefa Sacko admitiu que apesar destes progressos, ainda subsistem desafios imensos, na medida em que as sucessivas revisões bienais iniciadas em 2017 mostram que os progressos significativos registados nas últimas duas décadas, as ambições e as aspirações do continente no âmbito das agendas de Maputo e Malabo não foram concretizadas.

Disse que os referidos desafios foram exacerbados pelas mudanças climáticas, tensões e conflitos geopolíticos, pandemias de doenças e recessões económicas.

“Espera-se que este programa possa desencadear um novo impulso para a transformação dos sistemas agroalimentares em África, criando os mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis”, defendeu a comissária da União Africana, cujo segundo mandato termina em março de 2025.

#### *Tratado de Paris da ONU*

África necessita de um financiamento externo de 2,5 bilhões de dólares entre 2020 e 2030, para implementar as contribuições determinadas ao abrigo do tratado global do Acordo de Paris da ONU sobre mudanças climáticas, afirmou, em Gyeonggi-do, Coreia do Sul, a comissária da União Africana, Josefa Correia Sacko.

A [diplomata](#), que interveio no Fórum de alto nível sobre a Aceleração do Acesso ao Financiamento Verde e Climático para África: Parceria pioneira Coreia-África, disse que os fluxos atuais estão muito aquém dos 12 por cento já disponíveis.

Josefa Sacko avançou que África contribui anualmente com menos de 4% das emissões globais de gases com efeito de estufa e, no entanto, é a região mais vulnerável e com impactos desastrosos das alterações climáticas.

“Sendo responsável por 9 dos 10 países mais vulneráveis às alterações climáticas a nível mundial, a vulnerabilidade resulta de vários fatores, tais como a elevada dependência da

agricultura de sequeiro, o acesso desigual aos recursos financeiros, fraca capacidade de adaptação, entre outros”, reforçou.

Acrescentou que o êxito na consecução de objetivos ambiciosos de redução das emissões depende, no entanto, da disponibilidade de financiamento climático ou verde significativo, cujos níveis atuais são extremamente inadequados a uma transição justa em África.

Para colmatar tal desiderato, prosseguiu, o continente precisa de ter acesso a recursos financeiros e técnicos sustentados, provenientes de fontes públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo alternativas inovadoras.

Para ilustrar o quadro de financiamento atual do continente, a comissária referiu que África recebe apenas 12% do que precisa, cujas necessidades podem atingir cerca de 250 bilhões de dólares por ano, para ajudar os países africanos a adotarem tecnologias mais ecológicas e a adaptarem-se aos efeitos das mudanças climáticas para atingir o objetivo de zero emissões líquidas até 2050.

Sublinhou que tendo em conta os desafios ambientais prementes, a União Africana tem estado empenhada em impulsionar a transição ecológica do continente, promovendo o bem-estar ambiental, social e económico interligados.

Alinhados a estes objetivos estão os vários planos emblemáticos, tais como a estratégia da UA para as alterações climáticas e o desenvolvimento resiliente e o Plano de Ação para a Recuperação Verde da União Africana (AU GRAP, [African Union Green Recovery Action Plan](#)).

Ela fez saber que a Comissão da União Africana está atualmente trabalhando com parceiros regionais e globais para implementar os planos ambiciosos através da mobilização de financiamento climático, entre outras ações.

Exemplificou que a Comissão da União Africana, em colaboração com o [Global Green Institute](#), [Africa Capacity Building Foundation](#) e o governo do Canadá, deu início à primeira fase de implementação da primeira etapa do plano de ação com o envolvimento da Costa do Marfim, Etiópia, Lesoto, Namíbia, Rwanda, Senegal e Zâmbia e de três comunidades Económicas Regionais (Comunidade da África Oriental, Mercado Comum da África Oriental e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

## Europa à direita III

### *Europe on the right III*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *In Europe, as expected, ultraconservative forces grew in the European Parliament. Contrary to expectations, this was not significant growth. In any case, immediate impacts were felt in the European bloc, such as the dissolution of the French parliament and the resignation of the Belgian president. In the coming weeks, the coalitions will be defined, as well as the presidency of the European Council.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; European Parliament; Far right;*

**Resumo.** Na Europa, como esperado, as forças ultraconservadoras cresceram no Parlamento Europeu. Diferente do esperado, não se tratou de um crescimento expressivo. De qualquer modo, impactos imediatos foram sentidos no bloco europeu, como a dissolução do parlamento francês e a renúncia do presidente belga. Nas próximas semanas, as coligações serão definidas, bem como a presidência do Conselho Europeu.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Parlamento Europeu; Extrema-direita;

Como esperado, as forças ultraconservadoras cresceram no Parlamento Europeu. Diferente do esperado, não se tratou de um crescimento expressivo. De qualquer modo, impactos imediatos foram sentidos no bloco europeu, como a dissolução do parlamento francês e a renúncia do presidente belga. A médio e longo prazos, outros movimentos agitarão a cena política, social e econômica do continente, que já coleciona crises. Nas próximas semanas, as coligações serão definidas, bem como a presidência do Conselho Europeu.

As eleições tiveram quase 50% de abstenção. Partidos conservadores estão entre os grandes vencedores e a ultradireita saiu fortalecida das urnas, tendo vencido na França, Itália, Áustria e Hungria, além de chegar em segundo lugar na Alemanha e vários outros países. Na Alemanha, o partido ultradireitista AfD se tornou a segunda maior força. Ainda assim, forças tradicionais se mantiveram como os maiores grupos do Parlamento Europeu. O Partido Popular Europeu (PPE), de tendência conservadora, continuará com a maior bancada. Os maiores derrotados foram os verdes, que haviam sido a sensação da eleição de 2019. Além dos liberais de centro, que viram suas bancadas encolherem. Apesar do avanço da ultradireita, não se sabe se haverá consenso para a formação de uma ampla coligação.

As bancadas dos Reformistas e Conservadores Europeus (ECR) e Identidade e Democracia (ID), que reúnem partidos cujas visões vão do populismo de direita ao nacionalismo de ultradireita, conquistaram, somadas, 18% dos 720 assentos, pouco mais do que os atuais 16%. As bancadas dos 2 maiores grupos parlamentares, o PPE e a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), assim se mantiveram. Os liberais do Renovar a Europa (ex-ALDE) e os Verdes/Aliança Livre Europeia foram os grandes perdedores. A composição das bancadas parlamentares ECR e ID provavelmente mudará após a eleição. A primeira-ministra italiana,

Giorgia Meloni, cujo partido Irmãos da Itália integra o ECR, deve se unir à francesa Marine Le Pen, da Reunião Nacional (RN), que pertence ao grupo ID.

Na segunda-feira em que este informe é escrito, 17 de junho, [a Cúpula informal dos líderes europeus está reunida para iniciar o processo de nomeação para os altos cargos das instituições da UE nos próximos cinco anos](#). Apesar do favoritismo de Ursula von der Leyen, atual presidente da Comissão Europeia, seu segundo mandato não está garantido, pois ela não é unanimidade entre os líderes do bloco. Ela é a candidata principal do PPE - maior grupo político do Parlamento Europeu, que conquistou 190 cadeiras nas eleições -, mas precisa da aprovação dos dirigentes europeus, além de maioria absoluta (361 votos) no legislativo. Ou seja, ela vai precisar não só do apoio dos líderes do PPE, como dos socialistas, dos verdes e de uma não-oposição da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni. Outros possíveis nomes são o primeiro-ministro grego Kyriakos Mitsotakis, o ex-premiê italiano e ex-presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi, o presidente romeno Klaus Iohannis, o primeiro-ministro croata Andrej Plenković e a atual presidente da Parlamento Europeu, Roberta Metsola. Já no Conselho Europeu, o nome mais cotado é o do ex-primeiro-ministro de Portugal, António Costa.

Em que pese o crescimento da extrema direita e das forças ultraconservadoras, nos países nórdicos, observou-se o contrário. [A esquerda avançou na Finlândia, Dinamarca e Suécia, derrotando siglas conservadoras e anti-imigração](#). Nesta região, houve avanço dos partidos de esquerda e ecologistas, enquanto as legendas de extrema direita enfraqueceram. Destacaram-se a performance de partidos como a Aliança de Esquerda, da Finlândia; do Partido Popular Socialista, da Dinamarca; e o Partido de Esquerda, da Suécia.

Entre 18 de junho e 4 de julho, novos grupos políticos serão formados no Parlamento Europeu, de acordo com afinidades político-ideológicas. Em 16 de julho, o Parlamento Europeu se reunirá para nomear suas autoridades para a primeira metade dos próximos cinco anos. Antes disso, em 27 e 28 de junho, será realizada a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo para acordar os nomes para os altos cargos que serão renovados, incluindo o de presidente da Comissão Europeia, bem como a presidência do Conselho Europeu.

Analistas avaliam que Macron e Scholz foram os grandes derrotados. França e Alemanha, os pilares fundadores da União Europeia, foram os mais abalados pela onda radical de direita. Tanto o liberal Emmanuel Macron, condenado a uma distante segunda posição, quanto o socialdemocrata chanceler alemão Olaf Scholz, relegado à terceira posição, muito atrás dos democratas cristãos e 2 pontos atrás da extrema direita AfD, [perdem autoridade no contexto nacional e europeu](#), na visão de Sérgio Ferrari. [Ferrari associa a derrota dos líderes com a postura de total apoio adotada em relação a Volodimir Zelensky e sua estratégia de guerra contra a Rússia](#). O analista comenta que desde a eclosão do conflito, o impacto negativo da crise na vida cotidiana da população europeia tem sido significativo, com o seu componente de crise energética, aumento dos preços essenciais, tendência inflacionária, agitação camponesa – face aos benefícios concedidos pela UE aos produtos agrícolas ucranianos – para citar apenas algumas facetas da problemática.

Na mesma linha, Antonio Martins crava que [o partido da guerra perdeu](#). Ele relativiza o avanço da ultradireita, qualificando o movimento como real, mas limitado. Em sua avaliação, a mídia vem ocultando o principal: o fracasso dos governos que mergulharam na política bélica de Washington e voltaram as costas à crise social. Para ele, o avanço da extrema direita é o resultado da adoção de políticas ultraliberais, principalmente por parte da Alemanha e da França: “ao embarcarem de armas e bagagens na guerra dos EUA contra a Rússia, eles



debilitaram suas economias, agravaram a crise social e ampliaram o descrédito na democracia. O retrocesso, portanto, não é um destino, mas o resultado de políticas reversíveis”. Martins pondera que mesmo estancada, esquerda tem alguns resultados animadores.

A dissolução do parlamento francês, foi anunciada pelo presidente Emmanuel Macron, após a expressiva vitória do Reunião Nacional (RN), partido de Marine Le Penn. As eleições acontecerão em dois turnos, no dia 30 de junho e no dia 7 de julho. Além de ter vencido as eleições para o Parlamento Europeu, o partido de extrema direita é [projetado como vencedor das legislativas antecipadas](#). Como reação, [a esquerda francesa não só se uniu para criar a “Nova Frente Popular”, como vem tomando as ruas do país](#). Um dos candidatos da coligação é o socialista François Hollande, que foi presidente da França entre 2012 e 2017. Ele apresentou sua candidatura, afirmando entender que a situação é grave.

Após dias negociando, socialistas, comunistas, ecologistas e a esquerda radical, chegaram a um acordo de um programa comum da esquerda francesa foi anunciado pelas suas principais lideranças. [O acordo não agradou a Macron, que pode perder o cargo de primeiro-ministro, caso a coligação de esquerda vença as eleições legislativas antecipadas](#). No sistema semipresidencialista francês, caso o partido presidencial não obtenha maioria, há a possibilidade de uma “coabitação” com o vencedor das eleições que acontecerão nos dias 30 de junho e 7 de julho. Ou seja, esta “coabitação” pode acontecer também com a extrema direita.

Como vimos, [a corrida eleitoral para as legislativas antecipadas está em curso e a primeira pesquisa de intenção de votos confirma a liderança da extrema direita](#). Em uma pesquisa realizada pelo instituto Harris Interactive – Toluna, o RN apareceu com 34% das intenções de votos; uma então eventual união da esquerda vinha com 22%; 19% de intenção de votos para o grupo do partido do presidente Macron; e 9% para a direita tradicional. De acordo com o estudo, se esse resultado se confirmar, o RN terá entre 235 e 265 cadeiras na Assembleia Nacional, contra as 89 da atualidade.

Além da [população, que está aos milhares nas ruas contra a extrema direita](#) francesa, [atletas também estão se mobilizando](#). Kylian Mbappé, capitão da seleção, se recusa a “representar um país que não corresponde aos seus valores” e pede que os jovens votem representando valores humanos. Após as declarações de Mbappé, uma outra iniciativa repercutiu na imprensa francesa: no domingo 16 de junho, mais de 160 atletas franceses assinaram uma coluna de opinião pedindo votos “contra a extrema direita”. O texto foi publicado no site do jornal L’Équipe e foi assinado por personalidades como o ex-tenista francês Yannick Noah.

Fora da França, a esquerda também reagiu. Em nota, [o bloco da Esquerda Europeia no Parlamento da UE disse que se manterá como “a oposição dura à influência da extrema direita nas políticas da UE nos próximos anos”](#). “Ao mesmo tempo em que há ganhos a serem celebrados em muitos países, a Esquerda está em alerta com as correntes políticas perigosas que estimulam divisão”, afirma.

[Em outro rescaldo da eleição europeia, o primeiro-ministro da Bélgica, Alexander De Croo, renunciou ao cargo de primeiro-ministro, após a derrota de seu partido por siglas de direita](#). O partido dele, o Liberais e Democratas Flamengos (Open VLD), foi derrotado por duas siglas de direita: a Nova Aliança Flamenga e Vlaams Belang. De Croo ficará no cargo como interino até a transição de poder no Parlamento belga.



## Considerações finais

O movimento de antecipação das eleições não é novidade no cenário europeu. A Espanha o fez em 2023 e Portugal em 2024. O caso espanhol foi bem-sucedido e Pedro Sanchez conseguiu permanecer no cargo de primeiro-ministro. Na França, o cenário é de liderança da extrema direita e de união das forças de esquerda, trazendo concretas ameaças à permanência de Macron no cargo. A antecipação das eleições ilumina a delicadeza do momento, cujo resultado aguardamos ansiosamente.

A nova configuração do Parlamento Europeu ainda está em curso, tendo em vista o período de agrupamento dos partidos. As negociações definirão os grupos com maior poder de influência política sobre as agendas e os rumos do bloco europeu. Curiosamente, muitas das legendas que cresceram são eurocéticas, trazendo um ambiente de tensão para os entusiastas do multilateralismo. De imediato, [podemos esperar uma mudança de postura em relação à guerra da Ucrânia, dado que muitas destas forças conservadoras são menos resistentes à causa russa](#). No tocante as pautas sociais e ambientais, a tendência é que importantes avanços percam força. Um exemplo vivo e recente foi a [declaração do G7, que por oposição da Itália de Meloni, deixou de fora o tema do aborto](#).

## Fazendo do limão uma limonada: Região MENA emerge como ator-chave no comércio do combustível do futuro

**Lucia Marques**

- Paz em vez de conflito.
- Diálogo em vez de confronto.
- Cooperação em vez de exploração.
- Justiça em vez de dois pesos e duas medidas.
- Igualdade em vez de discriminação.
- Democracia em vez de opressão.<sup>208</sup>

**Resumo:** Fazendo do limão uma limonada. Os países desérticos estão transformando as condições negativas e áridas de sua geografia em riqueza verde. Ao mesmo tempo que entram no caminho da transformação energética para energia limpa, criando o hidrogênio verde<sup>209</sup> a partir da energia eólica e solar, se tornam atores-chave na exportação desse ouro verde para países da Europa, principalmente, e também para o mundo. Por interesse, os países consumidores pretendem investir na **região MENA (Oriente Médio e Norte da África)** para garantir essa fonte de energia limpa. Essa é uma boa notícia. A não tão boa está nos recentes relatórios sobre aquecimento global, que trazem novos dados e um olhar histórico, mostrando o quão sensível é o clima da Terra ao aumento dos níveis de dióxido de carbono e que, ironicamente, limpar os céus do dióxido de carbono, ao mesmo tempo em que traz benefícios à saúde e salva vidas, acelera as mudanças climáticas, uma vez que os mesmos aerossóis que causam a poluição do ar, refletem a radiação solar.

**Palavras chaves:** Hidrogênio verde, novos dados sobre aquecimento global, eventos climáticos mais intensos

**Abstract:** *Making lemonade out of lemons. Desert countries are evolving as negative and arid conditions of their geography into green wealth. At the same time as they embark on the path of energy transformation to clean energy, creating green hydrogen from wind and solar energy, they become key players in the export of this green gold to countries in Europe and to the world. Out of interest, consumer countries intend to invest in the MENA region (Middle East and North Africa) to guarantee this source of clean energy. That is good news. The not so good are the recent reports on global warming, which bring new data and a historical look, showing how sensitive the Earth's climate is to rising carbon dioxide levels and which, ironically, clears the skies*

---

<sup>208</sup> Esses são os seis princípios constantes na primeira Declaração de Cúpula (Istambul, 1997) da [Organização D-8 para a Cooperação Econômica](#), que reúne oito países (Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão, Turquia) e tem como foco melhorar as posições desses países em desenvolvimento na economia mundial, diversificar e criar novas oportunidades nas relações comerciais, aumentar a participação na tomada de decisões em nível internacional e proporcionar um melhor padrão de vida.

<sup>209</sup> Para ser considerado **hidrogênio verde**, ele deve ser feito por meios renováveis – por exemplo, usando energia eólica, solar ou hidrelétrica para separá-lo da água em uma máquina chamada eletrolisador. Saiba mais sobre o arco-íris do hidrogênio em **Marques, L.** No Tabuleiro da Geopolítica. In: O preço do apartheid da vacina: o não alinhamento dos países da Ásia, Oriente Médio e África - [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2023, p 188 \(182-190\)](#)

*of carbon dioxide, while bringing health benefits and saving lives, it accelerates climate change, since the same aerosols that cause air pollution reflect solar radiation.*

**Keywords:** Green hydrogen, new data on global warming, more intense weather events

Fazendo do limão uma limonada. Os países desérticos estão transformando as condições negativas e áridas de sua geografia em riqueza verde. Ao mesmo tempo que entram no caminho da transformação energética para energia limpa, criando o hidrogênio verde<sup>210</sup> a partir da energia eólica e solar, se tornam atores-chave na exportação desse ouro verde para países da Europa, principalmente, e também para o mundo. Arábia Saudita, Emirados



[Uma usina de energia solar em Ouarzazate, centro de Marrocos. AP](#)

Árabes<sup>211</sup>, Egito, Marrocos, Jordânia e Omã são exemplos dos investimentos para produção do hidrogênio verde.

Como as transições de energia limpa reduzem a demanda por combustíveis fósseis em todo o mundo, as economias produtoras do ouro negro da região

precisarão desbloquear novas fontes de receita. Como resultado, vários produtores estão desenvolvendo planos para construir indústrias de energia de baixo carbono – alavancando sua experiência em energia para diversificar suas economias e misturas de energia ao mesmo tempo.<sup>212</sup> A proximidade da Europa e as redes de dutos e portos já instaladas, são um investimento a menos.

Isso pôde ser observado durante a [Cúpula de Rotterdam para Hidrogênio Verde](#), que aconteceu em maio, na Holanda - evento anual focado em soluções de hidrogênio como energia limpa – durante a qual, vários acordos entre exportadores e importadores de hidrogênio verde foram assinados. Em paralelo, aconteceu o [Fórum Africano do Hidrogênio](#), que destacou as vastas oportunidades comerciais para desenvolver uma economia do

<sup>210</sup> Para ser considerado **hidrogênio verde**, ele deve ser feito por meios renováveis – por exemplo, usando energia eólica, solar ou hidrelétrica para separá-lo da água em uma máquina chamada eletrolisador. Saiba mais sobre o arco-íris do hidrogênio em **Marques, L.** No Tabuleiro da Geopolítica. In: O preço do apartheid da vacina: o não alinhamento dos países da Ásia, Oriente Médio e África - [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2023, p 188 \(182-190\)](#)

<sup>211</sup> [Hidrogênio é apontado como 'quinta onda' de energia limpa dos Emirados Árabes Unidos \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>212</sup> <https://www.iea.org/regions/middle-east>

hidrogénio no Norte africano e o potencial de parceria que isto cria para a Europa e o resto do mundo no reforço da segurança e sustentabilidade energética.<sup>213</sup>

Considerado o combustível do futuro, o hidrogênio verde ainda não é barato.<sup>214</sup> A rota verde fornece apenas 0,1% do pequeno suprimento de hidrogênio do mundo hoje, que vem principalmente do gás (conhecido como hidrogênio azul ou cinza, que é mais barato). É usado principalmente em refino e produtos químicos.<sup>215</sup>

O foco de demanda dos novos produtores são as siderúrgicas, embora a indústria naval e fabricantes de combustíveis de aviação alternativos também estejam na mira. Mas o desafio mais imediato que a indústria enfrenta é o custo de produção muito mais alto do hidrogênio verde em comparação com fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis. Atualmente, quase toda a maioria do hidrogênio produzido em todo o mundo é "cinza", produzido a partir de gás natural.

A Agência Internacional de Energia (IEA) observou em um [relatório recente](#) que o hidrogênio está atualmente desfrutando de um impulso técnico, político e comercial sem precedentes, apoiando-se em políticas públicas e projetos de demonstração em todo o mundo.

As estratégias e planos de ação voltados ao H2, já desenvolvidos por mais de 30 países, adquirem contornos geopolíticos à medida que esse mercado emergente se consolida. A valorização de especificidades regionais, a necessidade de redução da dependência energética e, ao mesmo tempo, a visualização de vantagens estratégicas neste mercado são elementos de base para uma visão de longo prazo dos países. Nesse sentido, novas relações comerciais emergem com o estabelecimento de uma dinâmica internacional entre países importadores e os países potencialmente exportadores de H2.<sup>216</sup>

Os importadores de hidrogênio, como Alemanha, Holanda, França, Espanha, Itália e Europa Central poderão recorrer ao Médio Oriente e ao Norte de África para satisfazer as suas necessidades futuras de combustível.

---

<sup>213</sup> O Norte da África está atualmente na vanguarda da energia solar, bem como dos recursos hídricos renováveis, que em conjunto são utilizados para alimentar a eletrólise para produzir hidrogênio. O potencial para uma produção significativa de hidrogênio em toda a África é de até 16 mil milhões de toneladas por ano. Desbloquear esse potencial é uma oportunidade para garantir o fornecimento global de energia, criar empregos, desenvolver a indústria pesada e transformar o acesso à água limpa e à energia sustentável. <https://www.world-hydrogen-summit.com/africa-forum-programme/>

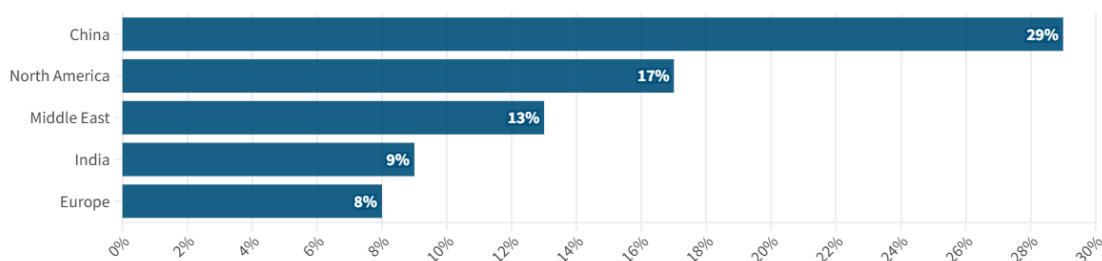
<sup>214</sup> Para saber tudo sobre hidrogênio verde, consulte **A economia do hidrogênio: transição, descarbonização e oportunidades para o Brasil**, organizado por Nivalde de Castro et al. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2023. 336 p. ; 23 cm. Disponível em [https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/livro\\_economia\\_do\\_h2.pdf](https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/livro_economia_do_h2.pdf)

<sup>215</sup> [Masdar mira boom de hidrogênio verde para bater meta de 2030 \(thenationalnews.com\)](https://www.thenationalnews.com)

<sup>216</sup> [https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/livro\\_economia\\_do\\_h2.pdf](https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/04/livro_economia_do_h2.pdf)

## Where hydrogen is used today

Share of global hydrogen use, 2022



Source: International Energy Agency

<https://www.thenationalnews.com/climate/2024/05/14/masdar-eyes-green-hydrogen-boom-to-beat-2030-target/>

Na região do Golfo, rica em petróleo, a energia solar tornou-se altamente competitiva nos últimos anos, graças às políticas governamentais de apoio e à queda dos custos dos equipamentos. Isso abriu o caminho para o hidrogênio verde. Os custos menores de geração e de canalização e os abundantes recursos solares e eólicos na região abrem as portas para que tecnologias inovadoras de energia, como é o caso do hidrogênio verde, sejam produzidas competitivamente<sup>217</sup>.

A localização de Omã, juntamente com seus abundantes recursos de energia solar e eólica e vasta disponibilidade de terra, torna-se um candidato ideal para produzir o gás de baixo carbono. Este hidrogênio verde pode então ser transportado através da rede existente de gasodutos de 4.000 km de Omã, reduzindo significativamente os custos de infraestrutura em comparação com o zero.<sup>218</sup> Além disso, o sultanato, mais conhecido como exportador de petróleo e destino turístico regional, está desenvolvendo vários grandes projetos de hidrogênio verde que visam descarbonizar suas indústrias e exportar amônia de baixo carbono para outros mercados. A Green Energy Oman (GEO), um dos maiores projetos de hidrogênio verde propostos no sultanato, está programada para iniciar as operações no início da próxima década. A GEO produzirá hidrogênio a partir da água do mar. O projeto será alimentado por até 25 gigawatts de energia solar e eólica.

Omã enfrenta a concorrência de outros produtores de hidrogênio verde, incluindo a Arábia Saudita, os Emirados Árabes e Marrocos, tornando a competitividade de custos uma parte crucial da vantagem omani.

A Arábia Saudita, a maior economia do mundo árabe, está investindo pesadamente em projetos de energia renovável como parte de seu plano para diversificar as exportações de petróleo bruto.

Os Emirados Árabes Unidos estão planejando construir pelo menos dois centros de produção de hidrogênio, ou oásis, até 2031.<sup>219</sup> A empresa de energia limpa de Abu Dhabi,

<sup>217</sup> <https://www.thenationalnews.com/business/energy/2024/04/05/how-is-oman-quietly-planning-to-be-a-major-world-green-hydrogen-exporter/>

<sup>218</sup> <https://www.thenationalnews.com/business/energy/2024/04/05/how-is-oman-quietly-planning-to-be-a-major-world-green-hydrogen-exporter/>

<sup>219</sup> [Hidrogênio é apontado como 'quinta onda' de energia limpa dos Emirados Árabes Unidos \(thenationalnews.com\)](https://www.thenationalnews.com/business/energy/2024/04/05/how-is-oman-quietly-planning-to-be-a-major-world-green-hydrogen-exporter/)

Masdar, espera superar a meta de hidrogênio verde para 2030 em um boom alimentado por novas tecnologias e pela corrida para reduzir as emissões

O Marrocos é outro país da região MENA que planeja se tornar um importante exportador de hidrogênio. Sem reserva conhecida de hidrocarbonetos, o país procura explorar seu grande potencial solar e eólico para desenvolver o hidrogênio. O Marrocos já investiu significativamente em energia renovável (eólica, solar fotovoltaica e energia termossolar) a fim de diminuir sua alta dependência de importação de energia. Até 2030, o país pretende produzir 52% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. A ambição é dedicar um terço do H2 verde do Marrocos para o mercado interno, enquanto dois terços seriam para as exportações. Dada a sua proximidade geográfica, o Marrocos pode se tornar uma fonte importante de H2 verde para a Europa.

O comércio global de hidrogênio está projetado para gerar mais de US \$ 280 bilhões em receita anual de exportação até 2050, com o Norte da África devendo se beneficiar mais devido ao seu alto potencial de exportação. Os países encontrando aplicações para o combustível em suas próprias indústrias. “Os países estão olhando para o uso doméstico de hidrogênio, que pode ser de muitas formas, desde usar hidrogênio de maneiras tradicionais para obter enxofre fora dos combustíveis, mas também pode ser usado para produzir aço verde com hidrogênio.”

Atualmente, os eletrolisadores usam metais raros, como platina e irídio, e essa é a parte encarecedora do processo. “A chave para essa onda de inovação é tirar esses metais do sistema, que acredito que vai acontecer muito rapidamente,”<sup>220</sup> disse Mark Hutchinson, presidente-executivo da empresa de metais e energia Fortescue, durante a Cúpula em Rotterdam.

### **Os fatores do aumento da temperatura global e seus impactos climáticos**

Os últimos relatórios sobre mudanças climáticas mostram que olhar para os indicadores e os registros históricos é importante para entender o efeito da ação do homem sobre o aquecimento global e sobre as mudanças climáticas.

O mundo acaba de experimentar em janeiro de 2024 um janeiro mais quente já registrado, marcando o primeiro período de 12 meses em que as temperaturas médias atingiram mais de 1,5oC acima dos tempos pré-industriais.<sup>221</sup> Já 2023 foi o [ano mais quente](#) do planeta em registros globais que remontam a 1850, à medida que a mudança climática causada pelo homem e o El Niño, o padrão climático que aquece as águas superficiais no leste do Oceano Pacífico, elevou as temperaturas.

As descobertas do estudo, publicadas na revista [Oxford Open Climate Change](#) mostram que dois fatores contribuíram para a elevação da temperatura.

1- Os cientistas subestimaram o quão sensível é o clima da Terra ao aumento dos níveis de dióxido de carbono.

2- Ironicamente, o progresso da China na limpeza da poluição do ar, causado principalmente pelo dióxido de enxofre expelido de usinas de carvão, juntamente com os esforços globais para reduzir essas emissões do transporte marítimo.

---

<sup>220</sup> [Masdar mira boom de hidrogênio verde para bater meta de 2030 \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>221</sup> <https://www.reuters.com/business/environment/january-was-worlds-warmest-record-eu-scientists-say-2024-02-08/>

Isto é, limpar os céus, ao mesmo tempo em que traz benefícios à saúde e salva vidas, acelera as mudanças climáticas,<sup>222</sup> uma vez que os aerossóis se espalham e refletem a radiação solar.<sup>223</sup> A poluição do ar, um flagelo global que mata milhões de pessoas por ano, está nos protegendo de toda a força do sol. Livrar-se disso vai acelerar as mudanças climáticas.

Banir a poluição, causada principalmente pelo dióxido de enxofre expelido de usinas de carvão, reduziu as emissões em cerca de 90% e salvou centenas de milhares de vidas, dados oficiais chineses e [estudos de saúde](#). No entanto, eliminado o escudo tóxico, que espalha e reflete a radiação solar, as temperaturas médias da China subiram 0,7 graus Celsius desde 2014, provocando ondas de calor mais ferozes.

A remoção da poluição do ar pode ter tido um efeito maior sobre as temperaturas em outras partes altamente poluídas do mundo, como a Índia e o Oriente Médio, que estão vendo saltos semelhantes no aquecimento. Como a onda de calor que atualmente está atingindo o Norte da Índia, com temperaturas acima dos 45°, considerada a mais longa onda e que já matou quase 100 pessoas no país.<sup>224</sup> Ou como a onda de calor e seca que atinge a China desde abril.<sup>225</sup>

A ligação entre a redução do dióxido de enxofre e o aquecimento foi sinalizada pelo IPCC em [um relatório de 2021](#), que concluiu que, sem o escudo solar da poluição, a temperatura média global já teria subido 1,6 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.<sup>226</sup>

Uma vez que as regiões poluídas na Índia ou no Oriente Médio melhorem sua qualidade do ar abandonando os combustíveis fósseis e fazendo a transição para fontes de energia verde, elas também perderão seu escudo de sulfatos, apontaram os cientistas. Um grupo internacional de pesquisadores produziu uma [segunda atualização](#) para os principais indicadores do estado do sistema climático estabelecido na avaliação AR6 do IPCC, com base na síntese inicial do ano passado. Outras conclusões importantes incluem o seguinte: 1) As temperaturas recordes em 2023 foram dominadas pela atividade humana, mas a variabilidade climática natural também desempenhou um papel; 2) As melhorias na qualidade do ar estão reduzindo simultaneamente a força do resfriamento por aerossol; 3) As temperaturas médias globais da superfície continuam a subir.

A publicação desses dados atualizados fornece um meio de rastreamento e monitoramento da influência humana no clima entre a publicação dos relatórios do IPCC.

Outro [relatório](#) é o da Organização Meteorológica Mundial que aponta probabilidade de 80% de que a temperatura global média anual ultrapasse temporariamente 1,5°C acima dos níveis pré-industriais em pelo menos um dos próximos cinco anos; mesmo nos níveis atuais de aquecimento global impactos climáticos incluem ondas de calor, eventos extremos de chuva e secas. Só no ano de 2023, o aquecimento atribuível à atividade humana foi de 1,31 °C

---

<sup>222</sup> <https://www.reuters.com/sustainability/cop/climates-catch-22-cutting-pollution-heats-up-planet-2023-11-02/>

<sup>223</sup> <https://www.reuters.com/business/environment/global-warming-will-reach-15c-threshold-this-decade-report-2023-11-02/>

<sup>224</sup> Partes do Norte da Índia foram [tomadas por uma onda de calor desde meados de maio](#)

<sup>225</sup> [A China está enfrentando vários dias de calor escaldante](#)

<sup>226</sup> <https://www.reuters.com/sustainability/cop/climates-catch-22-cutting-pollution-heats-up-planet-2023-11-02/>



A comunidade científica tem alertado repetidamente que o aquecimento de mais de 1,5°C corre o risco de desencadear impactos muito mais graves das mudanças climáticas e condições climáticas extremas, e cada fração de grau de aquecimento é importante.

Mesmo nos níveis atuais de aquecimento global, já existem impactos climáticos arrasadores, como mais ondas de calor, eventos extremos de chuva e secas, reduções nas camadas de gelo, no gelo marinho e nas geleiras, aceleração da elevação do nível do mar e aquecimento dos oceanos. O [relatório da OMM](#), por exemplo, prevê-se que o aquecimento do Ártico nos próximos cinco invernos prolongados, de novembro a março, em relação à média do período de 1991 a 2020, seja mais de três vezes maior do que o aquecimento da temperatura média global.

### **Eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes**

Só neste ano de 2024 já foram muitos eventos climáticos extremos ao redor do planeta.<sup>227</sup> Acompanhamos dilúvios e enchentes na Arábia Saudita, Emirados Árabes e Omã<sup>228</sup>, na Península Arábica, no Brasil (Rio Grande do Sul), na Armênia, na Ásia Central, em Papua Nova Guiné, no Pacífico, no Afeganistão, na Índia, Bangladesh, Myanmar e Sri Lanka, no Sul da Ásia, na Indonésia, Sudeste da Ásia, no Quênia e Tanzânia, na África; Inundações acompanhadas de deslizamentos em Myanmar, Indonésia, Papua Nova Guiné<sup>229</sup>, Sri Lanka, no Burundi, no Quênia, na Somália e na Tanzânia<sup>230</sup>; ondas de calor intensas e prolongadas matam e/ou provocam seca e incêndios florestais com perdas de cultivos e biodiversidade na Arábia Saudita, na Índia, na China e no Chile.

E, para além do aumento de temperatura por ação do homem, a própria natureza está colaborando. Desde o final de 2023, uma série de erupções vulcânicas de importância podem causar alterações climáticas em escala planetária, como alertam autoridades meteorológicas.<sup>231</sup>

---

<sup>227</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/lourival-santanna/internacional/inundacoes-catastroficas-pelo-mundo-sao-preludio-de-desastre-climatico/>

<sup>228</sup> Esse países, cujo nível pluviométrica e baixíssimo, não têm uma rede pluvial adequada para escoamento das chuvas torrenciais, conseqüentemente, os alagamentos estão se tornando criadouros de mosquitos e a dengue começa a ser uma doença tropical presente.

<sup>229</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/25/deslizamento-de-terras-na-papua-nova-guine-deixou-centenas-de-mortos-calculam-autoridades.ghtml>

<sup>230</sup> <https://forbes.com.br/forbesesg/2024/05/inundacoes-avassaladoras-e-no-planeta-terra-que-a-devastacao-acontece/>

<sup>231</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/18/erupcao-de-vulcao-na-indonesia-pode-impactar-clima-em-todo-o-planeta-dizem-especialistas.ghtml>



A [erupção do vulcão Monte Ruang, na Indonésia](#), em abril, lançou uma coluna de cinzas de mais de 2km e coluna de materiais expelidos que alcançou 2,5km de altura - que podem impactar o clima do planeta. Foram cinco explosões em 24 horas e a quantidade de material vulcânico lançado na atmosfera. É o que alerta especialistas.<sup>232</sup> É o terceiro vulcão indonésio que entra em erupção este ano.



17.abr.2024 - Vulcão Monte Ruang, na Indonésia, expelindo lava e fumaça durante erupção. Imagem: Divulgação/Center for Volcanology and Geological Hazard Mitigation/AFP - <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/04/18/chuva-de-lava-alerta-de-tsunami-fotos-de-vulcao-em-erupcao-na-indonesia.htm?cmid=coniacola>

No início de maio, o Monte Ibu, entrou em atividade, pela segunda vez este ano, lançando uma espessa nuvem de fumaça e cinzas na atmosfera com até 5 km de altura.<sup>233</sup> Simultaneamente à erupção, chuvas intensas caíam, provocando um fenômeno conhecido como “lava fria” - também conhecida como “lahar”, a lava fria é uma mistura de detritos vulcânicos, como cinzas, areia e seixos, que desce pelas encostas de um vulcão durante o tempo chuvoso – A convergência de chuvas intensas e erupção vulcânica provocou deslizamentos de terra vulcânicos, com inundações adicionais e vilas foram soterradas.<sup>234</sup> Em dezembro e janeiro, o Marupi entrou em erupção lançando cinzas a uma altura de 3 km.<sup>235</sup> O Monte Marapi, com 2.891 metros de altura, está entre os vulcões mais ativos da Indonésia, que fica no Anel de Fogo do Pacífico com 127 vulcões ativos.

Só neste ano, outros vulcões entraram em atividade, ao redor do mundo, lançando nuvens de fumaça, cinza e lava. Na Islândia, o vulcão em Reykjanes, entrou em erupção pela

<sup>232</sup><https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/18/erupcao-de-vulcao-na-indonesia-pode-impactar-clima-em-todo-o-planeta-dizem-especialistas.ghtml>

<sup>233</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/08/vulcao-entra-em-erupcao-na-indonesia-e-expele-coluna-de-fumaca-de-15-km.ghtml>

<sup>234</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/inundacoes-e-correntes-de-lava-fria-atingem-indonesia-e-deixam-pelo-menos-43-mortos/>

<sup>235</sup><https://www.poder360.com.br/internacional/vulcao-solta-nuvem-de-cinzas-a-6-km-de-altura-na-indonesia-veja/#:~:text=O%20Monte%20Ibu%2C%20na%20Indon%C3%A9sia,a%206%20km%20de%20altura.>

quarta vez em três meses<sup>236</sup>; no início de junho, o vulcão Monte Kanlaon, nas Filipinas, entrou em erupção e formou coluna de cinzas de quase 5 km de altura<sup>237</sup>; no Havaí, as atividades na fissura vulcânica de aproximadamente um quilômetro de comprimento, expeliu lava incandescente, fumaça e gases tóxicos.<sup>238</sup>

Historicamente, temos vários exemplos das alterações climáticas provocadas por erupções vulcânicas. Olhando apenas para os mais recentes, que foram em 1991, nas Filipinas, e em 2022, em Tonga, já se tem ideia das alterações decorrentes. A enorme erupção do vulcão Pinatubo, nas Filipinas, foi responsável por causar resfriamento do planeta por dois anos. A erupção foi classificada como VEI-6, ou extraordinariamente forte, em uma escala de 10 números. Já a erupção de vulcão submarino em Tonga injetou uma grande quantidade de água na estratosfera, o que contribuiu para aumentar o aquecimento do planeta – a erupção ampliou o buraco na camada de ozônio na Antártida, cuja alteração pode ter implicações sérias, incluindo o aquecimento do Oceano Austral e a redução do gelo marinho antártico. A erupção do Hunga Tonga também emitiu mais de 112 quilotons (kt) de SO<sub>2</sub> (dióxido de enxofre) na atmosfera.<sup>239</sup>

### **Considerações finais**

Clima em desequilíbrio. Calor extremo e seca, tempestades, chuvas intensas e prolongadas, ciclones e enchentes assolam o mundo.

A comunidade científica tem alertado repetidamente que o aquecimento de mais de 1,5°C corre o risco de desencadear impactos muito mais graves das mudanças climáticas e condições climáticas extremas, e cada fração de grau de aquecimento é importante. Mesmo nos níveis atuais de aquecimento global, já existem impactos climáticos arrasadores, como mais ondas de calor, eventos extremos de chuva e secas, reduções nas camadas de gelo, no gelo marinho e nas geleiras, aceleração da elevação do nível do mar e aquecimento dos oceanos.

Em muitos países, especialmente da Região Mena e do Sahel, esses eventos climáticos extremos se somam aos conflitos e guerras e a outras crises econômica e geopolítica. Muitas dessas economias enfrentam ainda o impacto da pandemia, o aumento de refugiados que se deslocam de países vizinhos – por conflito ou por evento climático – sobrecarregando os sistemas já frágeis. E quando falamos dos Pequenos Estados Insulares (SIDS – em inglês), ainda se somam o aumento do nível do mar, com a intrusão de água salgada nos mananciais de água doce e a acidificação dos oceanos, com consequência direta sobre a fonte de alimentação das populações. Alguns Estados enfrentam ainda as sanções econômicas coercivas unilaterais.

Esse conjunto de fatores consome o parco orçamento de muitos países de baixa e média renda. Orçamento esse que poderia ser aplicado em medidas mitigadoras, em infraestruturas sustentáveis, em tecnologias sustentáveis, em instalações de educação e saúde, em estímulos à economia de pequenos produtores, ajudando na redução da pobreza, entre outros. É o que mostramos [Relatórios Nacionais Voluntários que serão apresentados no HLPE](#), em julho.

---

<sup>236</sup> <https://pt.euronews.com/video/2024/03/18/vulcao-na-islandia-volta-a-entrar-em-erupcao-e-esta-e-a-mais-forte-de-sempre-na-regiao>

<sup>237</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vulcao-nas-filipinas-entra-em-erupcao-e-forma-coluna-de-cinzas-de-quase-5-quilometros/>

<sup>238</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vulcoes-entram-em-erupcao-na-indonesia-e-no-havai/>

<sup>239</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/clima-e-ciencia/noticia/2023/08/08/vulcao-de-tonga-que-ficou-ativo-em-2022-ampliou-buraco-na-camada-de-ozonio-na-antartida.ghtml>

## Cosban entre o Café e a Ciência

### *Cosban between Coffee and Science*

**André Costa Lobato**  
**Rafael Henrique Zerbetto**  
**Marcus Verly-Miguel**

**Abstract.** *In addition to a special text on China's cooperation with Portuguese-speaking countries, we dealt with Vice President Alckmin's trip to Beijing to hold COSBAN, the most commented announcement was the purchase of coffee beans by the Chinese franchise Luckin. Sinovac announced a partnership with Fiocruz and an investment of US\$ 100 million in Brazil, especially in new therapies. The advances in Chinese science have caused both envy and admiration, as is clear from last week's article in The Economist. The British magazine encourages the return of visits by scientists from the USA and Europe to China.*

**Keywords:** *COSBAN, Portuguese speaking countries, advancements in science*

**Resumo.** Além de texto especial sobre cooperação da China com países de língua portuguesa, tratamos da viagem do vice-presidente Alckmin a Pequim para realização da COSBAN. A anúncio mais comentado da visita foi a compra de grãos de café pela franquia chinesa Luckin. A Sinovac anunciou uma parceria com a Fiocruz e investimento de US\$ 100 milhões no Brasil, especialmente em novas terapias. Os avanços da ciência chinesa têm causado inveja e admiração, como fica claro na matéria da “The Economist” da semana passada. A revista inglesa estimula retorno das visitas de cientistas dos EUA e Europa à China. A partir deste ano, títulos de ultralonga duração também apoiarão o desenvolvimento em ciência básica na China.

**Palavras-chave:** COSBAN, CPLP e China, avanços na ciência

### **Diplomática**

- Entre os dias 4 e 7 de junho, uma delegação brasileira liderada pelo vice-presidente da República Geraldo Alckmin, com representantes de 21 ministérios e agências governamentais brasileiras, visitou Pequim para VII Sessão Plenária da COSBAN<sup>240</sup>. Membros da delegação visitaram empresas e instituições chinesas<sup>241</sup> e participaram de eventos e reuniões paralelos, sendo o principal deles o Fórum Empresarial Brasil-China. Durante a visita, foram assinados memorandos de entendimento e anunciados investimentos, parcerias e linhas de crédito. Entre os destaques estão a criação da Casa Brasil em Xangai, para incubar, apoiar e facilitar o acesso de empresas brasileiras ao mercado chinês, a compra de 120 mil toneladas de café brasileiro pela rede de cafeterias Luckin Coffee, o investimento de US\$ 100 milhões da farmacêutica Sinovac no desenvolvimento de terapia celular e produção local de vacinas e anticorpos monoclonais no Brasil, o Fórum de Reitores de Universidades China-Brasil, o lançamento do Mapa do Comércio e Investimentos Brasil-

---

<sup>240</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban)

<sup>241</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/08/brasil-quer-transferencia-de-tecnologia-agricola-diz-ministro-paulo-teixeira-em-visita-a-china>

China pela ApexBrasil, o estabelecimento da Aliança BRICS+ para Ciência, Tecnologia e Inovação, e investimentos chineses em agricultura, telecomunicações e energia verde no Brasil<sup>242</sup>.

- O vice-presidente Alckmin foi recebido por Xi Jinping, na nota<sup>243</sup> do MRE chinês, fala em fortalecer a ancoragem da Iniciativa Cinturão e Rota com a "reindustrialização" e a "rota de integração sul-americana" do Brasil". O texto diz em aproveitar o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas para "reunir forças mais amigáveis e fornecer um apoio mais forte à cooperação" entre os dois países.
- O governo dos EUA, através do Pentágono, fez campanhas de guerra psicológica nas Filipinas para desacreditar vacinas da Sinovac. O país era governado por Rodrigo Duarte, que propunha uma aproximação com Beijing. O Pentágono promoveu contatos em redes sociais e informações falsas, atrapalhando a vacinação no país, aumentando a crise sanitária e criando narrativas anti-ciência, diz a reportagem<sup>244</sup>.

### Sanitária

- Como tratado no informe outubro de 2020 por estes Cadernos de saúde pública global, "a história das relações entre os povos chineses e africanos passou por uma transformação vigorosa com o estabelecimento da República Popular da China (RPC) em 1949. Após retomar o controle de seus portos e de seu Estado, os chineses do continente procuraram sempre enquadrar as suas relações com governos de novos Estados africanos e com movimentos de luta anticoloniais como um contrapeso às hegemonias percebidas dos países do Ocidente" <sup>245</sup>. Dentro dessa estratégia, o república popular estabeleceu redes sanitárias com intra-nacionais, com, por exemplo, a organização do treinamento de equipes médicas por idioma do país destino e província específica. Abaixo, tratamos da relação em saúde das províncias chinesas e os Países de Língua Portuguesa (PLP)

**Contexto histórico da Ajuda Externa em Saúde chinesa:** Em 1963, durante o mandato do primeiro-ministro Zhou Enlai, foi enviada para a Argélia a primeira equipe de médicos chineses a ir em missão oficial para um país estrangeiro que se tem notícias na história moderna (Balazovic e Li, 2013). Esta foi a primeira ação de Ajuda Externa em Saúde (AES) empregada pela República Popular da China e antes do fim da década outros dez países também haviam recebido equipes de médicos chineses (NHC, 2013).

Os esforços chineses se viram rapidamente pagos, pois em 1971, 26 países africanos votaram em favor de reconhecer a República Popular da China como o governo legítimo da China, em detrimento da República da China – incluindo todos os onze países receptores de equipes médicas chinesas (WHO, 2008; Zhang, 2012 p; 137). Em 2023 a China havia enviado mais de 30 mil profissionais de saúde, principalmente médicos, e construído mais de 130 instalações médicas em 76 países e regiões, além de ter treinado mais de 100 mil profissionais de saúde estrangeiros (People's Daily, 2023).

No contexto da AES, ao enviar equipes médicas de saúde ou doações de insumos médicos a China, ao mesmo tempo que auxilia os países receptores de AES a lidar com suas questões de saúde pública, também cria uma demanda externa por medicamentos chineses e

<sup>242</sup> <https://mp.weixin.qq.com/s/2XMkgKqlpXJYAKqS6tcVug>

<sup>243</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202406/t20240607\\_11415435.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202406/t20240607_11415435.shtml)

<sup>244</sup> <https://www.reuters.com/investigates/special-report/usa-covid-propaganda/>

<sup>245</sup> <https://cee.fiocruz.br/?q=Africa-e-China>

técnicas médicas chinesas que ajuda o desenvolvimento deste setor na própria China (Fróio, 2012; Yanzhong, 2014).

**Sichuan, Macau e o papel das províncias chinesas.** Uma tática empregada internamente pela China para acelerar o desenvolvimento de suas províncias mais pobres é conhecida como “pareamento” (“twinning” na literatura ocidental ou “duìkǒu zhīyuán” em mandarim), consistindo na descentralização e distribuição das atribuições de ajuda entre os governos das próprias províncias e cidades do país. Desta maneira, províncias ou cidades mais ricas são responsáveis por prover alguns aspectos de desenvolvimento das mais pobres (Wang, 2022). Por exemplo, a província de Zhejiang é pareada com a província de Sichuan, sendo assim parte da responsabilidade pelo auxílio ao desenvolvimento de Sichuan recai sobre o governo local de Zhejiang.

Esta tática de pareamento também é reproduzida na AES, com certas províncias sendo historicamente responsáveis por prover ajuda para certos países. No contexto específico da AES, cada província é responsável por treinar os médicos que vão ser enviados para um grupo específico de países e editais para projetos de construções de infraestrutura médica nestes países priorizam concorrentes destas províncias.

No contexto da ajuda em saúde aos PLP, as regiões mais importantes da China são a província de Sichuan, que responde pelas iniciativas de AES para todos os PLP (com exceção de Guiné Equatorial, pareado com Guangdong) e a Região Administrativa Especial de Macau, sede do Fórum Macau.

Em Sichuan, uma parceria entre a Universidade de Sichuan e a Universidade de Línguas Estrangeiras de Sichuan permite com que anualmente equipes de jovens médicos recebam um semestre de treinamento cultural e em língua portuguesa. Estes médicos são então enviados aos PLP de maneira rotativa e, quando no país alvo, além de prover serviços à população eles também se tornam responsáveis pela popularização da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) no local (四川省中医药管理局, 2024).

O mapa abaixo traz como exemplo a África para ilustrar como ocorre essa distribuição.



Imagem: Yanzhong, Huang. P 193 (2014) com o nome dos países e das respectivas províncias chinesas.

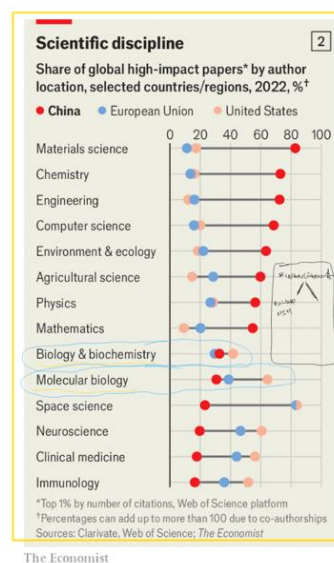
Já em Macau, o Fórum de Macau é sede da Conferência Ministerial do Fórum de Macau, que reúne em Macau representantes dos governos dos PLP, China e Macau para que possam discutir estratégias de cooperação abrangentes, incluindo planos de cooperação em saúde. A sexta Conferência ocorreu em abril de 2024 e os representantes chineses prometeram expandir o volume de médicos dos PLP formados em MTC e continuar enviando equipes médicas para os países lusófonos da África e Ásia (Tribuna de Macau, 2024).

O Fórum de Macau também é responsável por organizar e realizar eventos e visitas de alto nível voltados para a divulgação e capacitação de profissionais na MTC. O maior destes eventos é o Colóquio de Cooperação no domínio da Medicina Tradicional entre a China e os Países de Língua Portuguesa, realizado anualmente desde 2016 em parceria com o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau (Verly-Miguel, 2024).

Para uma lista completa das equipes médicas enviadas para cada país até 2012, acesse: < <http://www.nhc.gov.cn/gjhzs/gzdt/201308/15eb6805aa0c4da9a5c0c092bda08082.shtml>>. Uma cronologia detalhada do início e eventuais quebras de acordos em cooperação em saúde entre 1963 e 2008 pode ser consultada no trabalho de Li Anshan (2009).

### Socioeconômica

- A Academia Chinesa de Ciências anunciou a criação de novos institutos dedicados à ciência básica. Escritório de Pesquisa de Ciências de Fronteira e Básica, Escritório de Pesquisa para Desenvolvimento Sustentável, Escritório de Capacidade Básica em Ciência e Tecnologia e Escritório de Gestão Financeira e de Ativos<sup>246,247</sup>. Os avanços da ciência chinesa causam um misto de inveja e admiração, como pode-se ver em uma recente matéria da “The Economist”<sup>248</sup>. A revista, encoraja a visita de cientistas dos EUA e Europa aos labs chineses, mas também replica a estratégia da Casa Branca de criminalização da ciência chinesa no caso da Pandemia.
- A China faz a quarta emissão de títulos de ultra-longa duração (até 50 anos). O país espera ter no valor total de 1 trilhão de yuans. A primeira parte desses títulos foi emitida em maio. O objetivo do uso da ferramenta fiscal é financiar projetos de incluem inovação científica e tecnológica, desenvolvimento urbano-rural integrado, desenvolvimento regional coordenado, segurança alimentar e energética e crescimento populacional de alta qualidade. Títulos do tipo foram emitidos em 1998 (crise asiática de 1997), 2007 (crise financeira) e 2020 (pandemia de Covid)<sup>249</sup>.



### Referências

BALAZOVIC, Todd; LI, Aoxue. Healing agents. **China Daily Africa**, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3XVBYHA>>.

FRÓIO, Liliana. A expansão chinesa a partir da medicina tradicional. **ComCiência**, n. 137, p. 0-0, 2012.

<sup>246</sup> <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1801447906653989677>

<sup>247</sup> <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3265944/chinas-top-science-institute-restructured-focus-research-frontiers>

<sup>248</sup> <https://www.economist.com/science-and-technology/2024/06/12/china-has-become-a-scientific-superpower>

<sup>249</sup> [https://english.www.gov.cn/policies/policywatch/202405/21/content\\_WS664c1213c6d0868f4e8e74da.html](https://english.www.gov.cn/policies/policywatch/202405/21/content_WS664c1213c6d0868f4e8e74da.html)



HUANG, Yanzhong. Domestic politics and China's health aid to Africa. **China: An International Journal**, v. 12, n. 3, p. 176-198, 2014.

People's Daily. 援外医疗助力人类卫生健康共同体建设. 中华人民共和国国家卫生健康委员会. 25 de nov. de 2023. 媒体聚焦. Disponível em: <<http://www.nhc.gov.cn/gjhzs/lxwbd/202311/5b6975632b054c4cb8d68684064c5349.shtml>>

TRIBUNA DE MACAU. China quer “cooperação mais ampla” com países de língua portuguesa. **Jornal Tribuna de Macau**, 2024. Disponível em: <<https://jtm.com.mo/local/china-quer-cooperacao-mais-ampla-paises-de-lingua-portuguesa>>

VERLY-MIGUEL, Marcus. Participação do Secretariado Permanente do Fórum de Macau em iniciativas de Saúde Global entre 2015 e 2022. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, e34047, 2024.

WANG, Yuhao. 中国特色对口支援机制：成就、经验与价值. **Chinese Academy of Social Sciences**, 2022. Disponível em: <[http://chinaps.cssn.cn/litt/202206/t20220622\\_5413664.shtml](http://chinaps.cssn.cn/litt/202206/t20220622_5413664.shtml)>

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. (WHO). **The third ten years of the World Health Organization: 1968-1977**. World Health Organization, 2008.

ZHANG, Yuhui (张郁慧). **中国对外援助研究 (1950-2010)**. 北京: 九州出版社, p. 137, 2012.

中华人民共和国国家卫生健康委员会 (NHC). **中国援外医疗大事记(1963.4—2012.12)**. 13 de ago. de 2013. 工作动态. Disponível em: <<https://bit.ly/46eBkK7>>.

四川省中医药管理局. 我省中医援外队员在东帝汶举办中医文化主题活动. 2024. 要闻动态. Disponível em: <<https://sctcm.sc.gov.cn/sctcm/gzdt/2024/3/28/edf37279048649fb9002bfce9e41fde7.shtml>>.

李安山. 中国援外医疗队的历史, 规模及其影响. **外交评论** v 1, 2009.



**Resumo:** Um estudo publicado pelo Commonwealth Fund denota algumas diferenças entre vários países em relação aos sistemas de saúde, enfatizando os desafios do sistema norte-americano. Em um segundo artigo são descritas questões de iniquidades que afetam a qualidade dos serviços e as condições de trabalho.

**Palavras-chave:** iniquidade, efetividade de sistemas de saúde

**Summary:** *A study published by the Commonwealth Fund highlights the differences between health systems in various countries, with a focus on the challenges faced by the North American system. Another article discusses the inequities that impact the quality of services and working conditions.*

**Keywords:** *inequity, effectiveness of health systems*

### **Refletindo mal: cuidados de saúde nos EUA em comparação com outros países de alta renda**

O relatório "[Mirror, Mirror 2021: Reflecting Poorly](#)" do Commonwealth Fund avalia o desempenho dos sistemas de saúde de 11 países de alta renda: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. O estudo usa cinco categorias principais: Acesso ao Cuidado, Processo de Cuidado, Resultados de Saúde, Equidade e Eficiência Administrativa. A seguir, são apresentados os principais resultados com dados estatísticos detalhados.

#### **Principais resultados**

1. Classificação Geral
  - Reino Unido: 1º lugar
  - Austrália: 2º lugar
  - Noruega: 3º lugar
  - Estados Unidos: Último lugar (11º)
2. Acesso ao Cuidado
  - Reino Unido, Países Baixos e Alemanha: Destacam-se pelo acesso facilitado ao cuidado.
  - Estados Unidos: 11º lugar. Dados indicam que 38% dos americanos relataram dificuldades de acesso devido ao custo, em comparação com 4% na Noruega e 7% no Reino Unido.
3. Processo de Cuidado
  - Noruega e Países Baixos: Melhor desempenho na qualidade e segurança do cuidado, prevenção e coordenação.
  - Estados Unidos: Embora tenha pontos fortes em serviços preventivos, apresenta grande variabilidade na qualidade do atendimento.

#### 4. Resultados de Saúde

- Noruega e Austrália: 1º e 2º lugares, respectivamente. A expectativa de vida na Noruega é de 83 anos, e na Austrália, 82 anos.
- Estados Unidos: Último lugar com expectativa de vida de 78 anos e a maior taxa de mortalidade evitável, com 177 mortes evitáveis por 100.000 pessoas, comparado a 110 na Alemanha e 133 no Reino Unido.

#### 5. Equidade

- Reino Unido e Noruega: Apresentam os sistemas mais equitativos.
- Estados Unidos: 11º lugar. A disparidade no acesso ao cuidado entre diferentes grupos de renda é significativa, com 44% das pessoas de baixa renda relatando acesso deficiente ao cuidado em comparação com 26% das pessoas de alta renda.

### Health Care System Performance Scores: Equity



Note: To normalize performance scores across countries, each score is the calculated standard deviation from a 10-country average that excludes the US. See *How We Conducted This Study* for more detail.

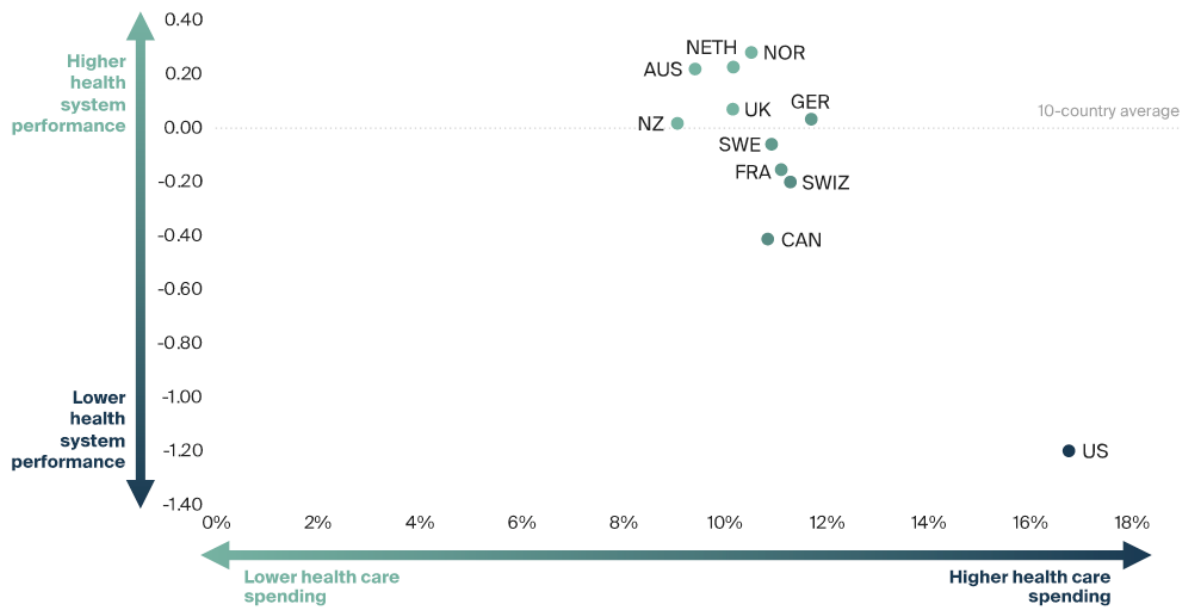
Data: Commonwealth Fund analysis.

Source: Eric C. Schneider et al., *Mirror, Mirror 2021 – Reflecting Poorly: Health Care in the U.S. Compared to Other High-Income Countries* (Commonwealth Fund, Aug. 2021), <https://doi.org/10.26099/01DV-H208>

#### 6. Eficiência Administrativa

- Noruega e Reino Unido: Alta eficiência administrativa.
- Estados Unidos: Último lugar devido à complexidade administrativa e altos custos. Os custos administrativos nos EUA representam 8% dos gastos totais em saúde, comparado a 1%-3% em países como Reino Unido e Suécia.

## Health Care System Performance Compared to Spending



Note: Health care spending as a percent of GDP. Performance scores are based on standard deviation calculated from the 10-country average that excludes the US. See [How We Conducted This Study](#) for more detail.

Data: Spending data are from OECD for the year 2019 (updated in July 2021).

Source: Eric C. Schneider et al., *Mirror, Mirror 2021 – Reflecting Poorly: Health Care in the U.S. Compared to Other High-Income Countries* (Commonwealth Fund, Aug. 2021). <https://doi.org/10.26099/01DV-H208>

### Outros dados estatísticos adicionais

#### Gastos com Saúde

- Estados Unidos: Maior gasto per capita em saúde, com \$11.072 por pessoa.
- Noruega e Suíça: Gastos per capita de \$6.647 e \$7.732, respectivamente.

#### Desempenho em Prevenção e Coordenação

- Austrália: Alto desempenho em prevenção com uma taxa de vacinação infantil de 94%.
- Estados Unidos: Taxa de vacinação infantil de 91%, mas com grandes variações regionais.

#### Satisfação dos Pacientes

- Noruega: 91% dos pacientes relataram satisfação com o cuidado recebido.

Esses dados indicam a necessidade urgente de reformas nos Estados Unidos para alcançar um sistema de saúde mais equitativo e eficiente, enquanto os países líderes devem manter e melhorar seus sistemas.

### Revelando disparidades: observações dos profissionais de saúde sobre a discriminação contra os pacientes

O artigo da Commonwealth Fund intitulado "[Revealing Disparities: Health Care Workers' Observations](#)" explora as desigualdades na saúde observadas por profissionais de saúde nos Estados Unidos, utilizando uma pesquisa que inclui dados estatísticos sobre essas disparidades.

O estudo revela que profissionais de saúde frequentemente observam disparidades significativas no tratamento e nos resultados dos pacientes, baseadas em fatores como raça, etnia e nível socioeconômico. Estas desigualdades afetam o acesso aos cuidados, a qualidade do atendimento e os resultados de saúde.


A pesquisa foi conduzida com um grupo diversificado de trabalhadores da saúde, incluindo médicos, enfermeiros e outros profissionais, em diferentes regiões dos Estados Unidos. Os participantes relataram suas observações e experiências sobre as disparidades no atendimento médico.

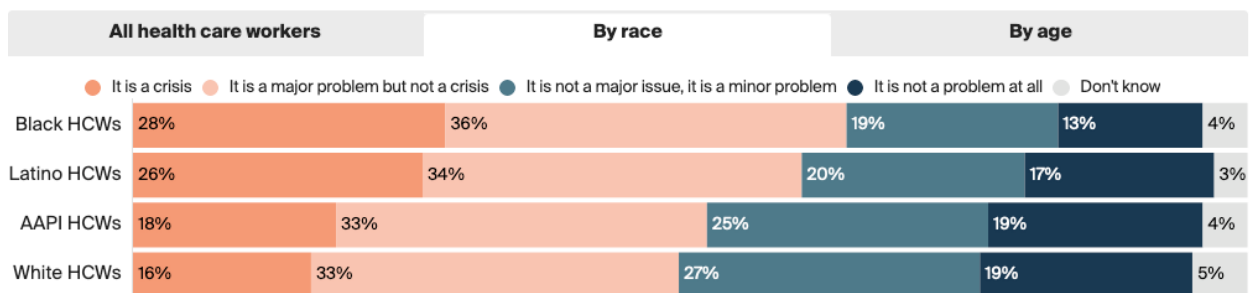
### Principais achados

#### 1. Desigualdade Racial e Étnica

- 80% dos profissionais de saúde observaram que pacientes de minorias raciais e étnicas enfrentam barreiras significativas no acesso a cuidados de saúde de alta qualidade.
- 70% dos profissionais relataram que esses pacientes têm menos acesso a exames preventivos e diagnósticos precisos.

## Half of all health workers say racism against patients is a major problem or crisis.

 In health care, how big of an issue do you think racism or discrimination based on race or ethnicity against patients is?



Access data here: <https://healthworkerpoll.com/>.

Notes: HCWs = health care workers. AAPI = Asian American and Pacific Islander.

Data: African American Research Collaborative survey of health care workers, March 14 to April 5, 2023 (N = 3,000; margin of error = +/- 1.8%).

Source: Henry Fernandez et al., *Revealing Disparities: Health Care Workers' Observations of Discrimination Against Patients* (Commonwealth Fund, Feb. 2024). <https://doi.org/10.26099/jime-gb35>

#### 2. Impacto Socioeconômico

- 75% dos trabalhadores da saúde indicaram que pacientes de baixa renda têm dificuldade em pagar por tratamentos necessários e frequentemente não possuem seguro de saúde.
- 65% mencionaram que a falta de recursos financeiros resulta em menos visitas a especialistas e tratamentos menos eficazes.


#### 3. Diferenças Geográficas

- Em áreas rurais, 60% dos profissionais notaram uma escassez de recursos de saúde, resultando em menor acesso a cuidados especializados.
- Pacientes rurais são 50% menos propensos a receber cuidados preventivos comparados aos pacientes urbanos.

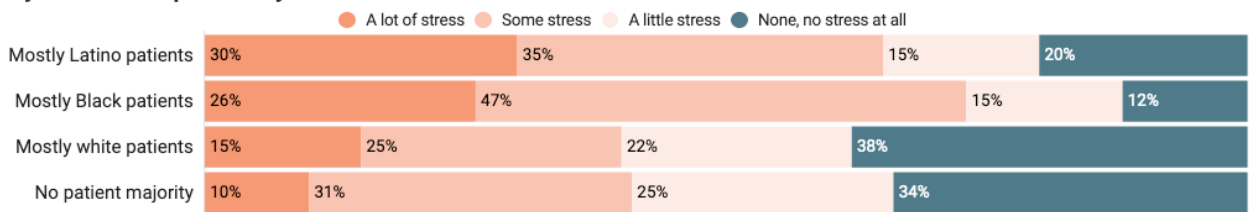
#### 4. Saúde Mental e Bem-Estar

- 85% dos profissionais observaram que a saúde mental dos pacientes de grupos marginalizados é frequentemente negligenciada.
- 70% relataram que o estigma e a falta de recursos adequados contribuem para disparidades significativas na saúde mental.

### Employees of a facility with mostly Black or Latino patients were more likely to report experiencing a lot of stress.

 Thinking about your work in health care over the past five years, how much stress does dealing with racism or discrimination based on race or ethnicity create for you?

#### By racial makeup of facility



Access data here: <https://healthworkerpoll.com/>.

Data: African American Research Collaborative survey of health care workers, March 14 to April 5, 2023 (N = 3,000; margin of error = +/- 1.8%).

Source: Henry Fernandez et al., *Revealing Disparities: Health Care Workers' Observations of Discrimination Against Patients* (Commonwealth Fund, Feb. 2024). <https://doi.org/10.26099/jjme-gb35>

O relatório sugere várias medidas para mitigar essas disparidades, incluindo:

- Treinamento em Preconceito Implícito: 90% dos profissionais acreditam que programas de treinamento ajudariam a reconhecer e combater seus próprios preconceitos.
- Políticas de Equidade em Saúde: 80% apoiam a implementação de políticas que promovam a equidade no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde.
- Investimento em Recursos Comunitários: 70% dos trabalhadores da saúde defendem o aumento do financiamento para serviços de saúde em comunidades carentes e rurais.
- Acesso a Cuidados de Saúde Mental: 85% dos profissionais destacam a necessidade de expandir os recursos de saúde mental e reduzir o estigma associado a problemas de saúde mental em comunidades marginalizadas.

Essas estratégias visam criar um sistema de saúde mais justo e equitativo, garantindo que todos os pacientes recebam cuidados de alta qualidade, independentemente de sua raça, etnia ou condição socioeconômica.

#### Referências

Eric C. Schneider et al., *Mirror, Mirror 2021 — Reflecting Poorly: Health Care in the U.S. Compared to Other High-Income Countries* (Commonwealth Fund, Aug. 2021). <https://doi.org/10.26099/01dv-h208>

Henry Fernandez et al., *Revealing Disparities: Health Care Workers' Observations of Discrimination Against Patients* (Commonwealth Fund, Feb. 2024). <https://doi.org/10.26099/jjme-gb35>

Um olhar sobre a saúde internacional<sup>250</sup>

Mario Rovere

***Efeito borboleta (tudo tem a ver com tudo): o teatro de operações aumenta, a Argentina entra no jogo***

A guerra entre os Estados Unidos e a Rússia continua a se agravar e vem sendo travada, para além da Ucrânia, em território mundial. Os EUA procuram enfraquecer a Rússia, utilizando o dinheiro confiscado desse país para aumentar os equipamentos de guerra da Ucrânia, ao mesmo tempo que autorizam a utilização de armas norte-americanas para atacar alvos em território russo. A Rússia responde que haverá medidas retaliatórias "dolorosas" para os países que apoiam os Estados Unidos - entre os quais o governo argentino aderiu, sem apoio parlamentar: *"Há propriedades e dinheiro europeus suficientes na Rússia [...] e a inevitáveis medidas retaliatórias serão extremamente dolorosas para Bruxelas"*, alertou.

Enquanto isso, da Itália, o G7 expande suas advertências. Segundo a CNN *"o apoio da China à Rússia está 'permitindo' a guerra na Ucrânia, alertaram nesta sexta-feira os líderes das economias mais avançadas do mundo, num endurecimento do tom contra Pequim, ao mesmo tempo que ameaçam mais sanções contra os atores que apoiam a máquina de guerra de Moscou."*

Neste contexto, não pode passar despercebido que uma frota naval russa está a 'visitar' o porto de Havana, uma vez que ambas as superpotências nucleares estão especialmente cautelosas em deixar as suas capitais expostas a 'tiro de canhão'.

Entretanto, duas eleições antecipadas anunciam a possibilidade de o Partido Trabalhista regressar ao poder no próximo dia 4 de julho na Grã-Bretanha, enquanto, na França, Macron está à beira do precipício, criando as condições para a entrada da extrema-direita de Le Pen numa Europa que está se tornando cada vez mais autoritária.

Segundo o United24, em 13 de junho, *"a Argentina passou a fazer parte do Grupo de Contato de Defesa Ucrâniano"* (Grupo RAMSTEIN). O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, declarou: *"Tenho o prazer de dar as boas-vindas à Argentina como novo membro (...) Ministro Petri, estou feliz por tê-lo entre nós"*. Uma notícia que foi confirmada pelo próprio ministro nas suas redes sociais<sup>251</sup>.

***Complexo Médico Industrial Transnacionalizado: "Futuráveis e futuríveis no mundo digital"***

Possível ou provável, o futuro constitui uma representação poderosa que nos mantém em movimento. Prever? Prevenir? Preparar-se para o impensável? Construir futuros? Talvez todas as questões acima estejam corretamente formuladas e, nesse sentido, seja interessante explorar um evento recente sobre *Future Health* realizado na Espanha.

<sup>250</sup> Uma primeira versão deste informe, em espanhol, foi publicada no Suplemento do Relatório Internacional de Saúde nº 14 da revista *Soberania Sanitária* [www.revistasoberaniasanitaria.com.ar](http://www.revistasoberaniasanitaria.com.ar)

<sup>251</sup> <https://united24media.com/latest-news/argentina-joins-the-ukraine-defense-contact-group-during-todays-23rd-meeting-722>

*“A ciência e a medicina estão mudando em um ritmo espetacular, com uma força motriz capaz de revolucionar o próprio núcleo da Terra: as inovações tecnológicas (inteligência artificial, big data, realidade virtual...). Tudo está mudando e o modelo de cuidado não pode mais ser convencional. Estamos no caminho de uma medicina precisa, personalizada, preventiva, preditiva e participativa.”*

Em meio a tanto entusiasmo, o grupo empresarial Sanitas Espanha anuncia o lançamento do seu hospital totalmente virtual, “com todas as especialidades”, no próximo ano. Devemos apelar ao bom senso da ex-ministra do Trabalho da Nova Zelândia, Jalinda Arden, para “cortar – um pouco – com tanta doçura”.

*“Sim, eu diria que quando se trata de tecnologia, adoto uma abordagem muito pragmática. Tenho visto, como todos, os enormes benefícios e oportunidades. Mas também vi as desvantagens. A Nova Zelândia vivenciou isso de uma forma muito particular. Portanto, penso que é importante manter esse ceticismo saudável. Como podemos obter todos os benefícios e ao mesmo tempo nos proteger contra alguns dos aspectos negativos? Temos que trabalhar juntos, levando em consideração o cidadão e todas as questões éticas”<sup>252</sup>.*

### ***E em casa? Ambiente e subjetividade “na saúde mental o nome das coisas faz parte do que se discute”***

Um estágio inicial de conquista de um novo mundo é frequentemente caracterizado por nomear coisas até um certo ponto, no tempo em que esses nomes se estabilizam. Isto ainda não parece ter acontecido no campo da saúde mental, especialmente na saúde mental norte-americana, tão propensa a criar síndromes, nomeações e doenças. Este parece ser o caso agora, com todo o espectro de preocupações ambientais, especialmente entre os jovens.

*“Um novo vocabulário está sendo desenvolvido para nomear melhor os efeitos das mudanças climáticas na psiquê humana (Cianconi). O luto ecológico e a ecoansiedade são termos que descrevem a sensação de perda ou ansiedade que as pessoas sentem em relação às alterações climáticas, incluindo a perda de um futuro estável (Panu). Solastalgia é um termo específico cunhado para capturar a nostalgia que podemos sentir por um modo de vida tradicional ou por uma paisagem infantil destruída pelas mudanças ambientais (Albrecht). Embora a eco-ansiedade seja uma resposta normal à emergência climática e normalmente não chegue ao nível de preocupação clínica, pode moldar opiniões sobre a sociedade e o futuro, levando à raiva, desesperança ou paralisia, especialmente nos jovens (Hickman). Ativistas e cientistas climáticos também podem sentir exaustão emocional e desespero quando o progresso em direção à sustentabilidade vacila (Malach).”<sup>253</sup>*

A questão permanecerá aberta à associação psiquiátrica norte-americana sobre se devemos parar de investigar, refletir e divulgar informações rigorosas e contundentes sobre as alterações climáticas, para não causar preocupação.

---

<sup>252</sup> <https://www.expansion.com/especiales/2024/06/11/66640fcd468aeb2a488b45c5.html>

<sup>253</sup> <https://www.psychiatry.org/patients-families/la-salud-mental/conexiones-entre-el-cambio-climatico-y-la-salud-me>

### **Saúde como questão internacional: resistência antimicrobiana, ampliar a visão<sup>254</sup>**

Uma definição um tanto cínica de saúde internacional afirmava que esta é *“a saúde dos outros, desde que não nos afete”*. É para isto que o Fórum Económico Mundial (FEM) parece estar tentando chamar a atenção ao intitular um artigo recente como: *“A desigualdade está impulsionando a resistência aos medicamentos antimicrobianos”*. A citação, precedida de referências às alterações climáticas e à crescente desigualdade, é mais do que eloquente: *“...os decisores políticos e os académicos concentraram-se principalmente nos fatores médicos e microbiológicos que impulsionam a resistência antimicrobiana. (...) Não tem sido dada atenção suficiente à relação entre fatores sociais e económicos... e ao surgimento de infeções resistentes aos antimicrobianos.”*

---

254

<https://es.weforum.org/agenda/2024/06/la-desigualdad-esta-impulsando-la-resistencia-a-los-medicamentos-antimicrobianos-asi-podemos-frenarla/>



## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

**Carlos Gadelha** - Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, Ministério da Saúde

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**João Miguel Estephanio** – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Marcus Verly-Miguel** - Doutorando em Saúde Coletiva no IMS-UERJ e membro do Centro de Estudos sobre China Contemporânea e Ásia da Universidade Federal Fluminense (CEA-UFF)

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Mário Rovere** - Médico sanitário, com formação em Pediatria e Residência em Saúde Internacional. Diretor da Escola de Governo em Saúde “Floreal Ferrara”, Ministério da Saúde, Província de Buenos Aires. Diretor do Mestrado em Saúde Pública da Universidade Nacional de Rosário

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nísia Trindade Lima** - Ministra da Saúde do Brasil

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Rafael Henrique Zerbetto** – Bacharel em estudos literários e pós-graduado em Interlinguística e Esperantologia pela Universidade Adam Mickiewicz, Polônia; redator do site de notícias em esperanto El Popola Ĉinio do China International Communications Group

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**René Mendes** - Médico e Professor Titular (aposentado) da FM-UFMG. Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da USP. Pesquisador Visitante Sênior do Cris/Fiocruz.

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Santiago Alcázar** – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tiago Nery** - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMvaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**26 de junho – *Saúde global e trabalho: A OIT e os trabalhadores em ação***

**04 de julho (seminário especial) – *50 anos do TDR: Balanço e perspectivas***

**10 de julho – *Saúde, fome e segurança alimentar***

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 10/2024**

***Período de 05 a 18 de junho de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2024**

**281 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**